



Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Historiografia e a identidade fluminense.

A escrita da história e os usos do passado no
Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de
1930 e 1950

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-
graduação em História Social da Cultura da
PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para
obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Luís Reznik

Rio de Janeiro
Setembro de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Historiografia e a identidade fluminense.

A escrita da história e os usos do passado no
Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de
1930 e 1950

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Luís Reznik

Orientador
Departamento de História
PUC-Rio

Prof. Ilmar Rohloff de Mattos

Departamento de História
PUC-Rio

Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Departamento de História
UFRN

Prof^a Márcia de Almeida Gonçalves

Departamento de História
PUC-Rio

Prof. Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães

Departamento de História
UFRJ

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2009.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2000. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense em 2004. Membro dos Grupos de Pesquisa: História de São Gonçalo: Memória e Identidade e Oficinas da História, sediados na UERJ. Desde a graduação, vem refletindo sobre as relações entre a história local e a regional, apresentando seus resultados de pesquisa em vários encontros e simpósios da área. Tem artigos publicados em anais de encontros científicos e capítulos de livros. É autor de Um Santo Nome. História de São Gonçalo de Amarante (2004), Caixa de História – São Gonçalo, (2006) e Caixa de História – Magé (2007).

Ficha Catalográfica

Fernandes, Rui Aniceto Nascimento.

Historiografia e identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950 / Rui Aniceto Nascimento Fernandes ; orientador: Luís Reznik. – 2009.

272f. : Il. col. ; 30 cm

Tese (Doutorado em História)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura. 3. Historiografia. 4. Identidade. 5. História Regional. 6. Rio de Janeiro. 7. Amaralismo. 8. Política 9. Memória. I. Reznik, Luís. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

Ao meu filho,
pequena semente hoje,
certeza da imortalidade.

Agradecimentos

É lugar comum afirmar ser este um momento delicado, porém extremamente prazeroso. Delicado por temer esquecer alguém e ferir aos que tanto nos ajudaram sem uma pequena menção. Prazeroso por poder externar o reconhecimento pelas ajudas variadas que contamos na elaboração de um trabalho como este. Uma tese de doutorado não se faz sozinho! Sem o auxílio, o apoio e a compreensão de muitas pessoas, certamente não é possível chegar ao seu fim.

De antemão, peço desculpas às omissões involuntárias. Tentei abarcar todos que de alguma forma colaboraram com este trabalho, mas a memória, bem sabemos, está à mercê de injunções psíquicas e sociais que geram os processos de lembrança e esquecimento.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, professor Luís Reznik. Talvez ele não tenha noção de quão importante tem sido em minha formação acadêmica. Luís Reznik orientou-me como bolsista de Estágio Interno Complementar, na Graduação; e como bolsista PROATEC, no Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade, na UERJ. Foi a partir dessas duas experiências que iniciei meu interesse pela história local (São Gonçalo) e fluminense. Ele tem sido o maior incentivador para a conclusão deste trabalho. Nos momentos de desânimo, seus “puxões de orelha” e suas palavras de estímulo me ajudaram a continuar e a chegar até aqui.

A Marcia Gonçalves, grande mestre e amiga. Assim como Luís Reznik, tem acompanhado minha trajetória desde a Graduação. É uma dessas pessoas que marcam a formação de qualquer iniciante nos domínios de Clio. Interlocutora que estimula a reflexão sobre o ofício, é a amiga pronta a dar alguns dedos de prosa quando necessário.

Aos professores Ilmar Mattos e Manoel Salgado Guimarães. Suas sugestões e críticas no exame de qualificação foram fundamentais para o direcionamento do trabalho. Suas reflexões sobre a historiografia são elementos instigantes para todo aquele que se dedique a estudar o fazer histórico. O meu sincero reconhecimento e agradecimento pelo incentivo ao trabalho.

Ao professor Durval Albuquerque. É uma honra tê-lo como membro da banca de avaliação do trabalho final. Seus escritos e suas comunicações provocativas levaram-me a refletir sobre a história e a historiografia fluminenses sob outros olhares.

Agradeço também a todos os professores do Departamento de História da PUC-Rio – casa que me acolheu durante quatro anos e meio –, com os quais muito aprendi. Agradeço aos funcionários do Departamento, em especial a Edna Timbó, pela paciência e pela ajuda sempre que se fez necessário lidar com a burocracia institucional.

À PUC-Rio e ao CNPq pelo apoio financeiro necessário à realização deste trabalho.

A minha primeira casa formadora não poderia ser esquecida. A Faculdade de Formação de Professores é o celeiro de grandes amigos. Amigos de Graduação que sempre apoiaram o trabalho: Henrique Silva, Renato Tavares, Lívia Beatriz, Daniela das Neves, Mário Melo e Souza... Henrique foi fundamental nessa fase final pois me auxiliou na reprodução das imagens que compõem o texto final. Mestres-amigos que pacientemente ainda ouvem as digressões sobre a tese: Marcelo Magalhães, Helenice Rocha, Alix Oliveira, Gelson Almeida, Célia Tavares, Emilio Eigenheer, Maria Lucia Fortuna ...

A todos os participantes do Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade, bolsistas e professores. Minha experiência nesse grupo foi fundamental para alicerçar as reflexões sobre a história local e a regional.

Por algum tempo pude reunir algumas estudantes da UERJ-FFP interessadas em estudar a historiografia fluminense e constituímos um grupo de discussão. Esse grupo, formado por Soraia, Simone e Juliana, foi fundamental na leitura e discussão de alguns textos teóricos e dos livros de história fluminense analisados.

Para desenvolver este trabalho, foi necessária a consulta em várias instituições e dessa forma agradeço aos funcionários de vários setores da Biblioteca Nacional; a Maria José e a Glória, da Sala Mattoso Maia, da Biblioteca Pública de Niterói; a Maria José, do Centro de Memória Fluminense da UFF; e aos funcionários do Centro Pró-Memória de Nova Friburgo.

Além desses lugares de acervo instituído, foram consultadas outras instituições acadêmicas de natureza diversa. À procura de dados biográficos dos historiadores estudados contei com acesso a documentação da Academia Niteroiense de Letras, proporcionado por Wanderlino Teixeira Leite Neto, e a informações fornecidas por Edmo Lutterbarch, presidente da Academia Fluminense de Letras.

A outro um grupo que me forneceu fontes preciosas usadas nesse estudo e que fez desenvolver um viés bibliófilo: os livreiros e os organizadores de leilões de livros raros. Os livros que foram base desta pesquisa, publicados por pequenas editoras ou gráficas, tiveram pequenas edições e pouca circulação, praticamente nasceram raros. Em leilões de colecionismo e nos sebos de Niterói e do Rio de Janeiro pude localizar algumas das minhas fontes. Dentre todos, um agradecimento especial, a Carlos Mônaco, por sua constante atenção em reservar para mim inúmeras preciosidades que hoje fazem parte de minha biblioteca.

Ainda no rol dos amigos um agradecimento especial a Jorge Cesar Pereira Nunes. Amigo fiel, conquistado nestes últimos tempos, é o maior pesquisador da história de São Gonçalo que conheço, e me forneceu dados e contatos com outros pesquisadores que foram fundamentais para a obtenção de informações para esta tese. Além disso, dispôs-se a fazer a revisão ortográfica desta tese. Mas se algum erro passou é de minha inteira responsabilidade. Os erros se escondem de tal forma... Isso me faz lembrar uma fala de Monteiro Lobato: *“A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas. Trata-se de um mistério a que a ciência ainda não conseguiu decifrar...”*.

Por fim, um agradecimento especial à minha família. Caixinha de surpresas uma família... Nossas vidas não pararam enquanto a tese foi feita. Muita coisa aconteceu: nascimentos, casamentos, divórcios e falecimentos; até um irmão perdido achei! Agradeço a todos, mas em especial à minha esposa, Liliane, amiga, companheira, compreensiva, incentivadora e sempre surpreendente. Surpreendeu-me na conclusão do trabalho com a gravidez de nosso primeiro filho. Um filho esperado, amado, ainda não nascido, mas que nos traz a certeza de que a vida continua, apesar de tudo. A ele é dedicada esta tese.

Resumo

Fernandes, Rui Aniceto Nascimento; Reznik, Luís (orientador). **Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950.** Rio de Janeiro, 2009. 272p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho analisa a historiografia produzida sobre o estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Esse período é marcado pela instituição de um grupo político, o amaralismo, que defendia um projeto de soerguimento do estado no cenário nacional baseado na revitalização das suas atividades econômicas tradicionais. Associada às práticas políticas e econômicas, construiu-se um discurso de defesa das tradições culturais locais que impulsionou a produção do conhecimento histórico sobre o estado. Procurou-se, neste trabalho, analisar a relação entre os projetos políticos e os usos do passado no período. Objetivou-se, também, definir as características dessa produção historiográfica: o estabelecimento de periodizações; a eleição de certas temáticas; as fontes documentais reconhecidas; a relação entre o saber histórico e outras disciplinas etc. Essas obras construía uma identidade para os fluminenses, temática aqui abordada. A discussão da historiografia fluminense do período amaralista levou em consideração o lugar da história regional no processo de construção do conhecimento histórico enquanto disciplina acadêmica.

Palavras-Chave

Historiografia, Identidade, História Regional, Rio de Janeiro, Amaralismo, Política, Memória.

Abstract

Fernandes, Rui Aniceto Nascimento. Reznik, Luís (advisor) **Historiography and identity fluminense. The writing of history and past uses of the state of Rio de Janeiro between the 1930s and 1950.** Rio de Janeiro, 2009. 272p. Thesis. Doctorate – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study examines the historiography produced on the state of Rio de Janeiro between the 1930s and 1950. This period is marked by the establishment of a political group, the amaralimo, who defended a draft soerguimento the state based on the national scene in the revitalization of their traditional economic activities. Associated with political and economic practices, built up a speech in defense of local cultural traditions that promoted the production of historical knowledge on the state. It was in this work, examining the relationship between political projects and practices in the past period. The aim is also to define the characteristics of this historiographical production: the establishment of periodizações; the election of certain subjects, the documentary sources recognized, namely the relationship between history and other disciplines so. They built an identity works for Rio de Janeiro, themes addressed here. The discussion of the historiography of the period fluminense amaralista took into consideration the place of regional history in the construction of historical knowledge as academic discipline.

Keywords

Historiography, Identity, Regional History, Rio de Janeiro, Amaralismo, Politics, Memory.

Sumário

1. Introdução	17
2. Região e história regional. Notas sobre seu lugar na construção do conhecimento histórico	31
2.1. Região: conceito histórico e geográfico	32
2.2. Região e história no Brasil	41
2.2.1 - O sertão: região-base da nacionalidade brasileira	43
2.2.2 - Interpretar o Brasil: os Estudos Brasileiros nas décadas de 1940 e 1950	48
2.3. História regional: um discurso legítimo na primeira metade do século XX	53
3. Os modernos fluminenses, a valorização da história e os usos do passado	57
3.1. O movimento literário no Estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1910 e 1920	58
3.2. Um centenário a comemorar: A independência do Brasil	62
3.3. A Renascença Fluminense	73
3.4. A Reforma da Instrução no Rio de Janeiro e os primeiros livros de história do estado	87
3.4.1 - O sistema escolar fluminense.	90
3.4.2 - Um forte investimento na formação docente.	91
3.4.3 - O ensino primário	93
3.4.4 - O ensino de História	94
3.5. História em tempos de mudança	122
4. O projeto amaralista e a história fluminense	127
4.1. A política educacional e cultural fluminense no Estado Novo	130
4.2. Associações e movimentos de valorização da história regional	146

nos anos de 1940/1950	
4.2.1. O Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro	146
4.2.2. Estudos Fluminenses: a Faculdade Fluminense de Filosofia e a identidade regional	155
4.2.2.1. Projetos de constituição de uma universidade no Estado do Rio de Janeiro	155
4. 2.2.2. O Curso de Estudos Fluminenses	161
4.2.3. Nossa terra, Nossa gente. A história na imprensa periódica.	166
4.3.O lugar da história nos tempos de Amaral	174
5. Como se escreveu a história fluminense entre as décadas de 1930 e 1950	176
5.1. Os historiadores	177
5.2. Quando eram escritas as histórias fluminenses?	195
5. 3. Quem editava as obras de história fluminense?	199
5.4. Como se escreveu a história fluminense?	202
5.4.1 - As fontes históricas	205
5.4.2 – Periodização	212
5.4.3 - O espaço-território	216
5.4.4 - Ciências auxiliares?	220
5.5. Quem era o fluminense?	222
5.6. Historiadores e histórias fluminenses	228
6. Considerações finais	230
7. Fontes documentais	235
8. Bibliografia Geral	246
9. Anexo: Historiadores das décadas de 1930 a 1950	264

Lista de figuras

Figura 1 – Capa do Álbum do Estado do Rio de Janeiro. 1922	71
Figura 2: Página onde se inicia a parte referente ao município de Teresópolis do Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922.	71
Figura 3: Busto de Nilo Peçanha. 1927.	78
Figura 4: Busto de D. Agostinho Benassi. 1928.	78
Figura 5: O Triunfo da República. 1927	80
Figura 6: Silva Jardim. 1927.	80
Figura 7: Quintino Bocaiúva. 1927.	80
Figura 8: Benjamim Constant. 1927.	80
Figura 9: Capa do livro de João Ribeiro Pinheiro. 1928	98
Figura 10: Capa do livro de Antônio Figueira de Almeida. 1929.	103
Figura 11: Capa do livro de Clodomiro Vasconcellos. 1929.	113
Figura 12: Capa do livro de Max Fleiuss. 1928.	113
Figura 13: Páginas 72 e 73 do livro de Clodomiro Vasconcellos 1929	113
Figura 14: Páginas 154 e 155 do livro de Max Fleiuss. 1928.	113
Figura 15: Capa do livro de José Mattoso Maia Forte. 1928.	117
Figura 16 – Tipo moderno de construção para escola isolada de zona rural. Entre 1942 e 1945	138
Figura 17 – Atividades dos Clubes Agrícolas. Entre 1942 e 1945	138
Figura 18 – Instalação dos cursos de férias para as professoras da rede estadual de ensino. 1942	138
Figura 19 – Uma aula de Educação física. Entre 1942 e 1945	138
Figura 20 – Atividades das Missões Culturais em Mangaratiba. 1944	139
Figura 21: Museu Antônio Parreiras. 1942	140
Figura 22: Romaria da Saudade. Década de 1980.	143
Figura 23: Capa do Anuário de 1953	150
Figura 24: Ciclo de Estudos Fluminenses. 29/04/1954.	162
Figura 25: Capa do jornal Letras Fluminenses. 1954	168
Figura 26: Biblioteca Pública de Niterói.	190
Figura 27: Capa da Revista da Academia Fluminense de Letras. 1953	190
Figura 28 Reunião de Refundação da Academia Niteroiense de Letras 1943	191

Lista de tabelas:

Tabela 1: Sistema Educacional Fluminense. 1929	90
Tabela 2: Historiadores Fluminenses: períodos de nascimento.	178
Tabela 3: Historiadores Fluminenses: locais de nascimento.	179
Tabela 4: Historiadores Fluminenses: locais de nascimento pelo critério capital-interior	179
Tabela 5: Historiadores Fluminenses: Locais de moradia entre as décadas de 1930 e 1950.	180
Tabela 6: Historiadores Fluminenses: Locais de exercício profissional entre as décadas de 1930 e 1950.	180
Tabela 7: Historiadores Fluminenses: Exercício de funções públicas entre as décadas de 1930 e 1950.	184
Tabela 8: Historiadores Fluminenses: Atividades profissionais.	184
Tabela 9: Historiadores Fluminenses: Participação em associações.	186
Tabela 10: Historiadores Fluminenses: Localização das associações.	187
Tabela 11: Historiadores Fluminenses: Tipologia das associações	187

Lista de abreviaturas:

AFL – Academia Fluminense de Letras

ANL – Academia Niteroiense de Letras

CFHL – Cenáculo Fluminense de História e Letras

CNG – Conselho Nacional de Geografia

DEG – Departamento Estadual de Geografia

DRGERJ – Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro

ETR – Escola Típica Rural

FFF – Faculdade Fluminense de Filosofia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGERJ – Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

UDF – Universidade do Distrito Federal

... Se alguns destes espíritos que mourejam quase incógnitos nas províncias são como inexistentes para o público da capital, a culpa não é deles. Acusemos antes a nossa presunção, que nos leva a crer que o Brasil seja a rua do Ouvidor...

Silvio Romero

Introdução

Todo raiar de um novo milênio é envolto em expectativas e apreensões sobre os novos tempos. Diagnósticos e prognósticos são realizados sobre a situação vivida e o que se espera viver. O alvorecer do século XXI não escapou desse quadro. Nesse contexto, o Departamento de Geografia, da Universidade Federal Fluminense, realizou, entre 27 e 29 de novembro de 2001, o seminário *O Estado do Rio de Janeiro no século XXI – Olhando para o futuro*. Coube ao professor Carlos Lessa a conferência inaugural que tomou o título de “*O Rio de Janeiro – Que estado é esse?*”. Logo no princípio o conferencista salientou que a questão poderia ser discutida sob diversos prismas, mas ele priorizou o enfoque econômico e simbólico.

Para iniciar sua fala, o economista fez uma rápida visita ao século XIX apresentando o movimento da irradiação do café pela então província fluminense e concluiu que “*foi a economia escravista do café que deu a referência histórico-estrutural que permitiu a unidade territorial brasileira*”¹.

A crise que se vivia no estado não seria um problema exclusivamente regional pois “*o problema do Rio de Janeiro é que, ao contrário de outras metrópoles brasileiras, não é regional. A referência era sempre nacional*”². A solução indicada seria um maciço investimento na Baía de Sepetiba, cujo porto seria o melhor escoadouro para a produção de soja do Brasil Central, do minério do Vale do Rio Paraopeba e do gás de Campos. Enfim “*o Brasil industrial do futuro está em Sepetiba*”³.

O Rio de Janeiro era considerado o “*laboratório de brasilidade*” reunindo no microcosmo fluminense o que “*temos de bom [...] e o que temos de ruim*” no país. Por isso, seu desenvolvimento seria de suma importância para o Brasil. “A

¹ Carlos Lessa. O Rio de Janeiro – Que estado é esse? In: **ANAIS do Seminário: O Estado do Rio de Janeiro no início do século XXI: Olhando para o futuro**. Niterói: UFF, 2001. p. 17-34.

² *Ibid.*, p. 17.

³ *Ibid.*, p. 21.

nação brasileira vai voltar a ser valorizada pelo Rio [...] nós temos que retomar a discussão sobre a importância da nação. E eu acho que este é o espaço vocacionado para isto [...]. O discurso fluminense vai ter cada vez mais força na comunidade brasileira”. Enfim “para mim [o Rio de Janeiro] é o coração do Brasil”⁴.

Em linhas gerais, nessa conferência, Carlos Lessa construiu o discurso de que o futuro do país dependia do Rio de Janeiro. Ele foi categórico ao afirmar que “*o futuro pertence ao Rio de Janeiro*”. Os destinos do brasileiro do novo milênio seriam traçados pelo Rio de Janeiro, assim como o fora no século XIX, quando a “*economia escravista do café*” manteve a integridade territorial do país.

Carlos Lessa atualiza, nesse raiar de um novo milênio, um discurso que se firmou entre os fluminenses do século XX no qual se considerava que a história do país dependia da própria história do Rio de Janeiro.

No século XIX, a então província fluminense fora o bastião do regime monárquico. Tal posição se dera pela produção cafeeira do Vale do Paraíba e pela inserção da aristocracia local na direção da política imperial. Esse quadro passara pelos revezes promovidos pelo avanço do café para o vale do Paraíba paulista, pela abolição da escravidão e pela proclamação da República. Com isso, o novo estado passara a um papel secundário no direcionamento da política nacional e pela desestabilização de sua economia. Grupos políticos divergentes disputavam o poder durante toda a Primeira República. A liderança de Nilo Peçanha, que se estendeu do governo de Alberto Torres (1898-1900) até a intervenção federal em 1923, não conseguia suplantar as divergências e formar um grupo que implementasse uma política de recuperação política e econômica do Estado do Rio de Janeiro e que o tornasse capaz de competir com as novas forças hegemônicas do país, São Paulo e Minas Gerais.⁵

Vivia-se sob os discursos da perda de uma *Idade de Ouro* – o Império –, em que a *Velha Província* – o Rio de Janeiro – detinha a primazia política e econômica. Os projetos políticos visando promover o soerguimento fluminense apostavam na tradição agrarista da região. Considerava-se que apenas o campo e

⁴ *Ibid.*, p.34.

⁵ Sobre a Primeira República no Estado do Rio de Janeiro cf. Marieta de Moraes Ferreira. **Em busca da Idade de Ouro**: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. E o livro organizado pela mesma autora **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

as atividades agropastoris seriam capazes de superar a crise econômica vivida e dar o sustentáculo às aspirações de retorno à antiga situação política em que os políticos fluminenses estavam no centro das decisões da política nacional.

Perspectiva semelhante é encontrada nas administrações posteriores à Revolução de 1930, especialmente durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945). A historiografia que analisou o projeto amaralista para o estado do Rio de Janeiro afirma que, entre 1937 e 1945, o interventor implementou um projeto de recuperação econômica, baseado no agro-fluminense.⁶ O governo investiu na criação da infra-estrutura que viabilizasse a reestruturação das atividades agrárias, reafirmando assim a sua “vocação”. Seu projeto modernizador incluía ainda a reforma administrativa e financeira do governo. O interventor constituiu um grupo político alicerçado no interior que lhe permitiu o controle da política estadual nas décadas seguintes.⁷

Observamos uma certa continuidade de perspectiva nas sete primeiras décadas republicanas. Os projetos políticos de ação na esfera econômica priorizaram o agro-fluminense. Nas décadas de 1940 e 1950 reafirmava-se que a recuperação do lugar fluminense no cenário nacional seria possível a partir da recuperação do campo. Havia uma forte noção de que a recuperação do Estado seria uma recuperação histórica de sua posição alicerçada em uma atividade historicamente característica da região. Os discursos políticos ancoravam-se na argumentação do saudosismo histórico de um período que fora perdido.

Os projetos políticos e econômicos defendidos durante a primeira metade do século XX foram analisados por Marieta de Moraes Ferreira, Surama Sá Conde Pinto, Silvia Pantoja de Castro, César Teixeira Honorato e Rafael Navarro Costa⁸.

⁶ Cf. Silvia Regina Pantoja de Castro. **Amaralismo e Pessedismo Fluminense**. O PSD de Amaral Peixoto. 1995. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1995. Da mesma autora. **Raízes do pessedismo fluminense**. A política do interventor: 1937-1945. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. César Teixeira Honorato. **O novo Estado no Estado Novo**. Análise da interventoria de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro. 1987. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

⁷ Amaral Peixoto governou o estado pela segunda vez, já como governador eleito, entre 1951 e 1954. Seus sucessores, Edmundo Macedo Soares (1947-1950) e Miguel Couto (1955-1958), foram eleitos com seu apoio.

⁸ Os trabalhos de Marieta de Moraes Ferreira, Silva Pantoja de Castro e César Honorato já foram citados anteriormente. Conferir também: Surama Conde Sá Pinto. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. Rafael Navarro Costa. **Tecendo as redes da política**: articulações e projetos

No entanto, tal temática ainda não foi abordada sob o aspecto do pensamento intelectual em geral e da historiografia local, em particular. Aliás, a historiografia não vem tomando o estado do Rio de Janeiro como um tema relevante, como podemos concluir das análises dos balanços historiográficos da produção do conhecimento histórico sobre o Rio de Janeiro.

Tais balanços foram elaborados por Eulália Lobo e Francisco Falcon como conferências pronunciadas no VI Encontro Regional do Núcleo do Rio de Janeiro da ANPUH, realizado em 1994⁹. A primeira realizou um inventário de instituições e acervos documentais, assim como de fontes impressas passíveis de serem utilizadas na construção da história do Rio de Janeiro desde o período colonial até a época em que escrevia¹⁰. Na segunda parte do texto da conferência há um inventário de autores e obras sobre temáticas diversas: história administrativa, urbana etc. Caminho semelhante foi tomado por Francisco Falcon, que abriu seu texto demonstrando a complexidade de se pensar o Rio de Janeiro por este ter um caráter de centro de importantes instituições de acervo e por concentrar destacados centros de pesquisa não apenas universitários – citando como exemplo a Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Oswaldo Cruz – que elaboram trabalhos históricos sobre a temática. Em um segundo momento, Falcon fez recortes temáticos sobre a produção que passava a analisar.

Não é apenas na estrutura textual que podem ser observadas semelhanças nas exposições de ambos historiadores. Há alguns pressupostos em comum que são interessantes e merecem destaques.

Em primeiro lugar, ambos têm como referência a produção universitária, excluindo desta análise uma ampla produção realizada fora dos círculos acadêmicos, entendidos, nesses artigos, como as instituições de acervo e pesquisa – a exemplo do CPDOC e da Casa de Rui Barbosa – relacionadas por Falcon.

Essa tentativa de balanço resultou talvez universitária em demasia, se bem que em sua defesa se possa argumentar com o fato de que desde a década de 70 pelo menos, a produção do conhecimento histórico vem sendo realizada, em mais de

na construção do amaralismo. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

⁹ Estes balanços, apesar de já contarem com quinze anos de publicação, foram os últimos balanços sistemáticos sobre a produção do conhecimento histórico sobre o Rio de Janeiro.

¹⁰ Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Historiografia do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 1995. N.º 30. vol. 15. p. 50

90%, no âmbito das universidades, ou mais concretamente, na esfera dos programas de pós-graduação¹¹.

Nem se cogitou referência à produção fora desses círculos pelo seu tom descritivo ou “memorialista”:

A historiografia do Rio de Janeiro caracterizou-se por longo tempo, pelos relatos empíricos descritivos, geralmente obedecendo à ordem cronológica ou pelas memórias de estrangeiros e nacionais. As memórias voltavam-se com frequência para o exótico, o outro, o que fugia do modelo europeu, nessa metrópole situada nos trópicos, porém constituem-se em excelentes fontes de informação. O estabelecimento dos cursos de pós-graduação, o desenvolvimento do ensino da teoria e metodologia nas Universidades, os recursos do CNPq, FINEP, CAPES, a criação de centros de pesquisa como a Casa de Rui Barbosa e o CPDOC, modificaram esse panorama¹².

Em ambos encontramos uma referência à produção universitária do saber histórico – em especial aquela posterior à década de 1970, quando surgiram os primeiros cursos de pós-graduação – que desqualifica outros discursos sobre o passado que não tenham ligações com aquele. No máximo, estes estudos são reconhecidos como fontes de informação.

Por outro lado, não se define, nos textos, de qual Rio de Janeiro se está falando: a cidade ou o estado. Lembremo-nos que por quase cento e cinquenta anos (1834 a 1975) a cidade esteve separada político-administrativamente do estado, o que levou a uma série de fatores que são significativos nesta análise. O Ato Adicional de 1834 transformou a cidade do Rio de Janeiro em município neutro e capital do império. Sua condição de capital foi reafirmada com a instauração do regime republicano que a manteve como Distrito Federal. A transferência do centro político para Brasília, em 1960, levou à criação de um novo estado, o da Guanabara, extinto apenas com a fusão dos dois estados – deste com o do Rio de Janeiro – em 1975. Essa trajetória confere especificidades à história destas regiões. A cidade tornou-se um importante centro urbano, comercial, financeiro, industrial e operário do país diferindo-se do estado eminentemente rural, agrário e campesino que fora, exatamente por isso, a província-chave do Império e o celeiro da Corte/Distrito Federal por um longo tempo. Definir de qual Rio de Janeiro se fala é importante devido às

¹¹ Francisco Falcon. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 1995. N.º 30. vol. 15. p. 65-66.

¹² Eulália Lobo. *Loc. cit.*, p. 50.

especificidades das regiões. Para avaliarmos o quão díspar é a produção universitária – dissertações de mestrado e teses de doutorado – sobre a cidade e o estado podemos lançar mão do catálogo, organizado por Lícia Valladares e Maria Sant’Anna, que levantou a produção de várias áreas do conhecimento entre 1960 e 1990. Em um universo de 265 trabalhos, 73% dos títulos inventariados, a maioria esmagadora, abordava a cidade do Rio de Janeiro. A região metropolitana contava com 11% dos estudos e o restante do estado com 16%¹³. Consultando o catálogo de dissertações e teses do programa de pós-graduação em história mais antigo do Estado do Rio de Janeiro, o da Universidade Federal Fluminense, localizamos 700 dissertações e teses defendidas entre julho de 1974 e agosto de 2005¹⁴. Desse conjunto, cerca de 17% (121) abordam temáticas referentes à cidade do Rio de Janeiro. Aquelas cuja temática envolvem o estado do Rio de Janeiro – agrupados aqui estudos sobre municípios e/ou regiões – totalizam 8,3% (65), aproximadamente a metade daquelas referentes à cidade.

Se por um lado a produção universitária não destacou o estado do Rio de Janeiro em suas análises, por outro desqualificou os estudos historiográficos elaborados fora destes círculos, taxando-os como memorialistas, como José Honório Rodrigues caracterizou uma série de estudos históricos do século XIX e do seguinte¹⁵.

A história memorialista buscava reconstruir o passado de um local ou uma região unindo à pesquisa documental, elementos biográficos ou autobiográficos. Aproximando-se da crônica, é “*em si um programa histórico, a idéia de que era necessário evocar o passado e trazê-lo vivo aos nossos olhos*” visando atrair um público mais amplo¹⁶. Para conseguir uma “*significação quase visual*”, prendia-se à minúcia dos fatos, do pitoresco, do anedótico, relegando esse discurso ao lugar de fonte de informações e não de historiografia.

É nessa mesma direção que segue o balanço historiográfico que Ismênia de Lima Martins elaborou sobre a produção referente a Niterói. Partindo do pressuposto de que tendo sido a província do Rio de Janeiro uma das mais

¹³ Lícia do Prado Valladares e Maria Josefina G. Sant’Anna (Orgs.). **O Rio de Janeiro em teses**. Catálogo bibliográfico 1960-1990. Rio de Janeiro: UERJ/CEP:Rio; IUPERJ/URBANDATA, 1992.

¹⁴ Consultado no site do programa de pós-graduação em história da UFF: www.historia.uff.br . Acessado em 15/08/2005.

¹⁵ José Honório Rodrigues. A historiografia memorialista e o Rio de Janeiro. In: Vivaldo Coaracy. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1965. p. XXXVIII.

¹⁶ *Ibid*, p. XXXVII.

dinâmicas do período imperial, a historiografia sobre sua capital deveria ser um dos objetos privilegiados.

O pressuposto de que a historiografia brasileira privilegiou em seus quadros as cores vibrantes dos centros hegemônicos política e/ou economicamente, deve gerar uma expectativa positiva em relação à produção historiográfica sobre Niterói, capital da província mais dinamizada economicamente no Império. No entanto, a identificação do material existente frustra consideravelmente aquela expectativa¹⁷.

E a partir daí a historiadora passou a expor os motivos para essa situação: a consolidação tardia de Niterói enquanto cidade e a atração de sua elite dirigente pelo jogo político na capital vizinha, Rio de Janeiro.

Ismênia Martins relacionou 84 títulos, dos quais ela destaca os trabalhos de José Matoso Maia Forte, Antônio Figueira de Almeida e José Antônio Soares de Souza como monografias de maior fôlego que objetivaram “*traçar um quadro geral da história da cidade ou município*” diferentemente da grande maioria dos estudos levantados, que “*é constituída de artigos que não ultrapassam três páginas, cujo potencial explicativo é praticamente nenhum. Na maioria das vezes apresentam-se como simples registros, e os mais ousados apenas tangenciam um nível de questionamento*”¹⁸. De um modo geral esses textos:

Apresentam-se, porém, fortemente limitados pelo compromisso com a história factual tradicional, insuficiente grau explicativo, desprezo pelos questionamentos sócio-econômicos, e ainda pelo desinteresse com que encaram as articulações local/regional/nacional¹⁹.

É uma historiografia marcada por um ufanismo localista que chega às raias da excentricidade, segundo a historiadora. “*Alguns dos seus produtos classificam-se forçosamente como excêntricos*” citando um pequeno artigo do padre José Nicodemos Santos publicado no Jornal do Instituto Histórico de Niterói, “*Morre uma palmeira histórica*”²⁰.

¹⁷ Ismênia de Lima Martins. Niterói histórico. A cidade e a historiografia. In: Ismênia de Lima Martins e Paulo Knauss (Orgs.). **Cidade múltipla**. Temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997. p. 231.

¹⁸ *Ibid*, p. 232.

¹⁹ *Ibid*, p. 233.

²⁰ José Nicodemos dos Santos. Morre uma palmeira histórica. In: **Jornal do Instituto Histórico de Niterói**. 1976, p. 59-61. *apud Ibid.*, p. 233.

Essa tida deficiência historiográfica poderia ser sanada pela produção universitária, já que na cidade localiza-se a Universidade Federal Fluminense. No entanto, isso não ocorrera tendo em vista que seu levantamento no acervo de dissertações do programa localizou três títulos em um universo de 267 produzidas até 1995. Apesar da pequena quantidade, destaca-se a diversidade de temas abordados – um deles realiza um estudo histórico-demográfico da cidade, outro aborda a questão das freguesias rurais no século XIX e o último faz uma análise dos movimentos associativos de bairros e sua relação com o estado.

Pelo que foi exposto até agora, observa-se um certo consenso de perspectiva no que tange à produção historiográfica local/regional fora dos círculos universitários.

Em primeiro lugar, a historiografia produzida fora dos círculos universitários é estigmatizada como tradicionalista, factual, evolutiva, política, com forte cunho biográfico e autobiográfico, que tende para o pitoresco, o anedótico, o exótico. Rotulada como memorialista, engloba-se nesse grupo uma gama variada e díspar de estudiosos, desde aqueles que escrevem pequenas notas para a história de uma instituição ou personagem, até aqueles que se dedicaram a desenvolver extensos inventários da história de uma cidade ou região. As menções a essas produções costumeiramente são pejorativas. Homogeneiza-se essa produção no tempo e no espaço. As obras e os autores são tidos como reacionários e conservadores, como aqueles que se dedicaram/dedicam à coleção do anedotário, do pitoresco e do folclórico. Homogeneiza-se uma produção com profundas raízes na tradição historiográfica brasileira. É uma produção que circula por outros espaços que não os universitários: Academias de Letras, Cenáculos ou Institutos Históricos. Seus autores, autodidatas em grande maioria – médicos, advogados, engenheiros etc. –, envolvidos em uma rede de sociabilidades que os fazem reconhecidos por grupos dos poderes públicos e prestam-lhes assessoria. Reconhece-se nela, quando muito, um valor informativo. A história que tem seu valor reconhecido é aquela produzida nas universidades, em especial, posteriormente à implementação das pós-graduações na década de 1970²¹. Essa

²¹ Essa não é uma perspectiva presente apenas no Rio de Janeiro. Ao ser organizado o X Encontro regional de história do núcleo mineiro da ANPUH, cuja temática era “Minas, trezentos anos: Um balanço historiográfico”, Eliana Freitas Dutra realizou um balanço historiográfico em que diz: “achei por bem me ater à mesma [temática do encontro] e me propus fazer um balanço da produção historiográfica mineira nos últimos 12 anos, na sua relação com a universidade,

produção anterior é tudo aquilo que a historiografia acadêmica atual não é, e, por isso, é muitas vezes esquecida, silenciada, na construção da memória historiográfica brasileira.

A proposta de trabalho desenvolvida na presente tese dialoga com essas questões apresentadas. Pelo que vimos indicando, há uma secundarização do estado do Rio de Janeiro como objeto da produção universitária e, por outro lado, há uma preponderância da análise política e econômica na abordagem de alguns temas, como aqueles referentes à primeira metade do século XX. Esses trabalhos procuraram analisar os projetos políticos e econômicos desenvolvidos por dois grupos que controlaram a direção política do estado nesse período, o nilismo e o amaralismo. Sem perder de vista o diálogo com tal produção, nosso objetivo central, neste trabalho, é a análise da historiografia fluminense produzida entre as décadas de 1930 e 1950. Nosso foco de análise centra-se nesse período como um desdobramento de nossas reflexões sobre a construção dos discursos acerca da identidade fluminense já iniciados em minha dissertação de mestrado, em que analisei o lugar do folclore no debate intelectual fluminense entre as décadas de 1940 e 1950, através de uma agremiação formada no período, a Comissão Fluminense de Folclore²². Apesar de o folclore ser um tema caro à intelectualidade local em um período precedente, foi em 1950 que se organizou, no estado do Rio de Janeiro, uma instituição especificamente a ele dedicada, seguindo um contexto nacional de valorização da temática.

No pós II Guerra Mundial, os debates sobre a intolerância racial/cultural dos regimes totalitários levaram à valorização de estudos sobre a diversidade cultural dos povos. Nesse sentido o folclore ganhou destaque com a organização de instituições internacionais e nacionais dedicadas à temática. Foi nesse contexto que o movimento folclórico brasileiro ganhou repercussão²³. O interesse pela temática, no Brasil, data da segunda metade do século XIX e seus estudos

particularmente com os cursos de pós-graduação...". Cf. Eliana R. Freitas Dutra. A historiografia mineira: Tendências e contrastes. In: LPH. Revista de história. UFOP. Nº. 6. 1996. p. 7-15.

²² Rui Aniceto Nascimento Fernandes. **Construindo o folclore fluminense**. Intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro. 1949-1961. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

²³ Luís Rodolfo Vilhena. **Projeto e missão**. O movimento folclórico Brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

propiciaram reflexões sobre a identidade nacional²⁴. Em 1948 foi criada a Comissão Nacional de Folclore, vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciência (IBECC), órgão do Ministério das Relações Exteriores ligado à UNESCO e que congregava folcloristas de todo o Brasil. Esta instituição organizou comissões estaduais, incentivou a realização de inventários das manifestações folclóricas do país, a preservação do folclore e sua inserção na escola básica e no debate universitário. Os folcloristas, nela envolvidos, visavam a criação de um campo autônomo do conhecimento universitário, com o estabelecimento de métodos, conceitos e práticas de pesquisa²⁵.

Inserida nesse movimento, a Comissão Fluminense de Folclore partilhava dos mesmos objetivos da Comissão Nacional, mas possuía especificidades definidas pelo conjunto de letrados que a compôs e pela inserção do tema nas perspectivas intelectuais e políticas locais. Entre 1952 e 1955 a Comissão Fluminense de Folclore contou com 35 membros arregimentados, por seu Secretário Geral, Luiz Palmier, entre políticos da administração de Amaral Peixoto (1951-1955), do mundo literário da capital do estado e do magistério fluminense. Assim, pude perceber que o folclore ocupava um lugar relevante no debate intelectual fluminense, sendo um dos caminhos para a construção da identidade local. Um dos caminhos, mas não o único, haja vista que os temas educacionais, jurídicos, literários, geográficos, biográficos e históricos integravam essa plêiade de interesses intelectuais. Diversos folcloristas analisados escreveram narrativas históricas sobre o estado do Rio de Janeiro, sobre suas regiões e dos personagens considerados representativos. Entre os que compuseram a comissão folclórica estava Alberto Ribeiro Lamego que elaborou a história do estado, a partir das regiões geo-econômicas que o compõem, através de sua famosa tetralogia *O homem e o Brejo, O homem e a serra, O homem e a restinga e O homem e a Guanabara*; Luiz Palmier, que narrou a história do município de São Gonçalo e biografou um conterrâneo que presidiu o estado entre 1894 e 1897, Maurício de Abreu; e o desembargador Myrtaristides de Toledo Piza construiu a história da antiga aldeia de índios, Itaocara. Entre os biógrafos, lá estavam o poeta

²⁴ Martha Abreu. Folcloristas. In: Ronaldo Vainfas (Dir.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 280-283. Marcos Ayala; Maria Ignês Novais Ayala. **Cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

²⁵ Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti; Luís Rodolfo Vilhena. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização dos estudos de Folclore. In: **Estudos Históricos**. 3 (5): 75-92. Rio de Janeiro: FGV, 1990. e Luís Vilhena. *loc. cit.*

riobonitense Renato de Lacerda, que narrou a história de um outro poeta conterrâneo, Bernardino Lopes, e Maurílio de Gouvêa, que se dedicou a inventariar as histórias da elite política fluminense durante o período imperial, com a biografia do Marquês do Paraná e daqueles que fizeram parte dos Conselhos do Império. Ao realizar essa pesquisa encontrei outros historiadores como Alberto Lamego, pai do outro Lamego, que escreveu uma monumental história de Campos dos Goytacazes em oito volumes, Acácio Ferreira Dias, Manoel Erthal e Roberto Pereira dos Santos, estes escrevendo respectivamente sobre Cantagalo, Bom Jardim e Rio Bonito²⁶.

Era uma produção historiográfica que unia dados diversos – geográficos, estatísticos e literários – na construção de uma narrativa sobre o estado e seus municípios visando demonstrar o lugar que estes desempenhavam nos cenários nacional, no caso do estado, e regional, no caso dos municípios. Seguiu-se uma outra concepção de história e de produção do conhecimento histórico diferente daquela que se firmou na universidade, mas que também diferia da imagem consolidada como produção memorialista. Ao consultar alguns desses livros durante aquela pesquisa, incomodava-me tachá-los como memorialistas. Havia toda uma preocupação com a pesquisa das fontes primárias e com a citação de estudos da época que embasavam tais trabalhos.

Ao mesmo tempo pude observar que seus autores produziam uma história engajada com suas perspectivas de construção de um novo estado. A grande questão do período era qual o lugar do Estado no cenário nacional. A construção da história local, assim como as investigações folclóricas, nesse período, associava-se ao projeto político amaralista de soerguimento do estado.

Voltamos agora para a história, para a historiografia fluminense produzida entre as décadas de 1930 e 1950. Trabalhamos com os textos daqueles que se propuseram a construir conhecimento histórico sobre o estado do Rio de Janeiro no período. Homens de letras e de ação que uniam sua reflexão intelectual sobre o estado a uma participação efetiva na implantação de projetos políticos e econômicos de transformação da realidade local. Homens de letras que partilhavam as idéias comuns à geração de intelectuais brasileiros dos anos 1920-1940, que consideravam o Estado como o principal agente de transformação da

²⁶ As referências completas desses trabalhos encontram-se no quarto capítulo e na relação de fontes utilizadas para o desenvolvimento desta tese.

realidade social e, por isso mesmo, se atribuíam o papel de orientadores de suas ações²⁷.

Eram homens de letras que, em sua grande maioria, mantinham relações com a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro, mas que, por motivos diversos, elegeram o estado como o seu *locus* de reflexão e de ação. Foi por esse motivo que procuramos trabalhar com estes personagens e não com aqueles que foram “cooptados” pela capital do país. Desejávamos entender os olhares de dentro, que assimilavam as influências externas, especialmente do Distrito Federal, mas que desenvolviam projetos e perspectivas de valorização de sua pequena pátria. Ecoavam, entre essa geração, as palavras de Joaquim Manoel de Macedo, itaboraense romancista de *A Moreninha*, que ao dedicar um dos seus romances a registrar uma história que se passara na freguesia de São João Batista de Itaboraí em finais do século XVIII, expressava a relação que o homem deveria ter com as suas pátrias:

Um celebre poeta polaco, descrevendo em magníficos versos uma floresta encantada do seu país, imaginou que as aves e os animais ali nascidos, se por acaso longe se achavam, quando sentiam aproximar-se a hora de sua morte, voavam ou corriam e vinham todos expirar à sombra das árvores do bosque imenso, onde tinham nascido.

O amor da pátria não pode ser explicado por mais bela e delicada imagem.

Coração sem amor é um campo árido, quase sempre ou sempre cheiro de espinhos e sem uma única flor que nele se abra e o amenize.

Haveria somente um homem em quem palpitasse coração tão seco, tão enregelado e sem vida de sentimentos; o homem que não amasse o lugar do seu nascimento.

Depois dos pais que recebem nosso primeiro grito, o solo pátrio recebe nossos primeiros passos: é um duplo receber que é duplo dar.

As idéias grandes e generosas dilatam o horizonte da pátria; a religião, a língua, os costumes, as leis, o governo, as aspirações fazem, de uma nação uma grande família, e de um país imenso a pátria de cada membro dessa família.

Mas, deixem-me dizer assim, a grande não pode fazer olvidar a pequena pátria dessa árvore majestosa que se chama a nação, o país, não há quem não sinta que a raiz é a família e o berço pátrio.

Há nesse santo amor uma escala ascendente que vai do lar doméstico à paróquia, da paróquia ao município, do município à província, da província ao império: ama-se o todo, porque se ama cada uma de suas partes.

Com efeito é impossível negar que em suas naturais e suavíssimas predileções o coração distingue sempre entre todos os distritos, cidades e diversos pontos do país o torrão limitado do berço pátrio; pobre ou mesquinho,

²⁷ Daniel Pécault. **Intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. p. 19-59.

esquecido ou decadente, agreste ou devastado é sempre amado por nós e sempre grato para nós.

É por isto e por muito mais, é porque foi meu berço, e berço daqueles a quem mais amei e amo, é porque no seu seio tenho sepulturas queridas, é porque me guarda em seus lares amigos dedicados, é porque desejo ter em seus campos um abrigo na minha velhice que começa, e no seu cemitério um leito para dormir o último sono, é enfim por todos esses laços da vida e da morte que a vila de Itaboraí me é tão querida²⁸.

Escrever sobre a pequena pátria não significava construir uma oposição com a grande pátria, entre o regional e o nacional, entre o particular e o geral. Esses homens escreviam sobre suas localidades no sentido de mostrar sua integração nos processos maiores; para destacar a contribuição local na construção da história do estado e do país. Ao escreverem suas histórias das cidades que muitas vezes serviram-lhes de berço objetivavam ressaltar o que as ligava à experiência regional, os laços que lhes conferiam uma irmandade fluminense e, por conseguinte, nacional. Desta forma, decidimos não por eleger um autor em particular para análise, mas um conjunto de autores que nos permitissem entender quais eram os elementos que compunham, para eles, os procedimentos da produção do conhecimento histórico entre as décadas de 1930 e 1950.

A presente tese encontra-se estruturada em quatro capítulos. O primeiro discute o lugar da história regional na produção do conhecimento histórico. Pretende-se demonstrar que a questão da região e da história regional está presente na historiografia brasileira desde o século XIX, o que a torna um tema a ser refletido na compreensão do campo no país.

No segundo capítulo, *Os modernos fluminenses e o surgimento da história do estado*, retrocedemos uma década do período que é nosso objeto de estudo. Os anos de 1920 são significativos na trajetória local. É um momento de alterações políticas e de intensos debates nos quais foram construídos discursos narrativos e imagéticos sobre o Rio de Janeiro que nos revelam alterações na forma como seus autores se relacionavam com o passado, e que passam a conferir um lugar de destaque à história em suas reflexões. Consolida-se a idéia de que era necessário o estudo da história estadual como forma de definir uma Idade de Ouro a ser restaurada e, com isso, firmam-se as diretrizes para a produção historiográfica local a partir de então: temas, cronologias, fontes etc. A análise de tal contexto é

²⁸ Joaquim Manuel de Macedo. **Rio do Quarto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1880. p. 4-8.

importante, pois foi aí que se estabeleceram concepções do papel da história, do historiador e do fazer historiográfico com as quais os intelectuais fluminenses das décadas seguintes dialogaram.

O projeto amaralista e história fluminense é o terceiro capítulo e nele analiso como a história local foi associada aos projetos políticos implementados no estado a partir da interventoria de Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945). Essa associação construía, especialmente para Amaral Peixoto, uma imagem de defensor da história e das tradições do estado. Tal construção era realizada nos departamentos governamentais, em especial, os de educação e de cultura; como também em movimentos e associações culturais de Niterói, o que nos levou à análise destes que investiam na construção de uma interpretação acerca da história do estado e de suas relações com a administração estadual.

O quarto e último capítulo, *Como se escreveu a história fluminense entre as décadas de 1930 e 1950*, dá sequência ao anterior analisando a associação existente no período entre a construção do conhecimento histórico local e o amaralismo, através da análise dos autores e das obras historiográficas produzidas no período. Por meio da investigação das biografias dos historiadores analisados, pude compreender os usos políticos do discurso histórico no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Investiguei quem eram os autores, as casas editoras e a rede de sociabilidade em que estavam envolvidos e lhes configurava o pensamento. Os caminhos trilhados demonstraram a associação dos letrados aos projetos políticos em voga, ora fazendo parte da estrutura administrativa, reorganizada por Amaral Peixoto para sua gestão, ora compartilhando idéias sobre a história e a identidade local. O endosso oficial é observado através da concessão de prêmios e pela publicação de várias obras pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ou subsidiado pelas municipalidades, ou pelo estado. Na segunda parte deste capítulo realizo a caracterização dessa produção: o que era compreendido como a tarefa do historiador, quais eram os elementos destacados, as cronologias e periodizações estabelecidas, as concepções acerca das fontes documentais, os acervos reconhecidos e a apropriação de conhecimentos de outros campos (literário, geográfico, estatístico) para a construção do discurso histórico.

Por fim, há algumas considerações finais em que são sintetizadas e retomadas as principais conclusões a que chegamos com este trabalho.

2.

Região e história regional. Notas sobre seu lugar na construção do conhecimento histórico

Nação e nacionalismo são temáticas em pauta há, pelo menos, dois séculos nas ciências sociais do mundo ocidental. No século XIX, esse debate esteve centrado no campo político-institucional, em que se associou o Estado à nação, concepção essa que se arraigou no senso comum. Os atuais processos de globalização e mundialização política e econômica vivenciados imprimem novos contornos à questão. Benedict Anderson apresenta-nos a ampliação do conceito, incorporando questões étnicas, religiosas e de gênero e suscitando lutas pelo reconhecimento de suas particularidades e por direitos legais de minorias²⁹.

Surgido em finais do século XVIII, o conceito de nação vem sendo analisado por diversos prismas – cultural, étnico, linguístico, econômico – desde então. Para Eric Hobsbawn, é possível explicá-lo como um fenômeno eminentemente político³⁰. Foi durante o século XIX que se consolidou a idéia de nação associada à de um Estado com limites territoriais definidos e governo centralizado, configurando o Estado-nação. A diversidade étnica, linguística e cultural presente em um mesmo território não seria empecilho para a sua formação, a exemplo dos casos dos Impérios Otomano e Austro-Húngaro. Pelas ações das agências estatais – os serviços postais, policiais, escolares etc. – seriam realizadas iniciativas visando a centralização política e a uniformização dos países. A constituição de nações era tida como um sinal de progresso. Neste quadro, como ficariam as particularidades regionais? Essa não era uma questão que impossibilitava os processos de unificação e centralização desenvolvidos pelos Estados europeus nesse momento. Durante o século XIX, por exemplo, foram desenvolvidas políticas de unificação linguística que, no entanto, não

²⁹ Benedict Anderson discute as atuais apreensões do conceito de nação que vem ganhando uma amplitude que dá suporte às reivindicações nacionalistas de grupos homossexuais e islâmicos, por exemplo. Benedict Anderson. Introdução. In: Gopal Balakrishnan (Org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 7-22.

³⁰ Eric Hobsbawn. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Ver também Guy Hermet. **História das nações e do nacionalismo na Europa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

inviabilizavam a manutenção de dialetos locais. Sobre essas políticas, o historiador inglês nos diz que:

Não implicava em hostilidade às línguas e às culturas de tais vítimas coletivas das leis do progresso (como então certamente seriam chamadas). Pelo contrário, onde a supremacia da nacionalidade estatal e da língua estatal não estava em questão, a nação maior poderia acolher e patrocinar os dialetos e línguas menores e as tradições históricas e folclóricas das comunidades menores que continha ao menos para provar o espectro de cores de sua palheta macro-nacional. Além disso, as nacionalidades pequenas ou mesmo Estados-nações que aceitaram, como algo de positivo sua integração na nação maior – ou, se preferir, aceitaram as leis do progresso – também não reconheciam diferenças irreconciliáveis entre a microcultura e a macrocultura, chegando mesmo a se reconciliar com a perda daquilo que não poderia ser adaptado à Idade Moderna.³¹

Pela citação acima é possível perceber que o regionalismo não era inconciliável com o nacionalismo. Sob a ótica dos dirigentes políticos, os particularismos tenderiam a desaparecer ou a se metamorfosear em sobrevivências de um período precedente, algo como que exótico, folclórico, que tenderiam ao desaparecimento integrado aos caracteres maiores, da nação. A pequena pátria poderia conviver com a grande pátria desde que não a colocasse em xeque.

Foi nesse contexto de afirmação das nacionalidades que se constituiu um modelo de escrita da história que teve de dialogar com a questão das particularidades regionais. Pretende-se demonstrar que a questão da região e da história regional está presente na historiografia brasileira desde o século XIX, o que a torna um tema a ser refletido na compreensão do campo no país.

2.1

Região: conceito histórico e geográfico

Mais do que um conceito, região tornou-se uma noção instrumental para o trabalho em diversas áreas do conhecimento no final do século XIX e durante o

³¹ Eric Hobsbawn, *loc.cit.*, p. 46-47.

século XX³². O termo, derivado da palavra latina *regere*, tem em seu radical – *reg* – incluída a idéia de relações de poder gerando uma série de palavras que a expressam: rei, regente, regência, regra etc. Durante o Império Romano, *regione* era a denominação que designava uma área que possuía uma administração local, mas estava subordinada às ordens centrais de Roma³³. Em sua origem, o conceito de região traz em si a conexão entre o particular e o geral, entre o específico e o universal, entre diversidade e unidade.

A questão política era relevante no cenário intelectual europeu do século XIX e integrou-se ao leque de interesses daqueles que imprimiram as diretrizes de cientificidade das novas disciplinas universitárias que surgiam no momento: a história e a geografia. Não causa nenhuma estranheza observar que foi na Alemanha, ou melhor, nos territórios que atualmente compõem o estado alemão, que tiveram início as discussões sobre a institucionalização dos dois campos. O processo de unificação política alemã só se completou na década de 1870, após inúmeras discussões e negociações entre os estados autônomos da região, e as questões políticas estavam na ordem do dia dos debates dos letrados de então³⁴.

A história tem em Leopold von Ranke o ícone do processo de cientificização, haja visto ele ter sido nomeado para a primeira cátedra de história em uma universidade prussiana após escrever a *História dos povos latinos e germânicos de 1495 a 1514*, em 1824. Passa-se a configurar um campo disciplinar tendo por objeto de estudo definido o estabelecimento de um método de trabalho para o historiador³⁵.

A primeira etapa desse método compreendia a seleção e organização de fontes documentais, transformadas em elemento básico para o ofício do

³² INSTITUTO Antônio Houaiss. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 2416. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam**. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. p. 186. D. Jose Maria D'Almeida e Araújo Correa de Lacerda. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: No escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1859. p. 265. Antonio de Moraes e Silva. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. S-l: Editorial Confluência, 1956. Vol. IX. Cândido de Figueiredo. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmãos, 1899. Vol. II. p. 433. (e também as edições de 1913 e de 1947), Francisco Fernandes. **Dicionário da língua portuguesa**. Porto Alegre: Ed. global, 1958. Vol. II. p. 1668. Agenor Costa **Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa**. 2ª ed. s/l: s/ed; [década de 1930]. p. 1965.

³³ Paulo César da Costa Gomes. O conceito de região e sua discussão. In: Iná Elias de Castro; Roberto Lobato Corrêa; Paulo César da Costa Gomes (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. p. 50-53.

³⁴ Eric Hobsbawm. **A era dos impérios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³⁵ Sergio Buarque de Holanda. (Org.). **L. Von Ranke**. São Paulo: Ática, 1979. Peter Gay. **O Estilo da História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Hayden White. **Meta-história**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.

historiador. Ranke privilegiava as fontes governamentais, daí sua concepção de história estar intimamente ligada às questões políticas.

Esse conjunto documental permitiria que ele escrevesse a história “como realmente aconteceu”. Essa construção histórica não seria apenas o exercício de transladar das fontes as informações para o texto historiográfico. Para Ranke, eram necessárias operações de análise e crítica documental acompanhadas de operações de intelectuais – raciocínio lógico, dedução, até mesmo a “intuição” para preencher as lacunas deixadas pelas fontes – que levaria o historiador a construir a História³⁶.

Sua concepção de história objetivava a compreensão da humanidade. Ranke não via problemas nos estudos das histórias particulares, nacionais, desde que estas levassem à compreensão da unidade. Escrevendo sobre o conjunto de transformações por que passava a Europa entre os séculos XVI e XVIII, o historiador prussiano colocava a questão nos seguintes termos:

Em história é de valor incalculável, sem dúvida, a visão de determinado momento, em sua realidade, em sua evolução específica: o específico encerra em si o geral. Todavia, permanece sempre a exigência de encerrar o todo, de um ponto de vista isento; aliás, é também o que de algum modo buscamos; da diversidade de percepções isoladas irá surgir natural e espontaneamente uma noção de unidade.³⁷

A questão da relação entre o universal e o particular também instigava aqueles que se dedicavam ao estudo dos aspectos geográficos. Ainda na primeira metade do século, dois naturalistas prussianos foram os primeiros a estabelecer as delimitações da geografia: Alexander von Humboldt e Karl Ritter. O primeiro, botânico e geólogo de formação, deixou em suas obras, especialmente em *Quadros da natureza e Kosmos. Ensaio por uma descrição física do mundo* – obra em cinco volumes publicada entre 1845-1862 –, sua concepção da geografia como uma ciência síntese para o conhecimento do universal do planeta, definindo o

³⁶ Essas idéias difundiram-se pela Europa, em especial na França onde tiveram grande influência até a década de 1940, com a escola metódica. Cf: Guy Bourd é Hervé Martin. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d. Charles-Oliver Carbonell. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987. Philippe Tétart. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: Edusc, 2000. Charles V. Langlois & Charles Seignobos. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Editora Renascença S. A., 1946. François Hartog. **O século XIX e a história**. O caso de Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

³⁷ Leopold von Ranke. As grandes potências. In: Sergio Buarque de Holanda. (Org.), *loc. cit.*, p. 146.

objeto geográfico como “*a contemplação da universalidade das coisas, de tudo o que coexiste no espaço concernente a substâncias e forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra*”. Caberia à geografia “*reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos, descobrir pelo livre exercício do pensamento e combinando as observações, a constância dos fenômenos em meio às suas variações aparentes*”³⁸. A geografia deveria compreender as conexões, a causalidade existente na natureza, o que seria possível através da observação, que era a base de seu método, o “*empirismo raciocinado*”. O geógrafo deveria contemplar a natureza onde construiria uma impressão dos fenômenos que, combinando com a observação sistemática de seus elementos componentes, e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação, à causalidade das conexões contidas na paisagem observada.

Karl Ritter apresenta uma outra concepção da geografia. De sólida formação humanista – estudou ciências naturais, história e teologia – e religiosa, lecionou história na Universidade de Berlim (1820-1859). Sua obra tem um caráter mais normativo. Na *Introdução à geografia geral comparada* (1850) defendeu a observação empírica como método geográfico. Diferentemente de Humboldt, que não destaca o papel do homem nos fenômenos naturais e preocupa-se com a unidade do globo, Ritter possui uma visão antropocêntrica e regional. Definindo o conceito de “sistema natural”, coloca a questão das particularidades na discussão geográfica. Para Karl Ritter, cada área territorial seria dotada de uma identidade própria e caberia à geografia o estudo comparativo dessas especificidades para a compreensão de uma unidade onde o homem tem papel de destaque.³⁹

Essas duas concepções, apesar de divergentes em alguns aspectos, possuem pontos de convergência. Enquanto Humboldt é universalista e não destaca o papel do homem no meio físico, Ritter é particularista (buscando a especificidade) e prioriza o homem e as relações homem-natureza em seus estudos. Ambos, no entanto, valorizam o princípio da existência de uma unidade terrestre cognoscível através da observação empírica; o binômio observação-descrição tornou-se a base de seus métodos de análise.

³⁸ Citações presentes em Antonio Carlos Robert de Moraes. **Geografia**. Pequena história crítica. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. p. 62

³⁹ *Ibid*, p. 59-65.

No final do século XIX, Friedrich Ratzel introduziu novas diretrizes nos estudos geográficos. Admirador e estudioso de Charles Darwin, definiu o objeto geográfico como o estudo da influência das condições naturais sobre a humanidade. Sua obra, *Antropogeografia, Fundamentos da aplicação da geografia à história* (1882), é considerada o marco inaugural da geografia humana⁴⁰. Para Ratzel, as influências do meio atuam na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos, e por meio destes, na sociedade. Em segundo lugar, os recursos naturais influenciariam a constituição social, pela riqueza que poderiam proporcionar. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, acelerando-a ou criando-lhe obstáculos, e na promoção de contato entre os povos, gerando o isolamento ou a mestiçagem. Essas influências seriam imediatizadas através das condições econômicas e sociais. Para Ratzel, a sociedade é um organismo que mantém relações duráveis com o solo, por nele se estabelecerem e por ser ele aquele que fornece os meios necessários à sua sobrevivência. Quando a sociedade organiza-se para defendê-lo, surge o Estado. O progresso dos Estados era visualizado pela sua capacidade em manter e ampliar o seu território. Sua perda seria a manifestação de sua decadência. Ratzel criou assim a noção de “espaço vital”, que seria a proporção entre a população de uma sociedade e os recursos existentes para sua manutenção. Caso essa relação fosse de desequilíbrio, era necessário ocupar novos territórios. Essa concepção de espaço vital justificará a política imperialista alemã de finais do século XIX e princípios do século XX. Por outro lado, seus seguidores desenvolveram a concepção do determinismo geográfico defendendo que o meio determina as características físicas e sociais dos grupos humanos. Metodologicamente, Ratzel defendia a observação e descrição das relações homem-natureza, porém propunha ir além, buscando a síntese das influências em escala planetária ou, em suas palavras “*ver o lugar como objeto em si e como elemento de uma cadeia*”.

Nesse mesmo momento, o eixo da discussão geográfica começa a deslocar-se da Alemanha para a França. Contrapondo-se à corrente alemã, Paul Vidal de La Blache tornou-se o expoente de uma nova concepção da geografia⁴¹. O geógrafo francês constituiu uma rede de influência sobre as publicações especializadas, as cátedras universitárias e os institutos de pesquisa,

⁴⁰ Antonio Carlos Robert de Moraes (Org). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

⁴¹ Antonio Carlos Robert de Moraes. **Geografia...**, p. 75-84.

hegemonizando o pensamento geográfico francês até a primeira metade do século XX. Uma de suas obras fundamentais, o *Tableau de la géographie de la France*, de 1903, instituiu a região como conceito-chave para a ciência geográfica e iniciou a exposição de suas proposta para a área⁴². No entanto, foi com *Princípios de geografia humana*, de 1921, que suas idéias assumem um cunho sistematizador.

Em primeiro lugar, ele criticou a politização do discurso científico presente na obra de Ratzel, defendendo a neutralidade da ciência frente às ações do Estado. Criticou também o naturalismo de Ratzel, em que o homem aparecia como um ser passivo às influências do meio. O geógrafo francês defendia o homem como um ser dotado de inteligência e liberdade que agia sobre o meio físico. Criticando as posições deterministas, La Blache propôs uma postura relativista. Definindo a relação homem-natureza como o objeto da geografia, o geógrafo francês defendeu que o meio influenciava o homem, mas este criava soluções para os limites por ele impostos. A natureza passava a ser vista como um campo de possibilidades para a ação humana, daí Lucien Febvre ter denominado essa corrente de possibilismo⁴³. Ao ocupar a superfície terrestre, o homem encontrou paisagens diferentes que lhe impuseram respostas diversas para sua organização. O conjunto de técnicas e costumes construído e passado socialmente em cada região La Blache denominou de “gêneros de vida”. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida. No entanto, eles não eram estáticos, pois uma série de fatores levaria a suas transformações: o fim dos recursos naturais, os contatos entre gêneros diferentes etc.

Paul Vidal de La Blache teve na geologia a influência para a definição da sua concepção de região geográfica. A região natural, como definida pelos geólogos, seria configurada pela combinação de aspectos físicos que particularizariam uma determinada área. La Blache desenvolveu essa noção inserindo o homem como um dos elementos fundamentais para a configuração das regiões⁴⁴. O meio físico criaria as condições para o desenvolvimento da vida humana, mas não a condicionaria. O homem agiria sobre esse meio, transformando-o. As regiões teriam então uma existência real, não seria um

⁴² Paulo César da Costa Gomes, *op. cit.*, p. 54

⁴³ Lucien Febvre. **La tierra e la evolución humana**. Barcelona: Cervantes, 1925.

⁴⁴ Paul Vidal de La Blache. As características próprias da geografia. (1913). In: Antonio Christofoletti (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 37-49.

conceito abstrato fruto das lucubrações de estudiosos. As especificidades regionais ocorreriam, pois o homem responderia de formas variadas às diferentes condições naturais. Nesse sentido, La Blache valorizava a história, pois o acúmulo de experiências em uma região criaria condições para novas transformações do gênero de vida do grupo que nela viveria. Surgia assim a Geografia Regional.

Tendo uma existência real, caberia ao geógrafo identificar, delimitar e descrever as regiões. Estabeleceu-se um modelo para esses estudos: as monografias regionais. Para explicar o particularismo de cada região, o geógrafo deveria reunir uma série de fatores:

Nesse plano se deve começar pela descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas. O objetivo final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular. De fato, neste caso, não se pode identificar *a priori* os traços distintivos responsáveis pela unidade regional, pode ser o clima, a morfologia, ou qualquer outro elemento, a partir do qual uma comunidade territorial cria uma forma diversa de se adaptar, um gênero de vida. A geografia regional francesa nos ensina, por exemplo, que na identificação da Borgonha o fundamental é o quadro histórico, nos Pirineus mediterrânicos, o clima; na Picardia, o relevo; e assim por diante. O fundamental é que estamos diante de um produto único, sintético, formado pela inter-relação destes fatores combinados de forma variada.⁴⁵

As idéias de La Blache são difundidas na Europa e nos Estados Unidos e sofrem críticas e desdobramentos. Desenvolvendo idéias do alemão Hettner – que introduziu a vertente lablachiana em seu país –, o geógrafo norte-americano Hartshorne defendeu, em 1939, o conceito de área em substituição à região. Segundo Hartshorne, a interpretação corrente de região considerá-la-ia como um elemento dado, cabendo ao geógrafo apenas a tarefa de identificá-la e descrevê-la. O geógrafo norte-americano, no entanto, considerava que há um número variável de elementos físicos, sociais e culturais que configuram a região. Essa variedade de elementos não poderiam ser “naturais”, ou seja, a região não seria “natural”, um dado real. Por isso, optou por abandonar o conceito de região e elegeu o de área como um instrumental de análise. A área seria uma categoria construída pelo estudioso ao agrupar uma série de elementos para configurá-la⁴⁶. A partir daí, os estudos regionais ganharam novos direcionamentos, não sendo exigido o exame exaustivo de todas as variáveis locais.

⁴⁵ Paulo César da Costa Gomes. *op. cit.*, p. 56.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 57-59. Antonio Carlos Robert de Moraes, **Geografia.....**, p. 95-102.

Até a década de 1950, a geografia regional era hegemônica. Desde então passou a sofrer inúmeras críticas ligadas a fatores internos do pensamento geográfico e com a influência do marxismo. Havia aqueles que criticavam a excessiva fixação nos particularismos. Muitos estudos regionais perdiam-se nas especificidades locais, sem fazer conexões com outras realidades, sem promover análises comparativas. Segundo os críticos essas operações – análises comparativas e as inter-relações – permitiriam criar leis gerais, o que garantiria o estatuto científico para a geografia. Aqueles que eram influenciados pelo marxismo acusavam-na de conservadora, sem preocupação social. Aos poucos, a geografia regional foi sendo suplantada com o surgimento de novas especializações: a geografia urbana, a geografia econômica, a geografia demográfica. Desde meados da década de 1990, no entanto, houve a retomada do campo em novas bases⁴⁷.

A geografia regional foi, porém, incorporada pelos historiadores franceses. O *Tableau de la géographie de la France*, de Vidal de La Blache, foi publicado como primeiro tomo da *Histoire de France*, de Ernest Lavisse. Mas foi com os *Annales*, em especial com Fernand Braudel, que o diálogo com a geografia se fez mais presente, tanto com a corrente lablachiana como com a antropogeografia de Ratzel⁴⁸.

Jose Mattoso define como deveria ser feita a história regional/local. Em primeiro lugar, “*toda a monografia regional ou local tem de começar por caracterizar o espaço escolhido*”⁴⁹. Uma caracterização que ia além da descrição. Dever-se-ia realizar a análise dos elementos físicos “*que lhe condicionam a história*”. Seguindo as premissas lablachianas, o meio físico criaria condições materiais para o desenvolvimento de variados gêneros de vida, os quais seriam criados pelo homem. Depois da descrição do território em questão dever-se-ia analisar a interação com outras regiões circundantes. Um segundo passo importante era caracterizar a população que nele vive ou viveu ao longo do tempo.

⁴⁷ Leonard Guelke. Geografia regional. (1977). In: Antonio Christofolletti (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 211-223. Paulo César da Costa Gomes, *op. cit.* Sandra Lencioni. Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: Ana Fani Alessandri Carlos (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 187-204. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha. Sobre o conceito de região. In: **Revista de história regional**. 5(2): 39-56. Inverno 2000.

⁴⁸ Peter Burke. **A Escola dos Annales**. 1929-1989. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p.45-56.

⁴⁹ José Mattoso. **A escrita da História**. Teoria e métodos. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. p. 169-180.

A partir daí o historiador regional promoveria a análise das relações de poder político, econômico e social no local e que lhe configuram a sua espacialidade e as manifestações culturais. As duas últimas indicações que Mattoso fez àqueles que se propunham realizar estudos regionais dizem respeito ao tempo histórico e às fontes documentais. Em relação à primeira, o historiador deve trabalhar sincrônica e diacrônicamente. Deve firmar uma cronologia que permita uma “reconstrução global” da história local, assim como deve pensar o tempo das estruturas sociais, que não é meramente político. Quanto aos documentos, o historiador português indica como fontes de análise a própria paisagem, os vestígios materiais do passado, os documentos escritos, a língua local etc.

Pierre Goubert justificava a expansão dos estudos de história regional por três elementos⁵⁰. Primeiramente, por considerar que a região é uma unidade de análise apropriada aos estudos daqueles que se dedicavam a análise das comunidades anteriores ao século XVIII, pois suas experiências eram mais locais do que nacionais ou em outras esferas. O segundo diz respeito às fontes. Esse recorte permitiria a um só historiador trabalhar com a totalidade da documentação disponível pelo recorte ser mais circunscrito. E, por fim, era possível estudar a evolução de uma comunidade em vários níveis – social, demográfico, econômico etc. – na longa duração, o que seria muito difícil para escalas maiores.

A história regional impôs-se assim, em íntimo diálogo com a geografia, como um meio de construção do conhecimento histórico válido, pois permitiria uma análise totalizante da vida de uma comunidade e, através da comparação, complexificaria as análises centradas em macro-escalas de análise.

É possível que as críticas a essa perspectiva também tenham se dado a partir da década de 1950 e 1960 nos mesmos termos que aquelas feitas à geografia regional: excessos de particularismo, dissociação de um questionamento social etc. Junte-se a isso, em nosso país, o processo de institucionalização da história que, em busca da cientificidade, tachou o que se fazia como história regional de orientações “ultrapassadas”.

⁵⁰ Pierre Goubert. Local History. In: Daedalus, vol. 100, n.º. 1, inverno de 1971, p. 113-127. *Apud*.
Ciro Flamarion Cardoso. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 75 .

2.2

Região e história no Brasil

A relação entre o regionalismo e o nacionalismo faz parte dos debates daqueles que se propuseram a pensar a identidade do país desde o século XIX. Interessa-nos, em particular, o debate estabelecido na primeira metade do século XX, quando os modernistas destacaram a necessidade de se conhecer as especificidades regionais, o que levou ao incentivo dos estudos de vários matizes sobre a questão.

É importante destacar, no entanto, que desde o século XIX firmou-se a interpretação de que os estudos regionais deveriam levar à compreensão dos laços identitários nacionais. Desde esse período, a relação entre região e nação configurou-se como uma questão importante presente na história do pensamento social brasileiro.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, do Arquivo Público do Império e do Colégio Pedro II fazia parte dos projetos de formação de um discurso legitimador da nova nação no cenário internacional⁵¹. O IHGB materializava em uma instituição um esforço por criar uma história que colocaria o Brasil no caminho da civilização europeia.⁵² A questão do lugar das histórias regionais na configuração de uma história nacional era colocada no Instituto em propostas dos sócios⁵³ e em seu periódico.

⁵¹ Sobre o Arquivo Público do Império cf. Célia Costa. O Arquivo Público do Império: O legado absolutista na construção da nacionalidade. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000, p. 217-231. Da mesma autora. Memória e administração. **O Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro**. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

⁵² Manoel Salgado Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº. 01 1988, p. 5-27. Lucia Pascoal Guimarães. Debaixo a imediata proteção de sua magestade imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro. Nº 388. p. 459-613. jul/set. 1995. Arno Wehling. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In: _____. A invenção da história. **Estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Eduff/Universidade Gama Filho, 1994. p. 151-168.

⁵³ Logo após a criação do IHGB, em 1839, por exemplo, Raimundo Cunha Mattos apresentava um quadro desfavorável para a escrita de uma “uma história filosófica do povo do Brasil”. Segundo o marechal, isso se dava por dificuldades em se promover os levantamentos documentais, pela precariedade do estado de conservação de muitos acervos e pelo desaparecimento de muitos documentos. Cunha Mattos defendia então que um caminho plausível, naquele momento, era se fazer “... em primeiro lugar a história particular ou das províncias, para com bons materiais escrevermos a história geral do império brasileiro”. Cf. Raimundo José da Cunha Mattos.

O celebrado texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Friederich P. von Martius, faz surgir a questão segundo a qual o historiador brasileiro deveria identificar as regiões que compunham o país para a construção da história geral. Mas esta não era uma integração das histórias particulares.

As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Elas abundam em fatos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; contudo, não satisfazem ainda às exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem de certo espírito de crônicas. Um grande número de fatos e circunstâncias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até excesso de acontecimentos que desvaneceram sem deixarem vestígios históricos, tudo isso, recebido em uma obra histórica, há de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação. O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província, ou relacionar fatos de nenhuma importância histórica, que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados etc.; ou uma escrupulosa acumulação de citações e autos que nada provam, e cuja autenticidade histórica é por vezes duvidosa?⁵⁴

Sua visão da história do Brasil não partia da justaposição de histórias provinciais. Estas seriam marcadas pelo antiquariado já superado pela historiografia. O naturalista aconselhava que os estudiosos reconhecessem a diversidade – física, climática, de hábitos e costumes – no território brasileiro, mas observassem que o país era composto por regiões que constituiriam unidades:

O autor, que dirigisse com preferência as suas visitas sobre uma destas circunstâncias, corria perigo de não escrever uma história do Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias. Um outro, porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores... Deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história das províncias de São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão se liga à do Pará, e a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os de Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia.⁵⁵

Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil, lida na sessão de 19/01/1839. In: **Revista do IHGB**. Tomo XXVI(1863), p. 122.

⁵⁴ Karl Friederich von Martius. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: **Revista do IHGB**. Nº 24 janeiro 1845. p 399.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 399-400

Só compreendendo essas unidades, essas regiões, o historiador seria capaz de identificar os fatos relevantes para a construção da história geral. A história do Brasil deveria ser apreendida sob a perspectiva de produzir uma identidade alicerçada pelo “*movimento histórico característico e peculiar*”, na qual confluíam três raças fundadoras da nacionalidade brasileira: a indígena, a branca e a negra. Cada uma deveria ser considerada de maneira particular, haja visto que considerava diferentes os níveis de contribuição de cada grupo para esse processo.

Manoel Salgado Guimarães identificou as temáticas presentes na *Revista Trimestal* do IHGB. O levantamento dos artigos levaram-no a estabelecer três temáticas por eles abrangidas. Seus membros dedicavam-se aos estudos etnográficos, buscando definir o lugar das populações indígenas na constituição do povo brasileiro; aos relatos de viagens e de expedições científicas, em grande parte ligada à primeira temática; e, por fim, a histórias regionais. Nestas, buscavam-se registrar não as especificidades regionais, mas sim os elementos presentes que atestassem a unidade nacional.

“No tratamento da questão é privilegiada a perspectiva de considerar as regiões não nas suas especificidades – descartando com isso a polêmica do regionalismo – mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional. O fato de que é a partir do IHGB no Rio de Janeiro que a leitura dessas histórias regionais será empreendida, reunindo, assim, na capital da monarquia todos os conhecimentos relativos às províncias, é expressão evidente da existência, no interior da instituição de um projeto intelectual claramente centralista”.⁵⁶

Os estudos regionais não defendiam os separatismos. Pelo contrário, buscava-se ressaltar a unidade, os elementos integradores que constituiriam a nação. Neste sentido, as histórias particulares, mesmo trabalhando com as especificidades, deveriam ser investigadas ressaltando os laços de unidade, os elos integradores que conferiam uma identidade única ao brasileiro.

2.2.1 - O sertão: região-base da nacionalidade brasileira

A instauração do regime republicano no Brasil renovou os debates sobre a identidade nacional, a que se dedicavam inúmeros homens de letras e políticos

⁵⁶ Manoel Salgado Guimarães, *op. cit.*, p. 23-24.

desde a década de 1870⁵⁷. Essas discussões eram sustentadas por correntes filosóficas e pensadores europeus diversos: o positivismo comtiano, o evolucionismo spencerano, o darwinismo social, os determinismos biológico e geográfico etc. Em muitos casos, as apropriações que se faziam dessas idéias promoveram aproximações de conceitos díspares e conformaram um pensamento *sui generis*, pois as teorias européias não podiam ser transplantados sem adaptações à realidade brasileira.

Conhecer o Brasil e sua população, construir a brasilidade, estava na pauta do dia. E conhecê-los levava conseqüentemente ao conhecimento do seu território; inventariar os aspectos físicos e consolidar a obra histórica de sua conquista que fora iniciada com a colonização lusitana. Geografia e história eram consideradas saberes estratégicos na constituição da identidade brasileira.

As fronteiras territoriais brasileiras foram estabelecidas pela diplomacia do barão do Rio Branco⁵⁸. No entanto, não era apenas a fronteira externa que era necessária estabelecer. Conhecer a fronteira interna, o sertão, e agir sobre ela se fazia *mister*. Neste momento, o interior do país era identificado como sertão. Mais do que uma região geográfica, o Este – como então era chamado o oeste brasileiro – era um lugar social, ou seja, tudo o que não era o litoral, região desconhecida, caracterizada pela vastidão do território e pela pujança natural. O sertão fazia com que os brasileiros do litoral se sentissem estrangeiros em seu próprio país, pois não o reconheciam como integrante de sua civilização, e por isso era necessário conhecê-lo.

Essa imensa região brasileira, o sertão, e, conseqüentemente, seus moradores eram alvos das mais variadas acepções dos intelectuais. Várias foram as expedições médicas, higienistas, militares e indianistas enviadas para realizar os prognósticos deste país, nas primeiras décadas republicanas⁵⁹. Os relatos de muitos que delas tomaram parte apresentavam uma região rude, doente, incivilizada. Ao mesmo tempo ensejavam idéias que, se não opostas a estas, pelo

⁵⁷ Lília Schwarcz. **Espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo Companhia das Letras, 1993.

⁵⁸ Demétrio Magnoli. **O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP/Moderna, 1997.

⁵⁹ Entre as expedições organizadas nesse momento podemos destacar aquelas lideradas por Cândido Rondon, Gastão Cruis e Carlos Chagas, que desbravaram o interior do país com interesses indigenistas, sanitaristas e militares, entre outros. Cf. Ângela de Castro Gomes. Através do Brasil: o território e seu povo. In: ____; Dulce Pandolfi; Verena Alberti (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 157-215.

menos lhe minimizavam a carga pejorativa. Euclides da Cunha participara das duas últimas expedições contra Canudos e, em 1902, escreveu *Os sertões*. Neste livro, inverte-se a imagem corrente do sertanejo: rude, fanático etc. De acordo com o pensamento da época, Euclides da Cunha foi influenciado pelos divulgadores da antropogeografia de Ratzel, defensores da idéia de que o meio físico condicionava o desenvolvimento humano. *Os sertões* foi dividido em três partes: a Terra, o Homem e a Luta. O literato destacou as relações entre o meio físico – o solo, o clima, a vegetação – e a constituição do sertanejo. Este teve de se adaptar a um meio adverso, lutar por sua sobrevivência. “*O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral*”⁶⁰. O sertanejo era aquele que conhecia a terra em que vivia e lutava contra o desprezo daqueles que se julgavam civilizados. O sertanejo tornava-se, assim, um símbolo do brasileiro. Ele era a “*rocha viva da nacionalidade*”, aquele que permitiria a constituição de uma raça autêntica no país.

O sertão como cerne da nacionalidade não era uma imagem inaugurada com Euclides da Cunha. José de Alencar, Franklin Távora e o Visconde de Taunay, por exemplo, construíram imagens românticas do sertanejo⁶¹. Por outro lado, a definição dessa região como base da construção histórica do país deu-se com Capistrano de Abreu. Diferentemente do que acontecia no IHGB no século XIX, para esse historiador a questão não era a história regional, mas sim a identificação da região-base da nacionalidade.

Historiador de seu tempo, formou-se sob a influência do pensamento europeu da época: Spencer, Comte, Taine, Buckle, Ranke, Ratzel. Via no conhecimento geográfico do país um passo importante para compreendê-lo. Em um texto de 1904, fez um balanço sobre o tema destacando que desde a década de 1870 esses estudos tornaram-se mais sistemáticos a partir de monografias regionais e temáticas. Ressentia-se da ausência de trabalhos de síntese:

⁶⁰ Euclides da Cunha. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 2000.

⁶¹ Isabel Guillen identificou uma tradição literária que desde o século XIX dedicou-se ao sertão. Isabel Cristina Martins Guillen. O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu. In: Joanildo A. Burity (Org.). **Cultura e identidade**. Perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 105-124.

O de que se está agora precisando é de um trabalho, senão sintético, pelo menos sinótico.

O ideal seria uma só pessoa se encarregar de tudo, de modo a apresentar uma geografia una, em que o aspecto do céu, a circulação atmosférica, a estrutura do subsolo e do solo, a vegetação que o veste, como a animalidade que o cobre, e o homem que domina sobre a criação, aparecessem, todos nas correlações que os prendem e penetram.

Como isto seria impossível hoje, resta o recurso da colaboração de muitos, embora o defeito insanável de distribuir por capítulos isolados como espécimes mortos de museus, o litoral, o relevo, o clima, a vegetação, a vida econômica etc.⁶²

Eram as correlações entre os aspectos físicos e a ação humana que o interessavam, aí se observa a influência de Ratzel⁶³. O seu *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* é considerado por Alice Canabrava como uma obra “*entre as pioneiras no campo da geografia humana do Brasil*”⁶⁴. Este ensaio dedica-se a pensar os movimentos de penetração e povoamento do interior do país que partiam de quatro centros: São Vicente, Salvador, Rio de Janeiro e Pernambuco. É desses núcleos que se origina o avanço para o sertão, determinando a formação territorial e populacional brasileira. Capistrano de Abreu demonstra os ritmos diferentes de avanço e de povoamento do sertão. O esforço conquistador partia de diversos pontos e avançava progressivamente; já o povoamento era mais lento.

Em *Capítulos de história colonial* (1907), o sertão aparece como fundamento da nacionalidade. Essa obra desconstruía a imagem de unidade no processo de colonização, que fora preconizada por Varnhagen. Capistrano de Abreu buscava destacar a diversidade, a dispersão, a fragmentação e a descontinuidade que perpassava a história colonial. No capítulo IX, o sertão apresentava o processo de avanço e de povoamento do interior. A narrativa de Capistrano de Abreu acompanhava os ritmos e os núcleos do interior. Ele iniciou pelas ações dos bandeirantes paulistas em suas campanhas de apresamento de nativos; seguiu pela conquista e povoação das regiões amazônicas e avançou pela ocupação do sertão nordestino. A partir daí, deteve-se nos processos de fixação do homem na região, dando destaque à criação de gado. A ocupação e a fixação no interior causaram diferenciações entre colonos do litoral e do sertão. Enquanto

⁶² Capistrano de Abreu. A geografia do Brasil. Publicado originalmente no Almanaque Garnier. 1904. In: João Capistrano de Abreu. **Ensaio e estudos: crítica e história**. 2 série. 2 ed. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1976. p. 24

⁶³ Neste texto, Capistrano citou Ratzel.

⁶⁴ Alice Canabrava. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de história**. Vol. XLIII, n° 88, p. 417-424, 1971.

aqueles mantinham estreita relação com a metrópole, estes, sem a efetiva ação lusitana, passaram a distanciar-se deles, lusitanos. Era uma população que vivia entregue a si mesma “*sem figura de ordem nem de organização*”, gestava um “*sentimento de orgulho*” por sua autonomia. Desse modo, é o sertão pensado como um fator nacionalizador na medida em que promovia o afastamento de Portugal, a ruptura com os laços metropolitanos, como que a gerar o orgulho nativista de vida do sertanejo:

Por toda parte transparece o segredo do brasileiro: a diferenciação paulatina do reinol, inconsciente e tímida ao princípio, consciente, resoluta e irresistível mais tarde pela integração com a natureza; com suas árvores, seus bichos e o próprio indígena.⁶⁵

Foi aí que o Brasil se fez Brasil. Isabel Guillen afirma que, para Capistrano de Abreu:

Foi, portanto, no ambiente sertanejo, enfrentando diferentes adversidades, que nasceram os brasileiros originais, sustentáculo de uma primeira consciência nacional. Com a ressalva de que Capistrano, diferentemente do que era usual em sua época, não pensava essa história do sertanejo sob o signo de uma inferioridade racial ou de um domínio ambiental⁶⁶.

Influenciado por Ratzel, o historiador cearense não via o meio físico como condicionador das características humanas, como faziam os deterministas que se ancoravam na mesma matriz alemã. Capistrano de Abreu descreveu a vitória do homem sobre o meio e sua luta pela transformação deste em seu benefício. É famosa a sua passagem sobre a “*época do couro*”:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as brocas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz...⁶⁷

⁶⁵ Capistrano de Abreu. **Capítulos de história colonial e Os caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 160.

⁶⁶ Isabel Guillen. *op. cit.*, p. 121.

⁶⁷ Capistrano de Abreu, *loc. cit.* p. 132.

O uso do couro na vida do sertanejo fora a forma que este criara para melhor aproveitar um elemento que o próprio homem havia introduzido no sertão: o gado. A introdução da criação do gado foi apontada, pelo historiador, como uma das frentes de conquista e ocupação do interior.

Capistrano criava, assim, uma identidade brasileira, alicerçada no sertanejo, demonstrando como este construíra o Brasil. Era visão muito diferente da que estava em voga no momento e que menosprezava a população mestiça em nome dos padrões de civilidade europeia que viam no elemento branco os únicos aptos a constituírem um país viável⁶⁸.

José Honório Rodrigues é um dos primeiros a destacar o historiador cearense como aquele que imprimiu uma “*nova rota na historiografia brasileira*” deixando a mera descrição pela interpretação histórica e por seus esforços de crítica documental e de localização de fontes para a história do país⁶⁹. As idéias de Capistrano de Abreu vão influenciar toda uma geração de historiadores que produziu nas décadas de 1910 e 1920⁷⁰. Por outro lado, a questão do regional e do regionalismo ganhou grande ímpeto com o movimento modernista e influenciou a produção do conhecimento histórico nas décadas de 1940 e 1950.

2.2.2 - Interpretar o Brasil: os Estudos brasileiros nas décadas de 1940 e 1950

Na década de 1930 os estudos históricos e geográficos brasileiros teriam seguido novos rumos com sua institucionalização universitária e com a criação do IBGE.

Ao realizar seu balanço da produção historiográfica brasileira, Pedro Moacyr Campos estabeleceu como última fase de sua cronologia a produção pós-criação das Faculdades de Filosofia:

⁶⁸ Lílian Schwarcz, *op. cit.*

⁶⁹ José Honório Rodrigues. Introdução. In: Capistrano de Abreu, *op. cit.*, p. 3. sobre a importância dos Capítulos da história colonial para os estudos históricos brasileiros ver também Ilmar Rohloff de Mattos. Capítulos de Capistrano. Capturado em <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/buscasite.htm> acessado em 27/05/07. Ronaldo Vainfas. Capítulos de história colonial. In: Lourenço D. Mota (Org). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 1999. Francisco Falcon. O Brasil de Capistrano de Abreu: Características de sua produção historiográfica. In: **Trajetos**. Revista de História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, vol.3., n°. 5, 2004. p. 65-77.

⁷⁰ Karina Anhezini analisou a influência de Capistrano de Abreu sobre a obra de Alfredo de Taunay. Cf. Karina Anhezini. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. In: **Vária História**. Belo Horizonte, vol. 21, n° 34. p. 474-483, julho 2005.

Com as recém-fundadas Faculdades de Filosofia, tinham os que se sentissem atraídos pelo estudo da história, pela primeira vez no país a oportunidade de frequentar cursos em que a matéria, na medida das possibilidades, fosse ministrada segundo moldes europeus; lançavam-se, assim, os fundamentos sobre os quais seria de esperar pudesse florescer uma moderna historiografia brasileira. Para São Paulo e Rio de Janeiro vieram professores franceses, cujos nomes jamais serão esquecidos, ao tratar-se da história cultural do país...⁷¹

Os mestres franceses teriam introduzido a preocupação com a orientação metodológica e com o rigor da análise documental, “*principalmente, uma sadia base de conhecimentos de história geral, que é indispensável para o desenvolvimento de uma legítima consciência ocidental*”⁷².

Essa consciência ocidental, incutida pelos mestres da missão francesa, teria ocorrido ao iniciar-se “*uma relação com temas da historiografia francesa, especialmente a dos Annales, vanguarda na época*”⁷³. As primeiras teses defendidas no curso de História da Universidade de São Paulo, por exemplo, dedicaram-se a temas da Antiguidade, do medievo e da história moderna⁷⁴.

Aos novos ares da historiografia associavam-se historiadores tradicionais, que assumiam as cátedras de história do Brasil e traziam a contribuição da erudição e dos estudos regionais, como o caso de Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Júnior, que foram convidados a fazer parte da criação do curso de história da Universidade de São Paulo⁷⁵.

No Rio de Janeiro, na então Universidade do Distrito Federal, “missionários” franceses também foram os organizadores dos cursos de história e geografia⁷⁶.

⁷¹ Pedro Moacyr Campos. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: Jean Glénisson. **Iniciação aos estudos históricos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 287.

⁷² *Ibid.*, p. 288.

⁷³ Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer, Vera Lucia Amaral Ferlini. A Escola Uspiana de História. In: Maria Helena Rolim Capelato (Coord.). **Produção histórica no Brasil: 1985-1994**. Catálogo de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em história. Vol. 1. São Paulo: Xamã, 1995. p. 18.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 18. Podemos citar como exemplos as teses de doutoramento de Eurípedes Simões de Paula. O Comércio Varegue e o Grão Principado de Kiev (1942), Pedro Moacyr Campos. Alguns aspectos da Alemanha Antiga, através dos autores clássicos (1945) e Eduardo d'Oliveira França, A realza em Portugal e as origens do absolutismo (1945).

⁷⁵ *Ibid.*, p. 17.

⁷⁶ Antônio Paim. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p. 17-134. Marieta de Moraes Ferreira. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de História no Rio de Janeiro. In: Antônio José Barbosa de Oliveira. (Org.). **Universidade e Lugares de Memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, p. 235-268.

No campo geográfico destaca-se o nome de Pierre Deffontaines, contratado pela USP em 1934. Nesta instituição ficou responsável pela cadeira de Geografia Humana e fundou a Associação de Geógrafos Brasileiros⁷⁷. No ano seguinte estava no Rio de Janeiro na UDF, onde permaneceu até 1938, e foi um dos principais articuladores para a criação do Conselho Nacional de Geografia (1937), célula *mater* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instituído em 1938⁷⁸. Deixou um estudo de “*Geografia Humana do Brasil*” (1940), esforço de síntese geral sobre o país, e um outro trabalho sobre São Paulo que foi o “*primeiro esboço de divisão regional do estado, analisando os diferentes tipos de paisagens e núcleos regionais, bem caracterizados*”⁷⁹.

Com a fundação do Conselho Nacional de Geografia, define-se que o trabalho do geógrafo consiste em “*descrever, localizar, explicar e interpretar os fatos e a realidade geográfica*” do país⁸⁰. Seus estudos deveriam ser úteis às diretrizes governamentais, basear as políticas de colonização, saneamento, reflorestamento, combate à seca etc. Dever-se-ia, então, conhecer as realidades específicas das regiões do Brasil. A geografia regional, “*as pesquisas e os estudos têm visado a valorização das regiões novas ou o reaproveitamento ou recuperação daquelas em decadência ou estagnação*”⁸¹.

A geografia lablachiana, da escola francesa, de orientação regional, teria tido grande importância na organização do IBGE. Eli Penha considera que a influência alemã, a *Antropogeografia* de Ratzel, também se fazia presente. Era dessa escola que provinha a concepção de que os estudos geográficos deveriam assumir um caráter utilitário, embasando as políticas governamentais de intervenção nas realidades regionais. Com a Segunda Guerra Mundial, os contatos com a produção europeia são minimizados e o IBGE passa a dialogar com estudiosos norte-americanos. Nos EUA, Hartshorne, influenciado pela geografia regional europeia, desenvolve as noções de área e integração que imprimirão novos rumos às pesquisas regionais. A área passou a ser compreendida como uma parcela da superfície terrestre, diferenciada pelo estudioso que a delimita de

⁷⁷ José Veríssimo Pereira da Costa. A geografia no Brasil. in: Fernando de Azevedo. **As ciências no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

⁷⁸ Eli Penha Alves. **A Criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

⁷⁹ José Veríssimo Pereira da Silva, *op. cit.*, p. 397.

⁸⁰ *Ibid.*, p.403.

⁸¹ *Ibid.*, p. 403.

acordo com elementos por ele privilegiados. Hartshorne distancia-se, assim, da noção de região como um dado real que os estudiosos deveriam descobrir. A área possuía múltiplos processos integrados, sendo fonte inesgotável de inter-relações. Essas novas perspectivas dariam novas dimensões aos estudos regionais indo “*ao encontro dos interesses de planejamento, pois abriu a perspectiva de trabalhar com um número bastante elevado de elementos, relacionando-os de acordo com os interesses do plano*”⁸².

Datam desse momento estudos de regionalização promovidos pelo IBGE que estabeleceram a primeira divisão regional do Brasil

Os estudos históricos e geográficos, neste momento, estavam inseridos em um campo de estudos de contornos fluidos, *os Estudos Brasileiros*:

Os Estudos Brasileiros constituíram-se em campo de conhecimento, com fronteiras pouco definidas, no decorrer, em especial da década de 1920 aos anos cinquenta. Sua história [...] possui interseções com os questionamentos modernistas acerca da brasilidade, com o surgimento de coleções especializadas em estudos sobre o país e, por fim, com a criação de instituições como ISEB, no Rio de Janeiro, e o próprio IEB, em São Paulo. O que se convencionou chamar de Estudos Brasileiros nos remete a um amplo espectro de autores e obras que, por caminhos e temáticas bastante variados, vieram a eleger como objeto maior de suas reflexões tudo o que fosse pertinente à análise da cultura e da sociedade brasileiras⁸³.

Obra emblemática desse campo foi o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* editado em 1949, mas idealizado em 1939. Sua concepção surgiu na Conferência Bibliográfica do Programa de Estudos Latino-americanos, ocorrida na Universidade de Michigan, entre julho e agosto de 1939. Originalmente seria publicado em inglês e contaria com a colaboração de estudiosos brasileiros e norte-americanos. O contexto da Segunda Guerra Mundial gerou uma série de contratempos que obrigou seus organizadores, Rubens Borba de Moraes e William Berrien, a editá-lo em português e com a maior colaboração de intelectuais brasileiros.

O *Manual* propunha-se a ser um balanço da produção do conhecimento em várias áreas sobre o Brasil: arte, direito, educação, etnologia, filologia, folclore, geografia, história, literatura, música, sociologia e teatro. Os autores tiveram

⁸² Eli Penha Alves, *op. cit.*, p. 91.

⁸³ Márcia de Almeida Gonçalves. **Em terreno movediço**. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 202.

ampla liberdade na elaboração de seus balanços bibliográficos, gerando uma pluralidade de abordagens, dentro de um mesmo tema inclusive, que não era entendida como prejudicial. Representava a variedade e a multiplicidade de perspectivas necessárias para a compreensão do país.

O capítulo dedicado à história ficou a cargo de Rubens Borba de Moraes, Alice Canabrava, Sérgio Buarque de Holanda, Octávio Tarquínio de Souza, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e José Honório Rodrigues. Cada autor elaborou um texto introdutório ao seu tema respectivo em que situava o leitor no estado atual dos trabalhos historiográficos – sugerindo, por vezes, a reedição de algumas obras – e indicava conjuntos documentais passíveis de análise. (Re)descobriam-se os clássicos da historiografia, indicando, muitas vezes, a necessidade de nova edição; e inventariava-se temas, acervos e coletâneas documentais a serem exploradas, demonstrando assim o muito que havia a ser feito.

O diálogo entre as áreas de saber inclusas nesse campo ficou expresso em projetos editoriais de lançamento de coleções como a *Brasiliiana*, organizada por Fernando de Azevedo e publicada pela Companhia Editora Nacional, a partir de 1931. Cinco anos depois surgiu a *Documentos Brasileiros*, editada pela José Olympio Editora, e, a partir de 1940, a Martins Fontes publicou a *Biblioteca Histórica Brasileira*⁸⁴. Tais coleções que reuniam biografias, estudos sociológicos, históricos, geográficos etc.

Sem a rigidez disciplinar, o que se tinha por relevante era o conhecimento desse vasto Brasil de múltiplas realidades. Havia, portanto, espaço para os inquéritos locais. No campo da história, em um texto de 1957, José Honório Rodrigues assim se expressa:

A história local é uma das mais efetivas contribuições à historiografia e às ciências sociais. [...] Embora não se possa sustentar que a história geral ou a estadual sejam a soma das histórias locais, é certo que as generalizações nunca serão seguras se não se levar em conta os desenvolvimentos locais. Uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representa a mais legítima contribuição à história nacional. A história de uma nação é incompleta se deixa de tratar dos interesses e atividades dos homens comuns, e a história local cuida como nenhuma outra dos acontecimentos diários do homem comum,

⁸⁴ Heloísa Pontes. Retratos do Brasil: Um estudo dos editores, das editoras e das Coleções Brasilianas nas décadas de 1930, 40 e 50. In: **BIB**. Rio de Janeiro, n.º. 26, 2º semestre de 1988, p. 58-67.

promovendo, deste modo, um conhecimento mais seguro e amplo da vida nacional que o historiador tenta reconstruir⁸⁵.

Naquele momento, destaca o historiador, a historiografia local-regional estaria mais desenvolvida no Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. Nestes estados, as respectivas Faculdades de Filosofia possuíam estudiosos dedicados à temática ou contariam com cadeiras de história do estado. Outros propulsores desses estudos seriam o Instituto Histórico do Ceará e o Centro de Estudos Baianos⁸⁶. Conhecer as realidades locais levava seus analistas a associar conhecimentos de áreas diferentes em seus estudos.

2.3

História regional: um discurso legítimo na primeira metade do século XX

A escrita da história que se estabeleceu científica no século XIX visava construir identidades nacionais. Questão cara a todos aqueles que, cada qual em seus campos particulares do saber, debatiam a constituição das nações e dos nacionalismos. Nesse debate, uma questão colocava-se: como lidar com a diversidade, o específico, o regional. Na associação entre a História e a Geografia, campos que se institucionalizavam à época, surge a história regional. A análise da diversidade de experiências históricas voltava-se para a reiteração dos laços em comum. A história regional era reconhecida como uma possibilidade de construção do conhecimento histórico desde que tivesse essa pretensão à unidade da nação, sem se perder em particularismos.

No Brasil, essa relação entre o regional e o nacional apresenta-se como uma temática constante entre aqueles que se dedicaram a refletir sobre a identidade brasileira. Não há como negar que o regional tomou parte importante nesses debates. Por vezes, este foi tido como o mecanismo possível de apreensão da unidade nacional. Defendia-se que era necessário estudar os particularismos para buscar o elemento consensual. Em outros casos, foi detratado como o espaço

⁸⁵ José Honório Rodrigues. **Teoria da história do Brasil**. (1957). 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 151

⁸⁶ *Idem.*, p. 152-153.

tradicionalista e retrógrado incapaz de colaborar para a formação de um mundo moderno.

Nesse debate insere-se a historiografia. A historiografia brasileira possui uma memória do campo onde foram entronizadas como ícones as macro-interpretações da formação histórica do país⁸⁷. Como foi possível perceber, as questões em torno do lugar do regional na constituição do nacional fizeram-se presentes já no IHGB. Observamos aí, apesar de não ser nosso objeto central de análise, a valorização dos estudos regionais no projeto de afirmação da unidade brasileira.

Conceito de contornos pouco rígidos, os estudos regionais geraram várias apreensões e diversos usos. Capistrano de Abreu, por exemplo, elegeu uma região como símbolo da brasilidade: o sertão. Esse autor não fez história regional, mas a questão da região se fazia clara em sua obra. Havia dois brasis que ele poderia escolher. Ou seguia a obra inaugural do século XIX, que identificava no litoral a força motriz de formação do país, ou caminhava para o sertão, onde o homem conquistou à natureza e aos índios um vasto território e se deu conta de que podia ali construir uma vida própria, autônoma frente aos desígnios metropolitanos. Capistrano de Abreu optou pelo sertão e definiu essa região vasta e de fronteira fluida o cerne da nacionalidade.

Conhecer esse interior era importante em princípios do século XX. A história regional, influenciada pelo pensamento geográfico, mostrava-se uma possibilidade de construção da história do país. Nesse caso, o recorte regional foi apreendido de maneiras diferenciadas. O recorte geográfico tinha uma escala variável. Podia ser uma localidade, uma província/estado ou um espaço que englobasse vários locais.

No interior do pensamento geográfico não há consenso sobre o conceito de região⁸⁸. Na tentativa de defini-lo melhor, muitos adjetivam: região natural, região histórica, região étnica, região funcional, região econômica etc. Na verdade, o conceito de região torna-se fluido, escorregadio, podendo ser adaptado aos mais

⁸⁷ Pedro Moacyr Campos, op. cit., p. 250-293. Carlos Guilherme Mota. **Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1977. (especialmente a Introdução, p. 17-51). José Carlos Reis. **As identidades do Brasil**. De Varnhagem a FHC. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. Francisco Iglesias. **Historiadores do Brasil**. Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000

⁸⁸ Marcel Roncayolo. Região. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p. 161-189.

variados interesses de análise. Abrangeria recortes diversos, podendo agrupar localidades, cidades, estados ou países. Durval Albuquerque, por exemplo, analisou a invenção de uma região no Brasil: o Nordeste⁸⁹. Longe de considerá-la uma região natural, definida por seus elementos geográficos, ou regionalizada pelos aspectos econômicos, o autor afirmou ser esse espaço uma construção histórica elaborada por meio dos discursos, símbolos e das práticas regionalistas desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX, interna e externamente àquela região. Segundo o historiador:

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza⁹⁰.

Desta forma, a região não é um dado natural, geográfico; ela está inscrita nas redes de poder político, econômico e simbólico e é instituída historicamente. Ela também

Não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais.⁹¹

Essa noção de região nos permite analisar o caso fluminense. Os autores analisados tomavam como marco referencial as fronteiras político-administrativas do estado ao construir a história e a identidade local entre as décadas de 1920 e 1950. Os homens de letras da primeira metade do século XX tinham consciência da diversidade física e econômica, frutos da formação histórica do estado do Rio de Janeiro. No entanto, como salientou Durval Albuquerque, construiu-se um discurso homogeneizador que apagava, por exemplo, o fato de que o norte fluminense só se tornou norte fluminense após 1833, já que, entre idas e vindas, foi naquela data que a região campista passou definitivamente à província do Rio

⁸⁹ Durval Muniz Albuquerque. A **invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FIN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 24.

⁹¹ *Ibid.*, p. 26.

de Janeiro deixando de fazer parte do Espírito Santo. A homogeneização que se realizava era alicerçada em um discurso em que se afirmavam experiências históricas comuns, especialmente no período imperial. Tanto a açucarocracia campista quanto o baronato cafeeiro do Vale do Paraíba teriam feito parte da Idade de Ouro local e, dessa forma, estavam irmanados na sua reconquista. A região é nestes termos mais uma noção discursiva do que física. É o trabalho discursivo-simbólico que lhe dá uma conformação, que no caso fluminense deve-se a supostas experiências históricas comuns.

Buscamos compreender, na continuidade desta tese, a construção do conhecimento histórico sobre um determinado lugar e em um determinado período. Para tal não se pode perder de vista que os autores analisados utilizaram uma escala que não era a nacional exatamente para particularizar sua região frente a outras, para demonstrar sua significância na relação com outras escalas de observação. E assim o fizeram por reconhecerem na história regional uma forma legítima de produção do conhecimento histórico.

Ao fazer tais estudos, pensava-se estar contribuindo para um conhecimento deste vasto rincão do continente americano, o Brasil. E conhecer a região levava seus estudiosos a associarem dados diversos na construção de uma imagem sobre os locais.

A historiografia regional produzida na primeira metade do século XX dialogava com outras áreas do saber, em especial com a geografia. Estabeleceu-se um diálogo irmanado em que o fazer história estava indissociável de outros campos, pois se pretendia dar conta de uma globalidade em uma escala menor. Neste momento, os *Estudos Brasileiros* apresentam-se como sintomáticos. Um campo de contornos fluidos onde cada área do conhecimento pôde participar na construção de uma imagem do Brasil. A história regional produzida nesse contexto tinha essa pretensão: apresentar historicamente a região em seus variados aspectos. Reconhecia-se como legítima essa forma de fazer história. É isso que se pretende demonstrar na continuidade deste trabalho com a análise da historiografia fluminense produzida entre as décadas de 1930 e 1950.

3

Os modernos fluminenses, a valorização da história e os usos do passado

Os anos que sucederam a I Guerra Mundial ensejaram reflexões sobre os caminhos e descaminhos da civilização européia. A barbárie do conflito colocava em xeque o ideal civilizatório do Velho Continente. Concomitantemente, no Brasil, criticava-se a organização política e social vigente⁹². Os intelectuais envolvidos nesse processo identificavam inúmeros aspectos considerados como entraves para a formação de um Brasil moderno. Segundo Eduardo Jasmim de Moraes, o primeiro tempo modernista foi marcado pelas críticas à tradição vigente e o estabelecimento de um ímpeto renovador⁹³. Já a segunda fase, pós 1924, foi o período de investimento em estudos sobre o Brasil e a brasilidade. Desejava-se “*redescobrir o Brasil*”⁹⁴.

Apesar da celebração dos intelectuais paulistas como propugnadores do pensamento modernista, com feições variadas, tais questionamentos estavam presentes em várias partes do território brasileiro⁹⁵. No estado do Rio de Janeiro, nosso objeto de estudo, este fora um período de alterações significativas. Era um momento de intensas disputas políticas em solo fluminense que levaram a mudanças nas diretrizes governamentais locais, assim como ao surgimento de

⁹² O dossiê anos 1920 da revista *Estudos Históricos* nos proporciona um panorama geral das questões sociais, políticas, econômicas e culturais então debatidas no período. Cf. **Estudos Históricos**. Dossiê anos 20. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, Ano 1993/1.

⁹³ Eduardo Jardim de Moraes. **A brasilidade modernista**. Sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. Do mesmo autor. Modernismo revisitado. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1988, p. 220-238.

⁹⁴ Elias Thomé Saliba. Reinvenção da história. In: **Brasil-brasil: cousas notáveis e espantosas** (Olhares modernistas). Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. 2000. p. 43-49.

⁹⁵ Estudos de história da literatura destacam a pluralidade do modernismo no Brasil discutindo suas especificidades, por exemplo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco e Alagoas e em Minas Gerais. Cf. Antônio Cândido. **Literatura e sociedade**. Estudos de teoria e história brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Alfredo Bosi. **História Concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1982. Neroaldo Pontes de Azevedo. **Modernismo e regionalismo**. Os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Ed. UFPB; Recife: UFPE, 1996. Antonio Paulo Rezende. **(Des)encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de 1920. Recife: FUNDARPE, 1997. Moacir Medeiros de Sant’Ana. **História do modernismo em Alagoas** (1922-1932). Maceió: Edufal, 1980. Evelyn Morgan Monteiro. **A Revista: modernismo e identidade fluminense** (1919-1923). Rio de Janeiro: PUC-RJ, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Dissertação (Mestrado em História), 2008. Helena Bomeny. **Guardiães da Razão: Modernistas Mineiros**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ações e movimentos culturais que visavam a “redescoberta” do estado. No decorrer da década construíram-se discursos narrativos e imagéticos sobre o Rio de Janeiro que nos revelam alterações na forma como tais pensadores se relacionavam com o passado, e que passam a conferir um lugar de destaque à história em suas reflexões. Analisar tal mudança de paradigma é nosso objetivo neste capítulo. Nesse sentido consolida-se a idéia de que era necessário o estudo da história do estado do Rio de Janeiro como forma de definir uma Idade de Ouro a ser restaurada e, com isso, firmam-se as diretrizes para a produção historiográfica local a partir de então: temas, cronologias, fontes etc. A análise de tal contexto é importante, pois foi neste momento que se estabeleceram concepções do papel da história, do historiador e do fazer historiográfico com as quais os intelectuais fluminenses das décadas seguintes dialogaram.

3.1

O movimento literário no Estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1910 e 1920

Entre cafés e agremiações literárias vivia a intelectualidade niteroiense da década de 1920, não diferindo das de outras regiões do país⁹⁶.

Apesar de terem existido outros, o Café Paris foi um dos poucos que ficaram imortalizados em relatos memorialistas e em estudos sobre a história literária de Niterói, então capital fluminense. Fundado em 1898, por Bento da Silva Braga, foi reduto de algumas gerações de intelectuais que por ele passaram até 1933, quando foi consumido por um incêndio. Localizava-se na antiga rua da Praia em frente a Mercado Municipal transformado, em 1908, em Estação Central

⁹⁶ A bibliografia que destaca a questão da boemia entre os intelectuais de princípios e meados do século XX é vasta. Entre outros podemos citar: Ângela de Castro Gomes. **Essa gente do Rio...** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. João Paulo Coelho de Souza Rodrigues. A geração boêmia. Vida literária em romances, memórias e biografias. In: Sidney Chalhoub; Leonardo Affonso de M. Pereira. (Orgs.). **Capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 233-263. Nicolau Sevcenko. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983. Musa Clara Velasques. **A Lapa boêmia**. Um estudo da identidade carioca. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994. da mesma autora. **Homens de letras no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

da Barcas da Companhia Cantareira e Viação Fluminense. Segundo Carlos Wehrs, sua localização era central, pois ali “veio a ser o lugar de passagem obrigatória para um grande público. Da entrada do estabelecimento podia-se divisar o relógio do edifício da Companhia Cantareira e, portanto, controlar o tempo disponível para ingerir, à mesa evidentemente, um cafezinho e o clássico copo d’água, até a saída da próxima barca”.⁹⁷ Verdadeiro “cenáculo ambulante”⁹⁸, nas palavras de um de seus frequentadores, foi um importante *locus* da boemia literária da cidade que o deixava, ao fechar as portas, às dez horas da noite, e rumava para o restaurante Lido, que ficava no bairro de São Francisco, para aí concluírem suas tertúlias literárias. Na década de 1910, se reuniam jovens formadores de agremiações literárias que se tornaram instituições de conagração de intelectuais de Niterói⁹⁹.

O final da segunda década do século XX viu desaparecer duas importantes instituições intelectuais da cidade: o Grêmio Literário Guarani e o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Diante desse quadro, em 1917 foi fundada a Academia Fluminense de Letras, que ocuparia um lugar de destaque na institucionalização da intelectualidade local. Criada por jovens, foi motivo da sátira de um panfletário que a chamou de “*jardim da infância da literatura fluminense*”:

É a Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro um luzido grupo de mancebos anônimos, autores de vários livros em preparação, seduzido um dia pela imortalidade e, talvez, por uma fortuna problemática de algum livreiro filantrópico, resolveu fundar essa agremiação literária, à imitação do que já têm feito todos os estados¹⁰⁰.

Enfrentando tais opiniões externas, a nova agremiação sofreu deserções entre o grupo fundador. No momento da organização da instituição circulou uma

⁹⁷ Carlos Wehrs. **Capítulos da memória niteroiense**. Niterói: Niterói Livros, 2002. p. 44.

⁹⁸ Kleber de Sá Carvalho. Elogio a Belisário de Souza. Discurso de recepção proferido na solenidade de 27/10/1948. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, n.º 1, Outubro de 1949. p. 264.

⁹⁹ Lyad de Almeida. **Lili Leitão, o Café Paris e a vida boêmia de Niterói & Niterói. Poesia e Saudade**. Niterói: Niterói Livros, 1996. Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Passeio das Letras na taba de Araribóia**. A literatura em Niterói no século XX. Niterói: Niterói Livros, 2003.

¹⁰⁰ O Jardim da infância da literatura fluminense. Braz Cubas. Semanário político, artístico e noticioso. Nº. 20, 29-08-1918 (fac-símile). *Apud*. Lacerda Nogueira. Academia Fluminense de Letras. Conferência proferida na solenidade de 29/07/1943, comemorativa do 25º aniversário da instituição. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. Vol. X. dezembro de 1957. (fac-símile entre as páginas 40 e 41).

lista de adesões que contou com 72 assinaturas. Quando se estabeleceu o pagamento de uma semestralidade, o grupo ficou reduzido a vinte e oito e foram estes que se auto-atribuíam a imortalidade, que definiram as metas, os programas e a organização interna da Academia. Ficaram estabelecidas 48 cadeiras para a Classe de Letras, número correspondente aos municípios fluminenses então existentes. Sua instalação solene ocorreu durante os festejos do centenário da criação da Vila Real da Praia Grande, em 1919. As palavras de Cortes Júnior expressavam os ideais dos fundadores:

Traduzir o pensamento dos diretores desta ilustre companhia é materializar o objeto imediato do nosso programa de ação, no tempo e no espaço: eternizar no bronze das letras as grandezas e as belezas todas do torrão fluminense. E isso não se me afigura tarefa insuperável a qualquer talento medíocre, desde que se me permita partir do princípio universalmente aceito de que, sendo a natureza a suprema inspiradora de todas as artes, as grandes literaturas foram sempre o reflexo do ambiente físico sobre a saúde fisiológica e mental dos povos.

O estado do Rio de Janeiro possui grandezas e riquezas que podem continuar a ser imortalizadas na prosa e no verso. Tem a sua Academia de Letras, que é hoje semente lançada em terreno feracíssimo, numa hora histórica mui propícia aos grandes cometimentos da repercussão social.

Célula inorganizada agora, alvorecente, florescente, frutescente [sic] amanhã, alcançará o caule e levantará a fronde, para levar aos quatro âmbitos da terra fluminense o melhor dos perfumes de suas flores e do sabor dos seus frutos.

Riquezas e belezas morais nenhum povo as conta maiores. E como a Academia de Letras atuará dentro de um panorama tal, ela, presumo, há de realizar brilhantemente os seus altos destinos, ainda que, por verdadeiro paradoxo, o não quisesse¹⁰¹.

Após uma “*instalação murcha*” e a gestão de Belisário Augusto Soares de Souza, um “*presidente que nada fizera para que ela vivesse, nada fizera para que ela morresse*”, em finais de 1920 Epaminondas de Carvalho assumiu sua presidência e imprimiu novos rumos para projetá-la “*luminosamente nos fastos culturais da nossa Província*”¹⁰². Os sócios fundadores proferiram discursos de elogio aos patronos e foi iniciada uma série de atividades culturais que agitariam a capital do estado. Com essas atividades visavam auto atribuir-se papel de destaque na reflexão sobre o estado.

As querelas literárias e a marginalização de alguns intelectuais dos quadros da Academia Fluminense de Letras gerou uma outra instituição similar: a Academia Fluminense de História e Letras. Fundada em 21 de setembro de 1923,

¹⁰¹ *Apud.* Lacerda Nogueira, *ibid.*, p 54.

¹⁰² Lacerda Nogueira, *ibid.*, p. 55.

teve seu nome alterado para Cenáculo Fluminense de História e Letras, um ano depois, no momento de sua formalização legal¹⁰³.

A par das querelas e deserções acadêmicas organizou-se, na capital fluminense, um movimento literário de estudantes ginásianos agregados em grêmios escolares ou não. Em 1925 os alunos do Colégio Abílio criaram o Grêmio Rio Branco, que tinha suas atividades divulgadas no jornal *O Discípulo*. Este prédio passou a ser ocupado pelo Colégio Brasil, que absorveu os alunos do educandário extinto. Os alunos do Colégio Brasil organizaram, então, o Grêmio Literário Euclides da Cunha, que rivalizava com o Rio Branco, ainda existindo. Entre 1927 e 1931, desenvolveu suas atividades o Grêmio Cultural Alberto de Oliveira, organizado pelos alunos do Ginásio Bittencourt Silva. Este contou com a presença do patrono, o “*príncipe dos poetas parnasianos*”, em algumas solenidades e publicou um jornal *O Ensaio*. Em 1926, a Renascença Fluminense, da qual nos ocuparemos adiante, organizou uma homenagem ao almirante no momento da inauguração da rua que lhe tomava o nome como identificação. Eudes Casimiro Costa Marques, estudante do Colégio Brasil, congregou um grupo de amigos de várias escolas e criou o Grêmio Literário Barão de Teffé. Surgido fora do ambiente escolar, existiu até 1930, quando seu presidente afastou-se da cidade¹⁰⁴.

Os autores que mencionam o movimento literário niteroiense do período destacam a juventude de seus membros. Eram jovens cultores das letras e das tradições locais os que organizavam as academias e grêmios literários da capital do estado. Eram jovens que ansiavam por um lugar no cenário intelectual do estado e se voltavam para a reafirmação dos valores históricos em um contexto de reconstrução do lugar do Estado do Rio de Janeiro na constelação da nação.

A jovialidade desse grupo era expressa tanto pela idade, como pela proposta político-cultural defendida. Eles propugnavam a construção de um novo estado embebidos pelos ideais modernistas. Um modernismo próximo daquele defendido pelos cariocas analisados por Ângela de Castro Gomes e Mônica

¹⁰³ Márcia Pessanha. Cenáculo Fluminense de História e Letras. Resumo histórico. In: **Revista do Cenáculo Fluminense de História e Letras**. Niterói, 2004. p. 5-14.

¹⁰⁴ Sobre os Grêmios culturais estudantis consultar Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001. p. 20.

Velloso em que se valorizava o antigo, a tradição, a história¹⁰⁵. Jacques Le Goff afirma que o moderno leva a diferentes posturas em relação ao antigo. Se, por um lado, pode haver um confronto no sentido da ruptura, por outro há aqueles que defendem um lugar do antigo na construção do novo¹⁰⁶. Evelyn Morgan Monteiro, analisando um periódico fluminense que circulou entre 1919 e 1923, apresenta-nos essa faceta do modernismo fluminense. Os intelectuais que se reuniram em *A Revista* propunham a construção de um novo estado alicerçado no passado de importância nacional – tendo como referência principal o papel desempenhado pela Província do Rio de Janeiro durante o período imperial –, mas que seria construído por um investimento na educação, na saúde, no cuidado com a infância, no desenvolvimento do comércio e da indústria local¹⁰⁷. Nesse sentido, a valorização da história local, dos seus homens ilustres, do pensamento intelectual desenvolvido na Velha Província ocupava um lugar de significação na construção do novo, do moderno. Essas concepções expressaram-se de formas diferenciadas em alguns movimentos ocorridos nos anos vinte do século XX que passaremos a analisar.

3.2

Um centenário a comemorar: A independência do Brasil

O ano de 1922 vem sendo considerado na historiografia como data emblemática por concentrar uma série de eventos que criticavam o regime oligárquico estabelecido na Primeira República brasileira. Foi em 1922 que se organizaram o Partido Comunista do Brasil, a Reação Republicana, a Semana de Arte Moderna, o Centro Dom Vital e as primeiras manifestações tenentistas. Estes expressavam os desencantos de variados segmentos sociais – políticos, intelectuais e militares, por exemplo – com a República vigente, que vinham

¹⁰⁵ Ângela de Castro Gomes, *op. cit.*, Mônica Velloso. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

¹⁰⁶ Jacques Le Goff. Antigo-Moderno. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 173-206.

¹⁰⁷ Evelyn Morgan Monteiro, *op. cit.*,

sendo refletidos na década de 1910 e que desembocaram em 1930. Foi também o momento em que se comemorou o centenário da independência do Brasil. A efeméride em questão proporcionou um momento ímpar de análise da situação sócio-política do país e da identidade brasileira¹⁰⁸.

A participação fluminense nas comemorações centenárias vinha sendo planejada pela administração estadual desde 1920. No ano anterior Raul Veiga assumiu a presidência do Estado para o quadriênio 1919-1922. O início dessa gestão foi marcado por um quadro favorável. Raul Veiga era tido como um dos mais fiéis correligionários de Nilo Peçanha e, por isso, foi escolhido para sucedê-lo e perpetuar o nilismo que desde finais do século XIX controlava a política fluminense.

O segundo governo de Nilo Peçanha (1915-1917) fora marcado, inicialmente, pelos litígios judiciais em torno do reconhecimento do vencedor do pleito de 1914, disputado por ele e Feliciano Sodré. Coube ao primeiro o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal e pelo presidente Wenceslau Braz. Durante sua gestão foi implementado um rigoroso plano de contenção de gastos públicos visando o pagamento da dívida externa do estado. Além disso, Nilo Peçanha deu continuidade às reformas no setor agrícola, já defendidas em seu primeiro governo (1904-1906), objetivando a diversificação da produção. Ao deixar o governo para assumir o Ministério das Relações Exteriores, em maio de 1917, o estado tinha suas contas saneadas e um quadro de estabilidade política com a desarticulação das oposições, após a derrota de Sodré. Esse mandato foi completado por Angelo Gerarque Collet, terceiro vice-presidente elevado ao posto máximo da administração estadual em decorrência do falecimento dos outros dois vice-presidentes. Nesse momento iniciaram-se disputas internas no Partido Republicano Fluminense para a escolha do candidato ao pleito de 1918. O nome de Raul Veiga surgiu como um *tertius* que impediu cisões internas e foi candidato único tendo em vista que as oposições não conseguiram o mínimo de coesão para indicar um oponente¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Marly Silva da Motta. **A nação faz 100 anos**. A questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

¹⁰⁹ Marieta de Moraes Ferreira (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 215-258.

Em sua primeira *Mensagem presidencial* dirigida ao legislativo estadual, Raul Veiga conclamava a união dos poderes para a obra restauradora a que se propunha:

Por maior, entretanto, que sejam esses esforços e trabalhos, faz-se *mister* um conjugado de forças – entre o executivo e o legislativo – para que, em movimento sincrônico, e pela convergência de um melhor aproveitamento das admiráveis condições físicas e econômicas do nosso Estado, *realizemos a obra de restauração do opulento esplendor da antiga Província do Império, berço que foi de todos os ensinamentos morais e materiais do segundo reinado* (grifos meus)¹¹⁰.

O saneamento das contas públicas permitiu ao novo governo a promoção de uma reforma administrativa desmembrando Secretarias e criando departamentos como, por exemplo, a Diretoria Geral de Instrução Pública, subordinada à Secretaria de Interior e Justiça. À instrução pública, o novo governador dispensaria “*decidido interesse. O problema da instrução pública é, sem dúvida, um dos mais delicados, procurando, onde se encontram os defeitos e falhas, imprimir um melhor e mais aproveitável funcionamento, de acordo com as forças financeira do Estado...*”¹¹¹. Tal interesse adviria por ser o meio capaz de solucionar a “*questão social*”:

Estou convencido de que é nele que se encontrará, principalmente, a solução definitiva da chamada questão social – que terá de ser, por força, mais grave nos países onde a escola for menos perfeita, perfeição essa que deve consistir em que esse órgão seja capaz de unir as classes, afinando-as numa sociedade consciente e inteligente, em vez de dividir, formando castas de dirigentes ineptos e deixando incultas, indisciplinadas, prontas à revolta, as multidões dos maus dirigidos.¹¹²

A questão social a que se refere o governador era o movimento sindical que promoveu greves e manifestações nesse momento. Raul Veiga colocava-a como pauta de seu governo considerando-a como uma das questões sobre a qual os deputados deveriam legislar¹¹³.

Além disso, a escola foi o ícone escolhido para simbolizar a obra do governo para as comemorações centenárias. Na *Mensagem presidencial* de 1920,

¹¹⁰ Raul de Moraes Veiga. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1919 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga*. Rio de Janeiro: s/ed, 1919, p. 3-4.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 23.

¹¹² *Ibid.*, p. 23-24.

¹¹³ *Ibid.*, p. 6.

Raul Veiga deixou clara suas intenções em adotá-la como marco de sua obra administrativa:

Entendo dotar cada cidade, vila ou povoação, se não for possível em todas, em sua grande maioria, de um prédio escolar, construindo para esse fim no qual possamos ministrar o ensino completo e eficiente. Será preparando novas gerações de brasileiros que honraremos os nossos maiores; fundando escolas e combatendo o analfabetismo, teremos pois, penso, prestado um dos maiores serviços ao nosso país.”¹¹⁴

A educação era assim entendida como um elemento importante no seu projeto de restauração do lugar do estado no cenário nacional. Essa temática também ganhou relevo no período entre aqueles que se propuseram a refletir sobre o país. O final da década de 1910 e a seguinte são marcadas por concepções variadas sobre o papel da educação na sociedade brasileira. Um “*entusiasmo pela educação*”, nas palavras de Jorge Nagle, marcou o período¹¹⁵. Segundo esse autor, houve um grande investimento em reflexões sobre a escola primária e no combate ao analfabetismo. O Recenseamento de 1920 descortinava um universo de 80% de analfabetos entre a população brasileira. Dados alarmantes para um país cuja elite política desejava-se apresentar apta a participar do concerto das nações “modernas e civilizadas” às portas das comemorações centenárias. Esses dados alimentavam intelectuais que questionavam as estruturas oligárquicas da Primeira República. Para um significativo grupo, a educação seria o veículo capaz de “*regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional*”¹¹⁶. Retomava-se o ideal de muitos republicanos históricos que depositavam grandes esperanças de, através da educação, inserir a “massa” no processo de construção da nacionalidade, tornando-a “povo”.

¹¹⁴ Raul de Moraes Veiga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1920 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga**. Rio de Janeiro: s/ed, 1920. p. 26-27.

¹¹⁵ Jorge Nagle. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/Fundação Nacional de Material Escolar, 1976. p. 97-125.

¹¹⁶ Marta Maria Chagas Carvalho. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 10 cf. da mesma autora. **Molde nacional e fôrma cívica**. Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação. 1924-1931. Bragança Paulista: EDUSF., 1998.

Por esse motivo os Grupos Escolares recém-construídos, mais do que simples escolas, seriam escolas-monumento, símbolos de uma administração que visava deixar a sua marca na construção de um estado moderno:

Nas cidades onde estão construídos ressaltam como os mais grandiosos edifícios locais, pois com esse intuito mesmo, foram contruídos, como monumentos com que o governo atual que se encontra à testa da administração do estado quis comemorar nas suas grandes cidades a passagem do centenário da nossa independência política.¹¹⁷

Jacques Le Goff recupera a origem etmológica do termo monumento. *Monumentum* é uma palavra latina cujo radical indo-europeu *men* exprime uma das “*funções essenciais do espírito*” (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa fazer recordar. O monumento é, assim, algo construído para fazer recordar. O monumento liga-se ao poder de construção simbólica. Ele está na esfera das relações de poder, pois é construído com a intencionalidade de perpetuar um feito, uma obra ou um personagem, para gerações vindouras¹¹⁸.

Escolhendo a educação e o erguimento de escolas como monumentos de sua administração, Raul Veiga intentava construir uma imagem de gestor moderno, preocupado com a realização de obras duradouras que ultrapassassem seu mandato administrativo e que perpetuassem na memória coletiva suas ações enquanto presidente de um estado que outrora fora a principal força política do país e que poderia a voltar a ser. Nesse momento já se articulavam alianças políticas em torno de Nilo Peçanha, que lhe alimentavam o ensejo de lançar-se candidato nas eleições presidenciais de 1922.

Além da construção dos monumentos educacionais, Raul Veiga previa, ainda no plano dos monumentos de pedra e cal, a construção do Fórum de Campos e iniciava o projeto de erguimento de uma biblioteca pública na capital fluminense¹¹⁹.

¹¹⁷ Raul de Moraes Veiga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1922 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga**. Rio de Janeiro: s/ed, 1922. p. 34.

¹¹⁸ Jacques Le Goff. Monumento-documento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 525-541.

¹¹⁹ Raul de Moraes Veiga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1920 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga**. Rio de Janeiro: s/ed, 1920. p. 28.

Em suas mensagens identificamos outras ações do governo que foram consideradas como obras celebrativas da efeméride do 7 de setembro de 1922, como a resolução dos litígios fronteiriços com Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e com o então Distrito Federal, e a organização da Carta Geral do Estado.

O estabelecimento das fronteiras estaduais era uma relevante questão debatida no VI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em 7 de setembro de 1919, em Belo Horizonte. A temática fora proposta pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e pela Liga de Defesa Nacional, para que fossem sanadas as contendas antes das comemorações do primeiro centenário da independência do país. Seguindo esse projeto, o governo fluminense encarregou uma comissão de confeccionar a “Carta Geral do Estado”. Em sua segunda *Mensagem à Assembleia*, Raul Veiga, além de apresentar os trabalhos da Comissão nomeada para elaborar a Carta, identificava-a com um importante elemento de reconhecimento das condições físicas do seu território que permitiria a elaboração de planos de intervenção econômica:

Obteremos por este processo a Carta Corográfica do Estado, representação suficientemente aproximada da configuração de todo o território do estado sem os erros grosseiros que se verificam em certos mapas e sem as lacunas observadas na Carta Corográfica construída em 1860, pois serão representadas as divisas municipais, as linhas férreas, existentes e em projetos, todas as estradas de rodagem, com indicação de sua categoria de acordo com o plano geral de viação em estudo, as linhas telegráficas e mais detalhes que possam ser representados sem prejuízo da clareza da carta. A carta assim concebida e executada constituirá um documento de utilidade real, permitindo formar-se idéia justa do desenvolvimento e progresso do Estado neste meio século e servindo igualmente de orientação segura para outros importantes melhoramentos e projetos¹²⁰.

A Carta Geral do Estado, ao fim e ao cabo, passou a ser a Carta Comemorativa do Centenário por não se ter conseguido levantar todo o território fluminense, no tempo previsto. Priorizaram-se os trabalhos nas fronteiras e, para concluí-la para os festejos, contou-se com documentos já produzidos por órgãos federais, estaduais e municipais e pelas empresas concessionárias das estradas de ferro que cortavam o estado. Ao seu lado seriam expostos dois álbuns celebrativos que ficaram a cargo de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 28-29.

Clodomiro Vasconcellos ingressou na administração estadual em finais do século XIX como inspetor de ensino nomeado para o município de Maxambomba, atual Nova Iguaçu. Suas atividades profissionais deram-lhe amplos conhecimentos sobre a terra fluminense que o levaram a publicar, em 1907, *O Estado do Rio de Janeiro*¹²¹. Essa obra era uma das poucas publicações do período que se propunham a realizar uma interpretação panorâmica do estado, inventariando aspectos geográficos, sociais, econômicos e históricos fluminenses. Essas foram as credenciais que levaram Raul Veiga a nomeá-lo em 24 de janeiro de 1922 para organizar a publicação dos dois álbuns que seriam apresentados na Exposição Internacional comemorativa ao Centenário da Independência. O ofício de nomeação ditava as diretrizes do que deveria constar em cada álbum:

Desses álbuns, um compreenderá todas as edificações e os serviços de viação, estradas e pontes, em construção e já concluídas; o outro conterà a descrição sintética dos municípios do estado, com indicações sobre a superfície, aspecto, clima, população, divisão administrativa, riquezas naturais, indústrias exploradas, comércio, agricultura, viação, não esquecidas as possibilidades econômicas de cada um deles, atentos os fins e natureza do trabalho¹²².

Ambos seriam fartamente ilustrados e, para isso, nomeava-se o fotógrafo Daniel Ribeiro, que deveria trabalhar sob sua supervisão. Clodomiro Vasconcellos deveria realizar um trabalho que “*honre a cultura fluminense, sob múltiplos aspectos, e ateste o esforço do governo para dotar o estado de melhoramentos e obras desde muito reclamadas, e que tanto contribuem para o seu progresso*”¹²³.

Ao término dos trabalhos decidiu-se pela publicação de um álbum, em grande formato, reunindo as duas partes.

É interessante a composição desse *Álbum*. Clodomiro Vasconcellos iniciou o texto apresentando o estado por seus aspectos geográficos: área territorial, topografia, litoral, montanhas, climas, proximidade com o então Distrito Federal etc. Esses elementos geravam condições propícias para a

¹²¹ Clodomiro Vasconcellos. **O estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria Viúva Azevedo & C. Ed., 1907.

¹²² Ofício de 24 de janeiro de 1922. In: Desidério Luiz de Oliveira Júnior (Org.). **Indicador de Leis, decretos, deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1929. p. 469-470

¹²³ *Ibid.*, p. 469.

exploração econômica tanto para os pequenos lavradores como para os “milionários”:

...por toda parte; cheio de tradição de labor de riqueza, de agasalho e de bondade, o estado do Rio de Janeiro, pequeno pelo território, forte porém pela eficiência do seu concurso na grandeza da Pátria, atrai, seduz, convida não só o modesto colono, que vem pedir à terra o pão, com o trabalho, e a paz, com o teto, como o milionário, que, na exploração de riquezas naturais, e no amanho das terras feracíssimas, quer empregar a atividade e o capital, no irreprimível anseio de dar e arrecadar moedas¹²⁴.

Essas condições – o homem e a geografia – proporcionariam ao Estado “o grande celeiro do país no passado regime, é e continuará a ser, na prosperidade nacional, fator preponderante através do labor adiantado dos seus campos e de inúmeras indústrias, que se desenvolvem, ao amparo da lei”¹²⁵.

Após uma rápida notícia histórica da formação do estado, descreveu minuciosamente as ilhas, bacias, lagoas, enseadas, baías, vales, rios, minérios, flora e fauna. Suas informações são pautadas pela indicação das potencialidades de exploração econômica desses elementos naturais. A essa descrição seguem dados estatísticos sobre a produção exportada, que colocava o estado à frente de outros como São Paulo e Minas Gerais, e sobre a receita estadual, demonstrando a prosperidade fluminense naquele momento.

Após relacionar os 48 municípios então existentes, o autor passou a descrevê-los, iniciando pela capital do estado, Niterói. As descrições seguiam um certo padrão. Iniciava com a apresentação da origem histórica e de sua evolução político administrativa até o momento vivido. A partir daí apresentava os aspectos físicos e infra-estruturais – redes viárias de serviços públicos, de comércio e entretenimento, por exemplo –, as atividades econômicas desenvolvidas e mencionava obras da administração de Raul Veiga na localidade.

Por fim, o autor discorreu sobre duas temáticas: a “instrução” e o “trabalho”. Quanto à primeira “*tem merecido da generalidade dos governos fluminenses o maior cuidado, votando-se verbas orçamentárias crescentes, para*

¹²⁴ Clodomiro Rodrigues Vasconcellos (Org.). **Centenário da Independência do Brasil**. Álbum do Estado do Rio de Janeiro. S/l: s/ed, 1922. p. 2v e 3.

¹²⁵ *Ibid.*, p.3-3v.

*pagamento dos professores e de prédios onde funcionam as escolas, e para a aquisição de material escolar, de uso individual ou coletivo*¹²⁶.

E para demonstrar que esse era um assunto de importância para os administradores do estado, Clodomiro Vasconcellos passou a relacionar os atos destes desde o período imperial até a gestão de Raul Veiga: a população escolar de cada período, as verbas orçamentárias, os números de escolas e de professores da rede pública e as reformas administrativas. Em relação às ações deste último presidente, o organizador do *Álbum* deu voz ao governante transcrevendo longos trechos de suas quatro mensagens dirigidas à Assembléia Legislativa. Seu balanço final destacava as realizações de Raul Veiga. Em relação às destinações orçamentárias, por exemplo, diz que “*verifica-se que o atual governo do Estado, em 4 anos destinou a tão meritória obras [construção de prédios escolares], importância superior à que, em 29 anos [1889-1918], gastaram anteriores administrações*”¹²⁷. Enfim, “*muito e muito tem feito o poder público, e o presidente Raul Veiga não tem poupado esforços para difundir e melhorar o ensino público primário*”¹²⁸.

O “trabalho” foi a última parte do *Álbum*. Destinava-se a pormenorizar as atividades produtivas do estado no meio urbano e rural:

Se as cidades, vilas e povoações fluminenses, em sua generalidade, progridem; se, depois da proclamação da República, na maioria das cidades e vilas se observa, com o aumento de população, maior movimento comercial, fundação de estabelecimentos industriais, edificações novas ou reconstruções de boa arquitetura; se a canalização de água potável, a instalação de redes de esgotos, a iluminação por eletricidade, significando saneamento e conforto, atestam o esforço das administrações do Estado e de Câmaras Municipais, e são prova irrefutável de um progresso acentuado promissor de um futuro feliz; se, à margem das linhas férreas, que atravessam o território na proporção de um quilômetro de trilhos para 16 quilômetros quadrados de superfície, surgem, por encanto, povoações que prosperam, atraindo capitais e moradores, – o campo não se apresenta menos animador¹²⁹.

Antes de descrever as atividades agrícolas e industriais em desenvolvimento no estado Clodomiro Vasconcellos fez uma avaliação da situação econômica fluminense. Segundo o autor, a crise gerada pelo fim da

¹²⁶ *Ibid.*, p. 112v.

¹²⁷ *Ibid.*, p.118v.

¹²⁸ *Ibid.*, p.123.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 123v.

escravidão tinha sido superada pela ação de sucessivos governos que apoiaram a produção através da reformulação de impostos e da criação de bases de infraestrutura para seu desenvolvimento: a criação de estabelecimentos de ensino técnico-agrícola, a ampliação da rede de viação terrestre e ferroviária etc. A partir daí passou a detalhar as atividades agro-pastoris e industriais, destacando os principais produtores e inserindo dados estatísticos demonstrando o seu crescimento ao longo do tempo e sua importância para a receita pública.

Associado ao texto encontra-se um farto material fotográfico. As imagens retratam eminentemente aspectos públicos das localidades – praças, ruas, prédios oficiais (Prefeituras, Câmaras Municipais, Escolas), estabelecimentos religiosos (igrejas), associativos (Associações Comerciais, Casas de Caridade) e as atividades produtivas (fazendas, indústrias, campos agrícolas e de pastagens, oficinas, maquinários e animais).



Figura 1: Capa do Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922

Fonte: Clodomiro Vasconcellos (Org.). **Centenário da Independência do Brasil. Álbum do Estado do Rio de Janeiro.** S/l: s/ed, 1922. Acervo do Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo/UERJ-FFP

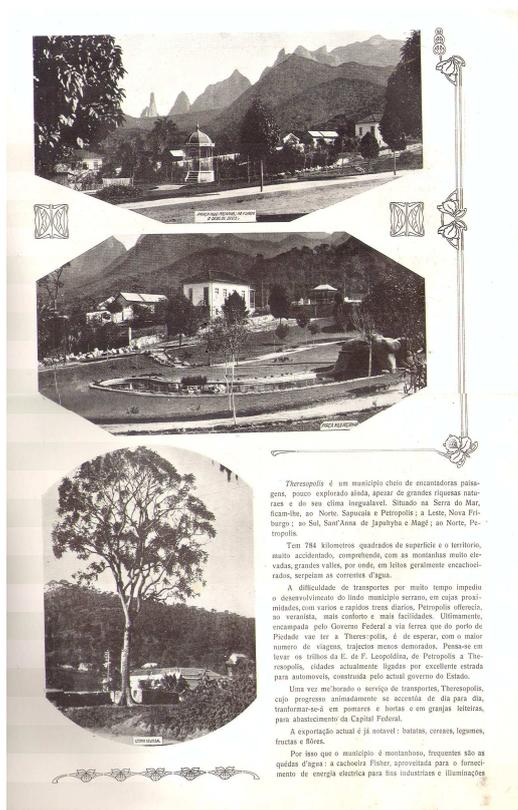


Figura 2: Página onde se inicia a parte referente ao município de Teresópolis do Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922. Fonte: Clodomiro Vasconcellos (Org.). **Centenário da Independência do Brasil. Álbum do Estado do Rio de Janeiro.** S/l: s/ed, 1922. p. 43. Acervo do Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo/UERJ-FFP

Através dos textos de Vasconcellos e das fotografias de Daniel Ribeiro, o *Álbum* construía uma imagem progressista para o Estado. A imagem de um estado onde a geografia conferia condições propícias ao desenvolvimento e que o concerto das 48 municipalidades caminhava em um mesmo rumo: a pujança fluminense. E esta seria construída através da educação e da produção, campos estes que concentravam as atenções da administração estadual.

O *Álbum do Estado do Rio de Janeiro* é um ícone das propostas nilistas para o Estado e das perspectivas desse grupo em relação à História. As expectativas vindouras, as projeções firmadas pelos dirigentes políticos não se alicerçam na experiência pretérita. O passado reconhecido era aquele que gerara o contexto de crise política e econômica, o pós-abolição da escravatura. Esse nada de relevante somara para a construção de novos tempos na região. Pelo contrário, fora, segundo se defendia, superado pelas ações empreendidas pelo nilismo em quase três décadas de controle da política local. As propostas de Nilo Peçanha no campo econômico, por exemplo, de diversificação agrícola iam contra a tradição local de privilégio da monocultura do açúcar e do café fortalecida no período imperial. Não se quer dizer com isso que se desprezasse a história local. Como pudemos ver, Raul Veiga colocava-se como aquele que estaria dirigindo o processo de restauração do fausto do estado identificado como o período do II Reinado. No entanto, a história do período imperial não se colocava como alicerce das construções discursivas de caracterização do fluminense naquele momento. O *Álbum* destacava o presente indicando-o como um momento ímpar na história fluminense. Ressalva-se o progresso vivido. Projetava-se um devir venturoso a partir do diagnóstico geo-econômico realizado.

3.3

A Renascença Fluminense

O ano de 1922 foi marcado também por alterações no cenário político do estado do Rio de Janeiro. Nas eleições presidenciais que ocorreram nesse ano, Nilo Peçanha participou da Reação Republicana que lançou sua candidatura ao cargo maior do executivo nacional. Em torno de Nilo Peçanha aliaram-se os chefes políticos de estados de segunda grandeza no panorama da Primeira República: Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. A Reação Republicana colocava-se como um movimento propulsor de um eixo alternativo de poder visando abalar o predomínio de Minas Gerais e São Paulo¹³⁰.

Apesar de toda mobilização gerada pela imprensa e por novas estratégias de campanha – Nilo Peçanha e J. J. Seabra, baiano candidato à vice-presidência na mesma chapa, adotaram a prática de comícios nos centros urbanos –, a máquina oligarca que dominava o sistema eleitoral no período levou à vitória de Arthur Bernardes, candidato situacionista.

O novo presidente da República adotou a prática da perseguição e do alijamento político daqueles que se envolveram com a Reação Republicana. No caso do Estado do Rio de Janeiro neste ano também ocorreram as eleições para o novo governo fluminense. O nilismo lançou Raul Fernandes e a oposição, Feliciano Sodré. As oposições, unidas sob a figura de Sodré, aproximaram-se do novo presidente visando alterar o quadro político do estado do Rio de Janeiro. A vitória de Raul Fernandes não foi reconhecida pelos deputados estaduais oposicionistas, que se retiraram da Assembleia e empossaram Sodré no cargo. A duplicidade de governos levou à intervenção federal no estado, sendo nomeado interventor Aurelino Leal, ex-chefe de polícia da capital do país. Durante o ano de 1923, o interventor promoveu o desmonte da máquina nilista do estado e organizou novo pleito eleitoral. Neste foi eleito o candidato único, Feliciano Sodré, empossado em 23 de dezembro de 1923.

As mudanças políticas geravam um momento propício para que novas reflexões sobre o estado surgissem. Nesse contexto, um grupo de intelectuais,

¹³⁰ Marieta de Moraes Ferreira. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6., nº.11, 1993, p. 9-23.

liderados por Lacerda Nogueira, secretário perpétuo da Academia Fluminense de Letras, fundou a Renascença Fluminense. Segundo Maurício de Medeiros, redator dos seus estatutos, a nova agremiação constituía-se de

um grupo de objetivos pelo renascimento material e moral do estado do Rio de Janeiro. Desenvolvendo uma ação alheia à política, a Renascença Fluminense propunha-se a manter no estado o respeito dos seus grandes homens, o culto à memória de seus grandes acontecimentos, a defesa de suas instituições liberais, estimulando por todas as formas todas as manifestações de vitalidade do estado.¹³¹

Desde fins de 1920 a Academia Fluminense de Letras tinha iniciado uma série de atividades culturais que movimentavam a capital do estado. Com essas iniciativas, seus membros visavam auto-atribuir-se papel de destaque na reflexão sobre o estado. Em 1921, o mesmo Maurício de Medeiros pronunciou seu discurso de posse como sócio correspondente da Academia. Sua conferência tomou o título sugestivo de “*Os intelectuais e a direção do mundo*”. Nela, Medeiros diagnosticou que se viviam tempos de mudanças. A influência norteamericana se fazia crescente no país. E, com ela, a crítica às “ciências do espírito” – o humanismo, em geral –, supervalorizando-se o conhecimento prático, técnico e tecnológico. Por outro lado, pairava a perspectiva de implementação de uma nova ordem mundial com as críticas ao capitalismo vigente, especialmente após a Revolução Russa. O capitalismo, como as demais instituições que o precederam – o escravismo, o feudalismo, a realeza – tendia ao “envelhecimento” que levaria à sua superação. As Academias deveriam estar aptas a participar desse processo. Elas seriam o “*reduto da inteligência*”, as guardiãs da “*cultura do espírito*”. Nesse cenário:

Senhores da Academia Fluminense de Letras! Em nome do bom senso, em nome de nossas tradições, em nome de um passado em que o estado do Rio forneceu ao país os mais cultos de seus estadistas, em nome de tudo quanto a Humanidade acumulou em séculos de saber, em nome das maiores glórias da inteligência – erguei-vos em brados fortes e ação enérgica contra a venenosa doutrina desses brutalizadores do espírito humano!

Neste estado, onde a riqueza da inteligência é das mais fartas, muito embora se mantenha em grande desproporção com a extensão da cultura popular, cabe-

¹³¹ Maurício de Medeiros. O presidente Sodré e a Renascença Fluminense. In: Manoel Leite Bastos (Org.). **O Estado do Rio de Janeiro e seus homens**. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928. p. 2.

vos, Srs. da Academia Fluminense, esse papel de condutor que as democracias se reconhece aos superiores pelo cérebro, pela razão, pela inteligência¹³².

Os intelectuais deveriam assumir a vanguarda nesse processo que levaria à implantação de uma nova ordem social. Cabia-lhes “*ainda assegurar às elites intelectuais o domínio político do país, sua direção, sua orientação, de maneira a interpor a plasticidade da ação intelectual entre a cupidez avara dos plutocratas e a ânsia tumultuária das grandes massas*”¹³³. As massas expressavam a insatisfação quanto às injustiças do regime mas não estariam aptas a dar um rumo seguro ao processo de transformação social que se vivenciava. Essa seria a missão dos intelectuais: a construção de novos tempos em sólidas bases, tendo por fonte a experiência pretérita da qual os membros da Academia Fluminense de Letras eram representantes, já que eram herdeiros de uma tradição que remontava à Academos de Platão. Mudanças sem rupturas era a tônica do discurso, uma modernização conservadora.

Esse ideário de guias dos novos tempos imperava entre os intelectuais que compuseram a Renascença Fluminense. Um sentimento de construção de novos tempos em contraponto ao nilismo. Os renascentistas propunham que esse novo momento deveria ser alicerçado na tradição histórica local, revalorizando o período imperial. Visava-se a construção de um sentimento cívico de patriotismo em que seriam reverenciadas a memória dos fatos e os heróis que levaram à construção da história nacional, destacando-se o papel dos fluminenses nesse processo. Para seus intentos, obtiveram o apoio de um personagem importante para viabilizá-los: o presidente Feliciano Sodré. Apesar de opositor, o nilista Maurício Medeiros louvou o apoio dado pelo presidente do estado às realizações da Renascença:

Seria insincero se contivesse os meus aplausos ao modo pelo qual o presidente Feliciano Sodré considerou esse empreendimento, abraçou seu programa, e contribuiu, quanto em si esteve, para sua realização. A qualidade que esse apoio revela redime-o, ao meu ver, de muitos de seus pecados políticos¹³⁴.

¹³² Maurício de Medeiros. Os intelectuais e a direção do mundo. Discurso de posse como membro correspondente da Academia Fluminense de Letras pronunciado na solenidade de 28/04/1921. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. Vol. IV, junho de 1951. p. 9.

¹³³ *Ibid.*, p. 10.

¹³⁴ Maurício de Medeiros, *op. cit.*, p. 2.

Na citação anterior observa-se a construção da imagem do presidente Sodré como a de um homem que colocava os ideais de governo acima das querelas políticas. Suas ações administrativas estariam voltadas para a restauração do lugar do estado entre os grandes do regime republicano, como afirmaria Clodomiro Vasconcellos sobre a participação do presidente no Congresso das Municipalidades, por ele convocado em 1924. Esse encontro teria como objetivo discutir com os prefeitos dos municípios fluminenses seus problemas e planejar ações que levassem a soluções práticas. A convocação do congresso também pretendia construir uma imagem de governante moderno pois aí os partidarismos seriam solucionados na busca por um projeto coletivo de recuperação do estado. Segundo Clodomiro Vasconcellos a obra regeneradora já se processara:

No discurso inaugural Feliciano Sodré, com muito entusiasmo, discurso feito de fé e de esperança nos destinos do Rio de Janeiro, disse que não era mais lícito rememorar, entre saudades, a grandeza da Velha Província – estribilho intolerável já, porque o Rio de Janeiro readquirira essa grandeza e retomara o prestígio, que sempre desfrutara.¹³⁵

Sodré esforçava-se para criar uma imagem de dirigente empreendedor e investidor na recuperação fluminense e esta só seria possível com a reafirmação dos valores do estado, o mesmo ideário que pautava as ações da Renascença Fluminense. A “*formação patriótica*” dos habitantes do estado, especialmente ligada aos agentes educacionais e aos alunos da rede pública de ensino, passou a ser uma bandeira que unia o dirigente político e os intelectuais renascentistas. Em sua última mensagem ao legislativo fluminense, Sodré expôs tal associação:

Os professores fluminenses, seja por impulso próprio e nobilíssimo sentimento patriótico, seja por observância rigorosa do Regulamento, perfeitamente integrados na obra de civismo, que acorda e estimula as energias nacionais, se não tem descurado de prestar às datas gloriosas da história pátria e aos vultos ilustres e eminentes, que a dignificaram, as justas, merecidas e oportunas homenagens, mantendo as escolas num ambiente de fé e de puro patriotismo.

A esse movimento se tem associado louvadamente a Renascença Fluminense que, apercebida do alcance educativo dessas comemorações, lhes há prestado relevante concurso e muita vez tendo a iniciativa de solenidades que representam

¹³⁵ Clodomiro Vasconcellos. Congresso das Municipalidades In: Manoel Leite Bastos (Org.). **O Estado do Rio de Janeiro e seus homens**. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928. p. 13.

um valioso serviço à terra fluminense, porque nelas interessa a mocidade, que se educa, a esperançosa geração de amanhã¹³⁶.

A realização de conferências em espaços educacionais e a construção de monumentos cívicos foram as principais estratégias utilizadas por esse grupo na formação cívica dos fluminenses.

Entre 1925 e 1928 investiu-se na construção de uma estatuária de vultos nacionais e fluminenses que marcaram a paisagem da capital do estado. Em 1925 ergueu-se, na praça Leoni Ramos, o busto de D. Pedro II assinalando o centenário de nascimento do ex-monarca. No ano seguinte, no então Jardim Icaraí – atual praça Getúlio Vargas –, inaugurou-se o busto de Antônio Parreiras que há anos encontrava-se no Arquivo Municipal. Em junho de 1927 homenageou-se o barão de Teffé com uma estela de bronze afixando-a no Grupo Escolar Silva Pontes, que ficava em frente à Praça do Rink. Em outubro desse mesmo ano era inaugurado o busto de Nilo Peçanha na praça que levava o nome do homenageado. O primeiro governador republicano do estado, Francisco Portela, teve seu busto inaugurado em 19 de novembro daquele ano, no Jardim São João. Em janeiro de 1928 era vez de Fagundes Varela ganhar sua homenagem em bronze no Jardim do Gragoatá¹³⁷. Outro que teria seu busto erguido nesse momento seria Alberto de Oliveira, que, no entanto teve de esperar trinta anos até que Alberto Fortes o inaugurasse em 1958 durante sua gestão como prefeito de Niterói¹³⁸. Feliciano Sodré também teve seu busto confeccionado e instalado na Praça da Renascença, em frente ao porto de Niterói, em 9 de abril de 1928. Dom Agostinho Benassi, primeiro bispo de Niterói, teve seu busto inaugurado em 17 de junho de 1928 na praça que recebeu seu nome em frente à Igreja de São Lourenço. À exceção de D. Agostinho Benassi e Francisco Portela,

¹³⁶ Feliciano Sodré. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1927 pelo presidente do estado Feliciano Pires de Abreu Sodré**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1927. p. 103-104.

¹³⁷ Devido ao mau estado de conservação foi-me vedada, na Biblioteca Nacional, a consulta da coleção do jornal *O Estado*, principal órgão da imprensa fluminense do período. Na ausência de outras fontes este periódico seria um manancial de informações importantes sobre as atividades da Renascença Fluminense. Esses dados, sobre as inaugurações dessa estatuária urbana promovida pela Renascença, me foram fornecidos por Emmanuel de Macedo Soares, pesquisador niteroiense que há anos vem coletando dados sobre o estado e que consultou a coleção na década de 1980. Meus sinceros agradecimentos ao pesquisador.

¹³⁸ Emmanuel de Macedo Soares informa que a idéia do busto de Alberto de Oliveira foi aventada em 1927 na Academia Fluminense de Letras, mas que o busto só foi erguido quando Alberto Fortes, que fora seu presidente, estava à frente do executivo niteroiense. Cf. Emmanuel de Macedo Soares. **Monumentos de Niterói**. Niterói: Êxito-Fundação de Artes de Niterói, 1992. p. 20.

respectivamente carioca e piauiense de nascimento, todos os demais eram fluminenses, até mesmo Pedro II que nasceu em 1825, antes portanto, da transformação da cidade do Rio de Janeiro em Município Neutro desmembrada da Província do Rio de Janeiro, que ocorreu com o Ato Adicional de 1834. Mesmo D. Agostinho e Francico Portela tiveram fortes ligações com o estado.

Figura 3: Busto de Nilo Peçanha. 1927.
Fonte: Paulo Knauss (Coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 127

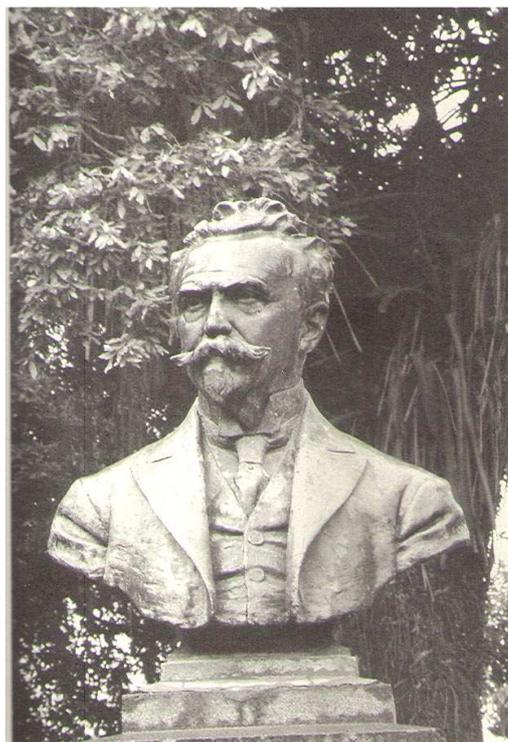


Figura 4: Busto de D. Agostinho Benassi. 1928.
Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. **Monumentos de Niterói**. Niterói: Êxito-Fundação de Artes de Niterói, 1992. p. 68.

Mas o maior empreendimento estatutário do período foi a criação de um monumento em homenagem à instauração do regime republicano destacando-se “a colaboração dos fluminenses na obra integral da implantação do regime republicano no Brasil”¹³⁹, o “*Triunfo da República*”. Cotizando com as municipalidades as despesas dessa grandiosa construção, Sodré emitiu uma circular aos prefeitos e Câmaras municipais justificando tal obra:

Pareceu-nos que, em se tratando de uma realização que procura significar o esforço solidário da alma fluminense nos seus pendores políticos e nos seus anseios cívicos para a implantação e a consagração da República em nossa terra, seria imprescindível que a ela, explícita e ostensivamente, se associassem, num gesto de vontade expressa e de viva e calorosa solidadriedade, todos os municípios fluminenses, laboratórios onde gerou a força poderosa, a cujo serviço vários de nossos coestaduanos atingiram a culminância da notoriedade, inscrevendo seus nomes na história pátria pelo fulgor de sua atuação na organização republicana, e, na imprensa e na tribuna, pregando o apostolado democrático – e temos implicitamente nomeado Benjamim Constant, Quintino Bocayuva e Silva Jardim. Assim, esperamos que os poderes municipais, em perfeita comunhão com os diferentes fatores de expressão popular, tudo empenharão para que, a 15 de novembro do ano próximo vindouro, possa o estado do Rio de Janeiro dar um testemunho de sua alta cultura cívica e de seu decidido amor à República¹⁴⁰.

O “*Triunfo da República*” foi erguido em frente à Assembléia Legislativa. No alto de um pedestal, foi entronizada uma figura feminina guiando uma biga romana puxada por dois cavalos em posição de galope. À frente há um jovem com um archote. Ladeando a representação da República encontram-se as estátuas de paladinos do regime: Benjamim Constant, Quintino Bocayuva e Silva Jardim. Três expoentes da propaganda republicana que defendiam projetos diferentes para o novo regime que seria implementado no Brasil em 1889¹⁴¹. Havia também, no capitel do pedestal, nichos onde foram depositadas porções de terras de cada um dos 48 municípios que compunham, na aquele momento, o estado.

¹³⁹ Feliciano Sodré. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1925 pelo presidente do estado Feliciano Pires de Abreu Sodré**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1925. p. 09.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 09-10.

¹⁴¹ José Murilo de Carvalho. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a república que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



Figura 5: O Triunfo da República. 1927. Praça da República. Niterói. s/d.
 Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. **Monumentos de Niterói**. Niterói:
 Êxito-Fundação de Artes de Niterói, 1992. p. 167



Figura 7: Quintino Bocaiuva. 1927. Praça da República. Niterói, s/d.
 Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. *op. cit.*, p. 147



↑ Figura 8: Benjamin Constant. 1927. Praça da República. Niterói, s/d.
 Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. *op. cit.*, p. 44

↑ Figura 6: Silva Jardim. 1927. Praça da República. Niterói, s/d.
 Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. *op. cit.*, p.157.



Este monumento foi inaugurado em 21 de dezembro de 1927, três dias antes de Feliciano Sodré deixar o governo. Nesse mesmo dia, às 8h30min, Sodré inaugurou o Porto de Niterói. Esses eventos contaram com a participação de Washington Luís, presidente da República, e do senador Manuel Duarte, eleito presidente do estado para o quadriênio 1928-1931.

Com as duas obras, inauguradas no mesmo dia, Feliciano Sodré pretendia afirmar-se como um divisor de águas na história do estado. O porto simbolizava a perspectiva de uma autonomia econômica e o monumento à República visava ligá-lo à obra dos fundadores da República¹⁴². Sodré colocava-se como regenerador do regime, como aquele que estaria imprimindo novos rumos para o estado que o levaria a ocupar um lugar de destaque no cenário político do período. De fato, o alinhamento de Sodré, continuado por seu sucessor, Manuel Duarte, estabeleceu um bom relacionamento entre as esferas estaduais e federal, garantindo um ministério ao estado durante a presidência de Washington Luís.

A redefinição do lugar da estatuária no imaginário social é um fenômeno que remonta ao final do século XVIII na afirmação dos valores liberais e que se desenvolve no seguinte, na Europa, em especial na França. Nesse período firmara-se três perspectivas. A panteonizadora que “sacralizava” os heróis da Revolução Francesa, geralmente personagens de saber (intelectuais e artistas), personagens que teriam influenciado mas não vivido o movimento, como Voltaire, por exemplo. A segunda seria a despanteonizadora, que laicizava os ícones escolhendo, primordialmente, personagens políticos, o que permitia a incorporação dos vivos no rol dos homenageados. E, por fim, a napoleônica, que elegeu colunas, obeliscos e pirâmides como ícones secundarizando a estatuária.

A estatuamania afirmou-se e generalizou pelo mundo liberal ocidental, a partir de 1870, como forma de celebração de personagens e propulsor de uma

¹⁴² Marcelo Abreu analisou a história desse monumento como um símbolo de diferentes concepções de cidadania ao longo do século XX. Sua análise da criação coloca-o como símbolo de uma administração que visava afirmar-se como regeneradora do estado e que defendia uma cidadania excluyente dos segmentos populares, ausentes dos festejos de inauguração. Marcelo Abreu. Entre civismo e democracia. In: Paulo Knauss (Coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 83-127.

“pedagogia pelo exemplo”¹⁴³. As iniciativas são politizadas, o que gera a mobilização da sociedade civil. Paulo Knauss afirma que este fora o modelo aportado na Corte e na Capital Federal, o Rio de Janeiro, e que o caso de Niterói difere do modelo típico da estatuamania em que a sociedade civil se mobilizava para a construção de seus monumentos sem o controle do Estado. Segundo Knauss, “*não se pode falar em estatuamania, propriamente dita, porque a constituição do acervo de imagens da cidade é assumido, sobretudo pelos sujeitos do Estado*”. A estatuária urbana da capital fluminense seria então “*obra dos grupos sociais controladores das estruturas do Estado*”¹⁴⁴.

O movimento gerado pela Renascença Fluminense, por seu turno, levou-nos a complexificar essa questão. A proposição da edificação de inúmeros bustos não partiu do governo mas sim de uma organização que, a princípio, não estava diretamente atrelada à sua estrutura. Muitos dos bustos em questão foram frutos de cotização dos membros do movimento que, ao não obterem os recursos necessários à obra, buscavam auxílio na administração estadual. O aceite desta em contribuir e promover outros desses monumentos não significaria que seu objetivo fosse unicamente o controle sobre a produção simbólica de ícones locais. A associação entre letrados e administradores baseava-se na crença de que cabia ao Estado o papel de agente no processo de afirmação e defesa dos valores identitários locais. Se é certo afirmar que o caso niteroiense é marcado pelos grupos que controlavam o poder, deve-se pensar quais eram as relações internas presentes nesses grupos que geravam determinadas propostas, posicionamentos e ações.

Em paralelo à estatuária construída na capital fluminense a partir de 1925, foram proferidas conferências sobre temas históricos, especialmente no salão nobre da Escola Normal de Niterói. Uma delas foi feita por Antônio Figueira de Almeida, em 13 de agosto de 1928, momento comemorativo do primeiro lustro de existência do movimento renascentista, e o conferencista dissertou sobre *Os fluminenses na história do Brasil*. Nela estão condensados os ideais desse movimento em construir, através da história, um sentimento cívico fluminense.

¹⁴³ Paulo Knauss. Cidade Panteão. Produção social da imaginária urbana. In: _____. (Coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 175-213.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 190-191.

Para além desse propósito, Figueira de Almeida faz uma análise da história do Brasil através da participação dos filhos – nativos ou não – do estado.

O conferencista identificava aquele momento como propício para se falar sobre a temática:

É necessário, porém, que se fale muito de nossa terra, ainda entre fluminenses, para que voltemos a ser o muito que já fomos. Se nós nos conhecêssemos melhor, havíamos de ter, forçosamente, uma tão clara consciência de nossa força e de nosso valor, que isso nos daria estímulo para resolver os problemas cuja solução transformaria nossa terra no mais invejável recanto de todo o planeta¹⁴⁵.

Era necessário conhecer as idéias, a ação e os valores dos fluminenses, pois foram estes que construíram o Brasil. “A grandeza fluminense, porém, se confunde com a do Brasil de um modo particular, e não apenas como sua parte integrante, porque em grande parte a grandeza fluminense é que determina a grandeza do nacional”¹⁴⁶.

Para que os eventos da história pátria ocorressem, “sempre ou é o fluminense que semeia a idéia que o motivou ou é o fluminense aquele que o realiza”¹⁴⁷. Isso ocorrera especialmente no período imperial. Neste, mesmo quando grandes atos eram praticados por naturais de outras províncias, “por ocasião desses atos, esses filhos de outras terras não eram senão representantes legislativos da terra fluminense”¹⁴⁸.

Segundo Figueira de Almeida, a história de um país era composta de fases com caracteres definidos e “cuja concatenação forma o todo contínuo e harmônico”. Eram aí usados os marcos da história pátria: a Colônia, a Independência, o I Reinado, o Período Regencial, o II Reinado e a República. Em cada uma dessas fases se destacou a ação de um filho da terra.

Se na Colônia e no processo de independência os fluminenses já se apresentavam em papéis relevantes – como exemplo o conferencista citou D. Francisico Lemos, fluminense que chegou à reitoria da Universidade de Coimbra e foi conselheiro do Marquês de Pombal, e o brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, primeiro ministro da Guerra de D. Pedro I –, “não resta,

¹⁴⁵ Antônio Figueira de Almeida. **Os fluminenses na história do Brasil**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1928. p. 9.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 9.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 9.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 11.

porém, nenhuma dúvida em que, depois de formado esse centro de gravitação – a capital do novo país independente –, a colaboração fluminense se torna primacial”¹⁴⁹.

O processo de organização do novo governo contou com a participação do Marquês de Maricá na elaboração da Constituição de 1824. Já nas Guerras de Independência o imperador pôde contar com a participação do primeiro Lima e Silva.

Durante as Regências “*basta acentuar que foi fluminense o varão ilustre que mereceu – excepcionalmente – a permanência constante nos triunviratos regenciais de 31 a 35*”. Mas não só. “*Quando a regência se unifica, Feijó – o intemorato – procura, com colaboração de Suruí – o amparo dos fluminenses, do mesmo modo que Olinda procura o mesmo amparo por intermédio de Itaboraí e Uruguai, enquanto Caxias contém por toda parte os distúrbios e os excessos revolucionários”¹⁵⁰.*

Apesar de tudo, para que o país voltasse à normalidade “*procurou-se, na maioria de Pedro II, a solução salvadora*”. Nessa fase “*foi porém, necessário que ainda se fizesse mais em benefício do Brasil*”. Caxias, igualado a César, realizou a obra pacificadora que consolidou o império. Resgataram-se as figuras de Itaboraí, Beaurepaire Rohan, Uruguai, Rio Branco e outros que participaram dos gabinetes imperiais.

Nas questões que sacudiram o país pós-Guerra do Paraguai, os fluminenses teriam tido papel relevante, mas foi na propaganda abolicionista e republicana que sua ação se fez mais premente.

Apesar de reconhecer que os cativos tinham direito à liberdade, Figueira de Almeida critica o encaminhamento do processo abolicionista. A escravidão deveria ter sido preparada com a substituição do escravo pelo imigrante para que não se desorganizasse a produção.

Tudo isso que se vê, em largos espaços no Brasil – ruínas, terras improdutivas, fortunas desmoronadas, dificuldades de capital, desorganização do trabalho etc – que é senão consequência do erro de se ter proclamado a liberdade antes que se tivesse procurado modo de evitar tantas perturbações?¹⁵¹

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 17.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 20.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 30.

O encaminhamento da abolição, acompanhada da Questão Religiosa e da Questão Militar, levou ao “*desenraizar a monarquia*” e à instauração da República¹⁵². O início do novo regime foi “*nossa quase ruína*”, mas o país superou as dificuldades. Os anos 1920 seriam marcados pela recuperação do comércio, da indústria e por investimentos na instrução. A degeneração total não acontecera pois os conservadores fluminenses, apesar de considerados retrógrados e escravocratas, assumiram os rumos do processo e “*propugnaram pela política de conservar melhorando e que se é por toda a parte e sempre a melhor, era também, no tempo, a mais oportuna*”¹⁵³.

Neste ponto o conferencista destacou o papel da província como um celeiro de intelectuais que defendiam as mais variadas “*correntes de opinião*” no século XIX e que o novo regime contava com o seu apoio. Nele restabeleceu-se a tradição de o pensamento intelectual dos fluminenses influenciar as ações da política nacional. Essa geração dava continuidade às ações de intelectuais e políticos que desde o império ditavam as diretrizes do governo federal. Para comprovar, lista 39 vultos passados ou dos primeiros tempos republicanos e relaciona outros atuantes nos campos das letras, diplomacia e ciências em seus dias.

Era “*portanto, chegado o momento de voltarmos a ter o mesmo brilho de outrora, a mesma eficiência no jogo político federal, a mesma supremacia e a mesma proponderância na direção do país em procura da solução dos seus elevados destinos*”¹⁵⁴. Para tal era necessário solucionar “*nossos problemas materiais*”, dentre estes, o analfabetismo e por isso valorizava-se a ação da Renascença Fluminense e do Governo de Manuel Duarte. Este identificara os principais problemas sofridos pelo estado e, em pouco mais de seis meses de governo, dirigia seus esforços para solucioná-los. Manuel Duarte dava continuidade à obra de regeneração iniciada por Oliveira Botelho e Feliciano Sodré. Seria este um momento propício também tendo em vista o chefe da nação, Washington Luís, ter como berço natal o solo fluminense.

¹⁵² *Ibid.*, p. 30.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 34.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 40.

Encerrando a conferência, Figueira de Almeida sentenciava: “*nossa terra, grande no passado e grande no presente, será maior ainda no futuro*”¹⁵⁵.

A palestra de Figueira de Almeida cristalizava os ideais renascentistas que direcionavam as ações de intelectuais e políticos de então. Neste, a história ocupava um lugar de primazia pois apresentava a posição de destaque ocupada pelo estado na história do Brasil. Na verdade construía-se a ideia de que a história fluminense era a história nacional. A análise das fases da história do país demonstra que as principais ações políticas tomadas pelos governantes tinham sempre a colaboração dos fluminenses. O esplendor do Império teria sido gerado pelas bases econômicas e pelos pensadores da Velha Província. Os momentos de crise local foram também de instabilidade do novo regime e a sua recuperação significava o engrandecimento do país, naquele momento dirigido por um fluminense.

A análise de Figueira de Almeida estava alicerçada em três elementos: as bases econômicas, a ação de políticos e o pensamento intelectual.

A crise econômica, gerada pelo processo de abolição, teria levado a profundos abalos no setor produtivo superados no final da década de 1920 pela ação dos governos de Feliciano Sodré e de Manuel Duarte. No entanto, a pujança do “*passado regime*”, o Império, teria sido gerada pela província do Rio. Esta gerara um quadro de políticos e intelectuais que ditaram as diretrizes do governo imperial e das principais correntes de pensamento do século XIX: o romantismo, o positivismo, o abolicionismo e o republicanismo.

Os gestores contemporâneos – aqueles que estavam “*a fazer agora o que devíamos ter feito antes*”¹⁵⁶ – tinham ciência do papel a cumprir. Eram portadores de uma missão histórica, pois a história nacional dependia de suas idéias e ações e, por isso, era importante o investimento na construção de uma “consciência histórica” entre a população fluminense através de monumentos e palestras. Os gestores associados aos homens de letras. Figueira de Almeida, assim como Lacerda Nogueira e Maurício de Medeiros, pertencia aos quadros da Academia Fluminense de Letras, a qual presidiu na década de 1920. Profissionalmente, era

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 43.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 32.

Inspetor de Instrução do Estado do Rio de Janeiro, além de ser professor do Instituto de Educação e do Colégio Pedro II, ambos na capital da República¹⁵⁷.

Havia então uma pedagogia para a formação do fluminense configurada pela estatuária urbana e pelas palestras dos renascentistas. Estas últimas eram realizadas na Escola Normal de Niterói, nos Grupos Escolares e em Associações de Classe, não só da capital mas também dos demais municípios. Visava-se formar professorandas, alunos e as elites políticas e econômicas. Tais propostas associam-se às ações sodrelistas embasando, diretrizes das políticas públicas estaduais, especialmente no campo da educação.

3.4

A Reforma da Instrução no Rio de Janeiro e os primeiros livros de história do estado

A eleição de Manuel Duarte para o governo fluminense marcava a continuidade da política sodrelista no estado. As alianças políticas em torno do governo de Washington Luís deram ao Rio de Janeiro um ministério e mantiveram o bom relacionamento entre os governos federal e estadual estabelecido por Feliciano Sodré¹⁵⁸. Manuel Duarte era tido como uma pessoa capaz de realizar uma administração segura e benéfica para o estado.

Em sua primeira *Mensagem presidencial*, Manuel Duarte congratula-se com os deputados pelo momento favorável em nível federal e local. Ele assumia o papel de continuador da obra do antecessor que inseria o Rio de Janeiro no processo de crescimento do país:

Assim, vendo crescer o prestígio da União e do Brasil, na ordem, na paz e no trabalho, o estado do Rio de Janeiro sente-se feliz de estar concorrendo para esse

¹⁵⁷ Dados biográficos extraídos dos livros do autor.

¹⁵⁸ Marieta de Moraes Ferreira. (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 293-306.

nobilíssimo objetivo, que é a grandeza da pátria, pelo espírito de confraternização, pelo esforço econômico e pelo ânimo cívico de seus filhos¹⁵⁹.

Dar um rumo seguro e duradouro para esse processo de recuperação do Estado era a diretriz da administração de Duarte e era assim que o presidente justificava a Reforma da Instrução do Estado:

O governo realizou uma reforma parcial no ensino primário, profissional e normal [...] Sem nenhum prurido de inovar pelo prazer das modificações chegou, entretanto, a convencer-se de que era necessário introduzir disposições novas e fazer algumas criações indispensáveis ao aparelho do ensino, de maneira a torná-lo mais eficiente e mais bem conformado às necessidades palpitantes¹⁶⁰.

A Reforma era necessária para “ajustar as desarticuladas peças do complexo mecanismo didático, que não atuavam com a desejada coordenação, com aconselhável interdependência técnica, para que fosse assegurado um maior e compensador rendimento”¹⁶¹. Era uma reforma parcial tendo em vista que Feliciano Sodré criara uma série de inovações na estrutura educacional do Estado que necessitavam de uma maior integração. Assim como não se propunha uma ruptura com a estrutura anterior, as modernas teorias educacionais, especialmente européias e americanas citadas nos relatórios oficiais, não deveriam gerar alterações profundas. A transplantação delas sem adaptações necessárias seria desastrosa, pois elas não tinham sido criadas para nossa realidade social. O presidente sentenciava: “valem mais adaptações progressivas do que as bruscas mutações”¹⁶².

Um dos principais elementos que se destacava ao se justificar a Reforma era inserir a escola fluminense nas novas propostas pedagógicas em voga pelo movimento reformista da Escola Nova¹⁶³. Segundo Diana Vidal, um dos

¹⁵⁹ Manuel de Mattos Duarte Silva. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1928 pelo presidente do Estado**. Rio de Janeiro: s/ed., 1928. p. 6.

¹⁶⁰ Manuel de Mattos Duarte Silva. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929 pelo presidente do Estado**. Rio de Janeiro: s/ed., 1929. p. 31.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 53.

¹⁶² *Ibid.*, p. 54.

¹⁶³ É vasta a bibliografia sobre o movimento da Escola Nova. Para uma visão introdutória do movimento conferir Marta Chagas Carvalho. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. _____. **Molde Nacional e Fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. _____. Reformas da instrução pública. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho;

principais objetivos dos renovadores da escola foi transferir as preocupações didáticas do ensino para a aprendizagem, o aluno tornava-se o principal foco de atenção. A escola deveria deixar de ser aquele espaço de memorização e dissociado da realidade¹⁶⁴. Nas palavras de José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor do Departamento de Instrução Pública, estava-se construindo uma sólida obra que daria novos rumos à escola do estado:

A obra educacional no estado do Rio, talqualmente se executa, não é efêmera, nem fictícia, nem lhe douram a frontaria falsas lantejoulas, mas projeta-se com os seguros lineamentos de uma construção estável, bem tracejada, de consistente arcabouço, compatível com as realidades sociais e norteadas pelo sentido da vida, para proporcionar à juventude uma educação nacional e integral, que lhe dê melhores condições físicas, morais e intelectuais para a concorrência vital, em que triunfarão os mais bem aparelhados¹⁶⁵.

Para realizá-la, o Diretor da Instrução Pública realizara um aprofundado estudo na estrutura educacional fluminense consultando a legislação provincial e republicana e por sua análise das experiências implementadas na década de 1920. Também acompanhava o pensamento educacional e as reformas que vinham sendo implementadas no Uruguai, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Ceará.

Sob sua gestão realizou-se o primeiro recenseamento escolar que municiou a administração de dados sobre a situação da rede estadual que orientaria as ações do governo. Tal prática, como analisa Clarice Nunes em relação aos inventários realizados por Anísio Teixeira quando de sua gestão à frente da Diretoria Geral da Instrução da capital federal, era um sinal de racionalização da administração escolar¹⁶⁶. Todas essas ações deveriam servir para criar condições de estudo para as camadas populares. Dizia o Diretor: “*tenho para mim que não será para as elites, para as camadas mais afortunadas da*

Cynthia Greive Veiga (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 225-251.

¹⁶⁴ Diana Vidal. Escola Nova e processo educativo. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho; Cynthia Greive Veiga (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-517.

¹⁶⁵ José Duarte Gonçalves da Rocha. **Relatório apresentado pelo dr. José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor da Instrução Pública ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça em 31 de agosto de 1929**. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1930. p. 7.

¹⁶⁶ Clarice Nunes. **Anísio Teixeira: A poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000. p. 227-345.

sociedade, que o Estado, com a sua assistência benéfica, deverá lançar as suas vistas, ou fazer convergir as suas preocupações”¹⁶⁷.

3.4.1 - O sistema escolar fluminense

O sistema escolar fluminense era formado fundamentalmente pela educação pré-escolar (jardins de infância e escolas maternais), primária (escolas de 1º grau, de 2º grau e Grupos Escolares). Do Grupo Escolar o aluno poderia seguir para o ensino secundário, profissional ou normal e destes para Escolas Superiores ou Escolas Técnicas Superiores.

As atividades educacionais do estado, no entanto, concentravam-se prioritariamente no ensino primário que concentrava 97,5% do número de alunos e 98,8% dos estabelecimentos escolares.

A tabela abaixo, organizada a partir de dados constantes na *Mensagem* de Manuel Duarte de 1929, demonstra a prioridade do ensino primário na rede estadual:

	Nº de escolas	Nº de alunos	Nº de professores
Ensino pré-primário e primário	751	70.050	1655
Ensino Normal	3	721	Não consta
Ensino profissional	4	559	Não consta
Ensino secundário	1	160	Não consta
Total	759	71.490	-

Tabela 1: Sistema Educacional Fluminense. 1929

Fonte: Manuel de Mattos Duarte Silva. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929 pelo presidente do Estado.** Rio de Janeiro: s/ed., 1929. p. 71-94

A Reforma incentivou e regulamentou a organização de associações extra-escolares como: os Círculos de Pais e Mestres, os Museus Pedagógicos, o escotismo etc.

¹⁶⁷ José Duarte da Rocha, *loc. cit.*, p. 87.

Segundo o presidente do Estado, eram investidos 20,2% da receita governamental na educação, verba esta destinada à construção e manutenção de prédios escolares, pagamento de docentes e compra de material de consumo para as escolas.

3.4.2 - Um forte investimento na formação docente

Um dos principais alvos da Reforma da Instrução no Estado foi a formação de professores tanto inicial, daí uma ampla reforma no curso normal, quanto dos docentes já integrantes da rede de ensino¹⁶⁸. Era necessário preparar os professores de acordo com a “*moderna pedagogia*”.

Em relação aos docentes da rede foi organizada uma série de cursos de férias e de palestras pedagógicas, ministradas pelos inspetores de educação na capital e nas sedes de suas regiões escolares, cuja participação era obrigatória. Nestas, mais do que um caráter eminentemente literário, os ministrantes discutiam as novas idéias educacionais.

Buscou-se também a renovação do quadro de professores da rede estadual com o jubramento de antigos mestres e/ou contratação de novos professores adjuntos para as escolas por aqueles dirigidas.

Mas foi na reformulação da formação inicial que houve maior investimento:

Esse ramo do ensino público sofreu uma reforma parcial e oportuna. O seu velho plano de estudos, a organização primitiva, já não satisfazia às necessidades do ensino e era mister adaptar os institutos preparadores dos mestres aos progressos da moderna pedagogia, emancipada de anacrônicas exigências¹⁶⁹.

Assim, não se permitia mais o ingresso automático do candidato à Escola Normal após sua conclusão dos ensinos primários do Grupo Escolar. Criou-se a Escola Complementar com duração de dois anos, que deveria alicerçar o ensino

¹⁶⁸ Manuel Duarte assim se expressou sobre a Reforma do ensino normal: “*É, todavia, no ensino normal, que repousa a grande confiança do meu goveno tão profundamente interessado pelas coisas do ensino, em todas as suas modalidades*”. Manuel Duarte da Silva. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929 pelo presidente do Estado**. Rio de Janeiro: s/ed, 1929. p. 86.

¹⁶⁹ José Duarte da Rocha, *op. cit.*, p. 53

normal. Seu currículo priorizava o aprofundamento do estudo da língua pátria, do francês, geografia, história do Brasil, moral e cívica, aritmética, álgebra, geometria e ciências físicas e naturais. Desta forma, transferia-se da Escola Normal para o curso de complementar a obrigatoriedade desses conteúdos, permitindo que aquela concentrasse suas atividades na formação docente.

O Curso Normal também sofrera uma reformulação, dividindo-se em dois ciclos. O primeiro, o cultural, tinha um caráter propedêutico e era um período onde os alunos refletiriam sobre os reais interesses em se dedicar à docência. Caso não o desejassem, poderiam transferir-se para classes profissionalizantes de confecção de chapéus, trabalhos manuais, culinária etc. Aptos para o magistério, ingressariam no curso profissional onde se dedicariam às disciplinas pedagógicas.

Dessa forma, o currículo da Escola Normal foi reformulado e os legisladores destacavam a criação das cadeiras de Agricultura e de Economia Rural. Era mister formar professores capazes de lidar com a realidade social do estado, que era eminentemente rural. Considerava-se um grande erro o mestre transmitir apenas os conhecimentos formais urbanos:

Ora, erro incurável tem sido impor-se ao mestre ensinar à gente do campo somente a parte literária. Convém dar aos trabalhadores agrícolas, à população rural, uma preparação que os torne mais felizes e os radique ao solo, evitando-se o êxodo rural, que vem concorrer para o urbanismo prejudicial. É na classe rural que vive o gérmen da ordem e da disciplina inata na nossa gente boa. Mas, por isto mesmo devemos levar-lhe mais algum conforto, não só material, senão ainda espiritual. Não lhe demos cultura livresca que não o fará feliz, senão a preparemos com noções de cooperação agrícola, de economia rural, para que sinta a grandeza da terra, o valor da produção, o realce de seu papel na economia nacional e possa conhecer o desenvolvimento e os frutos de sua própria atividade. Ensinemo-la a fazer uma ligeira contabilidade agrícola, a possuir um inventário do que lhe pertence, a calcular o custo de seu trabalho, a libertar-se dos intermediários etc¹⁷⁰.

A reforma curricular visava formar os professores para trabalhar com a realidade do estado. A mesma orientação que era dada para o ensino primário, como veremos adiante.

A conclusão da Escola Normal não significava o fim do processo formativo do professor. Foi criado o Curso de Aperfeiçoamento ministrado em

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 57.

dois anos que seguia o modelo francês da Escola Normal Superior de Saint-Cloud.

O estado contava com duas Escolas Normais oficiais, uma em Niterói e outra em Campos, e um curso equiparado em Petrópolis, ministrado no Colégio Santa Izabel. Apesar dos altos índices de aprovação nesses colégios, o quadro ainda era insuficiente para combater o grande problema do analfabetismo. Por esse motivo foi autorizada a abertura de quatro novos cursos no estado e foi revogada a proibição de exercício do magistério em território fluminense de professores formados em outras unidades da federação.

3.4.3 - O ensino primário

A reforma curricular da Escola Normal visava formar professores aptos a lidar com a realidade do estado. Esta foi a mesma diretriz dada ao ensino primário. O preâmbulo da deliberação que estabeleceu o programa de ensino das escolas primárias estaduais para o ano de 1928 expressa a ideia de um ensino voltado para as experiências dos alunos:

Para haver eficiência no ensino, cumpre não perder de vista que o aproveitamento real de cada disciplina está em função do grau de interesse que se põe no seu estudo. Todo o empenho deve ser o de tornar atraente o trabalho intelectual do aluno, tendo-se o cuidado de não ocupar sua memória senão com o que, primeiro, lhe haja passado pelo entendimento, isto é, com o que ele tenha compreendido¹⁷¹

Nesse mesmo documento foram estabelecidas as diretrizes do ensino primário e algumas orientações metodológicas para atingi-las.

Em primeiro lugar, fez-se a crítica ao ensino memorialista por ser efêmero e não ter ligações com o mundo prático do aluno. O professor deveria abandonar essas práticas antiquadas não condizentes com os novos tempos em que ele deveria associar o ensino ao mundo sensorial dos alunos, com seu mundo concreto. As aulas deveriam ser mais dinâmicas e o professor deveria apresentar mapas, quadros e objetos nos momentos de explanação.

¹⁷¹ Preliminares. Deliberação nº. 153 de 30/04/1928. In: Antônio Figueira de Almeida. **Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1929. p. 4.

Seguindo as idéias escolanovistas de instituição de uma escola ativa, experimentalista, uma das principais ideias era a de que os professores deveriam lidar com “os centros de interesses” dos alunos. Atraí-los para o saber escolar a partir de sua realidade, mas também estimulando a curiosidade própria da criança para novas experiências. Daí se propor que o professor usasse ações que incentivassem os alunos a “*inquirir*”, “*questionar*”, “*interrogar*”, ou seja, o aluno deveria ter um papel de agente no processo de ensino-aprendizagem e não de mero receptor.

Sendo crianças, não cabia aprofundar conteúdos. O ensino deveria ser “*elementar*” e as matérias deveriam ser adaptadas para cada turma, pois cada uma constituía uma realidade particular. Por isso, os programas e instruções que constavam da deliberação oficial não deveriam ser tomados como uma normalização fechada. O professor tinha autonomia para adaptá-los aos interesses e realidades de suas turmas particulares.

O programa estabelecia as temáticas de cada disciplina específica, mas propunha-se uma integração disciplinar. O professor deveria aproveitar as situações de aula ou temas preestabelecidos para trabalhar aspectos disciplinares diversos. No entanto, todas as disciplinas deveriam ser orientadas para o ensino da “*língua pátria, da moral e do civismo*”.

3.4.4 - O ensino de História

A reforma curricular da Escola Normal e as novas diretrizes para o ensino primário geraram uma demanda por produção de material didático específico no campo da história. No currículo da formação de professores foi incluída a disciplina *História fluminense* como cátedra autônoma¹⁷². Analisando os programas anteriores observamos que já havia a disciplina *Corografia do estado do Rio de Janeiro*, que seguia o programa deste gênero firmado no século XIX¹⁷³.

¹⁷² ESTADO do Rio de Janeiro. **Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o ano lectivo de 1929**. Nictheroy: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929.

¹⁷³ ESTADO do Rio de Janeiro. **Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o ano lectivo de 1921**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1921. ESTADO do Rio de Janeiro. **Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o ano lectivo de 1928**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928.

Apesar de não haver um modelo único de escrita corográfica, esta era composta de aspectos geográficos – climáticos, de relevo, da fauna, flora –, dados históricos, estatísticos sobre população, educação, receita pública etc¹⁷⁴. A referência bibliográfica indicava o livro de Clodomiro Vasconcellos, *O Estado do Rio de Janeiro*, publicado em 1907.

Em 1924, a administração pública já pretendia dotar as escolas de um compêndio escolar atualizado sobre o estado, lançando a lei n.º 1912, em que se criou um concurso para premiar o melhor estudo de “*corografia e história do estado*” e ditava-se uma série de parâmetros para sua elaboração¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Renato Amado Peixoto. **A máscara da Medusa**. A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁷⁵ Pelo seu caráter programático consideramos interessante transcrever na íntegra o texto da lei n.º 1912 de 29/11/1924:

Art. 1º. O Estado premiará com a quantia de 5:000\$000, ao autor do melhor compêndio sobre Corografia e História do estado, devendo a obra obedecer ao seguinte plano:

- a) ser especialmente didático, evitando comentários e reflexões de ordem pessoal;
- b) deve ser dividido em pequenas lições, divididas estas por sua vez, em duas partes, sendo a segunda um desenvolvimento da primeira;
- c) a parte histórica versará sobre biografia dos fluminenses notáveis, referindo-lhes os atos que possam despertar sentimentos de admiração e justiça.

Art. 2º. Tratará, ainda, o compêndio:

1º da posição, limites, superfície, população, aspecto, clima, costa, cabos, baías, pontas, ilhas, portos, montanhas, vales, planícies, rios, córregos, lagoas, canais e penínsulas;

2º dos feriados nacionais e das principais datas que o estado comemora;

3º rápidas notícias sobre religiões e cultos, criação de bispados, seminários e escolas religiosas existentes no estado;

4º governo e autoridades superiores do estado, no Império e na República, suas obras e empreendimentos mais notáveis;

5º brasão e armas do estado do Rio de Janeiro e da cidade de Niterói;

6º resenha histórica do estado, desde o tempo do estabelecimento de Estácio de Sá no Rio de Janeiro, vinda de Martim Affonso; divisão donatária; capitanias – território do Estado – Império e República;

7º divisão política, judiciária e administrativa, municípios, comarcas e termos; limites, aspecto geral, clima, instrução, lavoura, indústria, imprensa, vultos das ciências, artes e letras; riquezas naturais, edifícios principais, fábricas, produções, repartições públicas, estradas de rodagem, pontes e navegação;

8º linhas e ramais férreos em tráfego do estado; zonas e localidades a que servem.

Art. 3º. Para o efeito da execução da presente lei, o poder executivo publicará editais para o recebimento dos originais até o dia 30 de maio do ano vindouro.

Art. 4º. Os originais recebidos serão julgados por uma comissão de professores, nomeada pelo Secretário do Interior e Justiça, devendo o parecer ser dado dentro do prazo de três meses, contados do dia em que forem os originais entregues à Comissão.

Art. 5º. Aos autores dos originais classificados em segundo e terceiro lugares, caberá, respectivamente, o prêmio de 1:500\$000.

Art. 6º. Esta lei entrará em execução na data de sua publicação, ficando aberto o necessário crédito.

In: Desidério de Oliveira Júnior (Org.). **Indicador de leis, decretos, deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925**. Suplemento B. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1929. p. 715-716.

A Reforma de 1928 não aboliu a corografia, mas retirou dela os aspectos da história do estado, tornando-a disciplina específica. As novas diretrizes também estabeleciam o ensino da história fluminense na escola primária, o que estava de acordo com as diretrizes oficiais para o nível elementar em que se propunha um ensino voltado para as realidades dos educandos. A inclusão da história fluminense como cátedra autônoma é um fato significativo para as experiências pedagógicas do período. Os princípios escolanovistas embasavam tal proposição, já que estimulavam o ensino a partir da realidade vivenciada pelos alunos, aproveitando as suas experiências concretas. Na década de 1930, Delgado de Carvalho, inspirado por esse movimento, propunha um método regressivo e comparativo para o ensino de História. A compreensão do passado deveria partir do contexto vivido pelo aluno e, a partir daí, retroceder paulatinamente. A proximidade temporal associava-se à experiência concreta em oposição à abstração gerada pelo afastamento no tempo.¹⁷⁶ É provável que tais concepções sejam aquelas que sustentaram a inserção da história fluminense na grade curricular estadual daquele momento, pois o local geraria maior proximidade, concretude, para, a partir daí, se chegar à história nacional e geral.

As novas diretrizes educacionais geraram uma demanda por publicações específicas sobre o estado, que foi atendida pelo mercado editorial.

Em 1928, a Livraria Francisco Alves encomendou a Clodomiro Vasconcellos uma nova edição de *O Estado do Rio de Janeiro*. A nova edição é, praticamente, um novo trabalho no qual o autor não só atualizou os dados referentes ao estado até o ano de 1928 como inseriu um grande capítulo dedicado aos municípios fluminenses. Segundo seu autor, essa edição reformulada “vem, ainda hoje, preencher uma lacuna: no largo período de vinte anos ninguém houve que com igual ou maior desenvolvimento, quisesse escrever coisa melhor, ou mais aceitável, sobre o Rio de Janeiro”¹⁷⁷.

No ano seguinte surgiu *Terra Fluminense*, de Luís Gastão de Escragnole Dória, catedrático do Colégio Pedro II, membro do IHGB e ex-diretor do Arquivo Nacional. Essa obra objetivava “realçar as belezas, os préstimos, as aspirações

¹⁷⁶ Ver Luís Reznik. **Tecendo o Amanhã. A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

¹⁷⁷ Clodomiro Vasconcellos. **O Estado do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928. p. 7.

dos numerosos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Buscou, na relatividade da justiça terrena, dar a cada um deles, grandes e pequenos, o que era seu na comunhão fluminense. Quem admira o brilho de uma constelação não esmiuça o tamanho das estrelas”¹⁷⁸. Cada capítulo era dedicado a apresentar um município nos seus variados aspectos: geográficos, produtivos, históricos, político-administrativos, arquitetônicos etc.

A autonomia da história fluminense frente à corografia gerou um movimento de publicação de livros sobre o tema. Houve assim a publicação de livros especificamente escolares e outros estudos sobre a história do estado que subsidiaram os estudos docentes.

No caso da produção didática foi publicada, ainda em 1928, a primeira história do estado: *História do Estado do Rio de Janeiro. Resumo didático para uso nas escolas primárias*, de João Pinheiro Ribeiro, pela Tipographia Leuzinger, que se propunha a ser um manual para as escolas primárias¹⁷⁹. É um pequeno livro de 55 páginas divididas em nota introdutória, preâmbulo, onze capítulos e o índice. Os capítulos são pequenos, em média duas a três páginas. Não há imagens, nem mesmo sugestões de exercícios.

¹⁷⁸ Escragnolle Doria. **Terra Fluminense**. Rio de Janeiro: Tipografia D’A Encadernadora S/A., 1929. p. 7.

¹⁷⁹ João Pinheiro Ribeiro. **História do Estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático para uso nas escolas primárias. Rio de Janeiro: Tipographia Leuzinger, 1928. 55p.

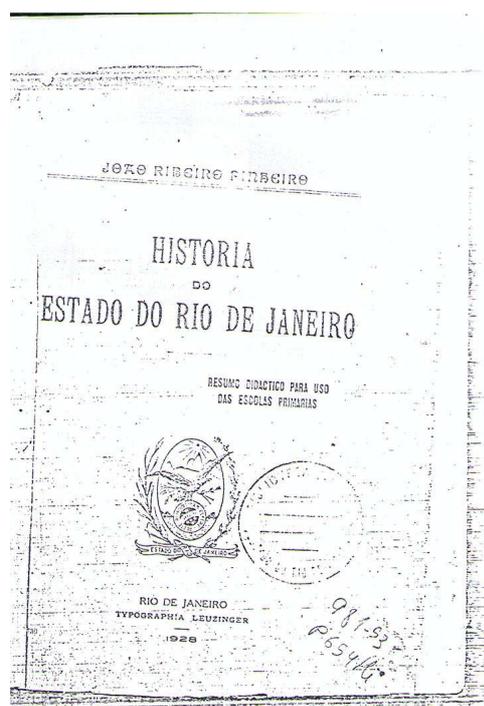


Figura 9: Capa do livro de João Ribeiro Pinheiro. 1928
 Fonte: João Pinheiro. **História do Estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático para uso nas escolas primárias. Rio de Janeiro: Tipographia Leuzinger, 1928. Fotocópia pertencente a Sala Mattoso Maia, Biblioteca Pública de Niterói.

Seguindo as orientações da *Reforma*, há uma grande preocupação com a construção textual da narrativa histórica com a utilização de uma linguagem que envolvesse as crianças:

Em 1500, doutro lado do Atlântico, já existia um país chamado Portugal, governado por um rei, D. Manuel, que tinha muitos soldados e muitos navios, que percorriam, obedientes aos seus desejos, os mares em busca de países desconhecidos, cheios de riquezas. Certa vez, alguns navios desse rei, comandados pelo almirante Pedro Álvares Cabral, indo para o Oriente, veio ter às costas de uma terra nova, terra cheia de esplendor como até então nenhuma outra descoberta, onde por entre as árvores frondosas, pássaros de penas coloridas cantavam e os frutos doces amadureciam, onde os rios claros regavam a terra fresca e boa, terra habitada por homens de raça estranha, que andavam nus e a quem chamavam – índios, que faziam canoas das cascas das árvores grandes e caçavam as onças bravias com flechas longas”¹⁸⁰.

Essa citação está no início do livro, no preâmbulo. Observamos que ela remonta o início da história do estado a acontecimentos europeus: a expansão marítima portuguesa. Salienta-se a ação do rei que tinha o controle de um sem

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 13.

número de soldados e vários navios. Esse marco demonstra que o autor compartilhava a concepção de história vigente à época em que a história do Brasil se iniciava com o advento da civilização europeia no Novo Mundo. Destacar as ações do monarca lusitano era também aproximar essa narrativa dos contos infantis de reis e rainhas.

A construção de sua narrativa é pautada pelos marcos da história nacional: o descobrimento, a colonização, o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, a independência, o período regencial, o Segundo Reinado e a proclamação da República.

Ao abordar o período colonial, o autor destacou a história da capitania da Paraíba do Sul, que compreendia a atual região do norte fluminense, em especial Campos dos Goytacazes. Aqui e ali menciona episódios de outras regiões: o apoio de Araribóia aos portugueses durante a expulsão dos franceses na Baía de Guanabara, a fundação de outras cidades – Angra dos Reis e Mangaratiba –, o estabelecimento da economia açucareira e cafeeira etc.

A transmigração da Corte portuguesa, episódio que sinalizava uma nova fase histórica, levou ao desenvolvimento de uma nova vila – Niterói – a qual se tornou capital da Província do Rio de Janeiro, em 1835. Após traçar a evolução administrativa niteroiense, retomou a cronologia histórica resumindo as fases da história nacional e indicando alguns episódios que contaram com a participação fluminense: a independência, o Primeiro Reinado, o período regencial, o Segundo Reinado, a abolição da escravidão e a proclamação da República.

Instaurado o novo regime, o autor relacionou os presidentes do novo estado do Rio desde Francisco Portela, em 1890, até Manuel Duarte, que governaria até 1931. João Pinheiro destacou aí o episódio da Revolta da Armada, em que Niterói se tornou a Cidade Invicta, resistindo às investidas dos revoltosos liderados por Saldanha da Gama.

O último capítulo era dedicado ao “*Estado do Rio de hoje*”. Ao iniciá-lo exortava as crianças a não terem vergonha de sua terra:

Alguns espíritos maldosos, ou ignorantes, costumam afirmar que o Estado do Rio está em decadência. Os meninos que ouvirem tal coisa devem reagir conscientemente, cheios de fé e de orgulho, fora do temor de qualquer contestação, pois o estado do Rio em nada perdeu do seu grande valor no conjunto federativo. No passado foi o Estado-Chefe e da sua lavoura saiu o cerne, a medula da economia e da riqueza nacionais com a lavoura cafeeira, que

faz a riqueza e a grandeza do Brasil novo. Muitas terras, muitas cidades decaíram, é verdade, porque as terras cansam e as cidades obedecem, como os seres, aos ciclos vitais, mas novas terras, exuberantes e ubérrimas, surgiram e até hoje o estado do Rio detém o record da mais importante produção nacional tomando do grandioso estado de São Paulo o centro da realeza cafeeira, pois as estatísticas demonstram cabalmente a supremacia de produção dos municípios fluminenses de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, sobre qualquer município paulista, ainda que o estado do Rio não conte com os benefícios incomparáveis que as terras roxas de São Paulo permitem à lavoura cafeeira deste estado¹⁸¹.

A partir daí o autor passou a relacionar dados que comprovassem a prosperidade do estado tanto à nível da produção econômica como a infraestrutura que lhe proporcionava o crescimento: dados sobre a produção agro-pastoril e industrial, a rede de transporte, a produção de energia, os trabalhadores, a densidade populacional. Ressaltava também os valores intelectuais do estado, relacionando trinta e cinco literatos, juristas, diplomatas, poetas, cientistas locais, e as ações da administração de Manuel Duarte no campo educacional. Sua avaliação da gestão Duarte era a de que:

Isto é incontestavelmente, e deve ser, a melhor promessa, senão a maior garantia, de que o estado do Rio será grande no futuro como foi no passado e como tem sido no presente, dentro de qualquer expressão que observemos na federação brasileira. As crianças devem, pois, estudar muito, para que um dia, quando adultos, possam colaborar eficiente e orgulhosamente na prosperidade do estado fluminense e, portanto, para maior grandeza do nosso inigualável e amado Brasil.¹⁸²

O livro de João Pinheiro Ribeiro foi o primeiro que buscou atender a demanda gerada com a Reforma da Instrução fluminense de 1928. Foi feito no calor da hora, como bem diz o autor na abertura do livro:

Esta é a primeira história do estado do Rio de Janeiro que se publica; foi escrita no curto período de dois meses, no intuito de satisfazer o programa do ensino primário fluminense, que se ressentia da falta do mais elementar compêndio. Dada dificuldade de documentação e escassez de tempo é de prever algumas lacunas, portanto, será obra meritória qualquer crítica no sentido de preenchê-las¹⁸³.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 47-48.

¹⁸² *Ibid.*, p. 52.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 11.

Sendo a primeira obra escrita sobre a região, simbolicamente arvorava-se um endosso oficial, estampando, na capa, o brasão de armas do estado e sendo dedicada a Manuel Duarte.

Com essa justificativa buscava o autor desculpar-se de possíveis problemas presentes no livro, prevendo críticas que poderia sofrer¹⁸⁴.

A estratégia de construção de uma narrativa cronológica ficou comprometida com a inserção de capítulos temáticos que retrocediam e/ou avançavam nos registros dos dados temporais levando, algumas vezes, à ausência de elos de ligação entre os capítulos.

O desconhecimento e a escassez bibliográfica sobre o estado, levaram-no a lançar mão, quase que exclusivamente, de *A Terra Goytacá à luz de documentos inéditos*, de Alberto Lamago, embora não a citando explicitamente¹⁸⁵. Assim se explica uma quase identificação da história fluminense à história da capitania da Paraíba do Sul.

Por outro lado, quando não dispunha de dados locais, os marcos da história nacional eram utilizados como elos de construção da história do estado. Mas não era só isso. A história pátria não era apenas uma estratégia de suprir vazios de informação; ela era tida como a propulsora de eventos locais, os quais são indicados: o estabelecimento de D. João VI levou à criação da Vila Real da Praia Grande e à colônia suíça de Nova Friburgo; durante o período regencial destacou-se a ação de Caxias na manutenção da integridade territorial do país; nas questões abolicionista e republicana foram exaltados os publicistas Carlos de Lacerda, José do Patrocínio, Silva Jardim e Benjamim Constant. Observa-se, assim, que há um esforço em demarcar elementos específicos da história local e outros que eram promovidos pelas estruturas maiores, as nacionais. Nas páginas

¹⁸⁴ No julgamento de João Ribeiro, “História fluminense” de Antônio Figueira de Almeida, era uma obra de valor para a escola primária, diferente do livro de João Pinheiro: “*Cumpria para esse objetivo adotar um livrinho adequado à inteligência infantil e que ao mesmo tempo fosse escoimado de erros e lacunas. Parece que um compêndio por João Pinheiro Ribeiro, escrito com alguma precipitação acusava numerosos defeitos, talvez sanáveis, em mais cuidadosa revisão*”. João Ribeiro. Crônica literária. *Jornal do Brasil*. 20/03/1929. In: Antônio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 2ª parte. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929. p. 4.

¹⁸⁵ Essa obra, que é composta de oito volumes, começou a ser publicada durante a estada do historiador campista na Europa. Em 1913 veio a lume o primeiro volume e os dois seguintes em 1924 e 1925, respectivamente. Alberto Lamago. **A Terra Goytacá. À luz de documentos inéditos**. Bruxelas: L’Edition D’Art, Niterói: Diário Oficial, 1913-1947. 8 vols.

dessa *História fluminense* há um jogo tenso entre o específico e o geral, entre o regional e o nacional.

Apesar de não termos encontrado dados biográficos de seu autor, podemos observar que sua obra compartilhava dos valores expressos no período pela Renascença Fluminense e pela Reforma da Instrução. A história construída, remontando aos tempos do descobrimento, levaria ao presente (1928) e esforçava-se para demonstrar a importância do estado na construção da história nacional ao mesmo tempo em que se construía uma imagem de progresso e prosperidade. Por outro lado expressava a crença de que o leitor-educando era agente no processo de construção dos novos tempos e que isso só é possível através da educação.

Também voltado para o ensino primário, foi publicado, em 1929, *Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário*, de Antônio Figueira de Almeida¹⁸⁶. Livreto de 35 páginas, trazia na capa a indicação “*de acordo com o atual programa de ensino do estado do Rio de Janeiro*”. Um outro esforço em apresentar-se como texto adequado às novas diretrizes educacionais pode ser observado ao inserir na abertura do livro o preâmbulo da deliberação nº. 153, de 30 de abril de 1928, que estabeleceu as diretrizes do ensino primário.

¹⁸⁶ Antonio Figueira de Almeida. *op. cit.*

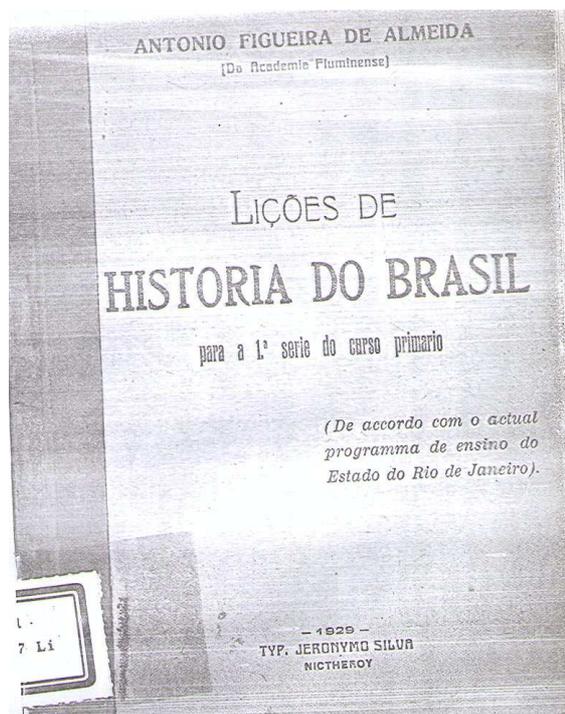


Figura 10: Capa do livro de Antônio Figueira de Almeida. 1929.

Fonte: Antônio Figueira de Almeida. **Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1929. Acervo da Sala Mattoso Maia, Biblioteca Pública de Niterói.

A narrativa do livro é construída a partir dos diálogos entre Geraldo e seu tio. Geraldo, menino em idade indefinida, mas certamente estudante primário, tinha uma série de dificuldades na escola e seu tio se propôs ajudá-lo em “aulas” domésticas. O primeiro capítulo, por exemplo, dedicava-se a fazer o menino entender o que era a representação cartográfica do país:

- Geraldo, que é que você tem? Por que é que está triste?
- Escute titio: a professora perguntou-me o que é um mapa e eu não soube responder...
- Preste atenção, meu filhinho; um mapa é um retrato... Você já viu algum retrato?
- Já vi sim, titio... Já vi o de mamãe, o de papai, o do titio, o da madrinha, e o de papai do céu, que é muito bonito...
- Pois é, meu filhinho, um mapa é o retrato de um país... Este mapa que está aqui é o do Brasil, a terra em que nós nascemos...
- Olhe, titio: foi esse mesmo que a professora mostrou na aula... É bonito. Tem a forma de um coração, não é?
- É sim, Geraldo... Tem a forma de coração para que nós o amemos... Não é com o coração que se ama? Você não diz que ama o titio até o coração ?...
- Mas, titio, no mapa do Brasil, não se vê o rosto de ninguém ...

- Meu filhinho: num retrato nós vemos os olhos, a cabeça, o nariz, a boca, as orelhas de uma pessoa. No mapa nós vemos as cidades que são essas rodinhas pretas; os Estados que são essas divisões maiores, e que formam o Brasil.
- Titio, que porção de pedaços!... Quantos são?
- Você sabe contar, Geraldo? Então, vamos contar... Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove e vinte. Diga Geraldo: o Brasil tem 20 estados.¹⁸⁷

E a partir do conhecimento do país e dos estados passou-se aos continentes, chegando à descoberta de que o Brasil fica na América. Observamos aí a incorporação da geografia à história. A primeira lição era conhecer a terra, local onde se desenrolaram as experiências históricas da localidade.

A aula seguinte foi dedicada ao Distrito Federal que o tio explicou a Geraldo ser “*a cabeça do Brasil é a cidade do Rio de Janeiro, porque lá é que está o governo do Brasil*”¹⁸⁸.

Em outro dia, quando perguntado se queria ouvir uma história ou aprender o assunto que se trataria na escola no dia seguinte, o menino lhe pediu que falasse sobre o Estado do Rio, pois a sua professora daria um prêmio ao aluno que soubesse “*melhor a lição*”. O tio-professor identificou o estado no mapa, mostrando ao sobrinho os limites, o rio Paraíba do Sul, a lagoa Feia e a Baía de Guanabara, a capital do estado e as outras cidades que o compunham.

Inquirido sobre os outros estados, o tio passou a relatar-lhe os nomes e suas principais atividades econômicas. Quanto ao Estado do Rio ensinava: “*meu filho, tem tudo: açúcar (Campos); café, em toda parte; gado, frutas, madeiras, algodão, e muitas outras coisas...*”¹⁸⁹.

As duas lições seguintes foram sobre os administradores do Brasil. Primeiramente há uma menção aos governantes de então: Manuel Duarte e seu antecessor Feliciano Sodré; o diretor da Instrução Pública, José Duarte Gonçalves da Rocha; e, por fim, ao fluminense de Macaé, Washington Luís, presidente da República e seus antecessores – de Arthur Bernardes ao Marechal Deodoro. Achando pequena a relação de presidentes, Geraldo pergunta ao tio “*Não há outros, então?*” e este lhe explica que antes dos presidentes havia um imperador

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 7-8.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 11.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 17.

D. Pedro II e, antes deste, D. Pedro I, que, “*com outros patriotas fez a independência do Brasil*”.¹⁹⁰

Retrocedendo um pouco mais, o tio explicou que antes da independência o Brasil pertencia a Portugal e, nesse tempo, “*o Brasil não tinha cidade nenhuma... Ele estava cheio de mato... tinha muita cobra, onça, jacaré, macaco, tatu, capivara, tamanduá bandeira...*” e índios¹⁹¹. A partir daí o narrador descreveu para o sobrinho como era a vida dos índios e destacou, entre aqueles que viveram no Rio de Janeiro, os Goytacazes. Por fim, chegou ao descobrimento feito por Pedro Álvares Cabral, que teria ficado muito contente “*meu filhinho, porque o Brasil é um grande país... É um país que tem as maiores riquezas do mundo... É o país mais bonito da terra... É a nossa pátria...*”.¹⁹² E, para saudar a pátria, o tio ensinou-lhe as duas últimas lições: o hino e a bandeira nacional.

Antônio Figueira de Almeida usou várias estratégias de aproximação do leitor com o conteúdo formal. A criação de personagens – o tio e o menino Geraldo – e os capítulos organizados em diálogos levam o leitor a imaginar as cenas que poderiam ser cotidianas. Por outro lado, o autor partia do conhecimento geográfico do mais próximo – o Brasil e os Estados – para chegar a aspectos mais abstratos – os continentes.

Uma outra estratégia foi a inversão da cronologia. Figueira de Almeida partiu dos governantes do estado do Rio e o país em 1929 para demonstrar que já existiram outros presidentes republicanos, e antes destes, monarcas que foram precedidos por um governo estrangeiro, Portugal, que nos “*descobriu*”. E foi essa trajetória histórica que construiu “*a nossa pátria*”, que deveria ser amada e respeitada, por isso que as últimas lições são dedicadas a ensinar o menino Geraldo a cantar corretamente e de cor o Hino Nacional e a desenhar a Bandeira do país.

Neste mesmo ano o autor lançou sua *História Fluminense*, em dois volumes¹⁹³. Estes teriam surgido a partir da solicitação da Livraria Jeronymo Silva para reunir artigos publicados no jornal *O Estado*, da então capital fluminense. É muito difícil precisar o período exato do lançamento de um livro

¹⁹⁰ *Idem.*, p. 22.

¹⁹¹ *Idem.*, p. 23 e 24.

¹⁹² *Idem.*, p. 29.

¹⁹³ Antônio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 1ª parte. Do início até a independência. Niterói: Jeronymo Silva, 1929. _____. **História Fluminense**. 2ª parte. A província. 1822-1889. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929.

quando não podemos ter acesso aos jornais da época. No entanto, pistas constantes nos próprios volumes nos levam a conjecturar, com alguma certeza, essas informações. No segundo volume da obra Figueira de Almeida inseriu uma série de cartas e resenhas publicadas em jornais acerca do lançamento do primeiro volume. A partir das datas que lhes são atribuídas conseguimos estabelecer que o primeiro volume veio a lume entre janeiro e fevereiro daquele ano, pois a carta de Oliveira Vianna que agradece o exemplar e elogia o trabalho é datada de 26 de fevereiro de 1929. Já o segundo teria sido publicado após 8 de junho de 1929, data da carta que lhe fora endereçada por Affonso d'Escragnolle Taunay e que comentava o primeiro volume da obra.

Este é um trabalho muito diferente das *Lições de História do Brasil*. A *História Fluminense* propunha-se a ser um trabalho historiográfico alicerçado em documentação e cujas informações e julgamentos eram corroborados por autores renomados que se haviam dedicado à história pátria ou a terra fluminense, como informa o próprio autor na *Nota* de abertura do primeiro volume: “no texto são citados autores, livros, e documentos inéditos em que fui colher os dados do presente trabalho”¹⁹⁴. Os volumes saíram ainda anotados por Alberto Lamego, consagrado historiador fluminense que desde a década de 1910 vinha publicando estudos sobre a história nacional e fluminense, mormente de sua decantada Campos dos Goytacazes.

Não há indícios de que este tenha sido publicado como um trabalho voltado para o ensino primário, daí serem infundadas as críticas que lhe fez João Ribeiro:

Não deixaremos de argüir o excesso de minúcias impróprias para um livro destinado à literatura infantil. Conviria talvez omiti-las em grande parte para amenizar a leitura. Há mesmo afirmações inaceitáveis como esta “A função de governador era apenas a de defender o território contra a invasão estrangeira”¹⁹⁵.

Destinado à literatura infantil foram suas *Lições de história do Brasil*. Aquele, no entanto, se propunha ser um trabalho historiográfico moderno alicerçado em fontes primárias e cotejado por obras de pares, características essas que lhe foram exaltadas pelo crítico já citado: “O livro é bem feito, bem pensado e

¹⁹⁴ Antônio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 1ª parte... p. 5.

¹⁹⁵ Antonio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 2ª parte.... p. 5

bem executado, com estudado conhecimento dos seus temas principais e com o sentimento do método histórico, tão raro em nossos escritores”¹⁹⁶. Talvez tenham sido estas as credenciais que o levaram a ser adotado na Escola Normal, segundo Figueira de Almeida.

A obra é composta de dois volumes organizados cronologicamente, um dedicado aos tempos coloniais e outro à província.

O primeiro volume é composto de quatorze capítulos, iniciando com o contexto das navegações e descobrimentos portugueses e concluindo com a participação fluminense no processo de independência do país. Tendo como referência os marcos da história pátria, que lhe servem como balizadores, o autor procurou destacar a especificidade do processo histórico no território fluminense e a contribuição local para a configuração da história nacional.

Após abordar o processo de expansão ultramarina portuguesa e o descobrimento do Brasil, o autor indica as primeiras informações sobre a “terra fluminense”. Esta teria sido gerada a partir da Expedição Exploradora que em finais de 1501 esteve no Cabo de São Tomé (Campos) e em 1º de janeiro de 1502 penetrou a baía de Guanabara e que teria ainda aportado em Angra dos Reis. Em finais do ano seguinte, 1503, o navegador florentino Américo Vespúcio fundou “o primeiro estabelecimento fluminense que foi também o primeiro estabelecimento europeu fundado em Santa Cruz”¹⁹⁷: a feitoria de Cabo Frio. Este seria então o fato inaugural do processo de colonização portuguesa na América: “certo é, porém, diante do fato, que o Brasil começou pela terra fluminense”¹⁹⁸.

A partir daí, Figueira de Almeida deu notícia das tribos indígenas que habitavam o atual território fluminense e passou a descrever a política lusitana de colonização desde as capitanias hereditárias, destacando aquelas que compreendiam o território fluminense: a de São Vicente e a da Paraíba do Sul. A fundação da cidade do Rio de Janeiro e a incorporação da capitania da Paraíba do Sul à Coroa lusa são os marcos que põem fim ao primeiro período da história local, levando à formação da nova capitania do Rio de Janeiro, seguindo a lógica dos marcos administrativos. O período colonial foi, por sua vez, dividido em sete fases: 1ª – Martimão e Anchieta – Sucessores do Martimão; 2ª – Campos do

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 5

¹⁹⁷ Antonio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 1ª parte... p. 12

¹⁹⁸ *Ibid.*, p.12.

Goytacazes; 3^a – O litoral fluminense; 4^a – O Vale do Paraíba (influência paulista); 5^a – O Vale do Paraíba (influência mineira); 6^a – Lavoura, criação (mineração?); e 7^a – Últimos tempos coloniais. D. João VI.

Identificavam-se assim as fases de constituição do atual território fluminense. Mantendo a cronologia, o autor analisou inicialmente a fundação da cidade do Rio de Janeiro no processo de disputa entre franceses e portugueses pelo controle da Baía de Guanabara. Destaca-se a ação dos temiminós, na figura de Araribóia (Martimão), como aliados dos lusitanos e constituidores do núcleo inicial de Niterói, que, à época da escrita do livro, era a capital do estado. Em paralelo, o autor destacou a formação de um outro núcleo colonial no norte do estado, a região de Campos dos Goytacazes, ora sob jurisdição da capitania do Rio de Janeiro, ora da do Espírito Santo, e que, em 1833, passou definitivamente para a província do Rio de Janeiro. O terceiro núcleo analisado foi a região da baía de Angra dos Reis. Essas regiões teriam sido ocupadas nos séculos XVI e XVII. Em finais do XVII e durante todo o século XVIII passaria pelo processo de interiorização com os estabelecimentos agrícolas na região do Vale do Paraíba, ora sob a influência dos paulistas (Resende, São João Marcos, Piraí etc.) com o caminho Velho das Minas, ora sob influência mineira após o declínio da atividade mineradora (Cantagalo, Sapucaia, Santo Antônio de Pádua, Valença, Vassouras, Barra Mansa etc.). Concluindo essa análise, sintetiza o autor:

Repetindo as palavras de Afrânio Peixoto “o português penetra o sertão, fundando as primeiras cidades; o paulista, abre as estradas; o mineiro tira o ouro e depois funda fazendas. O fluminense agrícula, faz fortuna e se destaca em todos os ramos da atividade.”¹⁹⁹

A sexta fase, na verdade, não é um período histórico específico. O autor usa esse momento para fazer um balanço das atividades produtivas realizadas no território fluminense – agricultura, pecuária e mineração – e relaciona-as à fixação de núcleos populacionais no estado. Por fim, identifica o último período, os “*últimos tempos coloniais*”, onde destaca as ações do monarca português, D. João, em relação à terra fluminense: a criação de termos judiciários e novas vilas – destacando a Vila Real da Praia Grande (Niterói) e a de São João do Príncipe.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 90.

D. João criara, com suas ações administrativas, o alicerce para a independência do país e levava ao fim do período colonial.

Com D. João VI encerra-se, pois, o período colonial propriamente dito.

O Brasil atingiu sua maturidade plena, e, uma vez organizado, com liberdade ampla de comércio e indústria, nada lhe ficava faltando para atingir a independência.

O Rio de Janeiro, por seus antecedentes e por suas especiais circunstâncias de prosperidade e opulência, ia ser chamado a representar na vida nacional um papel da importância, já na independência, já na organização do regime monárquico, já finalmente em tudo mais que se seguiria depois.²⁰⁰

O último capítulo foi dedicado a identificar a participação fluminense no processo de independência. Apesar de não ter sido iniciativa fluminense, *o Fico* e a aferição do título de Defensor Perpétuo do Brasil ao príncipe D. Pedro foram acontecimentos amplamente apoiados pelas Câmaras Municipais do Rio de Janeiro. No entanto, não foi apenas pelo apoio ao governante que se expressou a ação fluminense. Vários foram os naturais da Província que participaram ativamente do movimento ou em suas palavras “*foram fluminenses alguns dos mais brilhantes paladinos da independência já na sua realização, já nos trabalhos posteriores que a asseguraram de um modo efetivo e completo*”²⁰¹. Ressalta, assim, a figura do brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, primeiro ministro da Guerra do país independente, e a do Marquês de Maricá “*que prestou notáveis serviços na confecção da Constituição primeira do Império*”²⁰².

O segundo tomo, dedicado à Província, inicia-se com o “*amanhecer do império*”.²⁰³ A análise que o autor realiza do período imperial tem um caráter eminentemente político-administrativo. O Império “*só começou a existir realmente, em 3 de maio de 1823, com a solene abertura da Assembléia Geral Legislativa e Constituinte do Império do Brasil. Ali se encontraram reunidos, independentes de qualquer estranho poder, pela primeira vez, os representantes do povo brasileiro*”²⁰⁴.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 106.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 110.

²⁰² *Ibid.*, p. 111.

²⁰³ Antonio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 2ª parte... p. 13.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 13.

Nos três primeiros capítulos dessa nova parte o autor aborda o processo político do primeiro reinado, a instituição dos partidos políticos (conservadores e liberais) e a criação do Ato Adicional de 1834. Ao fim de cada um deles apresentou quais eram as suas consequências para a província fluminense. Este último gerara a criação da província autônoma da corte, tema a que Figueira de Almeida se dedicou em boa parte do livro²⁰⁵. Haveria assim uma cronologia própria para a província e esta era marcada pela sucessão dos mandatos presidenciais que são sumariados neste quarto capítulo e aprofundados nos capítulos sucessores.

Fixava-se, no período imperial, a época áurea da história fluminense:

A história fluminense em todo o tempo da duração da província é sumamente gloriosa. Não é apenas em consequência da prosperidade econômica, da riqueza da população, do número crescente de cidades, da atividade comercial – que a história da província se tornou excepcionalmente radiosa e bela. O que de preferência a tornou assim brilhante e distinta foi o apuro da civilização do meio social que ela formava, o prestígio inconfundível que ela alcançou no jogo político da nação graças à inteligência, e ao denodo e aos serviços prestados à comunidade brasileira, pelos fluminenses. Nenhuma outra província assumiu jamais uma posição de tanto destaque. Somente a Bahia, já nos últimos tempos da monarquia, ia conseguindo colocar-se na altura da província do Rio de Janeiro.²⁰⁶

Nestes últimos tempos, uma questão latente era a da abolição da escravidão. Dedicando um capítulo à temática, o autor procura mostrar ao leitor que deveria compreender as posições divergentes defendidas pelos fluminenses de então. Acusavam os legitimistas de escravocratas; no entanto, eram apenas defensores da ordem instituída, a qual fora desmoralizada pelo fim da escravidão sem o devido cuidado. Não eram defensores da escravidão, mas sim da ordem social e econômica. Por outro lado, havia os abolicionistas que, com a maior justiça, defendiam o fim de um regime de exploração sem igual do homem. De qualquer forma, os fluminenses não deveriam se envergonhar da experiência da escravidão no seu território mas sim ter “*orgulho de nossos antepassados que, nas ocasiões próprias, souberam sempre proceder com patriotismo, com coragem e com desinteresse*”²⁰⁷.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 29 a 60.

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 29.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 68.

E concluía o livro com um capítulo onde apresentava a colaboração fluminense nos campos artísticos, literários e científicos relacionando intelectuais que ali nasceram e que neles se destacaram, durante o Império. Como apêndice há a inserção de notas respondendo a críticas a erros constantes na primeira parte e um organograma das vilas e freguesias fluminenses no Império.

Uma outra obra publicada, em princípios de 1929, foi *História do Estado do Rio de Janeiro. Resumo Didático*, de Clodomiro Vasconcellos. Essa publicação fazia parte de uma ação editorial da Companhia Editora Nacional de publicação de histórias dos estados brasileiros. Até aquele momento já tinham sido publicadas as histórias de São Paulo, por Rocha Pombo; a de Minas Gerais, por Lúcio Santos; e a do Distrito Federal, por Max Fleuiss. Os irmãos Weiszlog haviam solicitado a história fluminense a Oliveira Vianna que, ao declinar o convite, indicou Clodomiro Vasconcellos para escrevê-la. A apresentação da obra foi feita por Affonso d'Escragnolle de Taunay. Apesar de não conhecer o autor pessoalmente, Taunay aceitou o encargo de apresentar-lhe o livro e ressaltou a complementaridade desse livro ao de Max Fleuiss, indicando a intrínseca relação entre a cidade e o estado que estiveram unidos até 1834, quando foi criado o município neutro, a Corte, e houve o desmembramento das duas regiões. Segundo o eminente historiador das bandeiras paulistas, este livro cumpria uma função, pois “preenchendo notável lacuna da nossa bibliografia nacional está à altura de dar aos seus leitores a impressão da importância notabilíssima que no cenário brasileiro sempre coube e cabe à região e ao povo fluminenses”²⁰⁸.

Essa obra, no entanto, não fora de fácil elaboração, segundo seu autor, que apontou as dificuldades, em seu prefácio. Um primeiro ponto era exatamente aquele destacado por Taunay: a relação entre a cidade do Rio de Janeiro e o estado. “Examinar e destacar o que particularmente interessa ao Rio de Janeiro era tarefa trabalhosa e de resultados por vezes incertos”²⁰⁹. Outros elementos que lhe dificultavam o trabalho eram a escassez bibliográfica e a exigüidade de seus arquivos. Sobre esse aspecto, o autor apresenta-nos um quadro desolador, especialmente por ausência de interesse político:

²⁰⁸ Clodomiro Vasconcellos. **História do estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1929]. p. 5.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 7.

Perderam-se pouco a pouco e se perdem totalmente ou se extraviam documentos importantes para a história política e administrativa do Rio de Janeiro.

Quem acaso catalogou, entre outros, os arquivos de Sepetiba e de Andrade Figueira, de Uruguay e de Paulino Soares de Souza, de Francisco Otaviano e de Francisco Portela, de Silva Jardim e de Quintino Bocayuva? Por onde andam esses arquivos?

Edifícios sob cujos tetos se realizaram grandes solenidades – recepções a imperantes, assembléias e conferências decisivas para política regional e geral, e para a administração local, têm desaparecido, e deles não há uma fotografia, uma descrição, elementos, enfim, que são material indispensável ao historiador de amanhã.

Não há de fluminenses notáveis, colaboradores na formação de nossa nacionalidade, grandes servidores da pátria e do estado na paz e na guerra, uma coleção completa de biografias ou de retratos.

No estado do Rio de Janeiro só agora foi criada por Feliciano Sodré uma biblioteca²¹⁰.

Apesar de tudo aceitara o encargo por ter o convite partido de Oliveira Vianna ou, como diria Vasconcellos, “*há convites que valem por uma ordem*” e por seu extremo amor pela terra natal ao qual servia, nas funções públicas, desde 1896.

Uma grande inovação dessa obra no conjunto daquelas publicadas sobre o estado no mesmo período foi a inserção de inúmeras imagens – mapas, pinturas históricas, paisagens contemporâneas e retratos – no decorrer do texto. Essa peculiaridade, convém destacar, não é de se estranhar, pois fazia parte da concepção gráfica da coleção projetada pela Companhia Melhoramentos.²¹¹ Estas, por seu turno, serviam como meras ilustrações de episódios ou personagens citados, não estando integradas ao texto. É de se supor que seu autor não tenha participado da seleção e da incorporação destas ao texto final. Provavelmente já havia aí outros personagens na composição do livro: o editor, o ilustrador e o diagramador gráfico. Não há como saber se sua influência se fez apenas em nível da composição gráfica ou se houve interferências no texto final do livro.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 8-9.

²¹¹ A título de comparação consultamos a história do Rio de Janeiro de Max Fleiuss e a de Santa Catarina de Lucas A. Boiteux, e observamos a mesma composição gráfica que conferia um padrão estético à coleção. Os livros possuem o mesmo formato (13,5 L X 18,5 A). A capa segue um padrão iniciando pelo nome do autor e uma referência que o qualificava – por exemplo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro –, o brasão de armas oficiais da unidade federada em análise, seguido do título do livro e, quando era o caso, a informação de adoção oficial pelo governo, ao fim o símbolo da editora. O texto era permeado das imagens já citadas. Cf. Max Fleiuss. **História da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1928]; Lucas A. Boiteux. **História de Santa Catarina**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1930].

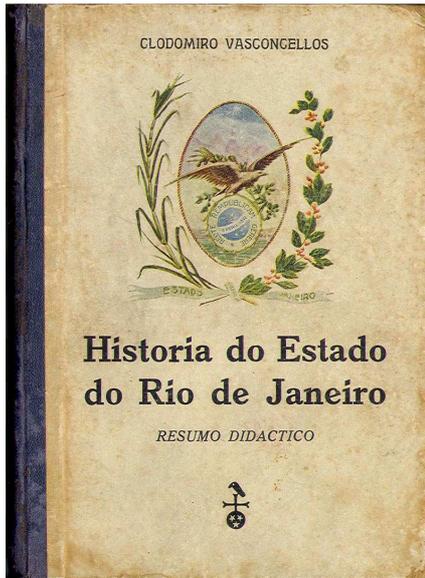


Figura 11: Capa do livro de Clodomiro Vasconcellos. 1929.
 Fonte: Clodomiro Vasconcellos. **História do estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1929]. Acervo pessoal.

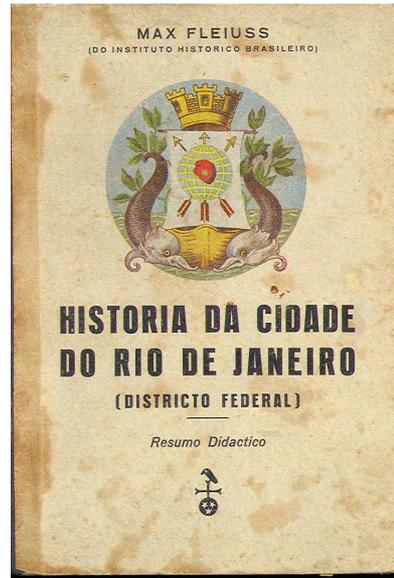
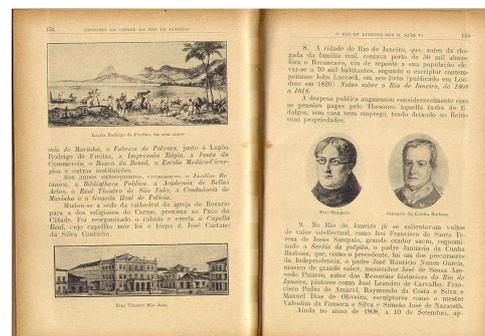


Figura 12: Capa do livro de Max Fleiuss. 1928.
 Fonte: Max Fleiuss. **História da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1928]. Acervo pessoal.



⇒ Figura 14: Páginas 154 e 155 do livro de Max Fleiuss. 1928.
 Fonte: Max Fleiuss. **História da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1928]. Acervo pessoal.

⇐ Figura 13: Páginas 72 e 73 do livro de Clodomiro Vasconcellos. 1929.
 Fonte: Clodomiro Vasconcellos. **História do estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1929]. Acervo pessoal.



A história fluminense, construída neste texto, faz-se cronologicamente a partir do primeiro século do descobrimento, o século XVI. Clodomiro Vasconcellos fixa a cronologia nacional a partir do marco zero que fora a chegada lusitana às terras americanas, sem deixar de relacioná-los aos marcos da história pátria – colônia, império e república.

Os oito primeiros capítulos são dedicados aos três primeiros séculos (XVI, XVII e XVIII). O fio condutor da narrativa foram as ações portuguesas no processo de conquista e colonização de suas possessões americanas, nas quais buscava inserir a participação fluminense. Assim, por exemplo, ao demonstrar que a administração lusa optara pelo sistema de capitânicas hereditárias para iniciar a colonização das novas terras, o autor apresentava a que capitânicas estavam ligadas as terras que compunham o atual estado do Rio de Janeiro. Ou então, após discorrer sobre as características gerais dos povos nativos, Clodomiro Vasconcellos relacionou os povos que habitavam as terras fluminenses. Ou ainda, quando abordou a Inconfidência Mineira, como movimento que lutava pela independência da Colônia frente aos portugueses, ressaltou que “*nesse grande movimento projetado para a proclamação da independência, estava o fluminense Alvarenga Peixoto*”²¹². Os fluminenses foram os co-partícipes, como destaca no título do capítulo, do processo que levou o príncipe D. Pedro I a declarar a independência política do país.

O nono capítulo já começa a apresentar mudanças no estilo narrativo e é dedicado ao quarto século, o Império. Esse capítulo destaca-se as consequências do 7 de setembro para a província fluminense: a criação do município neutro, a sua autonomia administrativa, o seu papel de centro de abastecimento da corte e de ser via obrigatória de ligação da Corte com as outras províncias. Criada a nova província, o autor ressaltou a engenharia administrativa desenvolvida por figuras como o Visconde de Itaboraí, seu primeiro presidente, o Visconde de Uruguai, o Marquês do Paraná, o Visconde de Sepetiba e outros, que “*revelaram-se sempre muito empenhados em dar solução aos problemas de que dependia o progresso do Rio de Janeiro*”²¹³. Estes realizaram importantes ações, entre outros campos, na instrução pública, no desenvolvimento das atividades produtivas e na legislação – “*também não é possível esquecer a obra impecável – regulamentos e*

²¹² Clodomiro Vasconcellos., *op. cit.*, p. 94.

²¹³ *Ibid.*, p. 110.

*leis – que serviram de padrão às demais províncias, e que ainda hoje são objeto de consulta e motivo de admiração*²¹⁴. Enfim a “*colaboração do povo fluminense, em todo o século XIX, na formação da nacionalidade, e em todos os acontecimentos de vulto, é evidente, para isso influenciando a importância agrícola, comercial, industrial, intelectual e política da província*”²¹⁵.

A partir daí Clodomiro Vasconcellos dedicou seis capítulos a balanços da experiência fluminense em temáticas específicas: a formação do território, a economia, a vida urbana e rural, a escravidão, os aldeamentos indígenas, a imigração e a evolução administrativa da região e de suas municipalidades.

Retomando o fio da cronologia, o capítulo subsequente apresentava o processo de propaganda republicana e o fim da monarquia. Neste período os fluminenses “*tomaram parte ativa*”, pois “*se impunham ao respeito e à estima, pela ilustração, pelo caráter e por serviços ao país*”²¹⁶. Não houve, no entanto, dificuldades para a adaptação do estado ao novo regime político, pois, ao lado de Deodoro estava “*Benjamin Constant, fluminense, e cuja ação na propaganda, foi preponderante, como preponderante foi ela na proclamação do novo regime. E nenhuma dificuldade houve, então, na organização do primeiro governo republicano em o novo estado – a ex-província do Rio de Janeiro, tendo sido esse governo confiado ao dr. Francisco Portella*”²¹⁷.

Daí em diante o autor estabeleceu quatro capítulos sobre o período republicano. Aí a história é a história política, em que o autor fez um panorama das administrações estaduais desde Francisco Portela até Manuel Duarte, que estava em seu primeiro ano de governo. Clodomiro Vasconcellos destacou as principais ações administrativas de cada governante e as disputas políticas que levaram o estado a uma constante instabilidade.

Fechando o livro, o último capítulo era dedicado à “*colaboração fluminense na formação da nacionalidade. Letras, ciências e artes*”. Neste, relacionou os filhos dessa pequena pátria, com vários esboços biográficos, que se destacaram “*com muito relevo, na formação da nossa nacionalidade*”²¹⁸.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 115.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 116.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 179.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 183.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 211.

Concluindo esse conjunto de publicações editadas sob influência da Reforma da Instrução, localizamos o livro *O Estado do Rio de Janeiro. Ensaio para o estudo de sua história*, de José Mattoso Maia Forte. Em uma nota de abertura o autor explicou a origem do trabalho. Segundo Maia Forte, a comissão dos festejos do centenário da independência de 1922 lançou um concurso de monografias sobre o estado. O edital de convocação fixou o temário e estabeleceu o limite de cem páginas para os trabalhos. Apesar de ter ganho, na categoria em que concorreu, a “*monografia*” não foi publicada. Essa obra não seria uma história do estado:

Não é, como se verá, uma história do estado do Rio de Janeiro; são resumidas notas, coordenadas segundo um programa fixado de antemão, mas que podem ser úteis a quem quiser conhecer algumas coisas do torrão fluminense. Divulgando-as agora, temos a intenção de prestar, mais do que um serviço de pouca valia, uma homenagem aos fluminenses.²¹⁹

Escrito em 1922, seu autor atualizou-o com informações concernentes às administrações estaduais até 1928. Apesar de não apresentar justificativas para sua publicação em 1928, além daquelas de fundo pessoal, como aparecem na citação acima, é bem provável que seu autor tenha se aproveitado do movimento editorial gerado pela Reforma da Instrução. Na segunda edição deste livro, há um indício que corrobora nossa assertiva. Justificando a edição de 1944, escreve o autor:

A primeira edição, mínima, esgotara-se rapidamente. Vendida apenas uma quinta parte, as quatro restantes foram por mim distribuídas à imprensa, aos amigos, às bibliotecas e a maior parte doada a alunas da antiga Escola Normal do Estado, que procuravam obter exemplares por indicação de sua ilustre professora, D. Evelina Belisário Soares de Souza. Foi um grande prazer para mim que, desse modo, se esgotasse a tiragem que fizera²²⁰.

Também a segunda edição fora motivada por uma ação do governo fluminense. Rubens Falcão, então diretor do Departamento de Educação do Estado, teria procurado-o para adquirir os exemplares que possuísse. Não detendo mais nenhum, Falcão sugeriu uma nova edição às expensas da administração

²¹⁹ José Mattoso Maia Forte. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928. p. 3.

²²⁰ José Mattoso Maia Forte. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. 2ª ed. Niterói: Diário Oficial, 1945. p. V.

estadual. Esta fora “*ampliada e atualizada*”, incorporando correções indicadas por Alberto Lamago e dados referentes às administrações estaduais pós-1928.

Ainda mesmo na capa, seu autor destaca o que havia de essencial na obra: “*Formação política e territorial da província e do estado – História política – Etnografia – Colonização – Papel desempenhado pela província e pelo estado na via econômica e social do país – Estadistas e parlamentares fluminenses no Império e na República*”²²¹.

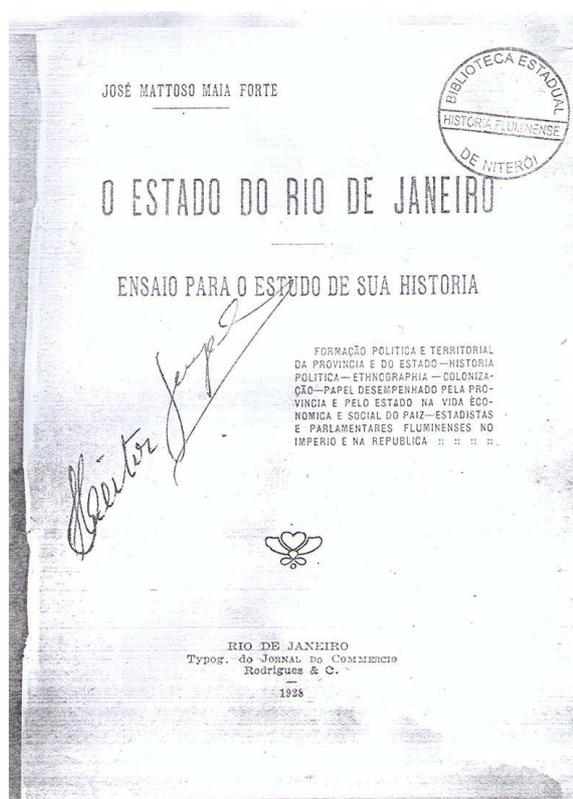


Figura 15: Capa do livro de José Mattoso Maia Forte. 1928.

Fonte: José Mattoso Maia Forte. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928. Acervo da Sala Mattoso Maia, Biblioteca Pública de Niterói.

Podemos destacar, então, que o autor priorizou os aspectos políticos e econômicos na construção de seu texto. Não temos como afirmar se tal escolha fora intencional ou se atendia as exigências do edital do concurso. Seu autor justificava os limites do texto explicitando que “*escrevemos esta memória*

²²¹ *Ibid.*, capa.

*obedecendo ao tema proposto pela Comissão, ficando o seu desenvolvimento, nos termos do edital, circunscrito a cem páginas*²²². Aqui não fica claro se o edital estabelecia apenas o tema geral ou se tinha um caráter programático fixando as temáticas que deveriam constar nos trabalhos em concurso. Para tal teríamos de ter acesso a esse documento que não foi localizado consultando os atos oficiais do período²²³. Por outro lado, poderíamos supor que tal escolha estava relacionada à própria inserção política de seu autor na administração republicana do Estado do Rio de Janeiro. José Mattoso Maia Forte nasceu em 24 de dezembro de 1873, filho de Ernesto Mattoso e Isaura Soares Mattoso, em Vassouras. Fez seus estudos primários em sua terra natal. Ingressou nos quadros da administração estadual em 1891 como praticante da Diretoria de Fazenda e dois anos depois participou do Batalhão Acadêmico criado para defender a capital fluminense das tentativas de invasão pelos participantes da Revolta da Armada. Exerceu vários cargos de chefia e secretarias governamentais, chegando a ser Secretário Geral do Estado durante a gestão de Nilo Peçanha entre 1915 e 1917. Ingressou no jornalismo em 1890 colaborando com vários jornais fluminenses e do Rio de Janeiro como O Estado, O País e o Jornal do Comércio²²⁴.

Após a nota explicativa há uma epígrafe extraída do livro *Terra Fluminense*, de Olavo Bilac e Coelho Neto, que corrobora seu amor à pequena pátria já expressa ao fim da nota explicativa do livro citada anteriormente:

Esta é a terra fluminense, um dos mais belos trechos da grande pátria brasileira...

Para explorar a sua riqueza, para a amar, para a aproveitar – há o homem, seu filho, - não já o selvagem que os navegantes de Portugal vieram encontrar, nem o homem escravo que o sentimento do cativo oprimia e desmoralizava, mas o homem livre e inteligente, aparelhado para a luta e tendo a consciência do seu valor moral e a presciência do futuro grandioso da terra que lhe foi berço²²⁵.

²²² *Ibid.*, p. 3.

²²³ Cf. Desidério de Oliveira Júnior (Org.). **Indicador de leis, decretos, deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925**. Suplemento B. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1929. Consultei o jornal O Fluminense do ano de 1922 e não há referências a tal concurso.

²²⁴ Rubens Falcão. Um fluminense padrão. In: José Mattoso Maia Forte. **Notas para a história de Niterói**. (1935). 2ª ed. Niterói: Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural, 1973. p. 5-7. Vicente Tapajós; Pedro Tórtima. **Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros**. Rio de Janeiro: Gráfica do Livro, 1993. Vol. 4. p. 61-62.

²²⁵ José Mattoso Maia Forte, *op. cit.*, p. 5.

Uma inovação dessa obra frente às outras é que o autor alicerça o texto nas discussões historiográficas acerca dos temas que trata. Não se quer dizer que os autores anteriores não mencionassem obras consultadas. O que se quer destacar é que Mattoso Maia faz a crítica historiográfica dos assuntos que aborda apresentando as versões correntes e defendendo seus posicionamentos a partir de autores e documentos enquanto Figueira de Almeida, por exemplo, apenas citava livros e documentos como fontes de informação. Em relação às fontes destacava os relatos de viajantes tendo sido responsável pela tradução de “*Viagens pela Província do Rio de Janeiro em 1816 a 1816*”, de Augusto de Saint Hillare, publicada em 1937 pela Companhia Editora Nacional.²²⁶

Diferentemente dos outros autores, Mattoso Maia parte do estabelecimento do sistema de capitanias hereditárias, pois o território fluminense fez parte das capitanias de São Thomé (Paraíba do Sul) e de São Vicente. O autor trata de cada uma em dois capítulos separados até o ponto em que convergem com a incorporação da primeira à Coroa lusa e o estabelecimento da capitania do Rio de Janeiro. Destaca-se a doação da coroa portuguesa, a população autóctone, a ação dos donatários e o estabelecimento dos primeiros núcleos – freguesias e vilas.

Chegando ao fim do século XVIII o autor insere o terceiro capítulo em que avalia as ações colonizadoras portuguesas no território fluminense: a primeira fixação no litoral, o avanço para o sertão, o estabelecimento da escravidão africana, a vida rural, a imigração europeia e as aldeias indígenas.

O alvorecer do século XIX encontrou a “*aspiração de independência política*” como “*idéia amadurecida no espírito do povo brasileiro desde os fins do século XVIII*”. “*A tendência para que o Brasil quebrasse os frouxos laços que o ligavam ao trono de Portugal estava latente e mal se escondia sob os protestos de uma fidelidade que era toda aparente*”²²⁷.

Ideia amadurecida que contou com o concurso fluminense para se efetivar em 1822, tema a que se dedicou no quarto capítulo, identificando o apoio das Câmaras Municipais da província ao movimento emancipacionista e ao estudo

²²⁶ Augustin de Saint-Hilaire **Viagens pela Província do Rio de Janeiro em 1816 a 1816**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

²²⁷ José Mattos Maia Forte. *op. cit.*, p. 55.

das ações do brigadeiro Luiz da Nóbrega Pereira de Souza Coutinho que, apesar de não ter tido:

a importância, nem o brilhantismo dos Andradas, de Ledo, de José Clemente e de outros patriotas, cujos nomes a História Pátria inscreveu como apóstolos da cruzada que nos conduziu ao Sete de Setembro; mas, nem por isto, nem por lhe faltar o talento e a ilustração daqueles vultos, deixou de ser um dos mais esforçados cooperadores da obra que se consumou com o brado do Ypiranga²²⁸.

O capítulo seguinte foi dedicado à Província. Criada em 1834, foi o momento em que a região teve “*seus dias áureos, tanto em relação à sua influência na política nacional, com à sua prosperidade econômica. A província foi, por assim dizer, um principado político no Império, uma espécie de pasta suplementar dos gabinetes ministeriais*”²²⁹. Isso por que eram escolhidos grandes estadistas para governá-la. Mattoso Maia relacionou os presidentes provinciais e suas principais ações administrativas e listou os filhos da terra na Assembléia do Império.

Antes de abordar a questão da abolição e do republicanismo na província, o autor dedicou-se a estudar a evolução municipal local no momento da criação da província e durante o século XIX – fixando os atos administrativos de criação das paróquias, freguesias, curatos, vilas e cidades que geraram os 48 municípios que existiam em 1922.

O capítulo dedicado à abolição da escravatura visava rebater a imagem de ter sido a província do Rio de Janeiro o principal centro de resistência à abolição. Afirmava o autor:

A província do Rio de Janeiro foi tanto um centro de resistência quanto as demais províncias; entretanto, sua ação pela liberdade dos escravos foi das mais notáveis na história da evolução do abolicionismo, quer no Parlamento, quer na propaganda popular²³⁰.

As leis que, gradativamente, anunciavam o fim da escravidão – a de 1831, a de 1850, a de 1871 e a de 1888 – tiveram a colaboração de estadistas fluminenses. Mas foi na propaganda abolicionista que os filhos da província tiveram maior destaque: Patrocínio e Carlos de Lacerda. O reacionarismo não se

²²⁸ *Ibid.*, p. 60.

²²⁹ *Ibid.*, p. 74-75.

²³⁰ *Ibid.*, p. 94.

justificava tendo em vista que em antes da Lei Áurea em vários municípios registrou-se a “*libertação em massa*” de escravos, citando como exemplo a cidade de Campos que entre 11 de março e 5 de abril teve 8.727 cartas de alforrias contabilizadas. Isso acabou “*acelerando a iniciativa que, afinal, tomou a Regente do Império, D. Isabel, propondo ao Parlamento, por intermédio do Ministério João Alfredo, a abolição dos escravos*”²³¹.

Quanto ao republicanismo, Mattoso Maia fixa, citando Miguel de Carvalho, a data de 1876 como marco inicial no estado com a organização de um club e um jornal em São Fidélis e em Paraíba do Sul, respectivamente. Mas lembra que antes, em 1870, fluminenses assinaram o Manifesto Republicano. A eleição de José Thomaz Porciúncula para a Assembléia Provincial foi considerada a alavanca do republicanismo na Velha Província.

É dessa data que verdadeiramente parte o início de um movimento regular de propaganda em todo o Estado; o período evolutivo vai de marcha ascensional, do puro platonismo envereda-se pelo doutrinário, as idéias passam a corporificar-se, à palavra casa-se a ação.²³²

A partir daí surgiram vários jornais e clubes foram fundados para defesa dos ideais republicanos nas municipalidades. Em 1888 foi organizado um congresso republicano fluminense. Grandes tribunos, como Silva Jardim e Lopes Trovão, viajavam pelo país defendendo seus ideais.

Proclamada a República, a Assembléia Provincial não se opôs e Francisco Portela assumiu o governo nomeado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

A partir daí Mattoso Maia passou a relacionar os presidentes do novo estado e seus principais atos administrativos, que conhecia muito bem, pois, desde 1891, integrava a administração estadual. Por isso mesmo procurou esclarecer que fazia um relato imparcial dos fatos. Sobre o primeiro governo de Nilo Peçanha, por exemplo diz:

Nilo Peçanha faleceu recentemente: é cedo para que a justiça da história se pronuncie desapassionadamente sobre a sua obra de governo, combatida por uns, mas certamente louvada pelo maior número, e tanto assim que a nação escolheu-o para ser o Vice-Presidente da República no período da presidência de Afonso Pena. Contemporâneo dele, não nos sentimos com a isenção precisa para

²³¹ *Ibid.*, p. 96.

²³² *Ibid.*, p. 98.

um juízo definitivo como é o da história. O mesmo podemos dizer dos presidentes que se lhe seguiram²³³.

Mas “*não era somente à política nacional que a província e o estado do Rio de Janeiro forneceram um contingente de homens que se distinguira*”²³⁴. E, para comprovar essa assertiva, relacionou os nomes de poetas, romancistas, historiadores, médicos, juristas, engenheiros, pedagogos, músicos, tribunos, jornalistas, sacerdotes, filósofos, militares, pintores, escultores, caricaturistas. Encerrando o livro, relacionou os patronos e membros da Academia Fluminense de Letras.

3.5

História em tempos de mudança

Ao se encerrar a década de 1920, no estado do Rio de Janeiro, observamos que houve uma alteração no cenário intelectual e político no que concerne à reflexão sobre a história fluminense.

O *Álbum do Estado do Rio de Janeiro* comemorativo ao centenário da independência do Brasil é emblemático das perspectivas daqueles que se dedicavam a estudar a região em princípios daquela década. O *Álbum* visava construir para o estado uma imagem alicerçada na conjunção de dados geográficos, estatísticos e econômicos do momento então vivido, 1922. Há, aí, pouca atenção à história. O que importava era o tempo presente. Um presente que se queria promissor em oposição ao passado recente que deveria ser esquecido por ser identificado como tempo de decadência. O presente representava um momento de mudanças nessa conjuntura. Havia o esforço de apresentá-lo como tempo de recuperação econômica e política, de pujança e prosperidade, que geraria um porvir venturoso. Nada melhor do que expor aos outros estados e aos outros países um estado em crescimento. Um estado que investia na educação como símbolo para representá-lo, através da construção de escolas-monumentos.

²³³ *Ibid.*, p. 118.

²³⁴ *Ibid.*, p. 120.

A educação como investimento a longo prazo, um investimento no futuro. Um tempo de mudanças... Mudanças que não caminharam como previam os dirigentes políticos de então.

O final de 1922 foi marcado por alterações no cenário político do estado que levaram a um novo relacionamento de dirigentes e intelectuais com a história. A partir desse momento, até mesmo como forma de diferenciar-se do período anterior, os novos tempos passam a ser delineados a partir da tradição histórica do estado. Não se quer com isso dizer que durante o nilismo não houvesse a memória da Velha Província. Havia, mas não era nela que se alicerçavam os discursos identitários do estado. Os nilistas colocavam-se como construtores de um novo tempo.

A Renascença Fluminense, surgida no momento em que se configurava um novo grupo político dirigente no estado, associava-se ao sodrelismo para materializar seus esforços em resgatar e perpetuar a memória local através da construção de ícones de pedra e cal, ou bronze, e na realização de seu projeto de formação. Havia uma perspectiva pedagógica nas ações renascentistas, pois se visava a formação cívica alicerçada nos heróis e nas efemérides. Ensiná-las, fosse em conferências ou com a construção de monumentos, teria a função de mostrar a crianças ou adultos os valores passados da terra que a tinham feito grande em outros tempos, assim como eles poderiam fazê-la naquele momento.

A crença no papel da educação na formação do novo homem fluminense se consubstanciou na Reforma da Instrução Pública e esta promoveu um lugar de destaque para a história do estado. José Duarte da Rocha, promotor das mudanças educacionais no estado, expressava em seu relatório suas esperanças de que a educação do povo geraria novos tempos: *“somente por isto hei conseguido dar execução ao plano de ação traçado pelo atual governo, visando ao renascimento e à felicidade da terra fluminense, pela educação”*²³⁵.

A *Reforma* elegeu os alunos como seu principal alvo de atenção, fossem estes da escola primária ou da Escola Normal. Aqueles por estarem se formando e estes por serem os responsáveis por formá-los. Os ideais escolanovistas que embasaram a Reforma propugnavam a construção do conhecimento através da experimentação, do concreto, do mais próximo. E o que seria mais próximo do

²³⁵ José Duarte da Rocha. *op. cit.*, p. 89.

que as experiências vivenciadas pelos educandos em sua pequena pátria? Provavelmente esse é um movimento que ocorreu em outros estados mas que ainda não foi tema de estudos no campo da história da educação. Mantém-se a corografia, mas se autonomiza a história no estudo sobre o estado. Eis que surge a história fluminense enquanto disciplina autônoma na escola do estado e com isso surgem os primeiros manuais sobre a temática. Analisando-os, observamos que, apesar de especificidades, pode ser indicadas uma série de elementos comuns nesses livros.

Os autores analisados pautam suas narrativas no binômio tempo-espaço. Tempo, instrumental básico para todo aquele que se dedica ao estudo da história, era aqui encarado de formas diferenciadas. Apesar de os marcos da história pátria servirem como pano de fundo para a construção da história regional, encontramos nos autores analisados um esforço em estabelecer uma cronologia própria para o estado. Intentava-se demarcar a especificidade local frente ao processo maior, a história do país.

Por outro lado, há a questão do espaço, questão latente, pois o território fluminense ainda sofria litígios na década de 1920. Questão que se colocava àqueles modernos redescobridores do país que realizavam inventários e expedições de reconhecimento do interior: sanitaristas, educadores, militares etc. A geografia, nesse período, impunha-se como tema importante no debate intelectual e na historiografia, como vimos no primeiro capítulo. Era importante delimitar o espaço para apresentar uma certa unidade, experiências comuns para os viventes naquele local que lhes geraria uma identidade coesa. Mostrava-se que o espaço foi historicamente construído – originando-se nas capitanias de São Tomé (Paraíba do Sul) e de São Vicente – e que ali se formara uma unidade da federação que fora das mais importantes do país.

Voltava-se ao passado mas não o passado recente, que onde os nilistas tinham papel preponderante e que carregava as marcas da política oligárquica da Primeira República. Elegeu-se o período imperial como um tempo a ser resgatado. Foi essa produção que materializou como discurso historiográfico a imagem da Velha Província como a Idade de Ouro local, imagem essa muito explorada entre os dirigentes políticos desde princípios da República. Cipriano de Carvalho, Secretário de Obras do estado, em 1897, já transmitia um tom nostálgico em seu relatório:

O Estado do Rio de Janeiro, produtor e florescente outrora, atravessa hoje a crise que avassala o país inteiro. A sua grande lavoura tem desaparecido quase inteiramente, jazendo abandonadas importantes fazendas, com os seus edifícios em ruína, e que apresentam, na região de serra abaixo, o aspecto de desolação que me foi dado, dolorosamente, sentir, por ocasião de minha excursão, logo depois de empossado do cargo de Secretário de Estado, e realizada com o fim de estudar e verificar as nossas principais necessidades materiais²³⁶.

Em 1928, Paulino Soares de Souza Neto escrevia algo próximo:

Estávamos aqui no estado acostumados a contemplar, com a nostalgia imponente da saudade das coisas que não voltam, a idade de outro de nosso passado político e econômico transcorrido no Segundo Reinado.. o império era como um paraíso perdido de riquezas materiais e morais (...) que deveria ser recuperado²³⁷.

Identificava-se o período imperial como aquele passado de fausto. Tal processo, analisado por Raoul Girardet, é fundamental no processo de satisfação dos anseios e inquietações das sociedades acerca dos acontecimentos presentes. Nesse contexto constrói-se uma imagem do passado excepcionalmente feliz ou catastrófico. O presente e o futuro passam a ser definidos pelo que se foi, ou melhor, pelo que se supõe ter sido. Nesse sentido, o passado “*ao qual se referem nunca foi diretamente conhecido; seu poder evocador é o de um modelo, de um arquétipo, modelo e arquétipo a que a emergência fora do tempo decorrido parece por definição dar um valor suplementar de exemplaridade*”²³⁸. Mitifica-se o passado como forma de se traçar projeções e justificar ações presentes. Marieta de Moraes Ferreira afirmou que essa era “*exatamente a representação produzida pelos fluminenses para resgatar seu passado e traçar as linhas de seu presente e futuro*” durante toda a Primeira República²³⁹. Apesar de estar presente enquanto memória, a imagem da Velha Província como Idade do Ouro só se consolida como história – aqui entendida como discurso ordenado sobre o passado – no final da década de 1920 com a construção dos primeiros livros de história do

²³⁶ Cipriano de Carvalho. Relatório do Secretário de Obras. 1897. *apud*: Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. **O Estado do Rio de Janeiro**. volume 1. Rio de Janeiro: Viúva Azevedo & C Editores, 1907. p. 117.

²³⁷ Paulino Soares de Souza Neto. O espírito ideológico de Feliciano Sodré. In: Manoel Bastos Leite, *op. cit.*, p. 4.

²³⁸ Raoul Girardet. A idade de ouro. In: _____. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 98. cf também. Jacques Le Goff. Idades míticas. In: _____. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1994. p. 238-323.

²³⁹ Marieta de Moraes Ferreira. **Em busca da Idade do Ouro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Tempo Brasileiro, 1994. p. 16.

estado. João Pinheiro Ribeiro, Antônio Figueira de Almeida, Clodomiro Vasconcellos e José Mattoso Maia Forte são os responsáveis por endossar essa imagem dando-lhe um cunho científico a partir dos seus livros. Ao analisar o período imperial, esses autores são unânimes em reafirmá-lo como época áurea local. Como o período de grandeza perdida, mas que estava sendo recuperada. Nessas análises a afirmação da recuperação dos tempos então vividos projetava um futuro promissor para o estado.

Além disso, as narrativas historiográficas aí construídas estabeleceram temas e cronologias que doravante marcarão os demais estudos sobre o estado. Firma-se também um método de trabalho em que a crítica historiográfica e a pesquisa documental são consolidadas como bases do trabalho do historiador.

4

O projeto amaralista e a história fluminense

Os discursos de superação da crise fluminense e do soerguimento do Estado do Rio de Janeiro no cenário nacional foram reiterados na década de 1930, mas ganharam maior vigor com a instauração do Estado Novo e o início da interventoria de Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945).

A instabilidade política marcou o cenário estadual ao raiar a década de 1930. Manuel Duarte, aliado de Washington Luís, manteve-se fiel ao presidente liderando a resistência legalista que lutava contra o movimento que se consagrou como Revolução de 1930. Apesar de aliados de Duarte, os antigos nilistas apoiaram a Aliança Liberal. Com a vitória do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, o situacionismo no estado do Rio de Janeiro foi alijado do comando estadual. Os nilistas, por seu turno, não conseguiram se organizar frente ao novo quadro, pois não estavam suficientemente articulados para recuperar o antigo prestígio e indicar o novo dirigente da política local. Entre outubro de 1930 e dezembro de 1931 foram nomeados quatro interventores para o Estado, todos estranhos à política local e indicados pelo Executivo Nacional de maneira independente às correntes políticas estaduais²⁴⁰. Após a deposição de Washington Luís, foi oficializado o sistema de interventoria federal nos estados. Geralmente eram escolhidos como interventores personagens que não eram do estado ou que não possuíam raízes políticas nele. Outros dois pré-requisitos eram ser militar e ser neutro politicamente²⁴¹.

A esse período seguiu-se a administração de Ary Parreiras (1931-1935), que governou como interventor federal nomeado por Vargas. Em 1935 foi convocada a Assembleia Constituinte Estadual que, após a promulgação da Carta Magna fluminense, se auto-proclamou Assembleia Legislativa e elegeu o Almirante

²⁴⁰ Marieta de Moraes Ferreira (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 300-301. Nesse período foram interventores o coronel Demócrito Barbosa (24/10/1930 - 29/10/1930), Plínio de Castro Casado (29/10/1930 - 30/05/1931), General João de Deus Mena Barreto (30/05/1931 - 04/11/1931) e Tenente-Coronel Pantaleão da Silva Pessoa (04/11/1931 - 16/12/1931).

²⁴¹ Rafael Navarro Costa. **Tecendo as redes da política**: articulações e projetos na construção do amaralismo. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 39-40.

Protógenes Guimarães governador do estado. A administração do almirante foi marcada pela instabilidade gerada pelas constantes licenças médicas do governador e pelo fracasso da sua *política de pacificação*, ou seja, a tentativa de anulação das diferenças partidárias na Assembleia com vistas à governabilidade e ao atendimento das necessidades das municipalidades²⁴².

Ernani do Amaral Peixoto fora nomeado interventor do Estado do Rio de Janeiro um dia antes da instauração do Estado Novo e mantido no cargo durante todo esse período. Em sua entrevista, quase cinquenta anos depois, o Comandante, como também era conhecido por ser oficial da Marinha, declarou que não possuía ligações com a política fluminense até aquele momento²⁴³.

Ao assumir a direção do estado, inicialmente aproximou-se do grupo liderado por José Eduardo de Macedo Soares, remanescente dos nilistas, que lhe proporcionaria uma mínima sustentação política para a governabilidade. Amaral Peixoto, no entanto, não se deixou controlar pelos macedistas, aproximando-se de outras lideranças e grupos visando constituir suas próprias bases políticas no estado. Iniciou uma política de alianças com os líderes locais consolidada através de visitas realizadas ao interior fluminense, em especial ao norte, a região de Campos dos Goytacazes, e rompeu com o macedismo²⁴⁴. Associada a essa prática, o interventor adotou um discurso e ações práticas no sentido de projetar a recuperação econômica local fortemente abalada desde a crise de 1929.

A política econômica implementada por Amaral Peixoto era a da não intervenção direta nas atividades produtivas. Estabeleceu-se um programa de incentivos fiscais e de obras de infra-estrutura, que visava a recuperação econômica do Estado. Investiu-se na abertura e no recapeamento de rodovias e em um plano de eletrificação de algumas regiões, mormente do norte do Estado. Estas medidas eram tomadas objetivando a recuperação das atividades agropastoris da região, consideradas como a base da economia local. Segundo Sílvia Pantoja de Castro, as atividades industriais eram incentivadas quando articuladas àqueles setores:

²⁴² Rafael Navarro Costa. **A política fluminense no pós-30: uma análise da interventoria de Ari Parreiras e do governo de Protógenes Guimarães (1932-1937)**. Monografia (Graduação em História). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2005. Emmanuel de Macedo Soares. **História Política do Estado do Rio de Janeiro (1889-1975)**. Niterói: Imprensa Oficial, 1987.

²⁴³ Aspásia Camargo *et alli*. **Artes da política**. Diálogo com Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/CPDOC-FGV, Niterói: EDUFF, 1986.

²⁴⁴ Heitor Gurgel. **O governo Amaral Peixoto (1937-1945)**. Rio de Janeiro: s/ed., 1950.

Tendo em vista o forte interesse de Amaral Peixoto pela área rural, bem como o fato de a pecuária ter sido um dos sustentáculos da economia fluminense do período, a grande preocupação do governo parece ter sido estimular uma industrialização articulada a este setor. Nesse sentido, instituíram-se prêmios aos industriais de produtos [de origens] animais no estado do Rio, concedidos por meio de concursos realizados com o apoio do Ministério da Agricultura.²⁴⁵

Uma das estratégias empregadas para promover a recuperação do Estado foi a realização de uma ampla reforma administrativa, que objetivava agilizar a captação de recursos tributários e criar um corpo técnico capaz de implementar os planos de viabilização de uma infra-estrutura que pudesse desenvolver a economia estadual, privilegiando as áreas rurais. Fez-se a reorganização da máquina administrativa com a reestruturação de antigos departamentos e a criação das secretarias. Neste último caso foram criadas as secretarias do Governo (inicialmente da Interventoria), de Finanças, de Viação e Obras Públicas, de Agricultura, Indústria e Comércio.

O projeto amaralista de revitalização político-econômica do estado desenvolvido nas décadas de 1930 a 1950 afirmava-se como um regenerador da história do estado, pois seria aquele capaz de recuperar o lugar de destaque outrora ocupado pelo Rio de Janeiro no concerto nacional. As diretrizes desse grupo, firmadas nas décadas de 1930 e 1940, tiveram continuidade nos anos cinquenta. O amaralismo fixava seu projeto político e econômico tendo como alicerces as práticas tradicionais do estado: as políticas clientelistas e as atividades agropecuárias. Suas alianças políticas foram firmadas com grupos locais ligados às atividades agrícolas e pecuárias. Projetava-se a recuperação econômica e política do estado através do investimento nos setores agrícolas.

Neste capítulo objetiva-se realizar uma análise de como é que a história local foi apropriada nos discursos políticos, construindo para o grupo em questão, especialmente para Amaral Peixoto, uma imagem de defensor da história e das tradições do Estado. Tal construção era realizada nos departamentos governamentais, em especial, de educação e de cultura; mas também em movimentos e associações culturais de Niterói. Por isso, far-se-á a análise daquelas associações culturais que, nesse período, investiam na construção de

²⁴⁵ Silvia Pantoja de Castro. **Raízes do pessedismo fluminense**. A política do interventor: 1937-1945. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. p. 58

uma interpretação acerca da história do estado e de suas relações com a administração estadual.

4.1

A política educacional e cultural fluminense no Estado Novo

À semelhança do Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1931, com a reforma administrativa implementada por Amaral Peixoto, no estado do Rio de Janeiro, foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública, em 10 de novembro de 1938, com dois departamentos: Educação e Saúde. Para comandá-la foi nomeado Ruy Buarque de Nazareth, tendo como chefe de gabinete Rubens Falcão. Este último exerceu esse cargo até ser conduzido à direção do Departamento de Educação, em 06 de agosto de 1942. Pouco tempo depois, em 1943, a Secretaria de Educação e Saúde Pública foi extinta e o Departamento de Educação tornou-se o órgão máximo de regulamentação do sistema educacional do estado do Rio, ligado diretamente ao interventor²⁴⁶. Falcão permaneceu à sua frente até a saída de Amaral Peixoto do governo, no fim do Estado Novo (1945).

No campo educacional/cultural, as iniciativas da interventoria seguiram as orientações que buscavam convergir com as articulações políticas e com as idéias econômicas implementadas pelo interventor. O grande alvo era a região agropecuária do Estado. Podemos avaliar o projeto educacional desenvolvido no período através de *Novos caminhos da educação fluminense*, livro que é uma espécie de relatório das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Educação, sob a direção de Rubens Falcão²⁴⁷. A própria organização do livro é significativa. Composto de 25 capítulos, seu carro chefe, o primeiro, é intitulado “*Educação Rural*”; nele, o autor elaborou suas reflexões sobre o assunto e descreveu algumas iniciativas da administração estadual nesta área:

²⁴⁶ Jaime Abreu. **O sistema educacional fluminense**. Uma tentativa de interpretação e crítica. Rio de Janeiro: s/ed., 1955. p. 116-118.

²⁴⁷ Rubens Falcão. **Novos caminhos na educação fluminense**. Niterói: Imprensa Oficial, 1946

À falta de educação conveniente, o homem rural não se desenvolve nem se atreve a trabalhar a terra de modo proveitoso. A ignorância em que vive o converteu, nas zonas principalmente do sertão, em um indivíduo supersticioso e cheio de abusões, com o círculo mental limitadíssimo, quando não se torna promotor de desordens ou adepto do cangaceirismo²⁴⁸

Em um discurso de 1938, o interventor apresentou os objetivos do ensino rural. As escolas rurais não deveriam ter:

O caráter de escolas elementares agrícolas, nem de simples escolas alfabetizantes, por isso que se destinavam a um papel de maior transcendência – *o de formação dos nossos futuros homens do campo sob todos os aspectos – técnico, moral, físico e intelectual – inculcando-lhes o amor patriótico ao seu habitat ao mesmo tempo que lhes dariam os conhecimentos indispensáveis ao trabalho do engrandecimento nacional* a que se dedicam, tirando-lhes, por outro lado, a concepção hereditária em que vivem – de colonos dentro da sua própria terra (grifos meus)²⁴⁹.

O objetivo da educação rural seria civilizar os hábitos do homem do campo, torná-lo um novo homem que auxiliasse no engrandecimento do país. Não se buscava afastá-lo do campo, mas sim enraizá-lo em sua região. A zona rural era idealizada como o espaço detentor das raízes e da identidade fluminenses. A escola não deveria formar os alunos das zonas rurais com uma ideologia urbana, mas sim criar o “*amor patriótico a seu habitat*”. Instruir não apenas as crianças, mas também os adultos, com iniciativas que extrapolassem a escola regular.

Para instituir estas orientações, o Departamento de Educação, segundo Falcão, imprimiu a mesma diretriz centralizadora que a administração de Amaral Peixoto vinha realizando em outros campos. O ensino primário era obrigação primordial do poder público estadual. Neste sentido, o governo fluminense teria realizado diversos convênios com as municipalidades para ampliar, orientar e fiscalizar a rede escolar na implementação do seu plano educacional. A proposta era que os municípios deveriam seguir as orientações da administração estadual e, para tal, contariam com dotações financeiras para manter ou transferir estabelecimentos de ensino primário para o governo estadual²⁵⁰.

Outra iniciativa, que atesta o desejo da administração estadual de controlar a rede escolar pública, foi o plano de padronização de programas pedagógicos de cada série primária. Segundo Falcão, esta medida visava “*impedir a diversidade*

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 19.

²⁴⁹ Amaral Peixoto, 1938. *Apud. Ibid.*, p. 23.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 27-31.

de orientação pedagógica e garantir a unidade do ensino”²⁵¹. A padronização ficou a cargo da Divisão de Estatística e Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação, que estabeleceu os programas didáticos e elaborou sugestões bibliográficas para os professores. Paulo de Almeida Campos criou um sistema de avaliação escolar único, aplicado a toda a rede estadual de ensino, pela primeira vez, no final do ano letivo de 1942²⁵². Tais perspectivas eram coerentes com as propostas do Ministério da Educação e Saúde de normalização do ensino secundário, neste caso aplicadas ao ensino primário²⁵³.

Por tais iniciativas, observa-se um esforço em definir orientações uniformes para o sistema educacional fluminense. A capital era o espaço de experimentação de projetos pioneiros, planejados para implementação em toda a rede. O Grupo Escolar Getúlio Vargas, construído durante a interventoria em Niterói, tornou-se centro de referência, onde eram experimentadas “*adiantadas técnicas pedagógicas*”:

Em 1943 o grupo escolar Getúlio Vargas foi centro de experimentação de algumas adiantadas técnicas pedagógicas. Dentre os trabalhos realizados puderam ser vistos e apreciados: a construção de aparelhos de física; taxidermia; criação de pequenos animais para estudo ao vivo; um sistema de autodisciplina; dramatização para o ensino da história etc., fatos que serviram para o aperfeiçoamento de professores do interior que o visitaram.²⁵⁴

A capacitação dos docentes já atuantes nas regiões rurais era efetuada nos cursos de férias, realizados na capital do Estado. Outra grande preocupação era com a formação de professoras imbuída dos ideais propugnados pela administração amaralista no estado. A sua formação se fazia nas Escolas Normais de Niterói e de Campos²⁵⁵. Com a lei orgânica do ensino normal (1938), o governo fluminense tomou uma série de medidas para padronizar e fiscalizar os cursos ministrados nos estabelecimentos oficiais e nos “equiparados”.

O ensino normal era, nas palavras de Amaral Peixoto,

²⁵¹ *Ibid.*, p. 33.

²⁵² *Ibid.*, p. 69-72.

²⁵³ Cf. Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Edusp, 1982.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 57-58.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 93-96.

(...) chave de todo o sistema pedagógico, conservando-lhe como base o curso de humanidades, acrescido de novas disciplinas (...) se incluiu a cadeira de agricultura, cujos frutos se refletirão na escola rural, dando-lhe sentido mais útil, despertando o gosto pelas atividades agrícolas, concorrendo para a fixação do homem à gleba natal²⁵⁶.

Nestes Institutos de Educação, o ensino era, contudo, pautado segundo valores urbanos e as professoras não estavam aptas a atuar nas escolas rurais, segundo Falcão. Travou-se, então, um debate sobre a formação das Escolas Normais Rurais, que originou a de Cantagalo²⁵⁷. Estas escolas seriam espaços privilegiados para formar o magistério que atuaria nas zonas rurais.

O ensino nas regiões interioranas deveria ser diferenciado. Eram necessários estabelecimentos específicos de ensino: as Escolas Típicas Rurais. Estas unidades escolares não eram criações da administração de Amaral Peixoto. Regulamentadas legalmente em 1936, durante a direção de Nóbrega da Cunha no Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, permaneceram letra morta, sendo apenas efetivadas a partir de 1938, pois se associavam às diretrizes da política estadual²⁵⁸.

Em um documento de 1945, encontramos esquematizadas as suas finalidades e a sua estrutura de funcionamento.

1 – As Escolas Típicas Rurais (ETR) têm por finalidade trabalhar pela melhoria social, econômica e cultural das populações do interior, devendo constituir-se como verdadeiros centros irradiadores de civilização e progresso na vida do campo.

2 – As ETR atingirão essa finalidade através da criação de uma “mentalidade ruralista” na criança, isto é, ensinado-a a conhecer o valor imenso do campo, a amar racionalmente a sua terra e a trabalhar pelo [seu] engrandecimento econômico, moral e cultural. Em uma palavra: - a ETR deve ensinar a criança do campo a ser feliz na vida do campo²⁵⁹ (grifos no original).

Nas Escolas Típicas Rurais “a principal tarefa não era, pois, transmitir conhecimentos desta ou daquela matéria, mas sim levantar o espírito do campônio, entusiasmá-lo, mostrar-lhe que ele é capaz de viver uma vida melhor

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 93-94.

²⁵⁷ Haydée da Graça Ferreira de Figueiredo. **Curso Normal Rural de Cantagalo**: Uma experiência fluminense na história da formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 1991.

²⁵⁸ Pelo decreto nº 196-A, de 24 de dezembro de 1936, criou-se um regulamento para o sistema de ensino fluminense, que possuía um capítulo sobre as Escolas Típicas Rurais. Rubens Falcão, *op. cit.*, p. 22

²⁵⁹ ESTADO do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. **As Escolas Típicas Rurais**. Suas finalidades. Seu funcionamento. Niterói, 1945. Mimeo. p. 2 (CPDOC/FGV. EAP.45.04.05 int.).

em sua própria terra”²⁶⁰. Assim, a ETR deveria privilegiar o ensino de atividades rurais: horta, pomar-jardim, criação de galinhas, abelhas, coelhos e bicho-da-seda, viveiro florestal, lavoura, as pequenas indústrias rurais e caseiras, com aproveitamento das próprias matérias-primas encontradas no campo (bambu, fibras, palha de milho, coco, bucha, etc.). Associado a tudo isto, o currículo dos demais grupos escolares deveria também ser seguido com o ensino de português, matemática, ciências e estudos sociais.

A ETR tinha uma missão não apenas com as crianças. Deveria atrair a comunidade, pois “*no campo não há outros centros sociais*”, e desenvolver atividades de ensino de hábitos de higiene, da moral e do sentimento religioso. E, ainda, tinha a finalidade “*cívica e nacionalista de despertar em seus alunos sentimento de brasilidade, ensinando-lhes a amar as coisas de seu país e respeitar seus grandes homens*”²⁶¹.

Além da instalação de ETR, a administração do Comandante passou a ampliar a rede de Grupos Escolares. Até 1937, esta rede estadual contava com 838 escolas, sendo apenas 86 em dependências próprias. Segundo dados de Rubens Falcão, foram construídos 66 novos prédios e instalados grupos escolares nos mais diversos rincões da terra fluminense²⁶². Não apenas a zona rural foi contemplada com a edificação de novas escolas. No bairro operário do Barreto, na capital do Estado, foi construído o prédio da Escola Industrial Henrique Lage, inaugurado em 1945, que se tornou escola-modelo para o ensino técnico-profissional do Estado.

O método de ensino empregado nas escolas urbanas também buscava manter valores interioranos. Um exemplo desta prática eram os Clubes Agrícolas das escolas. O poder público fornecia sementes, adubos, ferramentas e casais de animais, entre outros, para que fossem feitas as hortas e a criação de pequenos animais. Isto “*demonstra que as atividades ditas agrícolas são de inteira oportunidade na nossa vida urbana, podendo contribuir para a economia e a beleza do lar*”²⁶³.

Nesta proposta de transformação do homem para a construção do novo cidadão, foi regulamentado o ensino de Educação Física. A Secretaria de

²⁶⁰ *Ibid.*, Art. 6, p. 2.

²⁶¹ *Ibid.*, Art. 12, p. 3.

²⁶² Rubens Falcão, *op. cit.*, p. 55-56.

²⁶³ *Ibid.*, p. 64.

Educação e Saúde do estado do Rio criou a Divisão de Educação Física, em junho de 1939. Ela era responsável pela coordenação do ensino de Educação Física nas escolas e pela promoção de campeonatos colegiais, “*que anualmente se realizavam, assim como o desfile dos escolares do Dia da Pátria [que] são espetáculos de força e beleza, vigor e disciplina da mocidade fluminense*”. Eram de seus cuidados os parques infantis e a coordenação das colônias de férias criadas no período²⁶⁴.

O inventário das realizações de Falcão à frente do Departamento de Educação permite-nos observar que o projeto educacional formal do estado priorizou o ensino rural, seguindo as diretrizes políticas e econômicas da administração estadual. Neste sentido, uma outra iniciativa merece menção: as *Missões Culturais*, realizadas entre 1944 e 1945. Inspiradas nas missões educacionais mexicanas e chilenas, tinham como objetivos centrais conhecer e transformar hábitos e costumes das populações interioranas²⁶⁵.

Através das Missões Culturais muita coisa pode ser feita. O *desajustamento* em que vive a maior parte das populações do interior é, por si só, um problema em equação. Observá-lo, examiná-lo, estudar-lhes as causas e procurar corrigi-las representa uma contribuição das mais importantes e sérias²⁶⁶ (grifo meu).

A primeira missão ocorreu entre 19 de abril e 2 de maio de 1944. Percorreu os municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro d’Aldeia e Cabo Frio e foi coordenada pelo pedagogo Paulo de Almeida Campos. A segunda missão dirigiu-se para o sul do estado, percorrendo os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, entre 8 e 27 de agosto de 1944, coordenada pelo médico César Leal Ferreira. O norte fluminense recebeu a última missão, entre 2 e 17 de maio de 1945, que percorreu as localidades de Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

As missões eram compostas de pedagogos, médicos, técnicos agrícolas, assistentes sociais e membros da Legião Brasileira de Assistência. A dinâmica de atuação dos “missionários” seguia um padrão. Eles chegavam às cidades e procuravam as professoras e os responsáveis pelo posto médico local. Inteiravam-se das condições médicas, educacionais e socioeconômicas da região. Sem criar

²⁶⁴ *Idem.*, p. 83-85.

²⁶⁵ *Idem.*, p. 127-131; do mesmo autor, **Missões Culturais**. Niterói: Imprensa Oficial, 1951.

²⁶⁶ Rubens Falcão, *op. cit.*, p. 130.

um cerimonial pomposo, passavam a realizar pequenas palestras informais para os grupos locais, ensinando-lhes hábitos de higiene, novas técnicas pesqueiras e agrícolas e elementos de instrução formal. A estratégia para atração destas populações era, por exemplo, a exibição de filmes e canções educativas e folclóricas, a distribuição de folhetos e a prática de jogos. Nas palestras, utilizava-se uma linguagem simples e direta, que atingisse a comunidade local. Verdadeiras *bandeiras de penetração*, segundo Rubens Falcão²⁶⁷, as *Missões* foram estudadas por Martha Pereira das Neves Hees que as analisou como movimento que proporcionava grande interação entre os missionários e as populações visitadas. A autora considera que os missionários foram agentes que impulsionaram transformações nas realidades locais e que atendiam aos seus anseios. Teriam promovido a criação de uma consciência participativa entre as populações locais, e gerado um “*espírito*” de organização pela luta política e por transformações nas situações locais²⁶⁸. Tal suposição, por um lado, se deve à crença da autora no papel que a educação pode desempenhar na formação das pessoas. Por outro, Martha Hees leu de forma acrítica os depoimentos dos missionários endossando suas idéias em seu estudo. Um fragmento do “Diário” elaborado por Paulo Campos, transcrito por Rubens Falcão, registrava a opinião de um “*popular*” que participou das atividades realizadas em Arraial do Cabo, durante a primeira Missão, que assim se expressava: “*Se nós tivéssemos sabido que os senhores vinham aqui para isso, teríamos conseguido muita gente, pois é a primeira vez que somos visitados por gente do governo que não vem aumentar os impostos, nem pedir votos*”²⁶⁹. O próprio Falcão definia a interação entre os dois segmentos – missionários e população interiorana – como um dos objetivos das *Missões*

De sorte que as “*Missões*” tinham ainda esse objetivo: dar ao homem do povo oportunidade para manifestar livremente sua opinião. E essa opinião nunca deixou de ser apreciada, nunca ficou sem resposta um pedido. Escolas, postos de saúde, vias de comunicação e transportes foram estabelecidos em consequência desses apelos²⁷⁰.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 126.

²⁶⁸ Martha Pereira das Neves Hees. **As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro: Jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político.** Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000. p. 33.

²⁶⁹ Rubens Falcão. **Missões Culturais.** Niterói: Imprensa Oficial, 1951. p. 16.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 9.

Não se desconsiderando esse elemento, devemos, no entanto, estar atentos aos discursos produzidos pelos seus autores nos contextos vividos. *Novos Caminhos da Educação Fluminense e Missões Culturais* foram escritos em 1946 e 1951, respectivamente. Em 1946 o país passava pelo processo de constituição da democracia pós-Estado Novo. No estado do Rio vivia-se o processo de eleição do novo governador, Edmundo de Macedo Soares, que, inicialmente, tinha o apoio de Amaral Peixoto e que depois rompeu com o ex-interventor. Em 1951 o Comandante retornava ao Palácio do Ingá para governar o estado até 1954. Rubens Falcão, um dos fiéis aliados de Amaral Peixoto, construía assim, através desses textos, uma imagem de governante hábil e atuante para atender os anseios da população fluminense, democrático até quando o regime assim não o era.

As ações empreendidas na interventoria buscavam conferir ao dirigente estadual um papel de divisor de águas na história local. Essa imagem era reiterada na capital do país. Em 26 de junho de 1943, o jornal *A Manhã* manifestava-se elogiosamente acerca de uma conferência sobre o sistema educacional fluminense proferida por Rubens Falcão, na Associação Brasileira de Educação, naquele mesmo mês. E destacava:

Como se sabe, foi o estado do Ro, durante muito tempo, no começo da vida autônoma do Brasil, um dos centros de maior riqueza e cultura do país.

Muitos dos nossos maiores estadistas foram ali recrutados, e os progressos fluminenses, tomando a dianteira sobre as outras regiões nacionais, assumiram aspectos de notável relevo. Posteriormente, talvez em virtude da crise que atingiu as suas principais culturas, a do café e a da cana de açúcar, o primado econômico e cultural passou para outros estados, especialmente para São Paulo, e a terra de Alberto Torres e Quintino Bocaiúva deixou de florescer e perdeu a liderança que detinha a bom título. Há, agora, manifestações evidentes e palpáveis de renovação e reflorescimento. Sente-se que o povo trabalha com entusiasmo e que o governo do sr. Amaral Peixoto está sendo o fator essencial dessa transformação salutaríssima. O seu idealismo dinâmico e realizador está fazendo ressurgir a confiança e a ânsia de trabalhar e produzir²⁷¹.

Associada à imagem de governante ágil que, nas esferas políticas e econômicas, estava promovendo a recuperação do estado e que, no campo educacional, estava formando o novo homem fluminense, veiculava-se seu papel de defensor e difusor das tradições fluminenses.

²⁷¹ Rubens Falcão. *Novos caminhos...* p. 141.

Atividades desenvolvidas pelo Departamento de Educação na década de
1940:



⇐ Figura 16: Legenda original: “Tipo moderno de construção para escola isolada de zona rural”. Entre 1942 e 1945. Fonte: Rubens Falcão **Novos caminhos na educação fluminense**. Niterói: Imprensa Nacional, 1946.

⇒ Figura 17: Atividades dos Clubes Agrícolas. Entre 1942 e 1945. Fonte: Rubens Falcão. *op. cit.*



↑ Figura 18: Instalação dos cursos de férias para as professoras da rede estadual de ensino. Niterói, Liceu Nilo Peçanha, 1942. Ao centro, sentado, o interventor Amaral Peixoto e, de pé, Rubens Falcão. Fonte: Rubens Falcão. *op. cit.*

Figura 19: Uma aula de educação física. Local não identificado. Entre 1942 e 1945. Fonte: Rubens Falcão. *op. cit.*



Figura 20: Atividade das Missões Culturais em uma ilha de Mangaratiba, em 1944. Ao centro o médico sanitarista César Leal Ferreira ministrando noções de higiene.
Fonte: Rubens Falcão. *op. cit.*

O Departamento de Educação possuía a seu encargo o Serviço de Difusão Cultural responsável por inúmeras iniciativas de incentivo e divulgação das artes no estado²⁷². No campo das atividades mais ligadas à escola ficava a cargo desse setor o incentivo à produção de filmes educativos sobre o estado; a promoção da Biblioteca Circulante, dos Clubes de Leitura e do Clube Panamericanista nos Grupos Escolares; a comemoração do Dia do Patrono; a realização de palestras e excursões de cunho educacional e a organização dos Museus Pedagógicos. Fora do âmbito estritamente escolar, era um dos promotores do Salão Fluminense de Belas Artes, ministrava cursos de pintura, escultura e modelagem e artes decorativas; administrava o Museu Antônio Parreiras; criou a Orquestra Sinfônica do estado; e promoveu a edição de vários livros de autores e assuntos fluminenses²⁷³. Foi nesse momento, por exemplo, que se fez a segunda edição de *O Estado do Rio de Janeiro*, de José Mattoso Maia Forte²⁷⁴.

²⁷² *Ibid.*, p. 111-116.

²⁷³ Rubens Falcão citou os seguintes livros publicados: *O tupi na cultura brasileira*, de Adauto Fernandes; *Casimiro de Abreu*, de Carlos Maul; *Do gênio da língua portuguesa*, de Henrique Lagden; *Vultos Fluminenses*, de Luiz Lamego; *O problema educacional*, de José Duarte; e *O Estado do Rio de Janeiro*, de José Mattoso Maia Forte.

²⁷⁴ José Mattoso Maia Forte. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. 2ª ed. Niterói: Diário Oficial, 1945.

A criação do Museu Antônio Parreiras foi o ícone das ações da inteventoria no sentido da preservação da cultura local.

O Museu foi criado em 24 de janeiro de 1941, pelo decreto-lei nº 219, do interventor Amaral Peixoto, a partir da desapropriação do conjunto de construções pertencentes à família Parreiras, no bairro do Ingá, Niterói²⁷⁵. Antônio Parreiras (1860-1937) era considerado a maior expressão fluminense no mundo da pintura. Dedicou-se a diversas temáticas, entre elas a pintura histórica. Com estas obras, inseriu-se no debate sobre a constituição da nação brasileira²⁷⁶. Morto em 17 de outubro de 1937, consolidou-se a imagem de Antônio Parreiras como um dos ícones da intelectualidade fluminense e, em especial, a niteroiense, pois havia nascido e morrido nesta cidade²⁷⁷.



Figura 21: Museu Antônio Parreiras. 1942
Fonte: Estado do Rio de Janeiro. **Museu Antônio Parreiras. Catálogo Ilustrado**. Niterói: s/ed., 1942. Acervo Pessoal.

²⁷⁵ O Museu Antônio Parreiras situa-se na rua Tiradentes, n.º 47, Ingá, Niterói.

²⁷⁶ Renato Vieira Tavares. **O Museu Antônio Parreiras: Memória e história de um pintor na administração de Jefferson D'Ávila Júnior**. Dissertação (Mestrado em história). Programa de História Social do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009, especialmente o capítulo I. cf também **ANAIS do Museu Antônio Parreiras**. Vol. I. 1952-1953. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1953. p. 50.

²⁷⁷ Imagem essa que o próprio autor tratou de afirmar com as duas edições de sua autobiografia. Cf. Antônio Parreiras **História de um pintor contada por ele mesmo**. Niterói: Typographia Dias Vasconcellos & C., 1926. e _____. **História de um pintor contada por ele mesmo** (1881-1936). 2ª ed. Niterói: Diário Oficial, 1943.

A capital fluminense ainda vivia a morte de Parreiras, quando foi instaurado o regime do Estado Novo e o Estado do Rio passou a contar com a interventoria de Amaral Peixoto, o que permitiu que os projetos varguistas fossem implementados com maior autonomia. Inspirados nos ares modernistas, os intelectuais que compunham o Ministério da Educação e Saúde Pública debatiam as orientações das políticas de preservação do patrimônio histórico e artístico do país, propiciando a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. O Estado tomava para si as responsabilidades na preservação de uma memória nacional²⁷⁸. O SPHAN era tributário de uma concepção em voga nos EUA e na Europa: o museu biográfico ou a “casa-museu”. Estes defendiam a preservação do lugar onde o personagem a se reverenciar passou parte de sua vida, mesmo que este espaço não fosse preservado fidedignamente como era antes da transformação em museu, como é o caso do Museu Imperial de Petrópolis, onde se forjou uma imagem da monarquia através da transferência para lá de móveis e objetos que originalmente não lhe pertenciam²⁷⁹.

É nesse sentido que se pode compreender a iniciativa de Lucienne Parreiras, viúva do pintor, e dos filhos do artista em buscar o amparo estatal para a criação do museu e a acolhida do dirigente estadual para tal empreendimento²⁸⁰.

As considerações que justificam o texto legal são exemplares no sentido apresentar o Estado como o grande responsável pela preservação da memória local:

Considerando que é dever do Estado reverenciar a memória dos seus grandes filhos, daqueles que contribuíram, por qualquer forma, para enaltecer e dignificar a terra em que nasceram;

Considerando que entre os nomes de seus maiores já desaparecidos conta o estado do Rio de Janeiro com o de Antônio Parreiras, o pintor genial que ainda em vida, fora consagrado o mais eminente dos artistas brasileiros;

Considerando que deve ficar perpetuada na veneração do povo fluminense a figura exemplar desse grande brasileiro que tanto elevou, pelo talento artístico, pela dedicação ao trabalho e pelo valor de suas produções, o nome do estado natal e do Brasil;

²⁷⁸ Lauro Cavalcanti (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 2000.

²⁷⁹ Renato Tavares, *op. cit.*, p. 59.

²⁸⁰ **ANAIS do Museu ...**, p. 10.

Considerando que o parecer da comissão de artistas nomeada pelo Governo para avaliar as obras do pintor patricio supera a proposta apresentada pelo inventariante do espólio para aquisição, por parte do Estado;

Considerando que tem este por dever preservar o culto e a admiração dos porvindouros o patrimônio artístico do grande mestre da pintura nacional erguendo-lhe, ao mesmo tempo, um monumento que evoque permanente a sua memória²⁸¹.

A inauguração solene do Museu ocorreu um ano após o ato legal, em 20 de janeiro de 1942. Esta fora celebrada pela intelectualidade local e carioca como um exemplo a ser reconhecido e seguido em outros lugares. Nogueira da Silva, membro da Federação das Academias de Letras do Brasil, em nome da instituição que representava, enviou uma carta considerando a iniciativa uma “*lição de patriotismo*” já que “*a resolução de S. Ex.^a vem dotar o país do primeiro instituto desse gênero, sem similar mesmo na Europa, porque fundações semelhantes, lá fora, são obras de particulares; [e que] esse ato administrativo de relevante significação cultural, representa uma radiosa lição de patriotismo aos nossos estadistas porque jamais praticada na administração pública nacional*”²⁸².

José Carlos de Macedo Soares, presidente da Academia Brasileira de Letras, congratulava-se com o interventor pela iniciativa e louvava sua política preservacionista:

Com esse ato demonstrou, mais uma vez, S. Ex.^a o quanto preza a memória dos artistas e intelectuais fluminenses. Todos se recordam ainda o belo mausoléu de Alberto de Oliveira, custeado pelo governo de S. Ex.^a, que assim quis testemunhar o muito que lhe merecia a memória do grande poeta. As cerimônias comemorativas do centenário de Salvador de Mendonça tiveram grande brilho o ano passado, em Itaboraí, pátria desse escritor. Já adquiriu, para o Estado, a casa onde nasceu Raul Pompéia, em Angra dos Reis, e pretende fazer o mesmo com outras casas que relembram os grandes valores intelectuais fluminenses²⁸³.

O Museu, o primeiro museu biográfico do país, representava um *lugar de memória* para a intelectualidade fluminense, no sentido que lhe dá Pierre Nora. Espaço de celebração da memória do que já não é vivido, seria um dos meios de perpetuação de uma realidade já desaparecida ou em desaparecimento²⁸⁴. Para que

²⁸¹ Decreto-lei nº 219, de 24 de janeiro de 1941. In: *Ibid.*, p. 10.

²⁸² *Ibid.*, p. 13.

²⁸³ *Ibid.*, p. 14.

²⁸⁴ Pierre Nora. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História Revisitada**. Programa de Estudos pós-graduandos em história do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, nº. 10, 1993, p. 14.

não pereça totalmente, é necessário manter um espírito celebrativo, “*é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais*”²⁸⁵.

Esse espírito celebrativo era uma das ações às quais o seu diretor se dedicava. O primeiro diretor da instituição foi Pedro Campofiorito, que a dirigiu até seu falecimento em 1945. No ano seguinte, assumiu a direção Jefferson D’Ávila Júnior, que imprimiu uma série de ações para tornar o Museu uma das principais instituições culturais do antigo estado do Rio de Janeiro durante sua gestão, que se estendeu até 1973, quando faleceu. Logo que assumiu a direção do Museu, D’Ávila Júnior instituiu as celebrações do 20 de janeiro. Efeméride dupla já que nesta data poder-se-ia celebrar o natalício do pintor e a criação do Museu. Fazia-se então a “*romaria da saudade*”. Congregavam-se autoridades do governo estadual, da municipalidade de Niterói e membros da intelectualidade niteroiense ao redor do busto, erguido em homenagem a Antônio Parreiras, na praia de Icaraí²⁸⁶. Nestas solenidades, discursavam políticos e intelectuais, rememorando a vida do pintor e exaltando as atividades do diretor do Museu na preservação de sua memória.



Figura 22: Romaria da Saudade. Década de 1980.

Fonte: Renato Vieira Tavares. **O Museu Antônio Parreiras**. Dissertação (Mestrado em história). Programa de História Social do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009. p. 98

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 13.

²⁸⁶ **ANAIS do Museu...** p. 152.

O Museu Antônio Parreiras passou a ser um dos órgãos responsáveis pelo Salão Fluminense de Belas Artes e um espaço de incentivo à produção de obras que tivessem como temática central aspectos fluminenses, além de instituir-se como locus de formação de novos artistas plásticos. Em meados de 1942, para o Salão daquele ano – o segundo a realizar-se –, o governo estadual instituiu prêmios para os expositores que apresentassem “*trabalhos sobre assuntos fluminenses*” e, a partir daí, as telas premiadas seriam incorporadas ao acervo do Museu²⁸⁷. Jefferson d’Ávila Júnior foi um dos responsáveis pela criação do Curso de Belas Artes, em 1945, para a formação de jovens artistas e que visava, assim, criar um grupo de pintores, e escultores, e capaz de, através das tintas, exaltar a identidade do estado do Rio.

O Museu também deveria desempenhar o papel de guardião das tradições do estado. Era desejo do diretor que ele fosse o repositório do “*patrimônio fluminense*”. Caso que bem ilustra este ideário foi o da aquisição da pinacoteca Alberto Lamego. Durante doze anos (1908-1920) este historiador viveu na Europa e adquiriu livros, manuscritos, objetos de arte e uma vasta pinacoteca. Nos anos de 1930, já residindo na cidade do Rio de Janeiro, passou a desfazer-se de suas coleções. A biblioteca Lamego fora adquirida por Mário de Andrade para a municipalidade de São Paulo. Jefferson d’Ávila Júnior considerou esta compra a perda de um “*patrimônio fluminense*”. A pinacoteca, porém, foi “*adquirida pelo governo e mandada recolher ao Museu Antônio Parreiras*”. Com isto, o Estado cumpriu seu papel de defensor do patrimônio local e o Museu consolidava seu papel de centro das belas artes e de preservador da memória fluminense.

Não apenas das artes plásticas viviam o Museu e o seu diretor. Suas dependências eram cedidas para as celebrações acadêmicas da Academia Niteroiense de Letras. Segundo Wanderlino Teixeira Leite Neto, o Museu abrigou diversas solenidades desta agremiação até pelo menos 1957²⁸⁸. Jefferson D’Ávila Júnior foi um dos seus fundadores e era ativo membro das demais agremiações culturais fluminenses. O museu era um espaço de vital importância na vida cultural niteroiense.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 153-155.

²⁸⁸ Wanderlino Teixeira Leite Neto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001.

As iniciativas políticas, econômicas e educacionais/culturais durante a interventoria de Amaral Peixoto, baseada na zona rural e nos considerados valores locais, propiciaram-lhe sólida base política no estado do Rio de Janeiro por mais de uma década. A década de 1950 foi um momento-chave para o estado do Rio. O amaralismo, formado durante o Estado Novo, lançou mão de um projeto para o Estado que envolveu todas as esferas da vida na sociedade fluminense – política, econômica, social e cultural. Um projeto alicerçado politicamente no norte fluminense – a região de maior dinamicidade econômica do Estado, por suas atividades agropastoris, projeto que se voltou para a formação de um novo homem fluminense, fixado em suas regiões e tradições, e civilizado em seus hábitos de higiene e instruído nos conhecimentos humanísticos e cívicos. No discurso de valorização da história agropastoril do Estado, buscava-se sempre recuperar a imagem da Velha Província. Este continuísmo agrário, segundo Silva Pantoja Castro, limitou as políticas de industrialização do Estado, mas não impediu que fossem implementadas medidas eficazes no projeto de criação de um novo homem fluminense. Associar inovação e tradição era o tenso movimento em que estavam pautadas as reflexões intelectuais de homens do governo ou das agências de promoção cultural do período: as agremiações literárias e técnicas do estado.

O mundo literário e político de então mantinha íntimas relações. O livre trânsito dos membros das academias literárias nos departamentos oficiais do governo conformou o pensamento de uma geração de intelectuais que buscava resgatar a Velha Província de um certo ostracismo político, econômico e cultural em que se encontrou desde o advento da República²⁸⁹. Este resgate das supostas tradições locais levava-os a se dedicar aos que seriam os mantenedores das raízes da região: os homens do campo. E para conhecê-los voltavam-se para a história. Foi nesse momento que foram editadas várias obras sobre as localidades. A história colaboraria no processo de criação/consolidação da identidade da região. Uma identidade geralmente valorizada, em que se destacavam as especificidades e o pioneirismo local, com vistas a demonstrar que o fluminense era um grupo de destaque na constituição da história, da nação e da identidade nacional. Essa história, no entanto, não era alvo apenas daqueles que faziam seus estudos particulares. Ela era incentivada e divulgada através de instituições e movimentos

²⁸⁹ Marieta de Moraes Ferreira. **Em busca da Idade do Ouro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

intelectuais que contavam com o apoio da administração pública para suas iniciativas e que passaremos a analisar.

4.2

Associações e movimentos de valorização da história regional nos anos de 1940/1950

4.2.1 – O Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro

O Diretório Regional de Geografia do estado do Rio de Janeiro configurou-se, para o período em questão, como uma das principais instituições promotoras de estudos da história regional. Essa instituição foi criada em março de 1938, após o surgimento do IBGE e do Conselho Nacional de Geografia (CNG)²⁹⁰, órgãos que expressavam a institucionalização dos estudos geográficos no Brasil. Segundo José Veríssimo da Costa Pereira, a criação do IBGE, em 1937, e o surgimento dos primeiros cursos universitários de geografia, entre os anos de 1930 e 1940, imprimiram uma orientação científica aos estudos desta área²⁹¹. Era diretriz do CNG inventariar e discutir a realidade brasileira. Esquadrinhava-se o território, identificava-se a população, levantavam-se os potenciais físico-naturais de desenvolvimento econômico. Tudo isso feito objetivando realçar o conjunto da pátria nacional. José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, em 1948,

²⁹⁰ Relatório das atividades geográficas do estado do Rio de Janeiro, verificadas durante o ano de 1952 e apresentado pelo Diretório Regional de Geografia à XIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 6, 1953, p. 87. Doravante, os relatórios serão citados apenas como Relatório, com o ano específico, por exemplo: Relatório de 1952.

²⁹¹ José Veríssimo da Costa Pereira. A Geografia no Brasil. In: Fernando de Azevedo, (Org.). **As ciências no Brasil**. Vol. 1. São Paulo Melhoramentos, s/d. p. 315-412. Ver também Eli Alves Penha. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações/IBGE, 1993.

afirmava que essas ações “*têm sempre a preocupação da pátria, mas a pátria integral, sem nenhum espírito de regionalismo*”²⁹².

Para conhecer as partes que compunham o todo, o IBGE criou uma estrutura nacional com os diretórios regionais de geografia. Apesar de ser uma instituição sob jurisdição federal, seu efetivo funcionamento coube à administração estadual²⁹³. O Diretório ficou a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Seu presidente era o Secretário titular da pasta. Luiz de Souza, então diretor do Departamento de Engenharia, foi nomeado secretário do Diretório e era quem respondia pela presidência, na impossibilidade do titular. Na verdade, o grande administrador do DRGERJ foi Luiz de Souza, que permaneceu no cargo desde sua criação (1938) até, pelo menos, 1965, ano em que foi publicado o último número do *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, publicação oficial do órgão²⁹⁴.

O Diretório montou uma estrutura de atuação em todo o Estado, com a criação de diretórios municipais e com a nomeação de informantes distritais²⁹⁵. Uma das primeiras iniciativas do DRGERJ foi a realização de um plano de investigação sobre aspectos geográficos, com vistas a estabelecer os marcos limítrofes dos municípios e do estado²⁹⁶. Tais levantamentos serviriam de base para a constituição de uma nova Carta Geral do Estado e para tal foi criado um departamento específico. Também foram criadas divisões administrativas que orientavam os planos de urbanização e de colonização do interior. Tais ações demonstram que o Diretório seguia os preceitos que norteavam a administração amaralista do estado: diagnosticar a realidade local e intervir em sua direção sem, no entanto, alterar seu perfil agrário. As ações do Diretório objetivavam civilizar o

²⁹² Assim se referiu José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, quando da assinatura do convênio firmado entre o Instituto e o Governo do estado do Rio de Janeiro para a elaboração da carta corográfica fluminense (1948). In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 139.

²⁹³ A terceira resolução do Diretório estabeleceu sua estrutura, que deveria ser composta de membros de diversos departamentos do governo do estado. Cf. Resolução nº 3, de 17 de março de 1939. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro** Rio de Janeiro, nº 2, 1949, p. 166.

²⁹⁴ Luiz de Souza publicou, nos Anuários, todos os relatórios anuais – desde a criação do Diretório – que elaborava como prestação de contas para o Conselho Nacional de Geografia. São fontes preciosas relativas ao conhecimento geográfico no estado do Rio de Janeiro e do significado que lhes era dado pelo governo estadual.

²⁹⁵ Relatório de 1944 In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 194., p. 256.

²⁹⁶ Havia, desde o Império, litígios entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro por causa de seus limites fronteiriços. Foram formadas comissões mistas, com representantes destes estados, para estabelecer definitivamente as fronteiras. Cf. Relatório de julho de 1939 a junho de 1940. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 243.

espaço urbano das cidades interioranas e fixar o homem em sua terra. Até a década de 1950, Luiz de Souza destacou o papel do DRGERJ em orientar os planos urbanísticos de vilas e cidades interioranas e na criação e no desenvolvimento de um sistema de colonização “moderno”, como o que foi efetuado em Sodrelândia, no município de Trajano de Moraes.

Em 1946, a Secretaria de Viação e Obras Públicas criou o Departamento Estadual de Geografia (DEG)²⁹⁷ e Luiz de Souza foi nomeado seu diretor. O DEG foi criado como mais um mecanismo para a valorização da “*ciência geográfica*” no território fluminense e desvinculou uma série de atribuições do Diretório Geográfico, que se manteve como a instituição representativa do IBGE no Estado²⁹⁸. As atividades que o Diretório desenvolvia em nome do governo estadual – planos de urbanização, as cartas geográficas, etc. – passam a ser relacionadas como atividades do DEG, nos relatórios anuais que Luiz de Souza apresentava ao Conselho Nacional de Geografia. Como este acumulava a direção dos dois órgãos, houve continuidade das atividades geográficas, sem prejuízo de nenhuma das duas instituições.

A geografia, nos anos de 1950, era considerada uma das ciências-chave para a compreensão da realidade do país e do estado e para a promoção de iniciativas que visassem a sua recuperação socioeconômica. Em uma palestra na Associação Comercial de Niterói, em 1954, Luiz de Souza expressou o lugar que conferia à geografia no período:

O progresso ultimamente alcançado, neste ramo da ciência, vem projetando o plano da geografia, numa das mais elevadas posições em relação às demais atividades científicas. [...] Prodigiosas forças que impulsionam o crescimento vertiginoso de nossa pátria, apóiam-se na ciência geográfica, de onde tiram recursos poderosos para a alimentação das fontes produtivas para o planejamento e conseqüente execução das vias para o transporte e para outros valiosos adventos da riqueza nacional²⁹⁹.

A geografia era tida como um dos conhecimentos primordiais para a promoção do desenvolvimento nacional e regional. Luiz de Souza passou a

²⁹⁷ O Departamento de Geografia foi criado em 13 de maio de 1946. Cf. Relatório de 1946. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 264.

²⁹⁸ Relatório de 1947. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 265.

²⁹⁹ Luiz de Souza. Domínios da Geografia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 7, 1954, p. 67 e 68

apresentar as principais iniciativas do Departamento Estadual de Geografia e do Diretório Regional de Geografia do estado do Rio de Janeiro nesse sentido: os planos de recuperação econômica da Baixada Fluminense – orientando as populações locais sobre as “modernas” técnicas agrícolas e direcionando a colonização do interior – e de “urbanização das cidades e vilas fluminenses”.

As atividades desenvolvidas pelo Diretório eram substanciadas pelos levantamentos, inventários, diagnósticos e análise das realidades locais. Por isso, era importante que as agências municipais e os informantes distritais fornecessem um manancial de dados que orientassem essas ações.

Outras duas estratégias de fomento da produção de conhecimento sobre as localidades eram os concursos de monografias e a publicação do *Anuário*.

Em 1941, o Diretório deu início ao *Concurso de Monografias de Aspectos Municipais*. Conforme divulgou Luiz de Souza, estes concursos atraíam a participação de homens de letras de todo o estado, apresentando trabalhos sobre as mais diversas regiões fluminenses. Com sua divulgação “notou-se um movimento de aplauso à iniciativa, pois, na realidade, vários estudiosos aguardavam uma oportunidade para revelar certos conhecimentos geográficos especiais adquiridos, e daí, sentiram-se satisfeitos com ensejo que lhes foi oferecido”³⁰⁰. Há referências sobre sua realização durante toda a década de 1940 sendo que alguns dos trabalhos premiados foram publicados no *Anuário*.

Sob a direção de Luiz de Souza foi criado o *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, “para que fiquem assinalados os acontecimentos históricos de cunho geográfico de interesse, relacionados, sempre que possível, com a vida política, social e geográfica fluminense”³⁰¹. O *Anuário* era o veículo de divulgação do “movimento geográfico” do estado. Além de artigos resultantes de pesquisas desenvolvidas por geógrafos e historiadores, o periódico publicava os relatórios anuais do Diretório apresentados ao Conselho Nacional de Geografia, as deliberações por ele aprovadas; discursos de posse dos presidentes do IBGE, textos sobre Congressos Geográficos nacionais e internacionais nos quais o estado era representado; e listagens de fontes – como relações de governantes do estado, dados populacionais do Brasil, do estado e dos municípios – e bibliografia.

³⁰⁰ Relatório de julho de 1940 a junho de 1941. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 250.

³⁰¹ Resolução nº 98, de 1 de abril de 1948. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 2, 1949, p. 205.

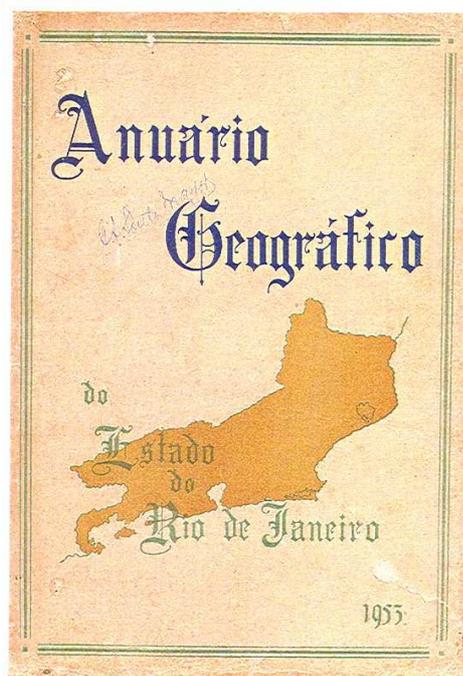


Figura 23: Capa do Anuário de 1953
 Fonte: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, Ano VI, nº . 6, 1953. Acervo pessoal

Os artigos dedicados à história fluminense abrangiam quatro temáticas: toponímia, colonização, biografias e municipalidades.

A questão da nomenclatura de logradouros públicos foi alvo da resolução 233, de 15 de julho de 1948 do Conselho Nacional de Geografia. Segundo tal resolução cabia aos Diretórios Regionais promover estudos para sua normalização³⁰². Essa sistematização gerou várias mudanças na terminologia de localidades do estado. Tais resultados foram publicados em listagens no *Anuário* e ensejou a criação do *Dicionário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro – Vocabulário distribuído por municípios* publicados em dois volumes³⁰³. A toponímia não era uma questão apenas etimológica. Para Gilberto Freyre era “*um dos meios de expandirmos cientificamente a curiosidade pelo passado humano, pelas relações inter-humanas, pela lutas de adaptação do homem a diferentes*

³⁰² Valdemar Paranhos de Mendonça. Denominação e classificação dos logradouros públicos. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 113-114.

³⁰³ *Dicionário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro – Vocabulário distribuído por municípios*. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 6, 1953, p. 187-286 e nº 7, 1954, p. 207-302.

regiões. Pois de tudo isso o homem deixa marcas nas palavras”³⁰⁴. O nome de uma localidade guardaria, assim, uma significância histórica. Conhecer o porquê de sua escolha para identificar uma localidade significava ter acesso a experiências históricas comuns a um determinado grupo que se fixara em um certo lugar. Nesse sentido é emblemático o artigo de Myrtaristides de Toledo Piza, *Um falso inconfidente*³⁰⁵. Neste texto, o autor busca desvendar a verdadeira história do nome de Amparo, uma localidade de Nova Friburgo, que teve seu nome alterado para Refúgio naquele momento. Segundo a tradição local, a denominação teria sido criada por ocasião da chegada de Jerônimo de Castro e Souza àquela localidade. Esse personagem fora oficial do exército português que supostamente teria se envolvido na Inconfidência Mineira e que ali aportara obtendo assim o “*amparo*” desejado. Tal versão estaria sendo consolidada em estudos de historiadores como Galdino do Vale Filho e Acácio Ferreira Dias que, além de basearem-se na tradição coletiva, chegaram a coletar dados junto à família do suposto inconfidente. No entanto, para Toledo Piza, essa versão não seria verídica, pois os *Autos da Inconfidência Mineira* publicados pelo Ministério da Educação no período lhe forneciam provas contrárias. Segundo tais documentos, o alferes Jerônimo de Souza era na verdade um dos algozes de Tiradentes, pois fora um daqueles que depuseram contra o inconfidente. Após transcrever trechos de seu depoimento na Devassa, sentenciava Toledo Piza:

É de corrigir-se, portanto, o equívoco, até aqui verificado, em torno do nome de Jerônimo de Castro e Souza. Se andou ele por Amparo, a vencer as selvas, a fugir do ambiente da Corte, não foi para livrar-se das perseguições governamentais da época, mas talvez para esquecer o seu gesto ignominioso. Bem avisadas andaram, pois, as nossas autoridades mudando o nome de Amparo para Refúgio. Jerônimo de Castro e Souza fica, desse modo, e com justiça, esquecido, ou apenas lembrado como reflexo negro de Joaquim Silvério dos Reis³⁰⁶.

O estudo da toponímia local era assim uma estratégia para reflexão sobre a identidade local. Identidade essa que não poderia ser alicerçada em falsas histórias

³⁰⁴ Gilberto Freyre. Prefácio. In: Mario Marroquim. A língua do Nordeste. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. *Apud.* Sebastião da Silva Furtado. A toponímia e a cartografia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 13, 1960, p.132.

³⁰⁵ Myrtaristides de Toledo Piza. Um falso inconfidente. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 2, 1951, p.33-36.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 36

e, por isso, era necessário que se verificasse as origens dos nomes. O nome era uma forma de promoção da verdade histórica.

Outra temática destacada era a da colonização. Imprimir diretrizes para que ela ocorresse com êxito no território fluminense foi uma das ações do Diretório. A região da Baixada Fluminense era um dos principais alvos de interesse da administração estadual. Desde princípios do século a região sofria intervenções federais e estaduais visando erradicar doenças e torná-la celeiro de abastecimento de gêneros agrícolas para o Distrito Federal³⁰⁷. O Diretório planejara um núcleo-piloto no município de Trajano de Moraes, Sodrelândia. Este

não só para colonizar terras devolutas que o estado ali possui, como para restaurar o valor humano nacional e fluminense, oferecendo-lhe novas possibilidades; ainda produz tal tarefa mais um benefício, que é o de estudar-se o assunto da recuperação em todos os ângulos, daí derivando uma coleta valiosíssima de dados, de elementos, de observações, para o objetivo final que é a colonização da Baixada³⁰⁸.

Tema caro à administração estadual suscitava o conhecimento das experiências colonizadoras que se desenvolveram em solo fluminense no período precedente. Hugo de Lima Câmara sumariou as experiências de imigração direcionada de suíços, em Nova Friburgo; alemães, em Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa, Macaé, Angra dos Reis, São Fidélis e Barra do Pirai; e belgas, em Campos. Voltava-se à história buscando as origens de uma ação cara à administração do período: a colonização. O inventário histórico das experiências anteriores apresentava os seus êxitos e suas falhas. Estas seriam norteadoras daquelas que se projetavam nos anos quarenta do século XX.

Os estudos biográficos aparecem como a terceira temática histórica presente no *Anuário*, especialmente daqueles personagens ligados ao desenvolvimento de estudos geográficos sobre o estado. Estes, geógrafos, historiadores ou personagens históricos, deveriam ter seus esboços biográficos registrados para que se prestassem “*homenagens e não poucas serão ainda as manifestações, de todo gênero, em torno da vida e das obras desse verdadeiro varão Plutarco, digno por isso mesmo, de glorificação máxima por parte de sua geração e das porvindouras*” como escrevera Luiz Palmier sobre José Mattoso

³⁰⁷ Pedro Pinchas Geiger; Myriam Gomes Coelho Mesquita. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. 1951-1953. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1956.

³⁰⁸ Luiz de Sousa. *op. cit.*, p. 75-76

Maia Forte³⁰⁹. Reverenciar-lhes a memória e tomar-lhes a vida como exemplo de dedicação ao Estado e ao conhecimento histórico e geográfico era uma função desses escritos. As trajetórias dos intelectuais que dedicaram suas vidas aos estudos dos assuntos fluminenses os colocam como pioneiros e desbravadores desses estudos, como aqueles que a eles se dedicaram por se identificarem com sua terra natal ou adotiva³¹⁰. Verdadeiras obras cívicas eram seus estudos e por isso não poderiam ser esquecidas. Por outro lado aqueles estudos que abordavam personagens históricos como Araribóia ou Benta Pereira os apresentavam como ícones, heróis, que por suas vidas e lutas dignificaram o território fluminense³¹¹.

Por fim, temos os artigos dedicados à história local.

Em três números do *Anuário* foram publicados textos de Eduardo Rodrigues de Figueiredo sobre Maricá³¹². Abaixo do título e da identificação do autor, “*Membro do Diretório Municipal de Geografia de Maricá*”, há, em todos os artigos, uma nota explicativa onde afirmava ser o trabalho que era dado a lume parte de um livro sobre essa cidade que em breve seria lançado e que tomaria o título de *Notas para a história de Maricá*. É interessante notar que o que se compreendia aí como elementos integrantes à construção da história local não se restringiam apenas a narrativa sobre o passado, incorporavam, por exemplo, uma minuciosa descrição da flora e da fauna maricaense. O próprio artigo que toma o nome homônimo ao livro no prelo incorporara uma extensa parte dedicada à questão florestal na cidade, em que é historicizado o processo de desmatamento e se propõe um plano de educação ambiental e de reflorestamento e organização de um parque municipal. A flora e a fauna, aspectos do meio geográfico, eram

³⁰⁹ Luiz Palmier. Grandes vultos fluminenses. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 5, 1952, p.145-156.

³¹⁰ Apenas a título de exemplificação vale citar os estudos biográficos de três intelectuais que faleceram no ano de 1955 e que deixaram “*uma lacuna que dificilmente poderá ser preenchida*”. Vultos da Geografia fluminense. Professor Luiz Palmier. Professor José Veríssimo da Costa Pereira. Professor Eduardo Rodrigues de Figueiredo. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 8, 1955, p.151-162..

³¹¹ Arariboia foi biografado por Luís Lamego e Benta Pereira por Alberto Lamego. Cf. Luís Lamego. Araribóia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 3, 1950, p.167-170. Alberto Lamego. Vultos da história fluminense. As heroínas Benta Pereira de Souza e sua filha Mariana Barreto no passado glorioso da Terra Goitacá. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 12, 1959, p.192-197.

³¹² Eduardo Rodrigues de Figueiredo. Toponímia de Maricá. In: **Anuário Geográfico Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. N.º. 02. 1949. p. 15-31.

_____. A flora e a fauna de Maricá. **Anuário Geográfico Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. N.º. 03. 1950. p. 13-47. _____. Notas para a história de Maricá. In: **Anuário Geográfico Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. N.º. 04. 1950. p. 33-67.

tomados como elementos importantes na caracterização e contextualização da história local.

Em 1958 publicava-se um estudo inédito de Alberto Lamego, *Macaé à luz de documentos inéditos*³¹³. Vinha o artigo anotado por Zeide C. Moreira, geógrafo do CNG, e que se responsabilizou por atualizar dados desse texto escrito antes da morte do historiador em 1951. Trata-se um estudo de 152 páginas onde Lamego traçou o panorama histórico da localidade até o século XIX nos dez primeiros capítulos. Os três capítulos seguintes foram dedicados às biografias dos ilustres nativos. Nos quatro últimos, fez um inventário corográfico do local: aspectos naturais – topografia, hidrografia, flora e fauna, etc. – e divisão político-administrativa, produção, imprensa, associações e dados sobre a instrução local.

Em ambos autores citados observamos então que a história local não se fazia descolada dos elementos geográficos. A história local só era passível de ser construída a partir da associação desses dois elementos: o meio (geografia) e o passado (história). Esses estudos colocavam-se uma questão de maior envergadura: como a localidade em análise poderia atuar no processo de revitalização política e econômica que então se desenvolvia. E para respondê-la um leque de dados eram reunidos, destacando, nesses casos, a história. Ela era compreendida como aquela capaz de dignificar o local, pois no ordenamento cronológico dos fatos, nas sinopses biográficas dos filhos ilustres, apresentava-se o que ela fora outrora. Que em tempos idos aquela faixa do território do estado dera sua contribuição para a construção de um tipo específico, o fluminense, e que colaborara no esplendor imperial. Era a história que podia apresentar as vocações locais onde seriam investidos os recursos do estado para que o dado município pudesse integrar-se no processo de revitalização que se implementava. Nesse sentido é mestra da vida, pois exemplar. Por outro lado, a narrativa realçava um processo que estabelecia continuidades entre o passado e o presente, projetando-se para o futuro. A história demonstraria assim um sentido progressivo. O presente se configurava pelo passado, mas não se confundia com ele, não eram a mesma coisa. O presente forma-se pelo passado mas caminhava em um sentido progressivo. A narrativa cronológica evolutiva, demarcando fases e períodos superados, indicava que o presente era mais uma etapa do devir venturoso.

³¹³ Alberto Lamego. *Macaé à luz de documentos inéditos*. In: **ANUÁRIO Geográfico Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE. N.º. 11. 1958. p. 1-152.

O DRGERJ foi, assim, um importante *locus* de promoção da produção do conhecimento histórico sobre o estado nas décadas de 1940 e 1950. Essa história estava associada à Geografia, e seus estudos estavam relacionados às temáticas caras ao Diretório e às iniciativas da administração estadual em seu projeto de soerguimento sócio-econômico do estado alicerçado no agro-fluminense.

4.2.2 - Estudos Fluminenses: a Faculdade Fluminense de Filosofia e a identidade regional

Estudos Fluminenses foi o nome de batismo de um curso de extensão promovido pela Faculdade Fluminense de Filosofia entre novembro de 1953 e janeiro de 1956. Não se tratava de um curso de História do estado, mas, na verdade, de um fórum de discussão sobre a situação sócio-econômica e a cultural local. Apesar de não ser um curso de história, esta fazia parte do conjunto das preocupações daqueles que ali desenvolveram suas conferências.

O *Curso de Estudos Fluminenses* materializava os esforços da Faculdade Fluminense de Filosofia em se firmar como um espaço privilegiado de reflexão sobre o estado em um momento em que os discursos políticos e intelectuais locais afirmavam como sendo de recuperação, de soerguimento da terra fluminense no cenário político-econômico nacional. Nesse contexto, a história e a identidade regional se colocavam como pontos de pauta entre aqueles que projetavam a construção de um novo estado e de um novo homem fluminense. Entre os debates que então se travavam, a constituição de uma universidade local era tida como elemento importante para esses novos tempos.

4.2.2.1 - Projetos de constituição de uma universidade no Estado do Rio de Janeiro

A historiografia que vem analisando a história da criação da Universidade Federal Fluminense e o papel desempenhado pela Faculdade Fluminense de Filosofia nesse processo, destaca a figura de Durval Baptista Pereira como seu

principal agente atuante³¹⁴. Ao descrever as ações profissionais de Durval Pereira, José Ribas Vieira afirmou que estas consolidavam seu “*projeto pessoal*” de criação de uma universidade no estado do Rio de Janeiro.

[Os] espaços profissionais só serviriam ao professor Durval de Almeida Baptista Pereira para consolidar o seu projeto pessoal de criar uma universidade no antigo Estado do Rio de Janeiro. Assim, um passo importante dessa estratégia de instituir a universidade fluminense, dentro dessa visão pessoal do professor Durval Baptista que a ele destinava essa vocação histórica em instituí-la, foi a fundação da Faculdade Fluminense de Filosofia.³¹⁵

Tal imagem se deve, em grande medida, ao esforço do próprio Durval Pereira em atribuir-se um papel preponderante nesse processo. Essa auto-imagem era construída e divulgada de várias formas, entre elas, nas aulas inaugurais de cursos da Faculdade Fluminense de Filosofia, nos discursos pronunciados em situações diversas, na organização do *Anuário* desta instituição³¹⁶ e em um dos primeiros livros sobre a história da Universidade Federal Fluminense³¹⁷.

Sem dúvida o professor Durval Pereira é um personagem central na compreensão desse processo. No entanto, este não se tratava apenas de um “*projeto pessoal*” desenvolvido na década de 1940. Os primeiros debates sobre a formação da universidade do Estado do Rio de Janeiro remontam aos anos de 1930, durante a elaboração da constituição estadual de 1936.

As primeiras instituições de ensino superior do território fluminense foram a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1912), a Faculdade Livre de Direito (1912) e a Faculdade de Medicina (1926). Inicialmente surgidas como instituições privadas, foram sendo oficializadas, ou seja, passaram a cargo do governo estadual, nas décadas de 1910 e 1920³¹⁸. A década de 1920 foi também um momento de intensos debates sobre a formação de uma universidade brasileira,

³¹⁴ José Ribas Vieira. **A Universidade Federal Fluminense: De um projeto adiado à sua consolidação institucional; Subsídios para uma interpretação.** Niterói: Oficinas Gráficas da Imprensa Universitária da UFF, 1986[?]. p. 34. Márcio Fonseca. **Faculdade Fluminense de Filosofia. Gênese e desenvolvimento (1946-1961).** Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

³¹⁵ José Ribas Vieira, *op. cit.*, p. 34.

³¹⁶ **Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia.** Niterói: Gráfica Falcão, 1957.

³¹⁷ Durval Batista Pereira. **Contribuição para a história da Universidade Federal Fluminense.** A luta para sua criação e os fatos que geraram as crises dos primeiros tempos de sua existência de 1947 a 1966. Niterói: s/n, 1970[?].

³¹⁸ *Ibid.*, p. 10-15.

materializada na criação da Universidade do Rio de Janeiro, que congregava as escolas superiores da capital do país³¹⁹. Em 1931, o então ministro da educação, Francisco Campos, legislou sobre o ensino superior e a formação de universidades. Neste plano, priorizava-se a criação de uma faculdade de educação, ciências e letras que promoveria a integração do ensino superior e tornava sua existência obrigatória para a concretização da formação das Universidades e para a formação das elites dirigentes do país.³²⁰

Neste cenário favorável surgiram, a partir dos membros daquelas instituições superiores, as primeiras idéias de formação de uma universidade local. Um dos principais focos de defesa dessa idéia era a Faculdade Fluminense de Farmácia e Odontologia. Em 1935, o deputado Luiz Palmier, catedrático de microbiologia naquela instituição, apresentou um projeto de criação de uma Universidade Fluminense³²¹. A partir dessa proposição, ficou vinculado, nas disposições transitórias da *Carta Magna* estadual, o compromisso de formação de uma universidade que agregaria os institutos superiores da capital fluminense e de Campos³²².

A deliberação dos deputados constituintes fora saudada com entusiasmo pelos membros das faculdades niteroienses. Em editorial do número de julho-agosto de 1936, da *Revista de Farmácia e Odontologia*, Miguel Valle, seu diretor-proprietário e professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, exultava com a iminente transformação da capital fluminense em “cidade universitária”:

Oxalá que se concretize em uma esplêndida realidade, essa radiosa esperança acastelada durante decênios no coração da juventude fluminense que mais do que nunca, confia serenamente na ação patriótica do atual governador, Sr. Almirante Protógenes Guimarães, a quem cabe secundar a obra dos legisladores constituintes,

³¹⁹ Jorge Nagle. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/Fundação Nacional de Material Escolar, 1976, p. 134-188.

³²⁰ Antônio Paim. Por uma Universidade no Rio de Janeiro. In: Simon Schwartzman (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p. 17-134; Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1982, p. 209.

³²¹ Roberto Pereira dos Santos. A Universidade Fluminense. IN: **Letras Fluminense**, agosto/setembro, 1950, p. 5.

³²² “O governo providenciará para que os estudos relativos à criação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sejam iniciados no prazo de dois anos, aproveitando, tanto quanto possível, os institutos de ensino superior existentes tanto em Niterói como em Campos e já oficializados”. **CONSTITUIÇÃO do Estado do Rio de Janeiro**. S/I: S/ed, 1936. Disposições Transitórias. Artigo 12. p. 39.

instalando com todas as honras e no mais breve tempo, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro³²³.

Não eram apenas os docentes que almejavam a formação do centro universitário. Cardoso Filho, aluno da Faculdade de Direito, expressava, três anos depois desse editorial, o desejo de ver Niterói transformada em cidade universitária que geraria a união dos estudantes do ensino superior local para promover, além da sociabilidade indispensável à formação intelectual desse grupo que seria a elite local, a coesão estudantil para a luta por construção de um novo mundo:

Só a Universidade resolverá o problema de acordo com os ditames da época, acostumando os moços intelectuais nos princípios de amor à coletividade, conhecendo desde agora, quando formam suas mentalidades, as necessidades da solidariedade humana e da prática do verdadeiro patriotismo – lutar por todos os que sofrem, sem egoísmo e com elevação³²⁴.

A figura de Durval de Almeida Baptista Pereira, nesse contexto, torna-se emblemática, por suas inserções profissionais, como um importante articulador das instituições superiores de ensino de Niterói na luta para a constituição da universidade fluminense.

Nascido na capital fluminense, em 1902, Durval Pereira estudou em diversas escolas, dentre estas os tradicionais o Colégio Salesiano e o Colégio Brasil³²⁵. Ingressou na carreira biomédica, cursando odontologia na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. No magistério superior tornou-se professor da Faculdade de Odontologia e Farmácia do Estado do Rio de Janeiro, em 1931. Nesse mesmo ano foi admitido como professor da Escola de Odontologia da Faculdade Fluminense de Medicina, quando também foi aprovado no vestibular da Faculdade de Direito de Niterói, em que colou grau em dezembro de 1935. No mesmo ano em que se bacharelou, passou a compor o quadro de redatores da *Revista de Odontologia e Farmácia*. Em editoriais desta revista expressava o

³²³ Miguel Valle. A margem da Constituição Fluminense (Editorial). In: **Revista de Farmácia e Odontologia**. Niterói. nº 15 e 16, janeiro-abril, 1936, p. 6.

³²⁴ Cardoso Filho. Niterói: Cidade Universitária. In: **O Prelo**. Nº 5. Ano 5. 1939. Publicação do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga.

³²⁵ CURRICULUM Vitae bio-bibliográfico do professor Durval de Almeida Baptista Pereira. Separata da **Revista de Farmácia e Odontologia**. Ano XXXVII, nº 354-357, ago/nov. 1970

desejo da formação de uma universidade, objetivo que só seria alcançado com a criação de uma Faculdade de Filosofia³²⁶.

Durante a Primeira Semana de Ação Social Diocesana de Niterói, ocorrida em julho de 1946, Durval Pereira expôs a ideia de se organizar uma faculdade de filosofia. Em finais do mesmo ano, organizou-se a Sociedade Cooperativa Mantenedora da Faculdade Fluminense de Filosofia Limitada. Através dela, seriam obtidos os recursos para a nova instituição de ensino.

Inicialmente, a nova faculdade obteve autorização para funcionar no Instituto de Educação de Niterói e recebeu dotação de recursos do governo estadual. Seu quadro de docentes contava com os “*altos valores do cenário educacional da Capital da República e do estado do Rio*”³²⁷. Durval Pereira ocupou a direção da FFF, até 1966, e da Sociedade Mantenedora até sua federalização, ocorrida em 1961.

Foi nesse mesmo período que surgiram outros centros de ensino superior no estado do Rio: a Faculdade de Medicina Veterinária (1936), a Faculdade de Ciências Econômicas (1942), a Escola de Enfermagem (1944), a Escola de Serviço Social (1945) e a Escola Fluminense de Engenharia (1952).

O surgimento da FFF representava, no entanto, o passo decisivo que consolidava o projeto de criação da universidade pois atendia ao preceito legal federal. Três anos depois de sua organização, o governo estadual criava a Universidade Fluminense³²⁸. Criada por decreto de março de 1950, a reitoria foi entregue a um jurista da Faculdade de Direito, Paulino Neto, que teria a missão de constituí-la.

Em seu discurso de posse, Paulino Neto exprimia sua concepção do papel que a nova instituição deveria desempenhar. A Universidade seria um espaço para a formação de um novo homem fluminense; deveria ser promovida pela união da formação humanística e da prática, afinal, a orientação do texto legal dizia que era

³²⁶ Miguel Valle. À margem da Constituição Fluminense. in: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano II, n. 15/16, janeiro/abril. 1936. p. 5-7. Durval Baptista Pereira. Campanha pró-Universidade. In: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano XIV, n. 79, setembro. 1947. p. 25. Durval Baptista Pereira. Prenúncios de uma vitória. In: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano XIV, n. 83, janeiro. 1948. p. 10. Durval Baptista Pereira. Federalização das Escolas Superiores. In: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano XVI, n. 106, dezembro. 1949.

³²⁷ **Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia**. Niterói: Gráfica Falcão, 1957, p. 10.

³²⁸ Lei nº 808, de março de 1950. **Coleção de leis do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Imprensa Oficial, 1951, pp. 39-45.

necessária a formação de especialistas e técnicos que atendessem às necessidades do desenvolvimento econômico e industrial, especialmente no estado do Rio. Mas também deveria ser um dos espaços de guarda da memória/identidade do estado e que tinha a missão de, irmanada às outras agremiações literárias e departamentos governamentais, recuperar o lugar dos fluminenses no cenário nacional³²⁹. A Universidade deveria ser um *lócus* privilegiado de defesa da “civilização fluminense”:

[O Império marcou] o fastígio da civilização fluminense; mas, ainda hoje, quando a hera encobriu os monumentos de nossa grandeza material e a displicência ou a inépcia dos nossos condutores adormeceu as forças morais e espirituais de nosso povo, ainda assinala o sentido superior de uma cultura, ainda define os rumos de seguras correntes de tradição, que é preciso retomar, que urge reanimar e reconstruir.

Estas são as bases históricas em que se há de apoiar e legitimar a formação de um espírito universitário fluminense, que nos falta ainda, mas que é preciso existir, porque será ele um elemento preponderante na formação das forças espirituais necessárias à defesa de nosso patrimônio moral e material, contra a ação insidiosa, ou os golpes frontais da violência, em que se poderão perder como se tem perdido, com as riquezas da terra, as liberdades do povo³³⁰.

A criação legal, no entanto, não lhe facultou uma existência real. Sem dotação orçamentária estadual que lhe viabilizasse os meios de estruturação física e de realização de trabalhos a Universidade ficou... só no sonho!

Vislumbrando a impossibilidade da real existência da universidade através da manutenção do governo estadual, a partir de meados da década de 1950, os dirigentes das faculdades niteroienses passaram a negociar suas federalizações. Uma das últimas a ocorrer foi a da FFF (1961). Isso ocorreu quando um niteroiense do Barreto, Brígido Tinoco, exercia o cargo de Ministro da Educação e instalou, solenemente, no Teatro Municipal da capital fluminense, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

³²⁹ PAULINO NETO. A Universidade Fluminense. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**, 1951, p. 133-138 e 277-279.

³³⁰ *Ibid.*, p. 138.

4. 2.2.2 - O Curso de Estudos Fluminenses

Nos anos de 1950, a Faculdade Fluminense de Filosofia já era uma instituição consolidada no cenário intelectual fluminense. O reconhecimento de seus cursos ocorreu em 1951 e 1954. O papel de instituição formadora dos professores e dos bacharéis, que atuavam nas escolas e em diversas instituições, era ressaltado como uma de suas funções na valorização da cultura fluminense. Durval Pereira afirmava que “*os ex-alunos da Faculdade, pelas posições que ocupam nos meios científicos e educacionais do país, são a prova evidente da honestidade do seu ensino e do grande serviço que ela vem prestando à causa da cultura em nossa terra*”³³¹. No entanto, não era apenas pelos seus cursos de graduação que a FFF se tornara *locus* privilegiado de formação.

[A FFF] criou o seu Instituto de Pesquisas destinado a realizar pesquisas nos vários domínios da cultura (...) Assim como deu, ainda, maior expansão ao seu programa de difusão cultural, realizando conferências [e] fez realizar com maior êxito e real aproveitamento, cursos extraordinários de extensão universitária e de aperfeiçoamento ministrados por figuras exponenciais do cenário educacional do País. Estes cursos [são] extensivos também, às pessoas estranhas à Faculdade e em colaboração com as autoridades estaduais e federais do ensino médio³³².

Dentre os cursos relacionados, Durval Pereira deu destaque ao Curso de Estudos Fluminenses. Este teve suas atividades desenvolvidas entre novembro de 1953 e janeiro de 1956 com a realização de cinco conferências.³³³ Elas foram publicadas no Anuário comemorativo ao primeiro decênio de existência da Faculdade Fluminense de Filosofia, acrescida de um estudo de Lourenço Filho realizado em 1943 a pedido do governo do estado: “*O grupo fluminense na cultura brasileira*”. O curso foi planejado pelo diretor da FFF e coordenado por Marcos Almir Madeira, jurista e sociólogo, discípulo de Oliveira Vianna e catedrático de sociologia da Faculdade.

³³¹ Anuário... p. 8

³³² *Ibid.*, p. 9.

³³³ Fizeram palestras neste curso: Celso Kelly – Ecologia Fluminense (03/11/1953); Edgard Teixeira Leite – A Velha Província. Terra do futuro (15/03/1954); Orlando Valverde – Geografia econômica do estado do Rio de Janeiro (08/04/1954); Luiz Palmier – O folclore nas tradições da cultura fluminense (29/04/1954) e Dayl do Carmo Guimarães de Almeida – Oliveira Viana na cultura fluminense (03/01/1956). O Anuário comemorativo do primeiro decênio de existência da FFF traz os textos destas conferências. Anuário..., p. 63-208.

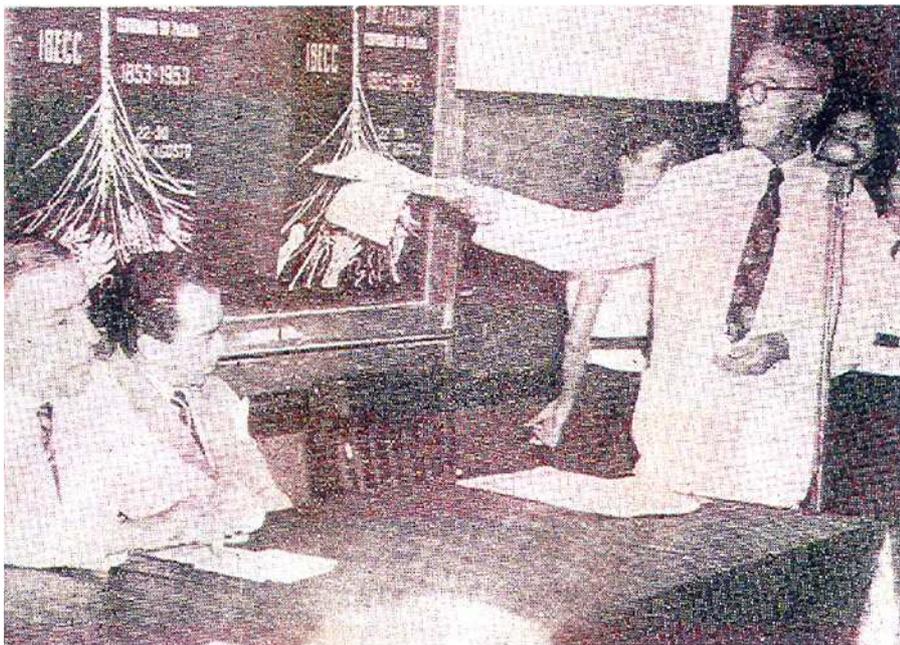


Figura 24: Ciclo de Estudos Fluminenses. Luiz Palmier durante a conferencia: O Folclore nas tradições dos Fluminenses. Niterói. Faculdade Fluminense de Filosofia, 29/04/1954. À mesa Durval Baptista Pereira, diretor da FFF e Francisco Manoel Brandão da Comissão Nacional de Folclore.
Fonte: Folclore Fluminense. Ano II. N. 2. 1954. Acervo pessoal.

Em relação ao objetivo do curso, é emblemática a colocação de Edgard Teixeira Leite:

Nada valeria um simples histórico, para os altos objetivos em vista, pois, numa investigação da ordem que está realizando esta Faculdade, *o que importa não é o registro cronológico ou estatístico dos fatos, mas conclusões que norteiem diretrizes, apontando rotas capazes de servirem para soluções as mais acertadas, para o encontro da via mais verdadeira [...] para solução dos problemas fluminenses.*³³⁴ (grifos meus)

Os estudos ali apresentados deveriam então ter um caráter prático: apontar soluções para os problemas enfrentados. Mas, para que tal fosse possível era necessário inventariar, produzir um diagnóstico da realidade, especialmente, a geo-econômica do estado. Todos os conferencistas eram unânimes em afirmar que suas falas eram um “*levantar questões*” para estudos futuros que a Faculdade desenvolveria. Nestes inventários a questão econômica ganhava relevância. Edgard Teixeira Leite realizou um estudo sobre as potencialidades de desenvolvimento econômico do estado do Rio; Orlando Valverde dissertou sobre

³³⁴ Edgard Teixeira Leite. A Velha Província. Terra do Futuro. In: **Anuário...** p.155-156.

as geo-regiões econômicas do estado; e Celso Kelly seguiu o mesmo caminho ao apresentar o tema *Ecologia Fluminense*. A questão econômica era latente no projeto político de recuperação econômica implementado por Amaral Peixoto desde o período da interventoria.

Por outro lado, a proposta desenvolvida no curso estava em consonância com os *Estudos Brasileiros*, movimento de reflexão intelectual sobre o Brasil em voga no período. Nas décadas de 1930 e 1940, configurou-se um vasto campo de reflexão de contornos pouco rígidos, herdeiro dos anseios modernistas, que procurava “(re)descobrir” o país. Buscava-se demarcar também uma nova historiografia brasileira “*moderna naquilo que esse adjetivo ainda carregava das implicações e ambiguidades do movimento modernista, entre intelectuais brasileiros*”³³⁵. Desse grupo participavam, entre outros, Alice Canabrava, Caio Prado Júnior, José Honório Rodrigues, Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio de Souza e Sérgio Buarque de Holanda, que se envolveram, entre outras atividades, na produção do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, dedicando-se aos balanços historiográficos da produção existente. Reinventando a história do país, esses autores “*redescobriam*” os clássicos da historiografia nacional e destacavam as coletâneas documentais publicadas e os acervos inexplorados, ressaltando assim o muito que ainda havia por ser feito.

Redescobrir o estado do Rio de Janeiro também era o objetivo desse grupo. Redescobrir no sentido de inventariar, conhecer e propor soluções para as questões vivenciadas localmente.

Esses autores partiam da ideia de que o estado do Rio de Janeiro estava em processo de recuperação econômica o que nos levou à constatação de que encaravam o período que imediatamente os precedeu, a Primeira República, como um momento de estagnação ou de decadência. É emblemático o título da palestra de Edgard Teixeira Leite nesse sentido: “*A Velha Província. Terra do Futuro*”. Tomemos novamente suas palavras:

Tornou-se lugar comum, entre os comentadores dos problemas nacionais, considerar o estado do Rio como terra do passado.

A Velha Província, designação para uma das mais antigas do país, se para seus filhos é tratamento carinhoso, verdadeira manifestação de saudosismo, com

³³⁵ Marcia de Almeida Gonçalves. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003. p. 202.

que se relembra com nostalgia o prestígio da época imperial, para o geral dos brasileiros, entretanto, assume sentido quase pejorativo e passou a ser expressão mesmo de terra que se está extinguindo, pela decrepitude de seu solo, na agonia lenta de seu povo... fazendo da Velha Província terra do passado. E a ajuntar a isso, pelo Brasil afora a confusão entre os dois Rio de Janeiro, reduzido o estado a um simples apêndice territorial do Distrito Federal.

E será assim, o estado do Rio, região em plena decadência, de cidades mortas, que tenha de viver apenas de seu passado ilustre, ou poderá ser, pela reorganização de sua economia, grande e próspera unidade da federação? Foi o que procurei apurar ... excluídas razões de ordem sentimental e afetiva.³³⁶

Em termos próximos assim se expressava Orlando Valverde:

Esta sociedade ruiu com a abolição e tinha que ruir. Aqueles palácios, alguns deles ainda restam em ruínas; outros, ainda, adaptados às novas circunstâncias, transformados em hotéis, por exemplo. Tal sociedade faustosa passou com o ciclo do café nesta região, e há muita gente que até hoje ainda se lamenta por causa disso.

É preciso que nos adaptemos à realidade e nos convençamos de que não é possível fazer retroceder a roda da história.³³⁷

Se, para os nativos, a referência histórica à Velha Província era motivo de orgulho, para os *outsiders* seria a imagem da decadência. Para superar essa visão pejorativa os autores procuram inventariar as potencialidades da região identificadas com a manutenção da “*vocação ruralista*” do estado. Esses estudos apresentam a agricultura e a pecuária como a base de sustentação econômica da região. As demais atividades – indústria e turismo, por exemplo – eram subsidiárias ou secundárias daquelas. Esses inventários são precedidos e/ou pautados por referências históricas à tradição e à vocação agrícola do estado, ressaltando o ciclo cafeeiro do Vale do Paraíba, identificado como o período áureo local. Projetando o futuro alicerçado na tradição agrária do estado, compreende-se a veiculação da imagem de uma região que possuía sua identidade alicerçada nos valores agrários, expressa, por um lado, no estudo de Luiz Palmier sobre folclore, ou no outro, sobre Oliveira Viana, expoente do pensamento conservador, “*saquarema*” que construiu a identidade fluminense sob o corte rural aristocrático do Vale do Paraíba, como explanou Dayl de Almeida.

Através da análise histórica, buscava-se resgatar a especificidade local. Celso Kelly, por exemplo, afirmava que o fluminense seria o elemento primordial de integração nacional por possuir em seu território, além uma variada gama de

³³⁶ Edgard Leite, *loc. cit.*, p. 156

³³⁷ Orlando Valverde. Geografia econômica do Estado do Rio de Janeiro. In: **Anuário...** p. 90

regiões geo-climáticas, uma tradição de união entre os povos migrantes, configurando assim o espaço privilegiado de brasilidade.

Ali se resumem as virtudes da terra: o litoral acidentado, vale dizer, rico de enseadas e ancoradouros, receptivo, acolhedor, num aspecto; exportador, expansionista, noutro; a planície ampla, generosa, comprometida posteriormente na Baixada, porém recuperada e, de novo, promissora: a montanha, soberba, altaneira, comandando a natureza, pletórica de localidades climáticas, exuberante de paisagens, desenhando perfis, a que não falta como um símbolo de bons augúrios o Dedo de Deus; o Paraíba, correndo ao alto, sobranceiro; outros rios de planície, precursores da rede de estradas e caminhos, que facilitam a mobilidade, aproximam os núcleos humanos, ajudam a formação do caráter comum. O generoso quadro fluminense responde com vantagem, direi mesmo com requinte, ao labéu de inadequação das áreas tropicais às grandes civilizações. Vale recordar a maneira incisiva com que o professor A. Carneiro Leão, com apoio no Barão Homem de Melo, refuta a alegação da impropriedade do clima para as culturas superiores: “...numa imensa região do nosso território, a altitude compensa prodigiosamente os efeitos da latitude. Mais ainda: nos trópicos, a configuração do solo, a direção dos ventos e das correntes oceânicas, a proximidade ou o afastamento das grandes massas d’água, doce ou salgada, influem sobre o clima de uma maneira independente de sua posição com relação à eclíptica”. A explicação geral comporta, sob medida, o caso fluminense.

A facilidade das comunicações naturais deve-se à base de costumes e sentimentos, que veio a caracterizar, no quadro nacional, o grupo fluminense.³³⁸

Também por essa linha seguiu Lourenço Filho, o que justificava a inserção de seu texto na coletânea:

Não será demais dizer, meus senhores, que, outrora, a capitania do Rio de Janeiro uniu as capitanias vizinhas, emprestando-lhes o próprio nome; que depois, a província uniu o Brasil, na compreensão e no sentimento de uma cultura comum; e que, ainda agora, ao apelo da mesma vocação histórica, prepara, por seu programa de industrialização, a união que há de resultar de mais intenso emprego das técnicas modernas de produção.

Esse sentido unionista, hoje mais do que nunca presente, é que nos leva a afirmar que, se é possível escrever a história do Brasil, sem maior atenção aos fatos que aqui se processaram, na colônia e no império, impossível será compreender-lhe o sentido sem exame atento da poderosa contribuição que lhe teria dado, e que lhe há de dar ainda o grupo fluminense. O exame, em relação ao passado, foi aqui apenas entrevisto, a largos traços, mas, ainda assim, queremos crer, de modo suficiente para legitimar a tese e lembrá-la a outros mais capazes³³⁹.

Apresenta-se a evolução histórica da capitania e província ressaltando-se ser nesses períodos que foram constituídas as bases da “vocação” econômica

³³⁸ Celso Kelly. *Ecologia fluminense*. In: **Anuário...** p. 68 e 67, respectivamente.

³³⁹ Lourenço Filho. *O grupo fluminense na cultura brasileira*. In: **Anuário...**, p. 151

local. Identifica-se o período imperial como o auge do poderio econômico e do prestígio político fluminense. Idealizava-se essa fase como a Idade de Ouro a ser resgatada, por isso necessária de ser conhecida.

A história tinha assim uma função prática. Apresentar a tradição local, reafirmar valores tidos como vocacionais do estado, aqueles “*sólidos*” caminhos para o desenvolvimento futuro da região. A história sozinha, no entanto, de nada serviria – como dizia Edgard Leite, “*o que importa não é o registro cronológico*” – mas ela comporia um campo de reflexão que possibilitaria o estabelecimento de projetos para a recuperação econômica do território fluminense. Daí a Velha Província ser a terra do futuro e não do passado.

4.2.3 – Nossa terra, Nossa gente. A história na imprensa periódica.

Ao analisar o Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro e o Curso de Estudos Fluminenses, percebemos que a história era uma temática importante na composição das reflexões sobre o estado. No caso do primeiro há, em grande medida, a subordinação da história à geografia. Já no segundo, ela compunha o leque de interesses daqueles que se propunham a conhecer e intervir na realidade local. Passemos agora a analisar um terceiro espaço de produção e valorização da história local que integrou esse cenário dos anos cinquenta do século XX. Durante quase um ano o jornal *Letras Fluminenses* manteve uma coluna sobre a história dos municípios que compunham o estado.

O primeiro número de *Letras Fluminenses* foi lançado em julho de 1950. O grupo fundador propunha que este fosse um jornal diferente daqueles que até então se publicavam na capital do estado. Este seria um jornal dedicado à “*divulgação dos valores da terra, a decantada Velha Província de todos os tempos, cujas reservas no domínio da cultura são de molde a encorajar-nos no empreendimento*”³⁴⁰. Um jornal literário, enfim. Mas a publicação de um periódico exclusivamente literário não era novidade. Niterói contava, desde o

³⁴⁰ Editorial. In: **Letras Fluminenses**. Ano I. Julho/1950. n.º 01. p. 1.

princípio do século XX, com inúmeras revistas do gênero³⁴¹. Naquele momento, os dois principais jornais da cidade – *O Fluminense e O Estado* – contavam com páginas ou suplementos literários³⁴². Isso não era ignorado pelo grupo fundador do novo jornal. Se não buscavam suprir uma lacuna na produção intelectual local – como era salientado no editorial inaugural –, por que investir nesse novo empreendimento? Seu diferencial seria ser um jornal, ou seja, era uma nova forma de divulgação das ideias desse grupo. Diferentemente das revistas que, geralmente, possuem um círculo restrito de circulação, o jornal teria uma distribuição mais ampla. Por outro lado, era um jornal literário, o que significava ser um órgão exclusivamente destinado à divulgação da produção artística. Por fim, salientava o editor Luís Magalhães, não se queria publicar um jornal regionalista, “*que seria lícito esperar de um órgão com o nome que encima estas linhas*”. Ali se expressaria a reflexão artística fosse ela prosa, poesia, conto, charge ou fotografia. Fruto de naturais do estado, especialmente daqueles residentes em Niterói ou que priorizavam temáticas fluminenses, seria expressão do pensamento e este não se limitava a fronteiras territoriais. Neste caso, o local/regional seria a expressão do universal, diria respeito a todos.

Ao ser lançado, o jornal tinha pretensões a ser mensal, mas, no decorrer de sua longa existência – o jornal circulou até 1991 –, teve periodicidade incerta. Não dispomos de dados que nos possibilitem afirmar as causas dessa irregularidade, mas é provável que isso ocorresse devido à dificuldade financeira em se manter a publicação regular de um jornal dessa natureza. Uma publicação literária tem circulação muito restrita, não sendo atraente para patrocinadores e ficando assim vulnerável à rede de sociabilidade do editor.

O grupo fundador era composto por Althayr Guimarães, Geir Campos, Horácio Pacheco, Luiz Magalhães, Luiz Palmier, Maurílio de Gouveia e Renato de Lacerda. Esse conjunto manteve-se à frente do jornal até o nono número, correspondente a abril de 1953, quando foi reformulado, ficando Luiz Magalhães com a direção geral até 1991, quando veio a falecer. Dos poucos dados

³⁴¹ Cybelle de Ipanema e Marcelo de Ipanema. **Imprensa fluminense**. Ensaios e trajetos. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984. especialmente pp. 335-371; Carlos Wehrs. **Capítulos da memória niteroiense**. Niterói: Niterói Livros, 2002, pp. 197-225. Evelyn Morgan Monteiro. **A Revista: modernismo e identidade fluminense** (1919-1923). Rio de Janeiro: PUC-RJ, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Dissertação (Mestrado em História), 2008.

³⁴² Cybelle de Ipanema e Marcelo de Ipanema. **Catálogo de periódicos de Niterói**. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1988.

biográficos que localizamos sobre esse personagem consta que ele foi o responsável pelo Suplemento Literário do jornal *O Estado* na década de 1950³⁴³. Este jornal era porta-voz do governo estadual. Durante a interventoria, Amaral Peixoto adquiriu a maior parte das ações do jornal e tornou a administração estadual seu principal proprietário.



Figura 25: Capa do jornal *Letras Fluminenses*. 1954.
 Fonte: **Letras Fluminenses**. Niterói, Ano IV, n.º 11, nov-dez. 1954. Acervo da Sala Mattoso Maia, Biblioteca Pública de Niterói.

O jornal seguia o padrão estético do período, com seis colunas de texto, em cada página, entremeadas por fotos e manchetes das reportagens ou charges e versos. Não possuía, no entanto, uma rígida padronização em relação ao número de páginas, quanto ao papel utilizado para circulação ou em relação às colunas temáticas. Apesar disso, houve uma certa regularidade em algumas colunas nos cinco primeiros números, que abrangeram o período de julho de 1950 a fevereiro de 1951. Foram elas: *Educação*, *Nossa Terra Nossa Gente*, *Folclore*, *Artes*, e *Livros Nossos Amigos*. O sexto número, de julho de 1961, foi dedicado a Oliveira Vianna, saquaremense que vivia em Niterói e que era considerado um ícone da intelectualidade fluminense, falecido naquele ano. A partir do sétimo número

³⁴³ O *Suplemento Literário* do jornal *O Estado*, da década de 1950, foi consultado na Biblioteca Nacional. Nele encontramos vários colaboradores de *Letras Fluminenses*, mas não era comum a replicação de matérias. No Suplemento, por exemplo, não encontramos artigos sobre os históricos das municipalidades como a coluna de Luiz Palmier, *Nossa Terra, Nossa Gente*, do *Letras Fluminenses*.

aquelas colunas foram substituídas por *Fatos, Livros e Revistas, e Poesia e Teatro*.

Entre as primeiras colunas, duas estiveram presentes nos cinco números: *Folclore*, que ficou a cargo de Luís Antônio Pimentel, e *Nossa Terra Nossa Gente*, que tinha Luiz Palmier como autor.

O folclore era um tema caro à intelectualidade niteroiense de então, ocupando um lugar de relevo no debate sobre a identidade fluminense desenvolvido entre as décadas de 1940 e 1950. Foi em 1950 que se organizou, no estado do Rio de Janeiro, uma instituição especificamente a ele dedicada, seguindo um contexto nacional de valorização da temática: a Comissão Fluminense de Folclore³⁴⁴. Luís Antônio Pimentel dela fez parte a partir de 1953, quando Luiz Palmier passou a ser seu secretário geral. Em sua coluna abordou aspectos da cultura popular: a bola de gude, os cantos do Pinchanchão, a figura do João Curutu – de tradição indígena – Guru ou Três Marias e Oca ou Roda³⁴⁵.

Luiz Palmier ficou responsável pela coluna que construía sinopses históricas das municipalidades do estado. Natural de Sapucaia, onde nasceu em fins do século XIX, desenvolveu sua trajetória médica, política e intelectual no eixo Niterói-São Gonçalo. Já formado em Farmácia pela Faculdade de Ouro Preto, transferiu-se por volta de 1914 para Niterói a fim de cursar medicina na cidade do Rio de Janeiro. Em 1918, recém-formado, chegou a São Gonçalo para combater a gripe espanhola. Estabeleceu-se na cidade e desenvolveu uma reflexão sobre a formação da criança, que o levou a se associar aos projetos varguistas nas décadas de 1930 e 1940. Exerceu mandatos de vereador (1930), deputado constituinte do Rio de Janeiro (1935) e deputado estadual (1936-1937). A partir da década de 1940 intensificou sua produção intelectual, especialmente ligada à história³⁴⁶.

³⁴⁴ Rui Aniceto Nascimento Fernandes. **Construindo o folclore fluminense**. Intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro. 1949-1961. Niterói. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

³⁴⁵ Luís Antônio Pimentel escreveu para sua coluna: “João Curutu” (Ano I, nº 1, julho de 1950, p. 7); “O Pinchanchão e seus cantos” (Ano I, nº 2, agosto/setembro de 1950, p. 2); “Guru ou Três Marias” (Ano I, nº 3, outubro de 1950, p. 2); “Bola de Gude” (Ano I, nº 4, novembro/dezembro de 1950, p. 4) e “Oca ou roda” (Ano I, nº 5, janeiro/fevereiro de 1951, p. 4).

³⁴⁶ Seu primeiro estudo de história regional foi *São Gonçalo Cinqüentenário*, de 1940. Publicou também a biografia de um ex-presidente do Estado do Rio de Janeiro, *Maurício de Abreu. Um pioneiro da democracia* (1952). Foi responsável pela coluna “Nossa Terra, Nossa Gente” do jornal *Letras Fluminenses* (1950-1952) e escreveu para o *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* (1949-1955) e vários outros periódicos nos quais publicou textos relativos à história do

Entre julho de 1950 e julho de 1951, Palmier publicou artigos sobre São João Marcos, Sapucaia, São Pedro da Aldeia, Itaboraí e Saquarema³⁴⁷. Nesses artigos de divulgação o médico-publicista visava dar a conhecer ao grande público aspectos da história e da geografia das localidades destacadas.

A análise dos textos nos permite observar alguns elementos constantes tidos como relevantes na composição da narrativa histórica sobre os municípios fluminenses. A identificação desses elementos não significa, contudo, que havia uma fórmula padronizante de construção textual em que os elementos eram simplesmente enquadrados.

Havia uma preocupação constante em definir geograficamente aquela unidade territorial a que se referia o texto. Tal definição incluía os limites fronteiriços da municipalidade, as sub-unidades (distritos e freguesias) que o formavam e a identificação dos elementos naturais que o compunham. São João Marcos, por exemplo, que teve seu território submerso pelas águas para instalação da represa da Light, teve seus limites associados à sua evolução político-administrativa.

São João Marcos ou São João do Príncipe, curato e freguesia do século XVIII e município da era de D João VI, primeiras décadas do século XIX, ocupava vastíssimas terras, desde as margens feracíssimas do Lages até os limites da Província de São Paulo, na serra da Bocaina³⁴⁸.

A citação acima nos leva a um outro elemento: o tempo. A história local era marcada por um ritmo próprio, tinha uma cronologia diferente daquela que pautava a História Pátria (Colônia – Império – República). Este era ditado pela sua evolução político-administrativa, que variava de local para local. Uma rápida mudança de status administrativo significava um sinal de progresso.

Sapucaia, sua cidade natal, fora um desses exemplos:

estado. Faleceu em 16/10/1955. cf. Luís Reznik (Org.). **O intelectual e a cidade:** Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna. Rio de Janeiro: Eduerj/São Gonçalo Letras, 2003. Salvador Mata e Silva. **Gonçalenses adotivos.** São Gonçalo: Coleção IPDESG, 1996. Wanderlino Leite Neto. *op. cit.* p. 300-301.

³⁴⁷ Luiz Palmier publicou neste jornal “Comemorações centenárias: São João Marcos e Itaverá” (Ano I, nº 1, julho de 1950, p. 4 e 9); “Sapucaia através dos séculos” (Ano I, nº 2, agosto/setembro de 1950, p. 7, e Ano I, nº 3, outubro de 1950, p. 7); “São Pedro da Aldeia” (Ano I, nº 4, novembro/dezembro de 1950, p. 10); “História antiga de Itaboraí” (Ano I, nº 5, janeiro/fevereiro de 1951, p. 9) e “Oliveira Viana e Saquarema” (Ano I, nº 6, março/julho de 1951, p. 8).

³⁴⁸ Luiz Palmier. **Comemorações centenárias...** p. 4.

Essas terras de Sapucaia, à margem do majestoso Paraíba do Sul, nos limites com as Minas Gerais, foram parte integrante de Magé, Cantagalo, Nova Friburgo e Paraíba do Sul. O primitivo curato, da freguesia de Magé, foi elevado a freguesia em 1871, vila e município em 1874, cidade e comarca em 1890³⁴⁹.

O patrimônio histórico também era valorizado. Eles representavam as marcas do passado no presente, símbolos de uma era de fausto que resistiam às intempéries do tempo e às ações do homem como monumentos a fazer lembrar o que outrora aquele município já representara. São Pedro da Aldeia, que fora um importante entreposto comercial no século XIX, ainda possuía “*velhos casarões*” e os “*armazéns de proporções gigantescas*”:

Atestado de maior valia e dos mais patentes, desse passado de glórias e desse fausto de tão gratas recordações continuam ainda, à margem da rodovia Niterói-Campos, as ruínas dos velhos casarões, que foram outrora outros tantos ricos armazéns de proporções gigantescas, alguns com mais de uma dezena de portas³⁵⁰.

Patrimônio que poderia ser até mesmo o natural como a “*árvore grande*” que, tal qual uma coluna secular, resistia ao tempo na praça central de Sapucaia, a lembrar a seus moradores que aquela região fora um importante ponto de pouso das tropas que faziam a ligação das Minas Gerais com a capitania do Rio de Janeiro, pelo Caminho Novo das Minas:

Dos bosques naturais, onde predominou, à margem do caudaloso rio, a grande Sapucaieira assinaladora do pouso dos tropeiros e que aos mesmos dava abrigo seguro e sombra acolhedora, sob as suas ramagens de formidável fronde, de dezenas de metros de diâmetro, resta solitária e tristonha, talvez saudosa das companheiras outras, a árvore grande, a gameleira secular, ainda ocupando o centro da praça da Bandeira e representando relíquia preciosa e tradição gloriosa, de tempos idos, bem como testemunha secular de segredos amorosos, de muitas gerações³⁵¹.

Outro patrimônio local eram os filhos ilustres que a terra dera ao estado e ao país. Um patrimônio moral. Relacioná-los significava conferir aos locais de origem uma dignidade de progenitores dos homens e mulheres que construíram a história da nação. A antiga aldeia de São Pedro era representada nesse Panteon

³⁴⁹ Luiz Palmier. **Sapucaia através dos séculos...** n.º 2. p. 7.

³⁵⁰ Luiz Palmier. **São Pedro da Aldeia...** p. 10.

³⁵¹ Luiz Palmier. **Sapucaia através dos séculos...** n.º 3. p. 7.

não por alguns homens, mas por linhagens inteiras que teriam prestado relevantes serviços não só ao estado mas também ao Brasil.

Dessas possibilidades e dessas tradições gloriosas a terra dos Pereira de Souza, dos Cantarinos, dos Belizário de Souza, dos Pinheiro Batista, dos Marques da Cruz, dos Ribeiro, dos Pinheiro Mota, dos Vieiras, dos Martins Teixeira, dos Motas, dos Almeidas e tantas outras tradicionais famílias, de cujas estirpes descendem personalidades representando valores morais, valores sociais e valores culturais, dos méritos dos cientista-professor João Martins Teixeira, do escritor Herculano Homem Cantarino Mota, do orador parlamentar e financista Francisco Belizário, do jurista Targino Ribeiro e do herói da Guerra do Paraguai e da retirada de Laguna – João Batista Marques da Cruz, glória do exército nacional, todos esses valores humanos com extraordinários serviços à Pátria³⁵².

Narrar a história local era, dessa forma, mostrar o lugar que aquela localidade desempenhava no conjunto do estado. Cada qual, ao seu modo, contribuíra outrora com o esplendor da Velha Província e por isso eram os guardiães das tradições locais. São João Marcos e Rio Claro, por exemplo, são descritos como “*repositórios dos mais valiosos das tradições da terra fluminense. Guardam, por isso mesmo, uma tradição de cultura, de civismo, de opulência*”³⁵³. O que não diferia, por exemplo, de Saquarema berço de Francisco José Oliveira Vianna, um dos maiores intelectuais fluminenses da primeira metade do século XX, e que no período imperial tornara-se, inclusive, alcunha do partido conservador que dirigira os destinos nacionais em boa parte do II Reinado. Essa terra:

...marcada indelevelmente pelos acidentes geográficos e pelas miríficas paisagens, que tanto encantam os turistas, também o foi e continuará a ser da tradição cultural e do prestígio econômico-político-social. Algumas reminiscências dirão mais e melhor desse renome e dessa projeção no cenário da província ou de amplitude nacional³⁵⁴.

Sapucaia surgia, assim, como um dos grandes bastiões da preservação das tradições locais que Palmier descrevia:

Essas glórias do passado, o presente grandioso e as possibilidades de promissor futuro, de que tanto e tão justamente se orgulham os sapucaianos, lídimos depositários e defensores ciosos detentores e conservadores desse valoroso

³⁵² Luiz Palmier. **São Pedro da Aldeia...** p. 10.

³⁵³ Luiz Palmier. **Comemorações centenárias...** p. 4.

³⁵⁴ Luiz Palmier. **Oliveira Vianna e Saquarema...** p. 8.

patrimônio, assim constituído dessa e de tantas outras floriosas tradições sapucaieenses, fluminenses, brasileiras³⁵⁵.

Um futuro promissor... Esta era outra das características marcantes na produção de Luiz Palmier, a idéia de um futuro progressista e faustoso. Mas um futuro construído a partir desse conhecimento do passado, pois seria ele que daria o norte seguro, perdido, por exemplo, por Itaboraí. *“Essa mesma terra, com marcantes afirmativas, pelos esforços do seu povo e dos administradores, no sentido de pretenderem redimir-se dos muitos erros de várias gerações, reiniciando caminhada segura pelas estradas do progresso”*.³⁵⁶

Conhecer a história e as potencialidades físicas locais era o meio de garantir o progresso. São Pedro da Aldeia, nesse caso, possuía inúmeras “garantias” para um futuro promissor:

Todas essas e muitas outras possibilidades de águas e terras, assim tão prodigamente dotadas pela natureza, ainda desafiando as iniciativas oficiais e particulares para o apogeu das grandiosas realizações, garantidoras de promissor futuro³⁵⁷.

Luiz Palmier elaborava seus textos visando construir uma imagem progressista para a região. Cada localidade possuiria uma especificidade que conformaria o conjunto fluminense e, por isso, cada qual podia ser considerada guardiã da tradição local. Por outro lado, construía-se um discurso no qual há uma espécie de *continuum* evolutivo em que a localidade estava caminhando sempre para o progresso. A história apontava esse caminho. Reconhecê-lo fazia-se mister e por isso era necessário conhecer a municipalidade. Analisar seu processo histórico para que a marcha não esmorecesse. Era necessário também conhecer as potencialidades geográficas, pois estas conformariam novas perspectivas. Explorar as riquezas naturais seria um caminho possível para imprimir maior agilidade a esse progresso.

³⁵⁵ Luiz Palmier. **Sapucaia através dos séculos...** n.º3. p. 7.

³⁵⁶ Luiz Palmier. **História antiga de Itaboraí...** p.9.

³⁵⁷ Luiz Palmier. **São Pedro da Aldeia...** p. 10.

4.3 – O lugar da história nos tempos de Amaral

Pudemos observar que as décadas de 1940 e 1950 constituem-se em um rico momento para os estudos históricos fluminenses. As perspectivas governamentais, como indicado na primeira parte deste capítulo, associavam um discurso de construção de uma nova situação local à recuperação do lugar do estado no cenário nacional perdido no pós-proclamação da República. Ao se configurar o projeto político de Amaral Peixoto para o estado, este se alicerça nas tradicionais atividades agro-pastoris. Há uma opção pelo agrário. Mas um agrário que deveria ser modernizado, imprimindo-se novas técnicas produtivas e novas orientações às populações rurais. As ações implementadas no campo educacional e cultural, na interventoria de Amaral Peixoto e no seu governo de 1951-1954, colocam-no como defensor das tradições e da história local e seu regenerador. Tal perspectiva era compartilhada pelo mundo literário da capital fluminense que partilhava de inúmeras ações e iniciativas da administração. Os três exemplos destacados – o Diretório Regional de Geografia, a Faculdade Fluminense de Filosofia e o jornal *Letras Fluminenses* – são modelares nesse sentido.

O primeiro fora um departamento ligado à administração estadual que lhe municiaava com dados geográficos e projetos de modernização do campo. Aqui, a história compunha o leque de dados relevantes nos inventários e estudos realizados pelos membros do Diretório, pois lhes apresentavam os caminhos já trilhados, e havia assim uma certa concepção de história exemplar que dava lições e que por acertos ou erros indicados sinalizava um rumo a seguir.

Já a Faculdade Fluminense de Filosofia inseria-se no rol das instituições culturais de Niterói que contavam com dotações do governo para sua existência. Observamos também que a busca por uma constante aproximação com o governo estadual não ocorria apenas em relação à sua existência financeira. Muitos de seus professores também exerciam cargos em departamentos da administração estadual. Apenas a título de exemplo podemos citar Luiz Lamago, professor da Faculdade e consultor do Diretório Regional de Geografia, em 1956. Por outro lado, no momento da criação da universidade por iniciativa do estado, o então governador Edmundo Macedo Soares da Silva foi condecorado com o título de Chanceler da Faculdade. A FFF procurava colocar-se como um *locus* privilegiado de reflexão e de direcionamento das ações políticas de recuperação do estado. O

Curso de Estudos Fluminenses, nesse sentido, é revelador das iniciativas da faculdade. Nele buscava-se inventariar a realidade local e propor soluções práticas para sua reconstrução. Eram chamados a ministrar palestras filhos ilustres que possuíam projeção em suas áreas de especialização. Aí a história compunha o leque de preocupações no mesmo sentido que lhe era dado pelo Diretório Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, como o instrumento para revelar a natureza local.

A coluna de Luiz Palmier no jornal *Letras Fluminenses* cristalizava esses ideais dispersos nas outras associações. As municipalidades eram apresentadas com os guardiães das tradições locais. Suas histórias mostrariam a vocação do estado e serviriam como norte nesse processo de recuperação política e econômica do projeto amaralista. O jornal em si erguia-se como um divulgador do pensamento intelectual fluminense que deveria ser ouvido e que se fazia ouvir pela rede de sociabilidade em que estava imerso. Seu diretor geral, por exemplo, estava no jornal oficial do estado, *O Estado*. Luiz Palmier era, nesse período, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Serviço Social e membro do Diretório Regional de Geografia.

As redes de sociabilidades que uniam esse universo político e intelectual fluminense das décadas de 1940 e 1950 não eram o único elemento que justificava essa interação. Elas conformavam o pensamento, a investigação e a análise sobre o local. A história, nesse contexto, era o fio condutor das análises. Era o conhecimento que permitia diagnosticar as vocações, o que era inerente ao estado; onde se deveria intervir e agir. Os estudos históricos então permitiam revelar a identidade fluminense.

5

Como se escreveu a história fluminense entre as décadas de 1930 e 1950

No capítulo anterior destaquei o interesse da administração amaralista em firmar-se como regeneradora político-econômica do Estado do Rio de Janeiro. Tal projeto investiu na formação de um grupo político que desse sustentação ao interventor; em iniciativas públicas que criassem condições infra-estruturais para o soerguimento da economia fluminense; e, por fim, na construção da imagem de Amaral Peixoto como governante incentivador do resgate, da preservação e da divulgação das tradições locais. Foi nesse contexto que houve um *boom* editorial de obras sobre o estado, em grande parte incentivado pela administração amaralista. Neste capítulo continuamos a análise, parcialmente realizada no anterior, de como a história fluminense associava-se ao projeto implementado por Amaral Peixoto entre as décadas de 1930 e 1950 no estado do Rio de Janeiro, através da análise dos autores e das obras historiográficas produzidas no período.

Através da investigação das biografias dos historiadores analisados, pretende-se compreender os usos políticos do discurso histórico no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Investiguei quem eram os autores, as casas editoras, a rede de sociabilidade em que estavam envolvidos e que lhes configurava o pensamento. Esses caminhos trilhados demonstraram a associação dos letrados aos projetos políticos em voga, ora fazendo parte da estrutura administrativa, reorganizada por Amaral Peixoto para sua gestão, ora compartilhando ideias sobre a história e a identidade local. O endosso oficial é observado através da concessão de prêmios e pela publicação de várias obras pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ou subsidiada pelas municipalidades ou pelo Estado.

Na segunda parte deste capítulo realizo a caracterização dessa produção: o que era compreendido como a tarefa do historiador, quais eram os elementos destacados, as cronologias e periodizações estabelecidas, as concepções acerca das fontes documentais, os acervos reconhecidos e a apropriação de conhecimentos de outros campos (literário, geográfico, estatístico) para a construção do discurso histórico.

5.1

Os historiadores

Michel de Certeau ressaltou que, para compreender a *operação historiográfica*, é necessário pensar o lugar do autor, lugar conformado por vários interesses, entre os quais os pessoais e os profissionais/institucionais³⁵⁸. Estes interesses geram uma série de características que podem explicar os ditos e os não ditos, os silêncios presentes na construção do texto histórico³⁵⁹.

A seleção dos 20 autores, que escreveram sobre o estado do Rio de Janeiro durante as décadas de 1930 e 1950, não foi tarefa fácil. Não havia, no período em questão, uma instituição consagradora como um Instituto Histórico local. O Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro teve uma efêmera existência no início do século XX (1909-1918) e os registros das suas atividades estão dispersos nos periódicos da antiga capital fluminense, tendo a sua documentação se perdido³⁶⁰. O Instituto Histórico da capital do estado só se formou em 1973 em um outro contexto.³⁶¹ O critério da formação no ofício também não é válido, pois os primeiros cursos universitários de história surgem nesse período.

Qual foi então o critério utilizado para a seleção? Como destaca Foucault, um autor não é apenas o que escreve um texto em determinados cânones, mas é também aquele que assim é reconhecido como tal³⁶². A seleção efetuada levou em consideração essa questão. Tal reconhecimento era expresso de variadas formas. Quando um autor citava as obras de outro como livros de história o reconhecia como um par. Em discursos de posse e recepção de novos imortais nas Academias de Letras, também se expressavam no reconhecimento de sua produção como obra historiográfica. Outra fonte são os escritos obituários, em que são traçadas as principais atividades do morto.

³⁵⁸ Michel de Certeau. A operação histórica. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História. Novos problemas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.

³⁵⁹ Marc Ferro. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 41-46.

³⁶⁰ Wanderlino Teixeira Leite Neto. **Passeio das Letras na taba de Araribóia**. A literatura em Niterói no século XX. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 32-33. e Carlos Wehrs. **Capítulos da memória niteroiense**. 2ª ed. Niterói: Niterói Livros, 2002. p. 271-274.

³⁶¹ É provável que a fundação do Instituto Histórico de Niterói haja se dado em 1973 como fruto dos debates acerca da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Niterói deixaria a condição de capital gerando assim uma crise de identidade na cidade o que ensejou a criação de uma *Casa da Memória* local. Não avançamos no desenvolvimento dessa hipótese, pois não se trata de nosso objeto de pesquisa neste momento. Um panorama factual das ações do Instituto Histórico de Niterói foi realizado pelo presidente da instituição em celebração aos seus trinta anos de existência. Cf. Salvador Mata e Silva. Trinta anos de IHGN. In: **Cadernos do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói**. Trinta anos do Instituto Histórico de Niterói. N.º 06. Niterói, 2003. p. 19-23.

³⁶² Michel Foucault. **O que é um autor?**. S/I: Passagens, 1992. p. 29-87.

Além de índices para seleção dos historiadores, tais escritos são tomados como fontes biográficas que nos permitem traçar um perfil da geração de historiadores que escreveram no período. Tais fontes, no entanto, perfazem um conjunto muito díspar. Foram reunidos desde pequenas notas biográficas em livros sobre os personagens de uma localidade e obituários jornalísticos, até elogios acadêmicos e processos de admissão de sócios no IHGB³⁶³. Os registros pessoais, como diários, livros de memórias ou autobiografias, poderiam fornecer importantes informações e pistas para nosso estudo, mas, de modo geral, os intelectuais fluminenses não se dedicaram a escrever suas memórias. Os poucos registros desse tipo localizados foram utilizados como fonte complementar, levando-se em consideração que seus autores mantiveram relações com o grupo analisado³⁶⁴.

Os autores estudados formavam uma geração, pois possuíam o “sentimento de pertencer” a um grupo, em função dos valores compartilhados³⁶⁵.

O universo de autores analisados totalizou vinte historiadores e vinte e quatro obras produzidas entre 1934 e 1957. Esse grupo era formado por Antônio Figueira de Almeida, Amaral Barcelos, Arnaldo Pinheiro Bittencourt, Pedro Curio, Acácio Ferreira Dias, Manoel Erthal, Ignácio Raposo, José Mattoso Maia Forte, Leoni Iório, Porphirio Henriques, Alberto Lamego, Alberto Ribeiro Lamego, Luiz Palmier, Myrtaristides de Toledo Piza, Renato Peixoto dos Santos, Benedito Jordão de Souza, Aurélio Stulzer, Armando Vieira, A. Ribeiro Sá e Roberto Pereira dos Santos.

Nos levantamentos biográficos foram localizados dados referentes às datas de nascimento e às origens geográficas de 14 dos historiadores selecionados. Em relação aos dados de nascimento, agrupei-os por décadas na tabela a seguir:

³⁶³ Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro são encontradas as atas das sessões onde eram apresentadas as qualificações de um candidato e o parecer da Comissão de Admissão de Sócios sobre as obras dos candidatos. A Revista conta ainda com os discursos de posse e recepção, artigos de elogio aos membros e um espaço de obituário de sócios.

³⁶⁴ Foram encontrados quatro livros de memórias de políticos e intelectuais que pertenciam ao mesmo grupo de sociabilidade que os historiadores analisados: Togo de Barros. **Um pouco de mim, muito dos outros**. Memórias. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1995. Carlos Couto. **... E não conseguiram me fazer triste**. Descontraído depoimento sobre Nictheroy. Niterói: Niterói Livros, 1995. Marcos Almir Madeira. **Na Província e na Corte**. Memórias. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005. Brígido Tinoco. **O boi e o padre**. Memórias. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1992.

³⁶⁵ “A geração, no sentido ‘biológico’ é aparentemente um fato natural, mas também um fato cultural, por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da autopromoção: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Além disso, é a constatação via no mesmo sentido, a geração é também uma reconstrução do historiador que classifica e rotula”. Jean-François Sirinelli. A Geração. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p. 126-135.

Década	Quantidade
1871 – 1880	3
1881 – 1890	2
1891 – 1900	6
1901 – 1910	1
1911 – 1920	1
1921 – 1930	1
Não identificados	6

Tabela 2: Historiadores Fluminenses: períodos de nascimento.
Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Observamos assim que há uma predominância do grupo nascido nas três últimas décadas do século XIX. Foram 11 autores nascidos entre 1871 e 1900, que perfazem 55% do total, contra 3 nascidos entre 1901 e 1930 (15%) e 6 não identificados (30%).

Esse dado é interessante, pois se configura aí um grupo que teve sua infância e adolescência vivenciadas no final do Império e nas primeiras décadas republicanas. Provavelmente cresceram ouvindo as narrativas familiares do período áureo da Velha Província. Por outro lado, aqueles nascidos nas primeiras décadas do século XX tiveram a mesma fase marcada pelos dissabores do regime republicano em que o estado não conseguira se reprojeter no concerto nacional. Tanto uns como outros evocavam, em seus escritos, a imagem da Velha Província, período de pujança política e econômica da região, época, para muitos, não vivenciada, mas idealizada como uma Idade de Ouro, que deveria ser restaurada. A expectativa deste resgate levou-os à valorização das histórias, das manifestações culturais, das personalidades locais, como estratégia para destacar, no passado, o papel do estado do Rio na história nacional e para afirmar que, em decorrência disto, a região ainda desempenhava um papel relevante, nos seus dias.

Quanto aos locais de nascimento, o quantitativo de informações é quase o mesmo. Identificamos dados de quinze dos vinte analisados:

Local	Quantidade
Angra dos Reis	1
Barra Mansa	1
Campos	1
Cidade do Rio de Janeiro	2
Entre Rios	1
Itaboraí	1
Itaperuna	1
Magé	1
Niterói	1
Paraíba do Sul	1
Sapucaia	1
Trajano de Moraes	1
Valença	1
Vassouras	1
Não identificados	5

Tabela 3: Historiadores Fluminenses: locais de nascimento.
Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Podemos reagrupá-los utilizando o critério da relação capital-interior.

Cidade do Rio de Janeiro	2
Niterói	1
Interior do Estado do Rio de Janeiro	12
Não identificados	5

Tabela 4: Historiadores Fluminenses: locais de nascimento pelo critério capital-interior
Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Tais dados nos apresentam um universo de 60% dos historiadores analisados nascidos no interior do estado; e apenas 3, ou seja, 15%, nos principais centros urbanos de então, a capital do país, Rio de Janeiro, e a capital do estado, Niterói.

Analisando os locais de residência e/ou exercício profissional à época da escrita dos trabalhos analisados, as décadas de 1930 e 1950, foram encontrados dados de 17 dos 20 autores.

Em relação ao local de moradia temos os seguintes dados:

Local	Quantidade
Angra dos Reis	1
Barra do Piraí	1
Cantagalo	1
Friburgo	2
Itaperuna	1
Magé	1
Niterói	4
Paty do Alferes	1
Rio de Janeiro	3
Valença	1
Vassouras	1
Não identificados	3

Tabela 5: Historiadores Fluminenses: Locais de moradia entre as décadas de 1930 e 1950.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Temos assim cinco (25%) que se fixaram nas capitais, Niterói e Rio de Janeiro. Já a grande maioria, doze (60%), vivia no interior e de três (15%) não há referências.

Quanto ao local de trabalho há uma pequena alteração nos dados pois alguns tinham dupla inserção ou então transferiram suas atividades para outras cidades no mesmo período. Nesse caso são registradas as duas cidades onde exerceram suas atividades profissionais.

Local	Quantidade
Angra dos Reis	1
Barra do Piraí	1
Cantagalo	1
Magé	1
Niterói	8
Paty do Alferes	1
Rio Bonito	1
Rio de Janeiro	4
São Gonçalo	1
Valença	1
Vassouras	1

Tabela 6: Historiadores Fluminenses: Locais de exercício profissional entre as décadas de 1930 e 1950.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Neste último caso, obtemos 11 cidades totalizando 21 referências. Nesse universo a cidade que apresenta maior quantitativo é a então capital fluminense (Niterói) com 8, ou seja, 38%, seguida da cidade do Rio de Janeiro, com 4 (18%) e o restante do estado com os outros 9 (44%). Somando-se as duas capitais temos 56% dos historiadores

desenvolvendo suas atividades profissionais nos centros políticos, econômicos e culturais.

Nesse particular notamos que há uma inversão dos dados anteriores. A origem da maior parte dos historiadores e sua residência à época da produção de suas obras era o interior do estado. Por outro lado, observa-se que nas décadas de 1930, 1940 e 1950 mais da metade (56%) deles exercia suas atividades profissionais nas regiões centrais: Rio de Janeiro e Niterói. Destaca-se que a então capital fluminense concentrava 38%, o que lhe conferia um caráter de centro de atração de interesses de grupos do estado, fenômeno esse detectado desde o século XIX. A capital fluminense era um pólo de interesses profissionais, políticos e intelectuais. Niterói era o centro congregador de objetivos diversos e era nela que se projetavam as políticas públicas e as iniciativas intelectuais de reflexão sobre o estado.

O período de chegada deste conjunto de intelectuais a Niterói não foi possível precisar. No entanto, percebem-se duas grandes motivações na mudança para a capital do estado.

Uma destas era a migração familiar e/ou pessoal dos intelectuais analisados em decorrência da complementação dos estudos em nível secundário e universitário. Desse conjunto, 13 realizaram o ensino secundário e 10 o superior em Niterói ou no Rio de Janeiro. De modo geral, os cursos de primeiras letras e primário eram realizados nas próprias cidades de origem. Já o secundário e o superior geralmente o eram em outras localidades, em especial Niterói. Os que estudaram nas instituições niteroienses estabeleceram relações que duraram décadas.

Luiz Palmier era natural de Sapucaia, onde nasceu em 1893. Fez seus primeiros estudos no próprio município. O curso secundário fez em Minas, onde também cursou a Faculdade de Farmácia de Ouro Preto. Depois, provavelmente, migrou para Niterói, entre 1913 e 1914, para cursar medicina na Faculdade Nacional de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro³⁶⁶.

³⁶⁶ Não encontramos indícios sobre o local de estabelecimento de Luiz Palmier durante sua formação em medicina. Acredito que tenha sido em Niterói, pois seus biógrafos e os historiadores da cidade registram sua participação no IHGERJ, sediado na capital fluminense, como secretário, em 1914. Cf. Rui Aniceto Nascimento Fernandes e Luís Reznik. Luiz Palmier e a conformação de uma São Gonçalo moderna. In: Luís Reznik (Org.). **O intelectual e a cidade: Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna**. Rio de Janeiro: Eduerj/São Gonçalo Letras, 2003, p.13-31; Emmanuel de Macedo Soares. **Figuras e fatos da medicina em Niterói**. Niterói: s/n, 1994. p. 292-293; Salvador Mata e Silva. **Dez anos de jornalismo**. S/l: s/n, 1986, p. 15-16; e 1996; VULTOS da geografia fluminense. Luiz Palmier. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE. N.º. 08. 1955. p.151-155; Carlos Wehrs. **Capítulos da memória niteroiense**. Niterói: Niterói Livros, 2002. p. 271-275.

Mirtaristides de Toledo Piza foi outro que deixou Trajano de Moraes, então distrito do município de São Sebastião do Alto, e passou a residir em Niterói para realizar os estudos secundários no Colégio Brasil. Posteriormente, formou-se em Odontologia (cirurgião-dentista) pela Faculdade Fluminense de Medicina, e bacharel pela Faculdade de Direito em Niterói³⁶⁷.

Caso semelhante foi Roberto Pereira dos Santos, nascido em Niterói, mas cuja família possuía raízes em Rio Bonito, onde passou parte da infância, estudou no Colégio Abílio na capital fluminense e depois se formou médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro³⁶⁸.

A segunda motivação da migração ocorria já na fase adulta para ocupar postos no centro da administração estadual, em grande parte durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945).

Entre estes podemos citar Acácio Ferreira Dias, que participou da junta governativa que destituiu a administração municipal de Cantagalo e governou a cidade por um mês (26 ou 27/10 – 21 ou 20/11/1930) após a deposição de Washington Luís da presidência da República e de Manuel Duarte do Governo do Estado. Depois foi nomeado prefeito municipal até 1935. Deixando o cargo em 1935, quando ocorreram eleições municipais, transferiu-se para Niterói, onde foi administrador da Casa de Detenção da capital e, posteriormente, funcionário da Imprensa Oficial do Estado, pela qual se aposentou em 1959³⁶⁹.

Benedito Jordão de Souza também foi um daqueles que deixaram sua terra natal para exercer uma função na sede da administração estadual. Agente municipal de estatística de Angra dos Reis, sua terra natal, em 1942, em 1945 integrou o Departamento Estadual de Estatística do estado, fez parte da Comissão de Revisão de Estatística Municipal e foi nomeado Inspetor Regional de Estatística do IBGE, cargo no qual se aposentou na década de 1970³⁷⁰.

³⁶⁷ Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001. p. 237-238; Renato de Lacerda. **Perfis poéticos. Sonetos com ligeiros traços bio-bibliográficos**. Niterói: Edições Paisagem, 1953. p. 99; TOLEDO Piza. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. Vol. IX. Outubro de 1956. p. 351-352; Luiz Palmier. M. Todelo Piza. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE. N.º. 06. 1953.

³⁶⁸ Emanuel de Macedo Soares. *op. cit.*, p. 358-359.

³⁶⁹ Maria Clotilde Dias da Cunha. No arquivo da história. In: Acácio Ferreira Dias. **Terra de Cantagalo**. Subsídios para a história de Cantagalo. 2ª ed. Rio Bonito: Artes Gráficas Cantagalo, 1979. p. I-III.

³⁷⁰ Luiz Carlos de Carvalho. Benedito Jordão de Souza. In: Benedito Jordão de Souza. *Angra 1881*. Angra dos Reis: s/ed, 1985. p. 9-12.

Por outro lado, havia aqueles que se mantiveram em sua terra natal e nela serviram à administração amaralista. Leoni Íório, por exemplo, nasceu em Valença em 1899, estudou no Ateneu Valenciano e completou seus estudos no Colégio Pedro II e na Academia do Comércio, na capital federal. Retornou a Valença e foi escrevente de cartório e Secretário da Prefeitura, o que hoje equivaleria a chefe de gabinete do prefeito, no final da década de 1930, quando Amaral Peixoto foi nomeado interventor do Estado³⁷¹.

Os dados aqui relacionados nos permitem estabelecer dois perfis entre aqueles que se dedicavam aos estudos históricos. Por um lado havia os intelectuais niteroienses, como nomeio a partir de uma chave de leitura proposta por Ângela de Castro Gomes. Em seu estudo sobre o modernismo na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1930 e 1940, a autora analisou um grupo que denomina de intelectuais cariocas:

Seria infrutífero lidar com a categoria de intelectual carioca como aquele nascido no Rio. Preferimos, por isso, ter como referência básica a noção de um intelectual que constrói, nesta cidade, sua rede de sociabilidade fundamental, mantendo contatos com sua terra natal, e/ou tecendo articulações que se espraiam para outras partes do país.³⁷²

Neste sentido, o que importaria não seria a origem geográfica do indivíduo, mas as ligações que imprimiam ao grupo analisado uma certa homogeneidade de projeções e perspectivas intelectuais. O conjunto ora estudado também não pode ser definido por origens espaciais ou faixas etárias, em decorrência da pluralidade de locais de origem, já apresentada anteriormente. O que caracterizaria este grupo seria a rede de sociabilidade estabelecida na capital do estado do Rio de Janeiro, grosso modo, durante a formação escolar e/ou nas agências centrais da administração pública.

Por outro lado, havia um grupo significativo que formava uma intelectualidade provinciana. Eram aqueles que permaneciam em suas cidades natais onde desenvolviam os projetos amaralistas através do exercício de atividades públicas, sejam estas a chefia do executivo local, a vereança ou o exercício de cargos administrativos locais.

Observa-se que 14 dos historiadores analisados exerceram funções políticas e ou administrativas no período em questão:

³⁷¹ <http://br.geocities.com/leoniiorio/apresentacao> acessado em 15-03-2008

³⁷² Ângela de Castro Gomes. *Essa Gente do Rio...* Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1999, p.19.

Cargos	Quantidade
Prefeito	2
Vereador	2
Deputado	3
Secretários municipais e estaduais	4
Outros ³⁷³	3

Tabela 7: Historiadores Fluminenses: Exercício de funções públicas entre as décadas de 1930 e 1950.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Quanto às atividades profissionais exercidas há uma pluralidade de funções:

Profissão	Quantidade
Professor	7
Inspetor escolar	1
Advogado – promotor de justiça	7
Jornalista	9
Funcionário público	9
Iniciativa privada	2
Caixeiro	1
Engenheiro	2
Farmacêutico	2
Médico	2
Geógrafo	4
Agente de estatística	1
Sacerdote	1
Fazendeiro	1

Tabela 8: Historiadores Fluminenses: Atividades profissionais.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Pela tabela acima podemos perceber a preponderância de 4 atividades: o jornalismo, o funcionalismo público, o magistério e a advocacia.

Os dados biográficos levantados apresentam informações que podem ser cruzadas com as memórias de Togo de Barros, ex-governador do Estado do Rio (1958-1959), e que nos permitem observar a similaridade das trajetórias dos intelectuais aqui investigadas. Togo de Barros afirmou ter chegado em Niterói na década de 1930 para cursar a Faculdade de Direito de Niterói. Para custear seus estudos, lecionou no Colégio Carvalho³⁷⁴. Algo semelhante ocorreu com alguns dos intelectuais aqui estudados, como

³⁷³ Em Outros incluímos os casos de funções de segundo e terceiro escalão nos órgãos estatais, como é o caso de Acácio Ferreira Dias, que foi administrador da Casa de Detenção de Niterói e depois funcionário da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

³⁷⁴ Togo de Barros, *op. cit.*, p. 26.

Mirtaristides de Toledo Piza, que, antes de bacharelar-se, foi professor do Colégio Brasil e do Colégio Bittencourt Silva, e de Luiz Palmier, que exerceu o magistério em escolas de Sapucaia, antes de formar-se médico.

O magistério não significava apenas uma carreira, escolhida por jovens secundaristas e universitários que não dispunham de outras fontes de renda para manter-se. Foi trilhada também por conferir um certo *status*, tanto social como intelectual. Roberto Pereira dos Santos foi professor da Faculdade Fluminense de Medicina, Luiz Palmier era catedrático de microbiologia na Faculdade de Farmácia e Odontologia e Toledo Piza foi professor da Faculdade de Direito de Niterói.

Uma das referências de atividade profissional com maior índice que encontramos foi o jornalismo. Desde o século XIX, o jornalismo era o meio empregado pelos intelectuais para divulgar suas ideias e era o veículo no qual se travavam suas polêmicas. Até as primeiras décadas do século XX, exercer esta atividade era muito mais um meio de promoção de *status* intelectual do que de atividade rentável financeiramente, apesar de algumas exceções, como Olavo Bilac. Em 1916, o poeta parnasiano dizia que o jornal era “*o único meio de o escritor se fazer ler*”³⁷⁵. Esta situação alterou-se nas décadas de 1930 e 1940. Aos poucos, a atividade jornalística tornou-se importante fonte de renda na capital do país. No estado do Rio, não dispomos de dados para avaliar o papel desta atividade na economia doméstica dos intelectuais analisados. Se, por um lado, não podemos afirmar que o jornalismo era rentável para o grupo aqui estudado, por outro, concluímos que era uma atividade que lhes promovia reconhecimento público, tornava-os conhecidos de um contingente maior do que o restrito círculo das academias locais.

Analisando as trajetórias pessoais, foi possível observar que as funções públicas eram os meios pelos quais grande parte destes intelectuais obtinham sua fonte de rendimentos. A historiografia especializada constantemente indica esta característica da intelectualidade brasileira³⁷⁶. Contudo, não se deve considerar que as aproximações com o poder ocorressem apenas com vistas à obtenção do cargo público e de uma renda. O Estado era considerado veículo de promoção de políticas que viabilizassem o que consideravam a recuperação do lugar do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional,

³⁷⁵ Musa Clara Velasques. **Homens de letras no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40**. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. p. 170

³⁷⁶ Sérgio Miceli. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979. _____. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977; Daniel Pecault. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

já que eles acreditavam que apenas o poder público teria os meios necessários para viabilizar as ideias e os projetos defendidos pelos intelectuais. Daí haver uma verdadeira simbiose entre ambos, nos anos de 1940 e 1950, no estado do Rio de Janeiro. Podia haver divergências em relação às ações públicas desenvolvidas pelos governantes do estado; no entanto, havia um compartilhamento de valores entre os intelectuais das academias literárias e dos departamentos governamentais o qual gerava uma uniformidade no pensamento de então. Comungando de valores, ideias e perspectivas semelhantes, o mundo do governo e o mundo das letras caminhavam juntos no período. Havia um ideário disseminado de manutenção dos considerados valores tradicionais do estado e de recuperação do seu papel no cenário nacional. E Niterói era o grande centro congregador de políticos, intelectuais e associações que buscavam promover este ideal.

No período em questão as associações culturais niteroienses, especialmente as associações dos beletristas, configuravam-se como importantes espaços de sociabilidade. Elas sedimentavam processos de constituição de laços identitários geracionais assim como construía discursos que atribuíam aos seus membros o *status* de vozes abalizadas como pensadores do estado. Por outro lado, socializavam projetos e ideias que desempenharam um importante papel na consolidação das propostas que circulavam entre esse grupo.

Do universo de 20 historiadores com os quais trabalho apenas de 3 não encontrei dados referentes à participação em associações. Nos registros biográficos encontramos quarenta associações de cunho local, estadual, nacional ou internacional citadas.

Associação	Quantidade
Local	21
Estadual	9
Nacional	6
Internacional	4

Tabela 9: Historiadores Fluminenses: Participação em associações.
Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

A grande maioria estava sediada no Estado do Rio de Janeiro, mas havia aquelas que se localizavam na capital da República, em outros estados e em outros países:

Local		Quantitativo
Estado do Rio de Janeiro	Angra dos Reis	1
	Campos	1
	Magé	3
	Niterói	9
	Nova Friburgo	3
	Petrópolis	2
	Teresópolis	1
	Valença	2
Cidade do Rio de Janeiro		9
Outros estados	Minas Gerais	2
	São Paulo	1
	Pernambuco	1
Internacionais	Colômbia	1
	Portugal	1
	Não identificado	2
Não identificadas		3

Tabela 10: Historiadores Fluminenses: Localização das associações.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Em uma rápida análise sobressaem duas cidades que concentravam 18 associações, Niterói e Rio de Janeiro, cada um com 9 associações.

Os autores analisados tomaram parte em inúmeras associações culturais, religiosas, esportivas, de ofício ou de classe no período.

Seguindo essa tipologia temos:

Associação	Quantidade
Culturais	29
Religiosas	1
De classe	2
Esportivas	1
profissionais	7

Tabela 11: Historiadores Fluminenses: Tipologia das associações.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

O maior número é de associações culturais, que adotavam as mais variadas terminologias como cenáculos, grêmios, ateneus, mas há o predomínio para as academias e institutos históricos. Havia ainda uma série de outras associações que, apesar das variadas denominações, seguiam o modelo das academias³⁷⁷.

Neste cenário é interessante acompanharmos o caso da Academia Fluminense de Letras, associação que se queria congregadora da intelectualidade estadual do período.

³⁷⁷ Conferir o Anexo onde constam as associações nas quais os historiadores analisados tomaram parte.

Na década de 1940, a Academia Fluminense de Letras era uma instituição consolidada. Fundada em 1917, surgiu reunindo jovens literatos em 48 cadeiras no que se definiu como Classe de Letras. Visando ampliar seus quadros foram organizadas as Classes de Ciências Sociais e Políticas, de Ciências, e de Belas Artes. A AFL contou com um conjunto de membros honorários e correspondentes, nacionais e estrangeiros, nas diversas classes. Esta estrutura possibilitava atrair um conjunto maior de intelectuais que independia de sua origem fluminense e de suas ligações estritamente literárias. A Academia era um espaço de confluência de pessoas que possuíam interesses múltiplos: história, medicina, artes plásticas, folclore, música etc.

Em 1934 a instituição consolidou-se com a obtenção de sua sede própria, doada pelo governo do Estado³⁷⁸. Este gesto da administração estadual foi tido como o reconhecimento do poder público a uma instituição que reunia os “*expoentes*” da intelectualidade fluminense. Desde a criação, a Academia Fluminense manteve íntimas relações com o mundo da política. Em seus quadros, encontramos inúmeros intelectuais que exerceram mandatos legislativos e executivos. Em 1949, o governador Edmundo Macedo Soares e Silva passou a fazer parte do grupo de políticos reverenciados pelos imortais. Foi ele quem dotou a Academia de recursos que lhe permitiram publicar o primeiro número da *Revista da Academia Fluminense de Letras*, em 1949³⁷⁹.

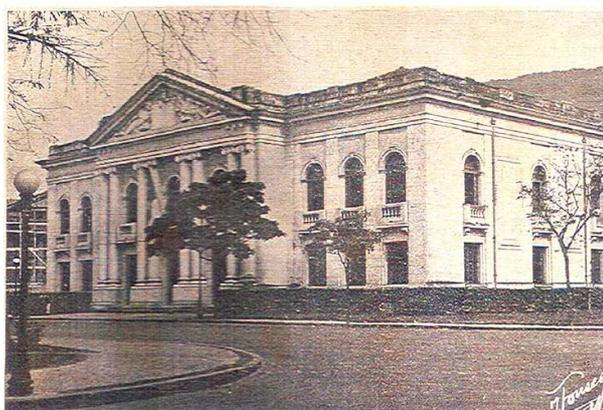
A Academia era instituição almejada pelos que, de alguma forma, pensavam e atuavam nas iniciativas que imprimiam os rumos do Estado. Contava, em seus quadros, com intelectuais de renome regional e nacional³⁸⁰. Na década de 1940 a Academia já possuía uma segunda geração, formada pelos jovens intelectuais niteroienses que se iniciavam no mundo das letras nos anos de 1930 e 1940, fato este destacado por um de seus mais combativos membros, o secretário perpétuo Lacerda Nogueira, no jubileu de prata da instituição: “*um quartel de século: uma geração decorreu*”³⁸¹.

³⁷⁸ Em 6 de setembro de 1934, a Academia Fluminense de Letras obteve uma sede própria: o salão central do prédio que abrigou o Arquivo Público do Estado e a Biblioteca Universitária. Este prédio atualmente abriga a Biblioteca Pública de Niterói, situado na Praça da República, no centro histórico da cidade.

³⁷⁹ **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. Vol. I. Outubro de 1949.

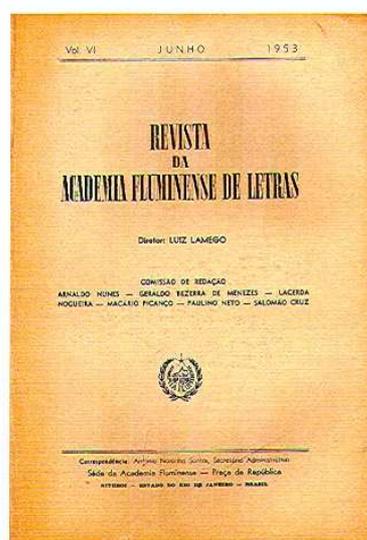
³⁸⁰ Apenas a título de exemplificação, podemos citar, dentre os pioneiros ainda participantes, Levi Carneiro e Oliveira Viana, sociólogo de renome, que exerceu grande influência nos quadros da política varguista da década de 1940, ambos membros da Academia Brasileira de Letras; da segunda geração fizeram parte Geraldo Bezerra de Menezes, Ismael Coutinho e Alberto Ribeiro Lamego.

³⁸¹ Lacerda Nogueira. Academia Fluminense de Letras. Subsídios autobiográficos pertinentes ao histórico da instituição. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói, Vol. X, dez/1957, p. 39.



← Figura 26: Biblioteca Pública de Niterói. O salão nobre do prédio é a sede da Academia Fluminense de Letras. Niterói, s/d.

Fonte: Revista da Academia Fluminense de Letras, vol. I, 1949. Acervo pessoal.



⇒ Figura 27: Capa da Revista da Academia Fluminense de Letras. 1953

Fonte: Revista da Academia Fluminense de Letras, vol. VI, 1953. Acervo pessoal.

O modelo acadêmico proporcionado pela Academia Fluminense de Letras e pelo Cenáculo Fluminense de História e Letras era almejado por jovens beletristas que se formavam nas faculdades niteroienses na década de 1930. Aquelas agremiações só admitiam novos membros – quando surgissem vagas, pela morte dos titulares – através das relações estabelecidas entre as figuras de maior destaque, que lhes facilitariam a eleição. Para jovens principiantes no mundo das letras, seria difícil alcançar tal objetivo rapidamente. Na década de 1930, ingressar nestas instituições representava a consagração de uma trajetória já de destaque. Por isso é que um grupo de bacharelados da Faculdade de Direito de Niterói fundou, em 30 de outubro de 1934, a Academia de Letras dos Universitários Fluminenses. Curta duração teve esta academia publicando

apenas um número de sua revista³⁸². A formatura de seus membros e o ingresso na vida profissional, possivelmente, explicam a não continuidade dessa associação.

Um outro caso que demonstra o lugar dessas instituições no universo letrado da capital fluminense é o da Academia Niteroiense de Letras. Rivalidades e desejo de promoção levaram um grupo de intelectuais niteroienses a reorganizarem-na em 1943, em um evento ocorrido no gabinete de Rubens Falcão, então Diretor do Departamento de Educação do Governo Amaral Peixoto³⁸³. Sem possuir sede própria, a ANL realizava suas atividades em diversos espaços: no salão nobre do Instituto de Educação de Niterói, no Museu Antônio Parreiras e no salão nobre da Faculdade de Direito de Niterói. Pelo estatuto, ficaram estabelecidas 40 cadeiras para a casa, seguindo o modelo francês. O conjunto de sócios fundadores, no entanto, contava com apenas vinte membros. Iniciou-se, assim, um processo de eleição dos novos membros. Em 23 de março de 1945, em sessão no Museu Antônio Parreiras, foram eleitos dois novos acadêmicos, entre os quais estava Luiz Palmier. Em outubro do mesmo ano, o novo acadêmico foi imortalizado³⁸⁴.



Figura 28: Reunião de Refundação da Academia Niteroiense de Letras. 1943. Da esquerda para direita: Marcos Almir Madeira, Rubens Falcão, Santa Cruz Lima, Raul de Oliveira Rodrigues, Myrtaristides de Toledo Piza, Francisco Pimentel, Guaracy de Souto Maior e Horácio Pacheco. Fonte: Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001. Contracapa.

³⁸² **Revista da Academia de Letras dos Universitários Fluminenses**. Niterói, Ano I, N. 1. 1934.

³⁸³ Entre os historiadores da Academia Niteroiense de Letras há discordância em relação à data de fundação da instituição. Alguns defendem que a ANL fora fundada em 1931, mas logo em seguida entrando em inatividade, sendo refundada em 1943. Outros defendem que a ANL foi fundada em 1943 pois a experiência anterior, de 1931, não teve continuidade. Sobre a questão consultar: Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001.

³⁸⁴ Wanderlino Teixeira Leite Netto. *op. cit.*, p. 71.

As academias literárias eram *lugares de memória*, que visavam, com sua ritualística e os eventos celebrados, construir a história e preservar as manifestações culturais da Velha Província, congregando os estudiosos do estado e os que procuravam criar uma determinada imagem, uma certa identidade para o território e a população fluminense³⁸⁵.

A este respeito, Luís Lamego expressou o papel que a Academia Fluminense de Letras ocupava no cenário intelectual niteroiense, um ideário comum às agremiações literárias, tendo em vista que seus membros eram os mesmos ou possuíam laços de afinidade:

[A AFL] não vive insulada no egoísmo ou na vaidade estéril, cultivando o preciosismo inútil ou o elogio mútuo; a ação da Academia tem sido maior, mais patriótica e sincera, a de defender o nosso patrimônio cultural e artístico e congregando, para um trabalho árduo e fecundo, todos os fluminenses que amam verdadeiramente a terra (...) Em 30 anos de vida, vastas provas tem dado do seu *amor às coisas fluminenses, lembrando, estudando e, sobretudo, buscando defender e elevar as nossas tradições, a nossa arte, a nossa literatura, os nossos grandes homens*, sem que isso traduza um exagerado regionalismo, pois que trabalhando pelo estado do Rio, a Academia trabalha pela nossa grande Pátria... de norte a sul, sob o mesmo pendão auriverde, tudo é Brasil!³⁸⁶ (grifos meus).

Refletir sobre a terra fluminense nos mais vastos campos do saber intelectual era valor compartilhado pelas agremiações sediadas em Niterói, pois os intelectuais que as frequentavam pertenciam o pequeno mundo intelectual da capital. Em seus escritos na *Revista* da Academia Fluminense de Letras – que eram reproduções de artigos veiculados na grande imprensa e em eventos da própria instituição ou de outras entidades – observamos o esforço de valorização da terra e da identidade fluminenses. Valorizar a terra fluminense levava-os a investir nos seus filhos ilustres, daí o grande número de cerimônias e textos biográficos produzidos, pois era um meio de demonstrar que personagens de sua história atuaram decisivamente nos destinos do estado e do país. Exaltar os valores locais direcionava seus interesses para a investigação sobre as regiões que compunham o Estado, escrevendo narrativas historiográficas, peças teatrais, poemas sobre a terra natal. O esforço de investigação para o enaltecimento do estado levava-os

³⁸⁵ Lacerda Nogueira, o secretário perpétuo da AFL, assim justificou seu ingresso nesta agremiação: “*esta vocação que é uma constante do meu espírito: amor à cultura e carinhoso devotamento à terra natal que é expressão do Brasil*”. Lacerda Nogueira, *op. cit.*, p. 39.

³⁸⁶ Luiz Lamego. Saudação a Geraldo Bezerra de Menezes (1948). In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói, Vol. 8, junho de 1955, pp. 49-54.

ao folclore. Antônio Lamego, pai de Luís Lamego, procurou definir, através do folclore, o verdadeiro homem fluminense, o mantenedor e o perpetuador das raízes e das “tradições”, que caracterizaria o estado do Rio³⁸⁷. Esse texto é interessante pois, diferente do que estava em voga, Antônio Lamego firmou a identidade local no homem do campo, o íncola, como denominou. Para o poeta, o pós-abolição não foi o fim do homem fluminense. Logo depois a “civilização agrária” reestruturou-se.

(...) A lavoura, após o grande colapso, pouco a pouco se foi reanimando, graças ao braço do foreiro adventício que, espontaneamente e de boa vontade, deu-lhe o que antes lhe era dado com constrangimento e por obrigação. A disseminação do novo elemento [o liberto] colaborador, pelo vasto território da província, fortaleceu a luta para novas conquistas, contra a agressividade e aspereza da terra dominada pelas tipueiras e carrascais. As dificuldades das primeiras iniciativas não levaram o liberto à inação.

Sua opinião sobre o íncola unia um sentimento de admiração pelo seu estilo de vida e o estranhamento de um homem da capital, que não vivia naquele mundo. Em vários momentos do texto, observamos o uso de termos preconceituosos, como “*rude*”, “*ingênuo*” e “*supersticioso*”, para caracterizar o campônio do estado do Rio.

O homem fluminense não era indolente para o trabalho. Pelo contrário, reunia seus companheiros num “*motirão ou muchirão*” para preparar o solo para o plantio. E, na lida, cantava versos em defesa do trabalho: “*o pão que há de vir da terra e o fruto que há de brotar das árvores*”. Lamego batia-se contra a imagem do Jeca Tatu, indolente e preguiçoso. O fluminense do pós-abolição era o liberto “*tão radicado no solo como aos usos e costumes, é bem um homem rude, mas de qualidades apreciáveis: é prestativo, trabalhador e honesto. Não é o Jeca que modelaram em tipo amolentado, incapaz de uma iniciativa (...)*”. Trabalhava o suficiente para obter o sustento e o mínimo de conforto para si e para sua família. Lutava para obter seu teto “*tão desejado e ordinariamente por ele construído*” de pau a pique. Era um homem ligado ao seu mundo rural, “*alheiado inteiramente ao que se passa fora do rincão em que vive, só interessam os afazeres a que se dedica com pertinácia*”.

E foi neste mundo que ele construiu seus valores. Era, segundo Lamego, “*supersticioso*”, acreditando em mulas-sem-cabeça, lobisomem, saci-pererê, curupira etc. Era religioso, de uma religiosidade tipicamente rural, que unia os símbolos católicos às práticas da medicina popular: “*ingênuo e crédulo, aceita a terapêutica do empirismo*”.

³⁸⁷ Antônio Lamego. O Íncola da Baixada Fluminense (1935). In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói, Vol. 1, outubro de 1949, pp. 145-154. As citações que seguem são deste texto.

e as práticas das rezas e benzeduras. Possuindo o instinto religioso, respeita Deus e é um convencido da influência milagrosa dos santos com os que se apega, quando se faz mister a sua intervenção para alcançar alguma graça”.

Para Lamego, o fluminense era cantador. “*Para encher as horas com alguma alegria*”, buscava a viola, “*que lhe conhece e que em harmoniosos acordes o acompanha nas canções que improvisa e que no momento, tão bem lhe exprimem o seu estado dalma*”, ou, então, que servia para manter os cantos usuais das festas costumeiras: as Bandeiras do Divino, a Mana-Chica, o Samba rural.

Este fluminense rural, trabalhador, supersticioso, religioso, festeiro e cantador, surgido após a abolição, identificado com os ex-escravos e os trabalhadores rurais, não se constitui como uma imagem predominante entre os que se dedicaram a pensar a identidade local. Nas histórias escritas nesse momento construí-se a imagem do fluminense ligado ao campo mas que não é o campônio. A imagem que se afirmou no período foi a da civilização do café, de corte aristocrático, defendida por Oliveira Vianna, como veremos adiante, no item 5.5. O sociólogo colocava-se como ícone da intelectualidade local, influenciando o pensamento desses historiadores seus contemporâneos.

Essa geração de intelectuais que se dedicava à construção da história do estado encontrava-se no auge de sua trajetória profissional e intelectual. Nascidos no final do século XIX, estavam na década de 1940, com, em média, 50 anos de idade.

Os dados anteriores demonstram-nos que essa geração de historiadores, fossem eles niteroienses ou provincianos, mantinha intensos contatos através das inúmeras associações em que tomava parte. Estas eram espaços de divulgação de ideias e de práticas intelectuais que se expressavam nas produções de seus membros. Por outro lado observamos que a capitalidade que envolvia as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói era um fator preponderante. Especialmente a capital do estado era o centro agregador de interesses profissionais e intelectuais pois sediava os órgãos da administração do estado – fossem estes a máquina burocrática ou a Assembleia Legislativa e o Palácio do Ingá – assim como instituições consagradoras, a exemplo da Academia Fluminense de Letras, da Academia Niteroiense de Letras e do Cenáculo Fluminense de História e Letras. Niterói também representava o elo de ligação com a capital federal, o Rio de Janeiro, centro da vida intelectual e política do país no período.

5.2 – Quando eram escritas as histórias fluminenses?

Inventariando os objetivos expressos pelos autores, especialmente nas introduções das obras, concluímos que havia quatro motivações principais: a celebração das bodas cinquentenárias e centenárias das localidades; motivações pessoais – o desejo de exaltar a terra – ou políticas; e a apresentação de trabalhos em congressos científicos.

Quanto à primeira, o período em questão foi fértil nas comemorações cinquentenárias e centenárias.

A instauração do regime republicano no estado do Rio encontrou-o com 36 municipalidades. Francisco Portela durante sua administração, que perdurou cerca de dois anos (15/11/1889 a 12/1891), criou nada menos do que vinte novos municípios. É certo que vários deles demonstraram sua incapacidade de sustentação, como foi o caso de Boa Esperança, distrito de Rio Bonito, emancipado em 06/07/1891 e extinto em 08/05/1892. No entanto, vários municípios, como Barra do Piraí, Itaocara, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia e Teresópolis, tiveram aí sua emancipação política e administrativa. A década de 1940 era, então, o momento de se comemorar os cinquentenários de nada menos que 12 municípios.

Em 1940, pouco tempo teve Amaral Barcelos para fazer os *Fragmentos para a história de Barra do Piraí*:

A resolução de reunir fragmentos históricos de Barra do Piraí, obedecendo a determinada ordem cronológica, dentro das possibilidades que me permitiram os episódios, para divulga-los no dia 10 de março do corrente ano, data do cinquentenário da criação do município, foi tomada nos primeiros dias de janeiro do ano fluente³⁸⁸.

Foi, também, para as comemorações cinquentenárias gonçalenses, ocorridas no mesmo ano, que Luiz Palmier fez seu estudo sobre o município:

A história de São Gonçalo ficará ainda por escrever [...] O esboço agora editado, solenizado a data cinquentenária da criação do município, é pálida contribuição para as comemorações. [...] Ficam esquematizados e programados os principais feitos da gente

³⁸⁸ Amaral Barcellos. **Fragmentos históricos do município de Barra do Piraí. 1853-1890.** Rio de Janeiro: Borsoi, 1940. p. XV.

de São Gonçalo, desde a colônia – sesmaria, aldeia, freguesia, distrito, cidade. São mais de três séculos de lutas para a prosperidade da comuna e grandeza do Brasil³⁸⁹.

Entre as décadas de 1930 e 1950 foram comemorados, além dos cinquentenários, os centenários de algumas cidades. Quando a cidade do Rio de Janeiro foi constituída em Corte (1834) e separada da então província fluminense, esta contava com 21 vilas e uma cidade (Cabo Frio). A partir de então, especialmente no final da década de 1830 e durante a de 1840, foram criadas 16 novas vilas que completaram seus centenários nas décadas de 1930 e 1940.

Frei Aurélio Stulzer, zeloso vigário de Paty do Alferes, em 1944, esclareceu, na capa do livro, que suas *Notas* tratavam-se de uma “*Compilação feita por frei Aurélio Stulzer vigário e presidente da Comissão Executiva do centenário da Matriz de Pati do Alferes e por esta editada*”³⁹⁰. A efeméride centenária, neste caso, não era a criação do município, mas sim da Igreja Matriz que deu origem aquela localidade.

Renato Peixoto dos Santos, no final da década seguinte, publicou sua história da Terra do Dedo de Deus, Magé, afirmando que:

Essas páginas encerram a minha mensagem de entusiasmo pelo presente e acentuada esperança pelo futuro do município que é verdadeiramente nosso. Esta mensagem vem à luz justamente quando comemoramos o CENTENÁRIO DE MAGÉ. Melhor ocasião, estamos certos, não teria³⁹¹. (grifo no original)

Em 1935, celebrou-se o centenário da capital, Niterói. Em 1835, a então Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de Imperial Cidade e passou a ser a capital da província fluminense. Os festejos ensejaram dois estudos: *Notas para a história de Niterói*, de José Mattoso Maia Forte³⁹²; e a *História de Niterói*, de Antônio Figueira de Almeida³⁹³. Iniciando seu livro, Figueira de Almeida demarca uma história mais longeva: “*A história de Niterói abrange o longo período que vem de 1565 até os dias*

³⁸⁹ Luiz Palmier. **São Gonçalo Cinquentenário**. História, geografia, estatística. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1940. p. 7.

³⁹⁰ Aurélio Stulzer. **Notas para a história da Vila de Patí do Alferes**. Rio de Janeiro: Lito-tipo Guanabara Ltda, 1944.

³⁹¹ Renato Peixoto dos Santos. **Magé, a Terra do Dedo de Deus**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1957. p. 18.

³⁹² José Mattoso Maia Forte. **Notas para a história de Niterói**. 1835-1935. No primeiro centenário da elevação da Vila Real da Praia Grande à categoria de cidade. Niterói: Diário Oficial, 1935.

³⁹³ Antônio Figueira de Almeida. **História de Niterói**. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1935.

*presentes. Ela apresenta quatro fases distintas que procurei caracterizar, baseado nos documentos que pude compulsar*³⁹⁴.

As citações de Palmier e de Figueira de Almeida indicam que as efemérides cinquentenárias e centenárias seriam o propósito para celebrar uma história mais longa. Seus estudos procuravam demonstrar uma tradição anterior ao marco da emancipação político-administrativa local. Remontava-se aos tempos coloniais, às concessões das primeiras sesmarias, a formação das fazendas e capelas originais, o estabelecimento dos curatos e freguesias que originaram os núcleos iniciais das municipalidades em comemoração.

Motivações sentimentais e/ou políticas também compunham o leque propulsor de estudos históricos locais. Renato Peixoto dos Santos, por exemplo, colocou sua obra como um preito de gratidão à terra que foi seu berço:

Empreguei neste livro todo o acendrado amor que sinto pela terra que me serviu de berço, revivendo emocionado os momentos gloriosos de sua história e experimentando uma vertigem de delicioso prazer ao contemplar-lhe as belezas naturais. Oxalá pudesse transmitir-lhes o forte sentimento que me dominou durante o tempo em que esta obra surgia em meu cérebro agitado. Espero, no entanto, que bem compreendam o esforço que empreguei para torná-la bastante digna das tradições literárias de nosso Município. Seu objetivo principal é levar às terras estranhas um documento vivo da grandeza e do progresso do nosso torrão, assim como falar aos demais brasileiros de nossas coisas, gente, hábitos e tradições³⁹⁵.

Em termos semelhantes, Benedito Jordão de Souza justificou seu trabalho sobre Angra dos Reis: “*Representa este trabalho a minha dedicação e o meu esforço em servir à terra que me viu nascer. De longe, embora, sinto vibrarem, em cada sino que ouço, as badaladas alegres ou lânguidas dos campanários angrenses e neles procuro mitigar minha saudade rogando a Deus pela grandeza desta terra*”³⁹⁶.

Escrever sobre a terra natal da família foi o caso de Sá Ribeiro, que investigou a origem da cidade de Entre-Rios, hoje Três Rios, fundada por seu avô, o Barão de Sá Ribeiro; e de Myrtaristides de Toledo Piza ao escrever sobre Itaocara, a terra de seu pai:

Este trabalho não é apenas uma homenagem à memória dos saudosos fundadores da cidade fluminense de Entre-Rios, um dos quais meu avô. É também tributo à verdade histórica que aos meus contemporâneos assiste o direito de conhecer³⁹⁷.

³⁹⁴ *Ibid.* p. 3.

³⁹⁵ Renato Peixoto dos Santos, *op. cit.*, p. 17

³⁹⁶ Benedito Jordão de Souza. **Terra dos Magos**. Niterói: Gráfica Atômica, 1949. p. 6.

³⁹⁷ A. de Ribeiro Sá. **A cidade de Entre Rios**. Estado do Rio de Janeiro. Sua origem e fundação. S/l: s/ed, 1942. p. 3.

Dedicados mais à terra fluminense, na qual enraizaram os nossos avoengos, fixou-se nos o desejo de pesquisar fatos da vida de Itaocara, a avelhantada Aldeia da Pedra, onde nascera o nosso querido Pai – Januário de Toledo Piza – que deixou nome encimado por brasões de honradez e dignidade e que fora também o berço da que, esposa amantíssima, tanto nos tem embelecido a existência³⁹⁸.

Arnaldo Bittencourt foi às origens de Nova Friburgo como estratégia para traçar o perfil de sua administração no governo municipal, do qual foi destituído com a Revolução de 1930: “*Tendo exercido o cargo de promotor de justiça, e depois eleito sem concorrente, prefeito municipal, cargo que exerci de Dezembro de 1929 até 27 de outubro de 1930, achei de utilidade publicar as notas que reuni naquele período*”³⁹⁹.

O amor à terra natal levava-os à construção de uma narrativa em que eram exaltados os feitos e fastos da localidade. Leoni Iório, por exemplo, colocava-se como o herdeiro da missão de valorização da história de Valença:

Um dia, em 1924, surgiu-me a figura respeitável e querida de Luiz Damasceno, valenciano de alto quilate social, que me trazia, com distinta dedicatória um exemplar de sua “História de Valença” publicada naquele ano. Ao ofertar-me o precioso livro, hoje esgotado, disse-me estas palavras, textualmente: “aí está a pequenina história de nossa terra. Agora espero que você seja o continuador dela”. ... [meu livro] Será de alguma utilidade, e, com certeza, um livro honesto, produto do devotamento à terra do meu berço, que tem a sua história cheia de espiritualidade, onde a pátina do tempo, que precisa ser conservada, vai dando ao ar ambiente o perfume dos belos tempos idos. Esta despreziosa obra é fruto do coração, para o coração dos meus conterrâneos. Pelo menos, um manancial sincero para obra mais completa: a pedrinha de Valença no edifício do Estado, para engrandecimento do Brasil⁴⁰⁰.

O major Porphirio Henriques foi outro que associou sua luta política em Itaperuna à pesquisa histórica para revelar a “*grandeza de sua terra.... a Terra da Promissão*”:

Não lhe tendo sido possível prestar à sua terra os serviços e os benefícios que desejava e idealizou, por vários motivos, sobressaindo os de ordem política e os da falta de recursos materiais, deliberou escrever esta obra que representa mais de 30 anos de trabalho paciente e metucioso empregado devotadamente na coleta de documentos autênticos, informes e fatos verdadeiros, panoramas, fotografias, vistas de matas, cafezais, lugares aprazíveis e tudo quanto de belo e de útil pudesse atestar a grandeza e as possibilidades deste privilegiado rincão fluminense e embelezar A TERRA DA PROMISSÃO... A despeito de todos os tropeços e dificuldades que lhe foram opostos, o autor conseguiu realizar a sua maior aspiração – a de fazer conhecida a grandeza da

³⁹⁸ Mirtaristides de Toledo Piza. **Itaocara**. Antiga aldeia de índios. Niterói: Diário Oficial, 1946. p. 1.

³⁹⁹ Arnaldo Pinheiro Bittencourt. **O município de Nova Friburgo**. S/l: s/ed., 1939. p. 3.

⁴⁰⁰ Leoni Iório. **Valença de ontem e de hoje**. 1789-1952. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso S. A., 1953. p. 5.

sua terra, através das páginas documentadas de A TERRA DA PROMISSÃO⁴⁰¹. (grifos no original)

Por fim haviam aqueles que se dedicavam aos estudos históricos com objetivos de apresentação em congressos científicos. Alberto Ribeiro Lamego produziu sua tetralogia, nas décadas de 1940 e 1950, para participação nos Congressos Brasileiros de Geografia promovidos pelo IBGE. Com *O Homem e o Brejo*, Lamego Filho – como assinou seu primeiro livro – propunha-se a fazer uma interpretação geográfica da história pois “*nosso fim é antropogeográfico. Nosso intuito é apenas relacionar o estudo das formações geológicas, com uma revisão dos fatos mais conspícuos e expressivos da passagem sobre elas do homem trissecular. E, com isso, fomos levados a patrioticamente indicar, de acordo com a formação histórica firmemente sedimentada na psique desse grande grupo étnico, normas de legislação econômica que nos parece conduzirão à prosperidade e ao contentamento coletivo*”⁴⁰².

As diferentes motivações que os orientavam não construíam divergências nas análises. Havia, na verdade, um certo consenso na prática da construção do conhecimento histórico, que será analisada no item 5.4.

5.3

Quem editava as obras de história fluminense?

A grande maioria dos autores estudados contou com o endosso oficial para a publicação de seus trabalhos. Do conjunto de vinte historiadores, nove contaram com financiamento público local ou estadual; quatro, com as publicações pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; três, por pequenas editoras; um, por uma grande editora e três realizaram seus trabalhos em gráficas.

Do primeiro conjunto, cinco trabalhos foram confeccionados na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e quatro contaram com dotações das administrações locais ou da Assembleia Legislativa para sua publicação.

⁴⁰¹ Porphirio Henriques (Major). *A Terra da Promissão*. História de Itaperuna. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Aurora LTDA, 1956.

⁴⁰² Alberto Ribeiro Lamego. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945. p. XXXI.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro teve sua origem com a criação do Diário Oficial do estado, em 30 de maio de 1931. Anteriormente os atos oficiais do governo eram publicados no Expediente do Estado do Rio de Janeiro, no Jornal do Comércio ou em outros jornais, conforme o gestor do momento. O ato de criação da empresa estatal abria a possibilidade de as publicações de caráter particular serem editadas pelas oficinas do Diário Oficial com a autorização do Secretário de Interior e Justiça e de acordo com tarifas estabelecidas pelo regulamento da instituição.

Segundo Euclides Pereira Duque, apenas em 1956 é que a já Imprensa Oficial passou a “*imprimir obras de grande valor científico ou literário, de autores fluminenses ou radicados no Estado, há mais de vinte anos*”, com a autorização da lei estadual nº. 2.961⁴⁰³. No ano seguinte, o governador Miguel Couto autorizava a Imprensa Oficial a publicar material didático para venda direta ao público, na capital e no interior do estado, no qual deveriam ser veiculados informes sobre a história fluminense:

Sempre que o comporte, o material produzido conterà matéria de ensinamento, como resumo histórico de municípios, produção, formação administrativa, aspectos turísticos e biografias de fluminenses ilustres já falecidos, excluindo-se qualquer propaganda política ou partidária.

Para os cadernos escolares serão adotados os títulos TERRA FLUMINENSE e VULTOS FLUMINENSES devendo o Diretor da Imprensa Oficial promover o registro dos mesmos no órgão competente, os quais serão de propriedade do Estado⁴⁰⁴. (grifos no original)

No entanto, não foi apenas nesse período que o estado publicou obras de autores fluminenses e procurou valorizar a história local. Conforme citamos no capítulo anterior, Rubens Falcão mencionou que, quando esteve à frente do Departamento de Educação do Estado, período esse que abrangeu os anos de 1943 a 1945, foram editados pela administração estadual seis livros que abordavam temáticas fluminenses ou de autores do estado: *O tupi na cultura brasileira*, de Adauto Fernandes; *Casimiro de Abreu*, de Carlos Maul; *Do gênio da língua portuguesa*, de Henrique Lagden; *Vultos Fluminenses*, de Luiz Lamego; *O problema educacional*, de José Duarte; e a segunda edição de *O Estado do Rio de Janeiro*, de José Mattoso Maia Forte⁴⁰⁵. Havia então um plano editorial nas décadas de 1930 e 1940 de publicação de obras que valorizassem a produção intelectual local.

⁴⁰³ Euclides Pereira Duque. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Uma história. 1931-2001. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2001. p. 89.

⁴⁰⁴ *Apud. Idem*, p. 91.

⁴⁰⁵ Rubens Falcão. **Novos Caminhos na Educação Fluminense**. Niterói: Imprensa Nacional, 1946. p. 31.

Entre as décadas de 1930 e 1950 o Diário Oficial publicou *Notas para a História de Niterói*, de José Mattoso Maia Forte; *História de Niterói*, de Antônio Figueira de Almeida; *Terra de Cantagalo*, de Acácio Ferreira Dias; e *Itaocara, Antiga Aldeia dos índios*, de Toledo Piza.

Entre os agradecimentos que fez Acácio Ferreira Dias àqueles que viabilizaram a publicação de seu livro, consta um a Heitor do Amaral Gurgel, então secretário do Governo:

O Dr. Heitor Gurgel é, no momento que passa, de renovação de valores, o amigo dos jornalistas e o patrono dos escritores que surgem do desconhecido e procuram difundir os seus estudos literários, científicos ou históricos por meio do livro. O incentivo para que se registrem os fastos de cada célula do estado, representada pelos municípios, é a argamassa cultural que solidificará, com testemunho do tempo, a estrutura da obra ciclópica que o Governo Fluminense legará aos pósteros, revivendo nos feitos do passado a glória dos nossos maiores, cuja memória sagrada não pode perecer nas cinzas dos séculos que se vão⁴⁰⁶.

Mas o maior empreendimento editorial desse período foi a impressão de cinco volumes da *Terra Goytacá à luz de documentos inéditos*, de Alberto Lamego. Essa obra começou a ser publicada durante a estada do historiador campista na Europa. Nesse período vieram a lume três volumes nas décadas de 1910 e 1920. O interregno na publicação da obra não é explicado por seu autor no momento da retomada da edição dos cinco volumes finais de sua obra maior. Possivelmente a interrupção tenha ocorrido por falta de apoio financeiro para sua continuidade, problema esse sanado com a política amaralista de publicação de obras da história fluminense.

O livro de Luiz Palmier foi impresso nas oficinas do IBGE mas foi financiado pela municipalidade de São Gonçalo, assim como Ignácio Raposo pôde publicar sua *História de Vassouras* com o apoio dos gestores desta cidade⁴⁰⁷. Roberto Pereira dos Santos publicou a sua *Monografia de Rio Bonito* pela Imprensa Nacional a partir de sua vitória no concurso estabelecido por esta cidade para premiar a melhor monografia sobre a localidade para a comemoração do centenário local, em 1946⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ Acácio Ferreira Dias. **Terra de Cantagalo**. Subsídios para a história do município de Cantagalo. Niterói: Imprensa Oficial, 1942. p. XV.

⁴⁰⁷ Ignácio Raposo. **História de Vassouras**. Vassouras: Fundação 1º de maio, 1935.

⁴⁰⁸ Roberto Pereira dos Santos. **Monografia de Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

O IBGE publicou 4 das obras analisadas. São elas: *O homem e o Brejo*, *O homem e a serra*, *O homem e a Guanabara* e *O homem e a Restinga*, de Alberto Ribeiro Lamego⁴⁰⁹.

O homem e o brejo foi escolhido pelo IBGE como a obra inicial da Biblioteca Geográfica Brasileira, Serie A – Livros. Segundo Christovam Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, tal escolha se devia ao desenvolvimento da geografia no país:

O progresso da Geografia pátria depende fundamentalmente da intensificação dos esforços dos nossos pesquisadores na elaboração de monografias sobre as diversas regiões brasileiras, de acordo com os métodos geográficos modernos. Só então será possível a organização de grandes sínteses nacionais, que compreendam o território brasileiro em sua complexidade⁴¹⁰.

Conforme já indicamos no primeiro capítulo, o IBGE investia na construção de monografias regionais que permitiriam o reconhecimento do território nacional, seguindo a influência da geografia francesa.

Havia então um movimento editorial em que a história fluminense possuía um lugar. Em grande parte as edições eram realizadas ora pela rede de sociabilidades estabelecidas pelos seus autores, que no mais das vezes envolvia o poder local ou estadual, ora contavam com os próprios recursos dos seus autores, que desejavam ver materializado em livro seus esforços de pesquisa.

5.4

Como se escreveu a história fluminense?

Não era comum entre os historiadores analisados a produção de textos de caráter metodológico, sistematizando suas apreensões acerca do fazer historiográfico. Os poucos indícios que nos deixaram estão expressos em frases esparsas nas introduções de

⁴⁰⁹ Alberto Ribeiro Lamego. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945. _____. **O homem e a restinga**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1946. _____. **O homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1948. _____. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1950.

⁴¹⁰ Alberto Ribeiro Lamego. **O homem e o brejo...** p. VII

seus estudos ou por um outro comentário no decorrer do texto. Depreende-se mais suas concepções de história por seu fazer do que por um texto programático.

Antônio Figueira de Almeida foi um dos poucos que melhor expuseram suas ideias acerca do ofício do historiador. Na introdução de sua *História de Niterói*, assim se expressou:

Uma história não é, e não pode ser unicamente, uma narrativa. Ela tem também de ser um balanço das energias e do poder criador dos homens. Aqui, por isso, se verá, num extremo, a aldeiola de Martim Afonso Araribóia, e, no outro, Niterói com seus palácios, indústrias e os seus já 120.000 habitantes, ou mais. Procurei, assim, fazer bem nítido esse milagre de todos os dias que só pode ser apreciado pelas sínteses de século a século – a semelhança do que é realizado na sucessão das eras da Natureza⁴¹¹.

A história não seria uma simples organização dos fatos em ordem cronológica. Conforme citado no capítulo II, o próprio Figueira de Almeida já indicava em sua palestra na Renascença Fluminense que era tarefa do historiador identificar os períodos, as fases que compunham a história. Cada uma possuiria caracteres definidos, “*cujá concatenação forma o todo contínuo e harmônico*”⁴¹². A simples narração da sucessão dos fatos desenrolados em uma comuna não permitiria tal operação, pois, assim, não seria possível demonstrar a grandeza da ação humana vencendo a natureza, transformando-a e construindo condições para a vida local, enfim “*o poder criador dos homens*”. Isso só seria possível se o historiador analisasse o conjunto da obra, a “*síntese de século a século*”. Equiparam-se as fases históricas às Eras Geológicas, por ele denominadas Eras da Natureza. Estas não se prendem a um episódio. Suas mudanças ocorrem lentamente, proporcionando continuidades que duram séculos e até mesmo milênios. Em relação à história, ela também assim o é. As fases históricas seriam definidas a partir da análise do conjunto, evidenciando uma relação de continuidade e ruptura, em que esta última deveria ser compreendida como mudança “*harmônica*”.

A história, neste caso, tem uma dupla função. Por um lado ela serve para demonstrar a incrível capacidade do homem em transformar sua vida e nesse sentido ela é exemplar. Um seu contemporâneo, Luiz Palmier, por exemplo, afirmava que “*ao historiador cabe uma missão: alertar os povos no sentido de não menosprezarem, antes procurarem sobrelevar, as suas glórias, os seus feitos, as suas tradições*”⁴¹³.

⁴¹¹ Antônio Figueira de Almeida, *op. cit.*, p. 3.

⁴¹² Antônio Figueira de Almeida. **Os fluminenses na história do Brasil**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1928. p. 11.

⁴¹³ Luiz Palmier. Centenário de Itaverá. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. N. 2. 1949. p. 39.

Palmier combatia uma visão de que o passado devia ser esquecido para construção do presente. A exemplaridade da história que daí se depreende não seria no sentido antigo, para imitação⁴¹⁴. Realçar a tradição deveria servir para construção do novo, de um tempo novo. O exemplo do passado deveria servir para construir um elo de grandeza e continuidade. Grandeza que valorizava o fluminense por sua história e continuidade expressa na idéia de missão onde estes deveriam continuar a obra de seus antecessores que souberam vencer as condições históricas e se tornar, na sua ótica, o principal grupo dirigente do país.

A idéia da continuidade é um dos outros elementos constitutivos da história. O devir é construído a partir do que se foi. O estudo do passado serviria para construir um elo na cadeia do progresso local. A idéia de que o futuro seria venturoso, e assim seria pelo passado já tê-lo sido, perpassa todas as obras consultadas.

A história tinha assim uma função pedagógica em sentido mais amplo do que o escolar. Os livros analisados não tinham como público alvo os discentes nem os docentes das escolas locais, à exceção de *Apontamentos para a história do município de Cantagalo*, de Acácio Ferreira Dias, que, abaixo do título, fixava: “*para uso das escolas municipais*”⁴¹⁵. Apesar disso, esperavam que seus estudos fossem absorvidos pelo magistério e divulgados na escola; desejo expresso fosse por dedicatórias ao magistério ou aos alunos, como no caso de Amaral Barcellos, fosse com a inclusão de capítulos dedicados à história da educação nas localidades, como, entre outros, Porphirio Henriques e Luiz Palmier.

A pedagogia da história aqui proposta almejava instruir outros grupos além do escolar. Seu objetivo também era formar uma consciência histórica junto aos grupos dirigentes e às lideranças locais. Apresentar-lhes a verdadeira história local deveria proporcionar-lhes a idéia de continuadores da obra pretérita. Revelar uma história agora verdadeira, pois que baseada na pesquisa documental e bibliográfica que seus autores tinham realizado e não apenas na tradição oral ou em relatos errôneos.

⁴¹⁴ Sobre as concepções antigas e modernas de história conferir. Hannah Arendt. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005. Reinhart. Koselleck. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

⁴¹⁵ Acácio Ferreira Dias. **Apontamentos para a história do município de Cantagalo**. Para uso das escolas municipais. Niterói: Typ. 9 de julho, 1934.

5.4.1 - As fontes históricas

Rien ne supplée aux documents; pas de documents, pas d'histoire. A máxima de Langlois e de Seignobos presente em seu famoso manual de introdução aos estudos históricos serviu como epígrafe para Alberto Lamego abrir sua grande obra: *A terra Goytacá à luz de documentos inéditos*, cujo primeiro volume foi publicado em 1913. Na verdade, a questão da documentação como forma de construção do conhecimento histórico sobre a localidade já se fazia presente no próprio título⁴¹⁶.

A lição dos mestres franceses, aprendida e divulgada por Alberto Lamego, fixou sólidas bases na historiografia que se produziu entre as décadas de 1930 e 1950 no estado do Rio de Janeiro.

Pedro Curio, por exemplo, afirmou que “*não nos preocuparemos com o lado literário, pois [...] qualquer frincha na contextura lógica dos fatos, por onde passe um raio irisado de fantasia, compromete toda a narrativa pelo descrédito que lança sobre os episódios mais bem catalogados e aceitos. A história é assim inconciliável com a fantasia*”⁴¹⁷. A história que se queria verdadeira, científica, não poderia ser conciliada à literatura. Tal cientificidade só seria alcançada com o alicerce das fontes documentais.

Nesses estudos não eram privilegiados apenas os documentos oficiais ou ligados às personalidades políticas – impressos ou manuscritos. Benedito Jordão dos Santos, para elaborar a história de Angra dos Reis, diz que consultou

vários historiadores e coleções de jornais locais, ouvi amigos e a isso aliei os conhecimentos que tenho do município, adquiridos, em grande parte, em minha passagem pela Agência Municipal de Estatística, organizando por fim este trabalho, que não chega a ser, por certo, um epítome completo de nossa história⁴¹⁸

A história local então não poderia ser feita apenas com os documentos oficiais. Dever-se-ia utilizar as mais variadas fontes: jornais, dados estatísticos e entrevistas, além de consultar os historiadores, aqueles já tivessem escrito sobre a localidade ou os

⁴¹⁶ Alberto Lamego. *A Terra Goytacá à luz de documentos inéditos*. Bruxelas: L’Edition D’Art, Vol 1 – 1913; Vol 2 – 1924; Vol. 3 – 1925/ Niterói: Diário Oficial, Vol. 4 – 1941, Vol. 5 – 1942. Vol. 6 – 1943, vol. 7 – 1945 e Vol. 8 – 1947.

⁴¹⁷ Pedro Curio. *Como surgiu Friburgo*. Esboço histórico e episódico. 1818-1840. Friburgo: s/ed., 1944. p. 7-8.

⁴¹⁸ Benedito Jordão de Souza, *op. cit.*, p. 5.

que a pesquisavam. A bibliografia era um elemento importante, pois conferia credibilidade ao que estava sendo escrito. Figueira de Almeida, por exemplo, indicava aos críticos que “*antes de uma refutação procure, pois, o leitor informar-se melhor – tomando conhecimento da bibliografia que vai ao fim*” de sua *História de Niterói*⁴¹⁹. A prática, pouco usual nas histórias locais do século XIX, de dar a referência completa aos trabalhos consultados⁴²⁰, tornou-se comum nos trabalhos do período, fosse em notas de rodapé, fosse em listagens bibliográficas ao fim ou no início da obra. Isso é um dos elementos que denotam uma preocupação com a cientificidade do trabalho apresentado ao grande público.

Amaral Barcelos foi um daqueles que lançaram mão de fontes pouco usuais até então. Para elaborar seu estudo para o cinquentenário de Barra do Piraí, realizou “*coletânea de diferentes fontes que considere das mais autorizadas e preciosas, além de muitos episódios que me foram relatados pelas próprias testemunhas, alguns por pessoas das mais antigas, aqui residentes desde 1873*”⁴²¹. Por tal feito, seu prefaciador, Barbosa Leite, valorizou o trabalho:

Muita gente pensará que fatos por ti narrados são produtos de tua imaginação ou da imaginação de quem tos narrou, mas um historiador, Barcellos, não deve dispor exclusivamente das chamadas fontes materiais consubstanciadas nos monumentos ou documentos escritos. O historiador inteligente procura a fonte da tradição, baseada na memória dos fatos e transmitida oralmente pelo Zé Povinho. Em história – já diziam os povos latinos da antiguidade – ninguém mente por mentir e sem razão (*nem gratis mendax*)⁴²².

Entre os entrevistados por Amaral Barcelos estava “*uma relíquia*” do município, o primeiro sub-delegado local Frutuoso Gil Gonçalves, chegado à localidade com vinte anos em 1873 e que contava, em 1940, com 87 anos de idade.

⁴¹⁹ Antonio Figueira de Almeida, *op. cit.*, p. 3.

⁴²⁰ No século XIX foram redigidas as primeiras histórias fluminenses. A consulta a tais livros se deu apenas de maneira comparativa, não sendo nosso objeto específico de estudo. No caso em questão, a grande maioria dos autores consultados apenas mencionava o autor ou o livro consultado sem se preocupar em dar a referência completa à obra. Entre esses casos: Fernando José Martins, Augusto de Carvalho, Honório Lima e Julio Feydit. Cf. Augusto de Carvalho. **Apontamentos para a história da Capitania de São Tomé**. Campos: Typ e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888. Júlio Feydit. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**. Campos: Typographia a vapor de J. Alvarenga & Companhia, 1900. Honório Lima. **Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis**. [1889]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1972. Fernando José Martins. **História do descobrimento e povoação de São João da Barra**. S/l: s/ed., 1868.

⁴²¹ Amaral Barcelos, *op. cit.* p. XV.

⁴²² *Ibid.*, p. XII.

Na impossibilidade de entrevistar diretamente os personagens, Roberto Pereira dos Santos solicitou dados históricos por correspondência. Para suas pesquisas ele dividia

Cronometricamente as horas, passo do Arquivo Nacional à Biblioteca; desta ao Instituto Histórico; deste ao meu posto de observação climática, toscamente improvisado em casa do velho amigo Agenor, em Rio Bonito; e, por fim, ao meu gabinete de estudos, no Rio, *onde recebo dados biográficos e genealógicos solicitados por carta a riobonitenses ilustres*.⁴²³ (grifos meus)

As informações colhidas dos depoentes eram verificadas junto à documentação localizada. Sobre a origem do município de Barra do Piraí, por exemplo, Amaral Barcelos esclareceu que: “*afirma o saudoso poeta e publicista, Ovídio dos Santos Melo, que o povoado teve seu marco inicial nesse ano de 1853 [...] Pelas investigações procedidas em várias fontes, tais asserções merecem absoluto crédito...*”⁴²⁴.

Barbosa Leite, no prefácio citado, expressava uma idéia já comum à época de que a história era obra de construção intelectual do historiador. Era ele que coletava, selecionava e indicava aquelas mais viáveis a seu objetivo. Em seu manual, Langlois e Seignobos afirmavam que o historiador tinha de ter cuidado ao escolher seu tema de pesquisa, especialmente pela questão da localização das fontes, no seu caso as fontes oficiais, preservadas ou não nos arquivos públicos⁴²⁵. Para a construção da história das regiões e localidades esse limite era ainda maior. As fontes oficiais locais não lhes permitiam a construção de toda a história local. Por outro lado, os documentos oficiais não davam a vivacidade que eles queriam transmitir ao reunir dados sobre os fatos e feitos da comuna com a inclusão de informações sobre associações, casas comerciais, movimentos cívicos etc.

Havia ainda a questão do descarte de acervos públicos como os ocorridos na década de 1940 em Itaboraí⁴²⁶ e na seguinte em Rio Bonito⁴²⁷.

⁴²³ Roberto Pereira dos Santos. **Monografia de Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. p. 6-7

⁴²⁴ Amaral Barcelos, *op. cit.*, p. 23.

⁴²⁵ “*Escolha cada qual, pois com metucioso cuidado, o assunto para seus trabalhos e evite o erro imperdoável de o eleger ao acaso. Certos temas, no estado atual dos instrumentos de pesquisa, só podem ser tratados à custa de enormes joiramentos, em que a inteligência e a vida se gastam sem proveito...*”. Charles V. Langlois & Charles Seignobos. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Editora Renascença, 1946. p. 30

⁴²⁶ Itaboraí: Um patrimônio histórico. In: **O Tablóide**. Itaboraí. Maio de 1996. p. 4

⁴²⁷ Informação prestada pelo professor Arnulpho Santiago, pesquisador da história da Câmara Municipal de Rio Bonito.

Na ausência de fontes oficiais, lançava-se mão da consulta aos periódicos, da história oral e especialmente dos relatos de viajantes.

Os viajantes tornaram-se uma fonte obrigatória para todos aqueles que se propunham a interpretar o país, entre as décadas de 1930 e 1950. Os esforços de reinterpretar a realidade brasileira por aqueles que se envolveram nos *Estudos Brasileiros* levaram a empreendimentos editoriais configurados nas coleções Brasiliana, da Companhia Editora Nacional; na Documentos Brasileiros, da José Olympio Editora; e na Biblioteca Histórica Brasileira, organizada pela Livraria Martins Fontes a partir de 1940. Estas, em especial a última, dedicaram-se à reedição de viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil ao longo do século XIX⁴²⁸.

As fontes oficiais, no entanto, tinham primazia na construção do texto histórico, pois estavam intimamente ligadas à concepção dos historiadores de que o Estado é o grande promotor da vida local ao criar agências públicas – educação, saúde, segurança, assistência social. Sua ação através dos atos normativos era a que imprimia o ritmo das mudanças locais, caracterizada em grande parte desses estudos como sendo a sua evolução político-administrativa. Dentre os documentos mais citados encontramos as cartas régias, os aforamentos, os Relatórios de Presidentes de Província, a legislação estadual e municipal, entre outros.

A leitura cuidadosa dessas fontes possibilitava ao estudioso reparar erros de antecessores descuidados ou mesmo tendenciosos por seus patriotismos.

Duas passagens de Frei Aurélio Stulzer são esclarecedoras nesse sentido. Teria o religioso descoberto o verdadeiro alferes que dera o nome à cidade de Paty do Alferes. Assim desqualificava o trabalho de antecessores: “*um dos compiladores de antiquilhas vassourenses, ou Alberto Brandão, ou Jorge Pinto, adianta a impossibilidade de estabelecer a origem do nome. Como o município é grande e com a miopia congênita de vassourenses não estranhemos em nada esta conclusão...*”⁴²⁹.

Em outra parte diz o padre da Matriz de Paty do Alferes que

Em turras inofensivas, que as há entre pesquisadores, como entre torcedores de futebol, arrisquei, numa delas, com o Dr. Francisco Kloers Werneck, minha cabeça em como Salvador da Silva Fidalgo era filho do nosso fundador Francisco Tavares.

Ora uma cabeça, sendo a minha, por menos que valha, não a entregaria assim.

⁴²⁸ Heloísa Pontes. Retratos do Brasil: Um estudo dos editores, das editoras e das Coleções brasileiras nas décadas de 1930,40 e 50. In: **BIB**. Rio de Janeiro, nº. 26, 2º semestre de 1988.

⁴²⁹ Aurélio Stulzer, *op. cit.*, p. 10.

Vou dar as fontes talvez inacessíveis para o meu amigo pesquisador – Louveime nas certidões de 11-9-1817, de Luiz Paulo Lobo da Costa e Alexandre das Chagas Tavares, na qual dizem “que sua mãe Bárbara Correa de Oliveira vende”... [Bárbara Oliveira era esposa de Francisco Tavares]⁴³⁰.

A. de Ribeiro Sá escreveu a história da origem da cidade de Entre Rios visando homenagear seu avô e também corrigir um “*erro histórico*”, pois a falta de registros dessa história havia levado o prefeito municipal a retirar o nome do Barão de Ribeiro Sá, um dos fundadores, de uma das ruas centrais da cidade, substituindo-o pelo Presidente Getúlio Vargas.

Este trabalho não é apenas uma homenagem à memória dos saudosos fundadores da cidade fluminense de Entre Rios, um dos quais meu avô. É também tributo à verdade histórica que aos meus contemporâneos assiste o direito de conhecer.

Isto porque seus nomes não constituem hoje um patrimônio individual, mas da própria cidade que delinearam.

Procurei escrever a origem e fundação de Entre-Rios, sem falar por mim mesmo.

Preferi reproduzir, resumindo, os fatos históricos que encontrei em atas, relatórios e documentos de arquivos públicos, que resistem a toda e qualquer meticulosa análise.

São destituídos de valor os artigos da imprensa periódica, quando não se apresentam acompanhados da força oriunda da verdade comprovada.

De folhas esparsas constitui este ramallete, com sincera fidelidade e emoção.

Dos dias do passado é o eco que revivo da voz meiga e imorredoura da verdade, a qual transmito aos meus contemporâneos.⁴³¹

As polêmicas levantadas deram-se em relação aos personagens. A questão da mudança do nome de uma rua substituindo um personagem local por um outro estrangeiro – neste caso, o presidente da República – atingia a identidade local. Ribeiro de Sá não era contra a homenagem que se fazia a Vargas desde que essa não tirasse o nome de seu avô de uma das ruas principais da cidade, da qual ele teria sido um dos pioneiros. O nome em logradouro público simbolizava o reconhecimento pela obra do personagem e, para lhe exaltar a memória, Ribeiro de Sá escrevia um livro que não se queria biográfico mas que ressaltava o papel do Barão de Ribeiro de Sá na fundação da cidade de Entre Rios.

Para além das rivalidades intelectuais e da defesa da memória familiar, as citações anteriores nos apresentam uma concepção de que o conhecimento histórico só

⁴³⁰ *Ibid.*, p. 28.

⁴³¹ A de Ribeiro Sá, *op. cit.*, p. 3-4.

pode ser construído a partir de fontes. Buscavam-se todos os vestígios materiais do passado possíveis. O major Porphirio Henriques afirmara que dedicara

mais de 30 anos de trabalho paciente e meticuloso empregado devotadamente na coleta de documentos autênticos, informes e fatos verdadeiros, panoramas, fotografias, vistas de matas, cafezais, lugares aprazíveis e tudo quanto de belo e de útil pudesse atestar a grandeza e as possibilidades deste privilegiado rincão fluminense e embelezar A TERRA DA PROMISSÃO...⁴³²

Havia nisso reminiscências antiquárias no sentido da coleção dos mais variados vestígios do passado na construção de uma narrativa sobre o tempo pretérito. No entanto, os antiquários valorizavam os objetos em si. Estes teriam valor simplesmente por existirem e serem ícones de um tempo passado. Essa perspectiva também aparece nos escritos dos historiadores analisados. Em vários casos, encontramos a reprodução de imagens e quadros que representavam prédios, personalidades e eventos ocorridos na localidade.

O antiquariado era uma prática historiográfica tida como superada com o processo de cientificização do conhecimento histórico ocorrido nos séculos XVIII e XIX. Essa prática possuía raízes no período greco-romano, segundo Arnaldo Momigliano. Os métodos de estudo, os objetos, os objetivos e a escrita da história eram diferentes nas concepções antiquárias e históricas. Enquanto aquele se interessava pelos mais variados aspectos sociais, a história identificava-se com a política, por exemplo:

De modo negativo, estes estudos [antiquários] eram caracterizados por uma falta de interesse primordial pelo aspecto político, por uma indiferença pelas questões contemporâneas de importância geral e por uma falta de qualidade retórica. De modo positivo, estes estudos eram caracterizados por um interesse pelos detalhes minuciosos do passado, por um patriotismo local não disfarçado, pela curiosidade por eventos pouco comuns e por monstruosidades, e pela ostentação da erudição como um fim em si mesma.⁴³³

Sistemáticos em seus estudos, os antiquários dissertavam amiúde sobre uma temática, um evento, um objeto, um monumento. Uma outra característica peculiar desses estudiosos era seu fascínio pelos vestígios materiais do passado, em detrimento da documentação escrita.

A Renascença retomou essas práticas, em especial com o recolhimento dos monumentos do passado greco-romano. Para os antiquários de então esses vestígios

⁴³² Porphirio Henriques, *op. cit.*, p. 23

⁴³³ Arnaldo Momigliano. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004. p. 94.

seriam a possibilidade de conhecimento do real passado pelas suas marcas sobreviventes. O Antiquariado chegou a ser cátedra universitária na Inglaterra do século XVII.

A cultura histórica oitocentista desqualificou esse discurso, estereotipando-o:

Amante das coisas do passado, erudito desprovido de um sentido mais contemporâneo por sua atividade colecionista, alheio às questões centrais de seu tempo e devotando ao passado um culto religioso, sacralizando os seus objetos pelo próprio fato de trazerem “em si” inscritas as marcas de um tempo passado e distante como que um signo suficiente para o seu valor.⁴³⁴

A moderna concepção de história, pautada pelo Iluminismo, imprimiu a noção de progresso à História. O estudo do passado deveria levar à compreensão do presente. Ele deixava de ser um dado em si para se tornar objeto do conhecimento do processo de transformação que marca as sociedades. O passado reafirmou o seu papel modelar ao dar as explicações do tempo presente. As particularidades do desenvolvimento histórico de cada povo eram consideradas peculiaridades do mesmo processo que levariam a humanidade a atingir o mesmo grau de progresso.

As inovações, no entanto, não apagaram elementos da tradição historiográfica anterior. No século XIX, já não era mais o interesse pelas antiguidades greco-romanas que atraía os estudiosos. Os nacionalismos despertavam o interesse pela história pátria, pelas raízes nacionais. Esse é o momento do desenvolvimento da arqueologia, da busca pelas “*antiguidades*” de cada país. Realizaram-se grandes inventários de bens patrimoniais e escavações para o descobrimento de vestígios materiais que permitiriam demonstrar a antiguidade da nação. Com isso, foram criados museus e coleções divulgadoras e organizadoras de uma certa história.

As práticas antiquárias foram ressignificadas, os saberes que a compunham, como por exemplo, a arqueologia, a numismática, a cronologia, tornam-se conhecimentos auxiliares da história. Instituições, como o Instituto Histórico de Paris (França), a Real Sociedade dos Antiquários do Norte (Dinamarca) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao organizarem suas classes, apresentam um viés antiquarista com seções dedicadas à história natural, à arqueologia e às histórias nacionais. Essas instituições propõem iniciativas para organização de grandes coleções de objetos/monumentos e documentos úteis ao estudo da história pátria. A Sociedade

⁴³⁴ Manoel Salgado Guimarães. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. In: **Humanas** (IFCH/UFRGS), Porto Alegre, v. 23, n° 1/2. 2000. p. 114.

dinamarquesa e o Instituto brasileiro, por exemplo, dedicam-se aos estudos dos povos nativos⁴³⁵.

Se, por um lado, havia essa relação antiquária desses historiadores com os vestígios do passado, por outro, eles também eram considerados fontes documentais. Material primordial para a construção da narrativa, eram eles que possibilitariam a análise e a interpretação da história local. Eram eles que embasariam a narrativa interpretativa que definiria as fases históricas locais e suas mudanças.

O privilégio pelas fontes escritas sobre o registro oral ocorria por este ser considerado mais parcial que os demais. Até mesmo aquele que mais utilizou a fonte oral, Amaral Barcelos, lançou mão de outras fontes para confirmar as informações dos depoentes. Este era valorizado para suprir carências, ausências das fontes tradicionais. Havia aí então uma preocupação com a construção de um conhecimento científico e, por isso, verdadeiro.

5.4.2 – Periodização

Em citação transcrita anteriormente, Figueira de Almeida afirmava que o importante na construção da história não eram os fatos cronológicos mas sim sua interpretação. Isso não significava que se deveria abandonar a cronologia priorizando uma narrativa que abordasse temáticas. Poucos foram os livros que adotaram tal modelo. *Terezopolis*, de Armando Vieira, foi um deles. Seu autor reuniu, em 1938, crônicas que vinha publicando no *Jornal do Comércio* desde 1935⁴³⁶. Essas crônicas históricas versavam, em grande parte, sobre temas ligados à sua experiência enquanto construtor, junto com seu pai, da Estrada de Ferro Teresópolis⁴³⁷. Por isso, abordava

⁴³⁵ Cf. Manoel Salgado Guimarães. Para reescrever o passado como história: O IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: Alda Heizer; Antônio Augusto Passos Videira. (Orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 1-28. Lúcia Maria Pascoal Guimarães; Brigitte Holten. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedade dos Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a ciência**. Comunicação apresentada no encontro de Latin American Studies Association. México, 1997. (texto acessado em www.scielo.com.br)

⁴³⁶ Armando Vieira. **Terezopolis**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938.

⁴³⁷ A. Osiris Rahal. **Ruas de Teresópolis**. Seus bairros, prédios e monumentos. Significado histórico de suas modificações. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica Ltda, 1983. p. 267.

temas como as viagens, as vias de comunicação, meios de hospedagem e o Therezopolis Golf Club, do qual foi um dos fundadores⁴³⁸.

Benedito Jordão de Souza afirmava que sua opção pelos temas seguia a orientação do IBGE.

Exponho os fatos sem muito me preocupar com a ordem cronológica dos mesmos, porquanto procurando seguir, o mais perto possível, a orientação traçada pelo IBGE para apresentação de monografias municipais, preferi dividi-lo em capítulos curtos, versando cada um deles sobre determinado fenômeno⁴³⁹.

Neste caso são os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, normalmente abordados em linha cronológica.

A cronologia não era abandonada pela maioria dos historiadores aqui tratados, inclusive por Figueira de Almeida. Ao se traçar o histórico do município, partia-se de seu descobrimento, que variava conforme o momento da chegada dos colonizadores na localidade, do século XVI ao XVIII.

Mesmo um livro, cujo título *Itaocara, Antiga Aldeia de Índios* nos levaria a supor uma maior atenção à questão indígena, toma como marco inicial a chegada do colonizador na região. Neste caso, foi a chegada dos missionários capuchinhos em São Fidélis região que abrangia as terras onde se organizou a Aldeia da Pedra (Itaocara). Afirmava o historiador: “*é que em São Fidélis foi lançado, por assim dizer, o primeiro marco da função da Aldeia da Pedra*”⁴⁴⁰.

Leoni Iório, escrevendo sobre a *Valença de Ontem e de Hoje*, iniciou seu texto da seguinte maneira: “*O homem civilizado, transbordante de ideal, descortinara, nos horizontes de suas cogitações, o grande futuro... E deixando a Guanabara, subira a Serra, de machado em punho...*”⁴⁴¹.

Mattoso Maia, por exemplo, foi um dos que firmavam a origem de Niterói ligada ao episódio da França Antártica e à instituição do aldeamento de Araribóia. Vencidos os franceses e tamoios, as terras das margens da Baía foram concedidas aos combatentes portugueses. As “*barreiras vermelhas*” teriam sido cedidas inicialmente a D. Antônio

⁴³⁸ A título de exemplificação transcrevo o sumário do livro: Origem de Therezopolis – Seus povoadores; A villa antiga; Quebra-frascos; Therezopolis Golf Club – Cascata do Imbuy; Hotel Higinio; Carnaval; A viagem atual; Como era a viagem para Therezopolis; as ruas; Estradas de rodagem; Fonte Judith, Ermitage; Um sonho; Meios de comunicação; A Capital; Uma batida aos macucos; Durante a Revolta de 1893; O Dedo de Deus; e Estrada de Ferro Therezópolis.

⁴³⁹ Benedito Jordão de Souza, *op. cit.*, p. 5-6.

⁴⁴⁰ Toledo Piza. **Itaocara...** p. 11.

⁴⁴¹ Leoni Iorio, *op. cit.*, p. 7.

de Mariz, que as renunciou “nas mãos do governador Mem de Sá para que este as doasse a Araribóia.[...] Assim se fixaram na história da cidade nascente as terras que são hoje a cidade de Niterói”⁴⁴². José Mattoso Maia Forte afirmava a origem da cidade no ato do governo português.

Para Luiz Palmier, a “*história de São Gonçalo, freguesia ou distrito, integrava-se no âmago dos fastos das antigas paróquias ou da Vila Real da Praia Grande*”. São Gonçalo, com suas especificidades, pois “*não se despessoalizaram, entretanto, os acontecimento de aspectos locais*”, teria iniciado assim no mesmo contexto que Niterói, na expulsão francesa e tamoia e na concessão das sesmarias a colonizadores portugueses, no seu caso Gonçalo Gonçalves⁴⁴³.

A história local só teria início a partir da chegada do colonizador representante da civilização que a levava aos confins do território brasileiro partindo do litoral.

De maneira geral os historiadores analisados têm os marcos da história pátria como pano de fundo para a construção da trajetória histórica local. Aqueles que mais se esforçaram para associar a história da cidade à história nacional foram Antônio Figueira de Almeida e Acácio Ferreira Dias. O primeiro divide a história de Niterói em quatro períodos: “*as primeiras notícias, os tempos coloniais, a capital da província e os fastos da era republicana*”⁴⁴⁴. Já o outro estabelece em seis os períodos para a história de Cantagalo: *o período colonial (1786-1822), da independência ao fim do I Reinado (1822-1831), da Abdicação de D. Pedro I ao fim da Regência (1831-1840), Do II Império à Proclamação da República (1840-1889), Cantagalo na I República (1889-1930), e A Revolução e o Primeiro Governo do Município (1930-1935)*⁴⁴⁵.

Em geral os historiadores esforçavam-se para demonstrar a participação da localidade nos eventos da história nacional: nas lutas pela independência, na aclamação do imperador, nas regências, no abolicionismo, no processo de proclamação da República. Mas não são essas as balizas cronológicas mais usuais. Nesse ponto eles constroem periodizações próprias de acordo com experiência histórica de cada localidade.

Ignácio Raposo dividiu a *História de Vassouras* em seis períodos: *Período patense (de 1820 a 1833), período de formação (de 1833 a 1854), período áureo (de*

⁴⁴² José Mattoso Maia Forte, *Notas...* p. 9-10.

⁴⁴³ Luiz Palmier. *São Gonçalo cinquentenário*. P. 15-17

⁴⁴⁴ Antônio Figueira de Almeida. *História de Niterói...*

⁴⁴⁵ Acácio Ferreira Dias. *Terra de Cantagalo...*

1854 a 1878), período de decadência (de 1878 a 1914), período de soerguimento (de 1914 a 1930) e período de remodelação (de 1930 até os nossos dias).

Valença teve sua história dividida por Leoni Iório em *Sertão, Aldeia, Vila e Cidade*. Já Bom Jardim teve duas fases: as “*Épocas primitivas*” e a “*criação do município*”, como a dividiu Manoel Erthal⁴⁴⁶.

Alberto Lamego dividiu a história campista em três períodos. Entre 1500 e 1674 foram os primeiros tempos; entre 1674 e 1753, o período do Domínio dos Assecas; e entre 1753 e 1822 o Domínio da Coroa. A esses períodos destinou quatro dos oito tomos da sua obra. O século XIX e o XX foram tratados como “páginas avulsas” em dois volumes. Os últimos dois tomos da obra foram dedicados às efemérides campistas⁴⁴⁷.

Os ritmos da passagem do tempo na localidade foram normalmente marcados pela evolução político-administrativa. Ressaltava-se a passagem de capela a paróquia, a vila e a cidade como indícios de progresso. A passagem do tempo seguia, neste caso, apontando para o presente. Quanto mais rápida a evolução administrativa, maior indício de prosperidade e progresso local. Por outro lado, tal ideia expressa a importância que esse grupo atribuía ao Estado como agente promotor e/ou consolidador do progresso local. Os atos administrativos eram tidos como aqueles que impulsionavam ou reafirmavam a evolução da localidade estudada. Tais ideias eram importantes especialmente no momento em que se depositavam no estado as esperanças e anseios de reconstrução do lugar fluminense no concerto nacional.

Uma última questão em relação a como esses historiadores lidavam com o tempo diz respeito ao presente. Quanto a este havia reservas. O presente não era história, não era o passado ao qual era possível estudar imparcialmente como arvorava-se a cientificidade do período. Muitos desses escritores estavam envolvidos na criação e organização de instituições ou em disputas político-partidárias que marcaram a primeira metade do século XX. Havendo interesses diferentes em jogo, dos quais eles eram partidários, não era possível a isenção de valores necessária à interpretação dos fatos.

Amaral Barcelos afirmava que seu estudo não ultrapassaria a data limite de 1914 pois

⁴⁴⁶ Manoel Erthal. **Bom Jardim**.

⁴⁴⁷ Alberto Lamego. **Terra Goitacá...**

Está na memória de uma geração, cujos componentes vivos são em número elevado... Personagens que participaram da política e da administração de Barra do Piraí, estiveram em luta com facções a que me filiei. Amigos e adversários, teriam que vir à flor dos acontecimentos e, por muita imparcialidade, não seria eu compreendido como simples enunciador de fatos⁴⁴⁸.

Toledo Piza também não avançou muito nos fatos republicanos:

É que esses fatos, sob o ponto de vista histórico, ainda são bem recentes. Não podem ser olhados com isenção de ânimo. Só o historiador do futuro poderá, alheio às influências do ambiente, melhor os apreciar, focalizando-os sem que se deixe trair pelos quadros que lhe vem aos olhos, ou pelas teias da amizade, que é, em matéria de história, má conselheira. Foi por isso que não nos detivemos, por muito, tracejando a vida de Itaocara, nos dias de hoje, no panorama atual, receosos de que fugíssemos à imparcialidade, tão necessária aos que estudam a vida dos homens e os fatos que se desenrolam entre os povos⁴⁴⁹.

A história científica deveria ser imparcial. O tempo presente não possuía o afastamento necessário a para ser analisado com a neutralidade esperada de um historiador. Essa incapacidade ocorria, pois eles estavam envolvidos com seus acontecimentos, e, neste caso, não se deveria avançar sobre o tempo vivido. Tal neutralidade almejada não era totalmente alcançada. Na sequência da citação anterior, Toledo Piza, remata: “*mas a verdade é que Itaocara, nesses últimos tempos, tem progredido*”.

5.4.3 - O espaço-território

Uma outra questão importante era a construção e identificação do espaço local.

A princípio buscava-se delimitar a unidade territorial da municipalidade e definir-lhe as sub-divisões – distritos e bairros. Essa preocupação é herdeira dos processos de constituição dos Estados Nacionais modernos em que a questão da definição das fronteiras era um elemento-chave em suas preocupações.

A geografia era o ponto, no entanto, em que a influência do pensamento lablachiano se fazia mais patente. O meio natural colocava-se como elemento bruto que fora vencido na obra civilizadora do colonizador. No caso valenciano, Leoni Iório colocou-a como um obstáculo a ser vencido:

⁴⁴⁸ Amaral Barcelos, *op. cit.*, p. XVI-XVII.

⁴⁴⁹ M. Toledo Piza, *op. cit.*, p. 280

Após vencer os infindáveis pantanais da Baixada fluminense, em busca do desconhecido quase insondável, o desbravador põe-se em marcha e se “embrenha no emaranhado das matas seculares” onde a zoologia surpreende o civilizador com os mais variados espécimes que o empolgam, fazendo-o estacar em êxtase, para meditar, ante os segredos atraentes da Natureza, na jornada de grandes aventuras⁴⁵⁰.

A natureza aqui aparece como um bravio desconhecido ao qual o gênio colonizador não se dobrou. Pelo contrário, “*caminhos foram projetados para a penetração evolutiva, na conquista do vale do Paraíba. Ao desbravador não intimidavam as feras indomáveis, o mistério das densas matas e o selvícola valente que, um dia, lhe seria o fiel companheiro-guia nas arrancadas colonizadoras*”⁴⁵¹.

Valença era um sertão “*desconhecido e ignorado. Sertão bruto de maravilhosos aspectos, cenários deslumbrantes e natureza virgem. Com os seus arvoredos imponentes transudando vida na exuberância da seiva e da clorofila, em sorrisos verdes, sob o céu fluminense, o sertão de Valença canta o poema cósmico das grandes forças da Natureza*”⁴⁵².

Eis então que surge aí um grupo forte que “*em futuro não remoto*” constituiria “*o poderio rural, fonte inesgotável de imensas riquezas de um grande império*”⁴⁵³.

Quem mais se dedicou a desenvolver uma interpretação geográfica da história fluminense foi Alberto Ribeiro Lamego. Em seu primeiro trabalho, aquele que abordou a região onde nasceu – Campos dos Goytacazes –, o autor expressou um dos seus objetivos, mantidos nos demais. Objetivava Lamego Filho “*mostrar a vitoriosa tenacidade de um grupo étnico brasileiro sobre o meio físico, desmentindo a apregoada inadaptabilidade do europeu a climas tropicais com uma acelerada evolução cultural ininterrupta*”⁴⁵⁴.

A longa citação que se segue é justificada para que fique expressa sua visão da relação homem-meio:

Para todos esses que, retardatariamente assim opinam a região de Campos é uma contradição flagrante. Um simples olhar à carta que acompanha este trabalho no-la apresenta em sua chocante realidade. Uma pequena Finlândia tropical.

Centenas de lagoas, de brejais e alagadiços; do banhado imenso à insignificante poça, depressões sem conta; pântanos que recebem lavouras na estiagem e que as

⁴⁵⁰ Leoni Lório, *op. cit.*, p. 7

⁴⁵¹ *Idem.*, p. 7.

⁴⁵² *Idem.*, p. 8

⁴⁵³ *Idem.*, p. 11

⁴⁵⁴ Alberto Ribeiro Lamego. *O homem e o brejo...* p. XXIII

afogam em tempos de águas tremendais perenemente inacessíveis, baixadas atoladiças; charcos intermitentes chupados pelos alísios e que se alagoam sob as chuvaradas, invadindo culturas; atoleiros barrando estradas; lamaçais engolindo o gado; o Paraíba transbordante e devastador, galgando as ribanceiras, espriando-se pelas pastarias, assolando canaviais, destruindo habitações, esgalhando-se em torrentes de rumo incerto, ao sabor de caminhos de água evanescidos num velho delta fossilizado; a malária, a ancilostomíase, as endemias latentes...

No meio de tudo isso, o homem isolado. Sozinho durante trezentos anos. A princípio, como companheiro o índio insociável, o tapuio tremendo. Quando saía do brejo, entrava na floresta ao norte e a oeste. Se marcha para leste e para o sul, estaca na Lagoa Feia ou enterra-se no deserto das restingas que o afasta do mar.

[...] neste meio inferior, o homem pode apresentar-lhes como resultados de seu teste, entre outros dados convincentes, os seguintes: uma das maiores cidades do Brasil interior, maior que várias capitais de Estados – levantada entre paúis. Dezesete usinas de açúcar com uma produção média anual de dois milhões de sacos. Trezentos quilômetros de estradas de ferro de serviço público e mais outros tantos de linhas agrícolas e particulares. E, envolvendo em proliferação crescente, o município brasileiro de maior população com seus trezentos mil habitantes definitivamente estabilizados⁴⁵⁵.

Da mesma forma que o meio foi vencido no brejo, também o foi na restinga – a atual região dos lagos –, na serra – toda a região central e margeante ao rio Paraíba –, e na Guanabara onde “*toda a civilização da terra fluminense nasceu... [e] dela se irradiou e até hoje tem ela sido a centralizadora das suas atividades*”⁴⁵⁶. Lamego Filho, geólogo de formação, em suas quatro obras realizou um trabalho de geo-história. Seu referencial é Elisée Reclus, de onde buscou o modelo de divisão do trabalho em três partes: a terra, o homem e a cultura⁴⁵⁷. Para analisar a história das regiões que delimitou, usou a rica biblioteca de seu pai, Alberto Lamego, que reunira, durante sua estada na Europa (1908-1920), uma vasta coleção de documentos e livros raros especialmente sobre a terra fluminense. Seguindo as perspectivas da geografia francesa, dividiu o trabalho utilizando a noção de região que fugia aos marcos administrativos. As regiões englobavam vários municípios que possuíam uma unidade geológica, geográfica e histórica. Daí o *Homem e a Serra* abranger 33 municípios, abarcando desde Resende, Vassouras e Valença, no sudoeste do estado, até Natividade e Porciúncula, no noroeste fluminense.

Há, no momento analisado, duas opções para a definição dos limites espaciais dos estudos em questão. A grande maioria trabalha com os marcos territoriais que conferiam unidade administrativa aos municípios. É certo que, ao utilizar-se os marcos

⁴⁵⁵ *Idem.*, p. XXIX e XXX.

⁴⁵⁶ Alberto Ribeiro Lamego. *O homem e a Guanabara...* p. 15.

⁴⁵⁷ Diogro Pereira das Neves Souza Lima et alli. *Diálogo entre o olhar geográfico brasileiro e a geografia de Élisée Reclus*. http://www.igeo.uerj.br/WICBG/Eixo3/E3_011.htm. acessado em 13/07/2007.

vigentes no momento de seus estudos, esses autores não apagavam a noção da construção histórica do espaço. Ao remontar aos princípios do desbravamento e ocupação do território, à criação da primeira paróquia, à instituição da vila que originara o município estudado, referendava-se que em cada momento desses o seu território era outro. Maior ou menor conforme fosse o caso dos desmembramentos ou anexações que, ao longo do tempo, tivessem ocorrido pela conjuntura de forças políticas que atuaram na constituição do município. Esses autores tinham a noção de que o espaço era historicamente construído.

Outro objetivo da análise da história dos municípios era destacar a sua importância no cenário estadual e nacional. Luiz Palmier, por exemplo, afirmava que o município que estudava era *“bem o retrato do Brasil, grandioso, rico e ubérrimo, na miniatura do pequenino município de São Gonçalo não menos formoso, rico e fértil, nos limites intransponíveis de uma das menores circunscrições brasileiras, parte integrante da grande Pátria”*⁴⁵⁸.

Os ensaios de Alberto Ribeiro Lamego, por seu turno, não esqueciam as delimitações administrativas – na segunda parte dos estudos “O homem”, o autor dedicava tópicos a cada uma das municipalidades que compunham a região analisada – mas havia maior atenção a promover uma interpretação generalizante do processo histórico na região delimitada. No caso do Brejo, a sociedade açucareira; no caso da Restinga, a sociedade salineira; e no caso da Serra, a sociedade cafeeira. A Guanabara era o centro político e cultural da *“civilização fluminense”*, que englobava a cidade do Rio de Janeiro.

Em ambos os casos os autores constroem uma imagem do fluminense vigoroso conquistador da terra ao meio pouco propício. Leoni Iório e Alberto Ribeiro Lamego trabalhando com regiões diferentes – Valença, localizada no Vale do Paraíba, e Campos no norte do estado – apresentam ideias comuns em que o colonizador, fosse ele o luso ou o colono em expansão, deparara-se com um meio natural pouco propício para seu estabelecimento, mas que, sem esmorecer, conquistou-o e transformou-o em seu benefício, construindo aí regiões prósperas.

⁴⁵⁸ Luiz Palmier., *op. cit.*, 47.

5.4.4 - Ciências auxiliares?

O fazer historiográfico do grupo em questão não compartimentava e hierarquizava os saberes na construção do texto histórico. Era consenso que um texto historiográfico tinha de ser baseado em fontes documentais e também que a análise estava balizada pelo tempo e pelo espaço. Havia, no entanto, uma perspectiva em que o texto histórico agregava outros elementos que permitiriam construir uma imagem do objeto de pesquisa.

As apropriações da geografia já foram, em parte, apresentadas. Além da construção da imagem de que os aspectos físicos construam os meios materiais para ocupação do espaço, a geografia apresentava as potencialidades locais.

Luiz Palmier apresentava São Gonçalo nos seguintes termos:

É privilegiada, no estado do Rio de Janeiro, a situação do município de São Gonçalo. Ocupando estreita faixa na orla do Atlântico entre a barra de Piratininga e o maciço granítico de Itacoatiara, natural divisa com Itaipú-Assú, espalha-se na região central, por vales e montanhas, até as serras de Calaboca, Serrinha e Itaintindiba, linhas divisórias com Maricá e Itaboraí, até alcançar a baía de Guanabara, desde o rio Guaxindiba até o rio Bomba⁴⁵⁹.

A hidrografia local, por exemplo, conferia-lhe uma potencialidade sem igual:

A baía de Guanabara, com os 20 quilômetros compreendidos no litoral de São Gonçalo, abundante em peixes, vazadouro natural dos principais rios, com as enseadas pitorescas, praias encantadoras, ilhas de proporções várias, portos em grande número, é inesgotável manancial de riqueza e a contribuição de maior valia, em águas, com que a natureza poderia dotar o município. Além dessa jóia, engastada no diadema das preciosidades da natureza pródiga, são ótimas as condições em relação ao regime das águas. Rios e lagoas fertilizam as terras de todos os distritos⁴⁶⁰.

Rio Bonito era apresentada pelo médico Roberto Pereira dos Santos como um oásis de salubridade em um cenário de epidemias da baixada fluminense:

O município de Rio Bonito faz parte desta vasta região do estado do Rio de Janeiro, de terras ubérrimas e ainda não convenientemente exploradas, conhecidas sob a denominação de serra abaixo ou baixada fluminense.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 47.

⁴⁶⁰ *Ibid.*, p. 50.

O transbordamento dos rios que cortam esta imensa planície, e a deficiente drenagem dos mesmos, são as causas primordiais que se adicionam e conspiram contra a salubridade e o bom nome desta fértil região. Mas o problema já foi compreendido e em futuro não remoto com a desobstrução dos rios, [...] deixará de ser o inferno verde para transmutar-se em dádiva opulenta de suas ribeiras qual novo Egito Fluminense.

Embora fazendo parte integrante dessa baixada, o município de Rio Bonito é, entretanto, o menos baixo dentre seus irmãos, e sua topografia, toda especial, com diversas montanhas a lhe escrespem o relevo, empresta-lhe tal clima, que já lhe grangeou o epíteto significativo de *pérola da Baixada*⁴⁶¹.

A estatística era um outro dado importante na configuração do texto histórico. Faziam eco as palavras de Teixeira de Freitas nos estudos analisados: “*Faça o Brasil a estatística que deve ter e a estatística fará o Brasil como deve ser*”⁴⁶². Os dados estatísticos eram importantes para traçar o perfil local. Benedito Jordão de Souza reunia dados estatísticos aos dados históricos ou, em suas palavras, “*nele procurei coligir fatos de nossa história, em sua grande maioria já veiculados por outros autores, e alguns dados estatísticos, reunindo-os em um só volume onde o manuseio fácil pudesse tornar os fatos angrenses mais conhecidos*”⁴⁶³.

Os dados estatísticos organizados como coletânea nesses estudos normalmente reuniam informações do século XX sobre os mais variados aspectos: produção econômica, saúde, educação, transportes, abastecimento de água, fornecimento de luz e telefonia, entre outros. Tais dados configuravam a situação local no momento em que eram escritos. Apresentando a estatística comparativa de dados de várias agências, intentava-se mostrar o progresso local. Serviam para demonstrar as áreas em que o município havia progredido e aquelas em que deveria investir. A história e a estatística formavam um elo de continuidade. A estatística era a culminância do processo histórico.

A biografia e a genealogia eram outros saberes associados ao texto histórico. Biografavam-se políticos, médicos, advogados, sacerdotes, farmacêuticos, professores, jornalistas, comerciantes, enfim, filhos ilustres da localidade. Construía-se assim a imagem de relevância para a cidade pelos personagens que se destacaram em vários campos, fosse por sua produção política, econômica, científica ou cultural. Os estudos genealógicos voltavam-se para as grandes famílias locais, conferindo-lhes uma tradição que remontava aos tempos originais.

⁴⁶¹ Roberto Pereira dos Santos, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁶² *Apud.* Benedito Jordão de Souza, *op. cit.*, p. 5.

⁴⁶³ *Ibid.*, p. 5.

Por fim, eram incluídos textos em prosa e verso de autores locais, fossem eles sobre a localidade ou não. Tal inclusão visava demonstrar o estágio da produção literária local como indício de progresso.

Geografia, estatística, biografia, genealogia e literatura não eram consideradas ciências auxiliares da história mas sim saberes constituidores da análise histórica. Todos estavam associados na definição de uma identidade local.

5.5

Quem era o fluminense?

Era essa a pergunta que os historiadores analisados almejavam responder em seus estudos, definindo as identidades locais: o niteroiense, o gonçalense, o vassourense, o campista etc.

A demarcação do início das histórias locais a partir do momento em que o colonizador – fosse ele português, fosse ele o colono americano – chegava à região, permite-nos fixar a primeira imagem que eles buscavam construir: o conquistador das terras, dos homens e das almas.

A imagem do conquistador do meio já foi apresentada em item anterior, através das citações de Leoni Iório e Alberto Ribeiro Lamego, mas vale demonstrar como era uma constante nesses escritos. Dos primeiros tempos da colonização teria surgido São Gonçalo, segundo Luiz Palmier:

A proximidade de Niterói e do Rio de Janeiro, através das enseadas da Baía de Guanabara, colocou sempre o território de São Gonçalo acessível aos colonizadores e invasores.

Não foi conquista de maior valia o domínio das terras marginais da baía até o rio Guaxindiba e mesmo a posse do litoral atlântico até Itaipú-Assú.

Terras em abundância ainda restavam aos conquistadores e, embora defendidas, palmo a palmo, pelo gentio, ambicionadas pelos franceses, não mereciam sacrifícios maiores dos possuidores das sesmarias ou donatários de capitânias⁴⁶⁴.

Conquistadores e defensores das terras interiorizaram-se nos séculos XVII e XVIII. Já em finais do século XVIII, Cantagalo teria sido conquistada não mais aos

⁴⁶⁴ Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 16.

nativos, mas a um grupo de bandoleiros, garimpeiros que fugiam ao controle da Coroa portuguesa:

A denominação de Cantagalo vem do tempo do governo do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, e a sua data de 1786...

Os índios Coroados e Goitacazes dominavam nas montanhas que partem em franco declínio para leste, até o vale do Paraíba; não obstante essa horda de selvagens ferozes, numerosos contrabandistas ou garimpeiros invadiram os sertões, expulsando o gentio, estabelecendo nas nascentes do rio Macacú, em sítios que lhes pareciam mais cômodos e exploráveis, as suas habitações e lavouras.

Por longo tempo os garimpeiros chefiados pelo bandoleiro português Manuel Henriques, mais conhecido pela alcunha de Mão de Luva, lavraram clandestinamente os córregos afluentes dos rios Macuco, Negro e Grande.

Havendo tais notícias chegado ao conhecimento do vice-rei D. Luiz de Vasconcelos, foi por uma ordem real mandado evacuar todo o elemento aventureiro daquele vasto sertão, pela tropa de Minas Gerais, com ordem expressa de prender todos quantos fizessem o contrabando do ouro⁴⁶⁵.

Para Acácio Ferreira Dias, a história de Cantagalo se iniciou pela conquista colonizadora da região e não pelo grupo do Mão de Luva, por ele tratado como bandoleiro. A história do Mão de Luva faria parte de uma “tradição”, uma “lenda” local. Manoel Henriques seria na verdade o duque de Santo Tirso, enamorado da princesa que viria a ser D. Maria I. O contrabandista era um daqueles envolvidos na conspiração contra o Marquês de Pombal, que, descoberto o motim, foi degredado no Brasil. Ao partir para o exílio, a princesa lhe entregara uma luva que deveria ser usada em sua mão direita até que ela se tornasse rainha e o levasse de volta ao reino para viverem juntos.

Conquistadores de almas, como demonstra Toledo Piza ao definir a origem de Itaocara pela missão capuchinha em São Fidélis:

É que em São Fidélis foi lançado, por assim dizer, o primeiro marco da fundação da Aldeia da Pedra. Ali é que os missionários capuchinhos, diante das desinteligências, dos ódios e ressentimentos entre os Purís e os Coroados, sentiram necessidade de fundar nova aldeia, nova povoação que pudesse recolher, chamando-os ao meio civilizado, aqueles índios⁴⁶⁶.

A obra colonizadora era indissociável da questão religiosa. Luiz Palmier afirmava que a primeira demonstração da atividade do colonizador era “*a capela, célula inicial da embrionária aldeia, freguesia, vila ou cidade*”⁴⁶⁷.

⁴⁶⁵ Acácio Ferreira Dias, *op. cit.*, p. 3-4.

⁴⁶⁶ Toledo Piza, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁶⁷ Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 17.

Tal imagem conquistadora diferia daquela construída por Oliveira Vianna ainda na década de 1910⁴⁶⁸ e por ele retomada ao apresentar a obra inicial de Alberto Ribeiro Lamego, *A planície do Solar e da Senzala*, de 1934⁴⁶⁹.

Naquele texto, o sociólogo firma a identidade da região Centro-Sul do país, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, através de um corte rural e aristocrático. Destes, o fluminense seria o menos característico rural pela atração que a vida urbana da Corte lhe imprimia:

São mais finos, mais polidos, mais socialmente cultos pela proximidade, convívio e hegemonia da Corte, cuja ação como que os absorve e despersonaliza. [...] [O] caráter regional dos fluminenses não é tão nitidamente discriminável como o dos paulistas e dos mineiros. Os traços comuns desse grupo são um tanto fugidios e vagos. Não se delineiam, não se precisam, não se fixam. É que o fluminense é, na verdade, uma transição social: transição, ao sul, entre o tipo urbano propriamente dito, que habita a Corte, e o tipo rural, o genuíno caipira das matas, o grande latifundiário, que agricultura o planalto, em São Paulo e Minas⁴⁷⁰.

O desenvolvimento dessas ideias leva à melhor caracterização da “*psicologia social do fluminense*” no prefácio citado. Ao apresentar a obra de Lamego Filho, valorizava o “*cientista social*” nascente que fazia um brilhante trabalho de análise de um “*sub-grupo*” do fluminense, o campista. Oliveira Vianna, nesse texto, definia a identidade fluminense em contraponto aos outros grupos regionais brasileiros. Diferentemente dos paulistas, gaúchos e nordestinos, que, em tempos coloniais, tiveram de conquistar, à força da guerra, suas terras dos nativos, “*nós, os fluminenses, nunca tivemos necessidade de manejar armas*”. O fluminense teve sempre “*as duas mãos inteiramente livres, e as pode aplicar, exclusivamente no pastoreio dos seus gados, no desbaste das suas florestas, na sementeira dos seus campos, na ceifa dos seus canaviais, na colheita dos seus cafezais*”. Construiu, assim, “*uma civilização de estrutura essencialmente agrária*”, que lhe conferiu uma especificidade, uma identidade, no conjunto das sociedades regionais que compunham o Brasil. E esta civilização “*no sentido mais espiritual da expressão*”, era caracterizada pela “*expressão de polimento, de boas maneiras, [...], da suntuosidade, da predileção pelas coisas do espírito, pelas belas artes, pelas boas letras, pela sociabilidade amável e requintada*”.

⁴⁶⁸ Oliveira Vianna. **Populações Meridionais do Brasil**. vol. I. Populações do centro-sul. [1918]. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Eduff, 1987.

⁴⁶⁹ Oliveira Vianna. “Prefácio”. In: Alberto Ribeiro Lamego. **A planície do Solar e da Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934. p. I-VIII. Todas as citações que seguem estão neste texto.

⁴⁷⁰ Oliveira Vianna. **Populações...** p. 56.

dos salões". Era o "*mais europeizado dos nossos tipos*", o que mais havia sofrido influências do ultramar, neste caso, dos europeus, e, por isto, compartilhou sua faustosidade. Este compartilhamento de valores agiu de "*maneira nociva sobre as suas características etnográficas*". Uma civilização que conheceu seu apogeu durante o Império, com a aristocracia de Vassouras, e que, com a desorganização da sociedade escravocrata, entrou em declínio. Declínio não só econômico, mas também identitário, pois

[...] o seu folclore é pobre, os seus 'complexos culturais' instabilíssimos. Faltava-lhe a caracterização viva e nítida, a estabilidade etnográfica do grupo nordestino e do grupo gaúcho, por exemplo. O seu excesso de civilização como que o despersonaliza sobre este aspecto e torna-o, de certo modo, incharacterístico e flutuante.

A desestruturação da civilização agrária desestabilizou os valores que o sustentavam:

Destruídos com a abolição do trabalho servil, os centros aristocráticos de elaboração e fixação folclórica, essas nossas antigas tradições, costumes, superstições, crenças, cantares e danças populares, etc., não encontraram na massa popular nova base que lhe pudesse assegurar condições de permanência e vitalidade.

e, assim, o fluminense perdera sua identidade. Visão diferente daquela defendida por Antônio Lamego, citada anteriormente. Para ele, a identidade local não se perdera por ser ela firmada no íncola. Tanto o sociólogo como o poeta tinham em comum a ideia de que a identidade local estava firmada no campo, nas atividades rurais. Mas a referência para os historiadores que produziram entre as décadas de 1930 e 1950 era Oliveira Viana, de quem se apropriava os principais argumentos.

Memória de uma Idade de Ouro, que resgata os valores aristocráticos rurais como os elementos fundamentais da identidade fluminense, era uma dessas ideias. Desprezavam-se as identidades dos outros grupos, "os populares" que não teriam um folclore constituído. Era do Vale do Paraíba que vinha a base de sustentação da civilização agrária e, com sua desagregação, a população fluminense teria perdido sua identidade, segundo Oliveira Vianna.

O sentido da história fluminense então era o recuperar a época do fausto e apresentar a identidade local. Observamos que os elementos indicados por Oliveira Vianna como essenciais na caracterização desse grupo persistem nas obras dos

historiadores seguintes: o agrarismo, a valorização do período imperial, a aristocratização de valores etc.

Se a Idade de Ouro teria sido o Império, todas as suas unidades componentes, os municípios, teriam sido responsáveis por ele.

Acácio Ferreira Dias afirmava que

Cantagalo, nesse tempo [1840], havia chegado ao auge de sua prosperidade econômica e comercial, era o farto celeiro da terra fluminense; o seu nome fastigioso projetava-se através das fronteiras nacionais, sendo conhecido na Europa como um centro formidável de atividade, de esforço humano e de produção⁴⁷¹.

Luiz Palmier chegava a declarar que o fausto da época imperial teria sido resultado da sua São Gonçalo:

O café é a maior exploração agrícola do Brasil. Dos cafezais originários de São Gonçalo e Resende promanam as maiores fortunas do país. Dessa riqueza o tesouro nacional hauriu milhões de contos, com que fez irradiar o progresso, através de todos os Estados. A opulência e o renome econômico da antiga província do Rio, que representa a tradição de orgulho dos fluminenses, ao lado do prestígio, valor cultural e moral dos seus estadistas, foi consequência da cultura intensiva dessa rubiácea, explorada nas terras virgens dos nossos vales e montanhas. [...] o café incorporou-se à economia gonçalense. A iniciativa do padre João Lopes garantiu à freguesia de São Gonçalo a glória maior de ser, em terras do interior, o berço da maior riqueza agrícola do Brasil Império⁴⁷².

Neste contexto esplendoroso, a capital da província, Niterói, transformara-se em um centro de civilização:

Por tudo e pela civilização Niterói chegou mesmo a alcançar notoriedade pelo meio intelectual e artístico que apresentava. Nela viviam grandes vultos de nossa arte e de nossas letras, e nela se acolhiam estrangeiros ilustres que a procuravam por preferi-la à própria cidade da Corte⁴⁷³.

Mas nenhuma região se igualava a Vassouras. “*A opulência de Vassouras*” é como Ignácio Raposo abre um de seus capítulos, tendo como sub-títulos “*o gosto pelo teatro, o movimento noturno, o chique vassourense, a literatura nos engenhos, novos estabelecimentos de ensino*”. Cronologicamente esse autor acentuou que

⁴⁷¹ Acácio Ferreira Dias, *op. cit.*, p. 147.

⁴⁷² Luiz Pamier, *op. cit.*, p. 25-26.

⁴⁷³ Antônio Figueira de Almeida, *op. cit.*, p. 65.

O ano de 1857 que foi o do triunfo econômico de Vassoura, foi também o da elegância, mesmo porque não se pode compreender que em tempos de dificuldades existam pompas em alguma parte.

Até 1864 essa febre de luxo aumentou, começando a estacionar certo tempo depois⁴⁷⁴.

Era consenso entre esses historiadores a causa da ruína desta sociedade: a abolição dos escravos. Leoni Iório, por exemplo, destacava a inaptidão dos ex-escravos ao trabalho livre e a ausência de braços para o soerguimento da lavoura valenciana:

Os escravos mais vivos, atraídos pelas construções dos grandes centros, deixaram as fazendas; os que ficaram, tornaram-se colonos, parceiros. Mas, faltavam-lhes as aptidões do homem livre e autônomo. O cativo os atrofiara...

E a lavoura valenciana, desaparelhada, caía ante a crise resultante da abolição e deste modo os antigos e belos cafezais das margens do Paraíba transformaram-se em vastas pastagens com sacrifício das rendas e da riqueza pública⁴⁷⁵.

Durante toda a Primeira República, os dirigentes do estado do Rio de Janeiro construíram o discurso de que a abolição e a instauração do regime republicano promoveram a desorganização da economia e foram responsáveis pela secundarização política do estado no cenário nacional. Tais ideias consolidaram-se nessa produção, que reafirmava o discurso da Idade de Ouro imperial. Tal situação só estaria sendo superada com o contexto das décadas de 1940 e 1950, momento esse em que a economia estava sendo reorganizada nas bases “*vocacionais do estado*”. O mesmo Leoni Iório, em outra parte de seu trabalho, afirmava que eram as atividades agro-pastoris, incluindo aí as indústrias de beneficiamento dessa produção, aquelas que davam sustentação à economia valenciana no início da década de 1950.

Relativamente à produção agrícola, a plantação de cana de açúcar ainda merece algum destaque na economia do município. A indústria da aguardente, conquanto tenha sofrido sensível baixa nestes últimos anos, não deixa de revelar um futuro promissor [...]

A pecuária constitui hoje a principal fonte de riqueza rural do município. [...]

A indústria de laticínios é uma das maiores fontes de renda do município. Existem, atualmente, no município, em funcionamento 17 fábricas de queijo e manteiga, e, em franca prosperidade, 4 cooperativas agropecuárias e 1 de laticínios exclusivamente⁴⁷⁶.

⁴⁷⁴ Ignácio Raposo, *op. cit.*, p. 119.

⁴⁷⁵ Leoni Iório, *op. cit.*, p. 198.

⁴⁷⁶ *Idem.* p. 203.

Para meados da mesma década afirmava Manoel Erthal, em relação a Bom Jardim: “O município de Bom Jardim é agrícola e é, pois, na agricultura que se alicerça toda a sua economia”⁴⁷⁷. Nem mesmo aquele que fora considerado a “Manchester Fluminense”, São Gonçalo, fugia àquela sentença. Luiz Palmier afirmava que “a exploração da terra é a maior riqueza do município”⁴⁷⁸. Dentre os principais produtos agrícolas locais a laranja ocupava lugar de primazia: “a laranja é para São Gonçalo o que o cacau é para a Bahia, o café para São Paulo, o algodão para o Nordeste, a cana de açúcar para Pernambuco ou Campos, e a própria laranja para a Califórnia ou Nova Iguaçu”⁴⁷⁹.

5.6

Historiadores e histórias fluminenses

Ao concluir este capítulo, gostaríamos de ressaltar alguns aspectos em relação àqueles que se dedicaram a escrever a história fluminense entre as décadas de 1930 e 1950 e à forma como o faziam.

Esses historiadores, forjados em um fazer prático consensual do que seria a produção historiográfica no período, expressavam, em suas trajetórias e suas produções, a idéia de que o Estado era o principal agente de construção social. Como foi descrito, na primeira parte, inúmeros desses intelectuais aproximaram-se das esferas do poder no estado, fossem elas as municipais ou estaduais, executivas ou legislativas. Mesmo aqueles que não faziam parte da máquina administrativa mantinham tal crença em suas produções ao entronizar o estado e seus atos como promotores das histórias locais e regionais. Tal concepção de história associava-se às expectativas do grupo político que se estabeleceu no período que procurava construir uma auto-imagem de restaurador do prestígio político e do desenvolvimento econômico estadual frente ao cenário nacional. Essa construção, como vimos no capítulo anterior, era alicerçada no discurso de resgate do que se considerava como tradições e vocações locais. Neste ponto é compreensível a prática de incentivo público às publicações das histórias municipais. Conhecê-las, para além de ser considerada uma valorização das tradições, era o meio de se conhecer as

⁴⁷⁷ Manoel Erthal, *op. cit.*, p. 73.

⁴⁷⁸ Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 116.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p. 118.

vocações econômicas e culturais locais que consolidariam a política cultural da administração fluminense.

A construção do conhecimento histórico, neste período, partia muito mais de um consenso do que se supunha ser o fazer historiográfico, mais pela prática do que por uma reflexão teórica. Tal consenso era construído por suas inserções nas instituições culturais locais. Eram Grêmios, Ateneus, Cenáculos, Academias e Institutos Históricos que, através de suas solenidades e da celebração das obras dos pares, consolidavam as práticas historiográficas do período. Dessa forma eram fixados os corpos documentais prioritários, estabeleciam-se as temáticas, as periodizações e definiam-se os recortes espaciais e o lugar das outras ciências na construção do conhecimento histórico. Se pudemos encontrar práticas antiquárias e orientações da produção rankeana e metódica, por outro lado esses autores buscavam fontes até então inéditas e um diálogo interdisciplinar, em especial com a geografia lablachiana.

Nesse esforço fixava-se a identidade local. Priorizou-se, no período, a construção das histórias locais ensejadas pelas efemérides cinquentenárias e centenárias. No entanto, esses estudos não se perdiam no localismo. Seus autores procuravam demonstrar a contribuição local para o estado e para o país. A pequena pátria não estava dissociada da grande pátria. Por isso, eram ressaltadas as características guerreiras/conquistadoras e agrícolas locais. O fluminense era um guerreiro que através do labor agrícola construía a riqueza do Brasil Império. E tal característica, para usarmos um conceito de Oliveira Vianna, a sua “*psicologia social*”, estava expressa nas várias unidades que compunham o estado e na memória coletiva que deveria ser resgatada para viabilizar o processo de desenvolvimento político e econômico então vivenciado sob a égide do amaralismo.

6.

Considerações finais

Como foi sinalizado na introdução deste trabalho, a história local/regional é um campo de investigação que me instiga desde os tempos da Graduação. Lembro-me de várias aulas em que se estabeleciam os debates historiográficos sobre um tema específico no qual alguns autores eram chamados de memorialistas, em especial aqueles que se dedicavam às histórias locais e regionais, de forma pejorativa desqualificando suas análises. Isso me incomodava, especialmente com as constantes advertências para que os postulantes a professores/historiadores não se deixassem levar pelo anacronismo. Consultando as obras desses tidos memorialistas, passei a questionar o epíteto atribuído a alguns deles. Havia um esforço de pesquisa documental e de interpretação da ação dos homens em seus tempos que não se enquadrava no estereótipo que lhes era atribuído. Por isso, decidi me dedicar, neste trabalho, a iniciar uma reflexão sobre esse tipo de produção. Iniciar, pois creio que ainda há muito a fazer.

Este trabalho visou contribuir para tal debate. A preocupação com a região e com a história regional integra o processo de constituição do conhecimento histórico enquanto ciência no século XIX. Como pudemos observar, o processo de cientificização da história participava dos debates de afirmação das nações e nacionalismos no século XIX e, por isso, estabeleciam um lugar para as experiências particulares, para as histórias regionais. Estas seriam legítimas desde que enfocassem os elementos de consenso e de unidade que geraram as nações no período. No caso brasileiro não foi diferente. Esta foi a diretriz dada aos estudos de história regional no IHGB, por exemplo. A questão permaneceu entre os intérpretes do Brasil no século XX. Com Capistrano de Abreu, a questão assumiu outros contornos. Esse historiador não se dedicou a fazer história regional, mas, por outro lado, elegeu uma região como ícone da brasilidade: o sertão. Um sertão indefinido, um lugar de fronteira, o interior do país. Não se definia, naquele momento, o sertão como um lugar geográfico de fronteiras fixas. O sertão era o não-litoral. E foi Capistrano de Abreu quem, na virada do século XIX para o XX, chamava a atenção dos historiadores para o diálogo com a geografia moderna, aquela geografia firmada no mesmo momento da institucionalização da História.

Desenvolvida por Humboldt, Ritter, Ratzel e Vidal de La Blache, a Geografia moderna discutia a mesma questão: o lugar do particular, do específico, do regional na compreensão da unidade, do geral, do nacional. Essa geografia definiu um conceito de região que naturalizava as diferenças físicas, sociais e históricas em nome de uma certa unidade. Essa apreensão do conceito deve ser problematizada levando em consideração não apenas a base física/natural, mas, principalmente, os aspectos políticos e simbólicos que estão envolvidos em suas delimitações.

A história regional firmou-se no final do século XIX e na primeira metade do século XX como um discurso legítimo de construção do conhecimento histórico. Entre as décadas de 1920 e 1950, o pensamento modernista retomou a questão do lugar da região na constituição do nacional. Os *Estudos Brasileiros* configuraram-se como uma possibilidade da produção de conhecimento sobre o país no período. Sem contar com rígidas fronteiras institucionais, os *Estudos Brasileiros* constituíram um diálogo interdisciplinar que promoveu o avanço da produção do conhecimento sobre o Brasil e, conseqüentemente, da história. As apreensões desse diálogo foram as mais variadas. Um desses diálogos foi o da história com a geografia regional, de matriz francesa. A história regional, que então se desenvolveu a partir daí, pretendia compreender as especificidades dos processos históricos em uma escala menor, as particularidades locais, sem, contudo, perder de vista os processos maiores. Dar conta dessas particularizações de uma determinada área territorial só era possível com a interação de vários campos disciplinares: geografia, estatística, genealogia etc. Reconhecia-se como legítima essa forma de fazer história.

Esse período modernista foi de significativas mudanças no cenário político e intelectual fluminense. Tais transformações geraram alterações na forma como políticos e homens de letras se relacionavam com o passado local e com a construção da história.

Nos anos 1920, houve a mudança do grupo político que dominava o estado por quase três décadas, sob a liderança de Nilo Peçanha. A intervenção federal de 1923 e a ascensão dos aliados de Feliciano Sodré ao poder levaram a um novo relacionamento de dirigentes e intelectuais com a história. Organizou-se a *Renascença Fluminense*, agremiação que unia políticos e intelectuais, associando-se ao novo grupo político nos esforços de resgatar e perpetuar a

memória local construindo monumentos de pedra e cal e investindo na construção de discursos de valorização da terra. Investia-se na elaboração de uma pedagogia cívica que, seguindo as diretrizes do período, promoveram um movimento reformista na educação fluminense. Foram os renascentistas que reabilitaram o Império como época de esplendor suplantando a idéia de decadência. A imagem da *Velha Província*, que ecoava em discursos diversos, deixou de ser memória e se transformou em história com a elaboração das primeiras *histórias* do estado produzidas por João Ribeiro Pinheiro, Antônio Figueira de Almeida, Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos e José Mattoso Maia Forte. Esses livros foram elaborados enfocando o público escolar primário ou da Escola Normal. Livros que, na relação regional/nacional, intentavam demarcar a especificidade local, a contribuição fluminense na história pátria. Essas narrativas estabeleceram temas e cronologias que marcaram os estudos subsequentes e firmaram um método de trabalho em que a crítica historiográfica e a pesquisa documental foram consolidadas como bases do trabalho do historiador.

As décadas seguintes foram marcadas por novas alterações no cenário político do Rio de Janeiro. Foi o momento de afirmação e consolidação de Amaral Peixoto e do amaralismo como nova força política local. Firmou-se um projeto político alicerçado nas tradicionais atividades agro-pastoris. Houve uma opção pelo agrário. Mas um agrário que deveria ser modernizado imprimindo-se novas técnicas produtivas e novas orientações às populações rurais.

Tradição e modernidade também estão nas bases das ações implementadas no campo educacional e cultural. Os projetos educacionais, as *Missões Culturais*, a criação do Museu Antônio Parreiras e a edição de livros de autores e de temáticas fluminenses foram algumas das iniciativas que afirmavam Amaral Peixoto como defensor das tradições e da história fluminense e também como aquele capaz de reerguer o estado, recuperando a *Idade de Ouro* local. Essa imagem era construída e compartilhada pelos departamentos governamentais e pelo mundo literário da capital fluminense que participava de inúmeras ações e iniciativas da administração amaralista. As redes de sociabilidades que uniam esse dois universos conformavam o pensamento, a investigação e a análise sobre o local. A história, nesse contexto, era o fio condutor das análises. Era o conhecimento que permitia diagnosticar as vocações, o que era inerente ao estado;

onde se deveria intervir e agir. Os estudos históricos permitiam revelar a identidade fluminense.

Os estudos de história fluminense, aqui analisados, foram produzidos nesse contexto de valorização da história local e com incentivos diversos do Estado – pela publicação na Imprensa Oficial estadual ou com o financiamento por editoras e gráficas, pela concessão de prêmios. Essas associações entre letrados e governantes firmava-se na ideia de que o Estado era o principal agente de construção dos processos históricos locais. Segundo essa interpretação, era o Estado, por meio dos seus dirigentes, que agia na promoção do desenvolvimento social e econômico da terra fluminense.

Essas histórias foram escritas por historiadores forjados em um fazer prático consensual do que seria a produção do conhecimento histórico no período. Tal consenso era construído por suas inserções nas instituições culturais locais que, com suas solenidades, publicações e celebração das obras dos pares, consolidavam as práticas historiográficas do período.

Essa produção fixou os corpos documentais prioritários para a pesquisa, os arquivos públicos oficiais, mas não excluiu outras fontes de informação, como os viajantes, os acervos privados, os dados estatísticos, a história oral.

Uma outra preocupação desses historiadores foi a definição de uma periodização própria para cada localidade, estabelecida a partir do que foi considerado marco zero nas localidades: a chegada do colonizador português. Geralmente, estabeleciam-se as fases da história local como um processo linear de desenvolvimento. A rápida evolução político-administrativa era tida como um indício de progresso. Mas os historiadores não se prendiam unicamente nesse dado. Ao fixar os períodos locais, poderíamos afirmar que, *grosso modo*, eles seriam marcados pela formação do primeiro núcleo, seu desenvolvimento, época de apogeu, o declínio local e a retomada do progresso. Nesse sentido, a história possuía um sentido progressista, em que a localidade possuía fases demarcadas de desenvolvimento, no qual um estágio superaria o outro pelo grau de crescimento que possuía. Essa periodização não perdia de vista a cronologia nacional, buscando inserir a localidade nos eventos considerados marcantes na vida do país.

Outro elemento importante, na constituição da história local, era a afirmação de uma unidade territorial particular. O território era tido como dado primordial de definição da identidade de um local. Em muitos casos,

reafirmavam-se as fronteiras político-administrativas das localidades sem, contudo, perder de vista que estas eram historicamente formadas. Essa consciência levava alguns desses autores a abandonarem as fronteiras administrativas, definindo regiões que abrangessem áreas às quais conferiam unidade física e histórica.

Por fim, considerava-se que a construção do conhecimento histórico não estava dissociada de outros saberes. Os conhecimentos geográficos, estatísticos, biográficos, genealógicos e literários não eram considerados meros mananciais de informações. Estes estavam indissociados na construção de um texto histórico.

Analisando essa produção, podemos encontrar permanências de práticas historiográficas diversas como o antiquariado, as orientações rankeanas e as da Escola Metódica francesa, que se associam à geografia regional lablachiana na configuração de uma história que se queria associada ao que então estava em voga como parâmetros de construção do conhecimento histórico e como tal era reconhecida. Seus autores eram reconhecidos como historiadores não apenas por serem, muitas vezes, os primeiros a se dedicarem ao tema, mas pela forma como o produziam.

É provável que o declínio desse modelo de produção histórica tenha ocorrido a partir da década de 1970 quando, em 1971, foi criado o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Naquele momento havia duas linhas de concentração, Brasil e América, sendo que a primeira priorizava estudos de História Regional. São dessa época, por exemplo, as dissertações de Ana Maria dos Santos sobre Itaboraí e de Vânia Leite Fróes, sobre o extinto município de Estrela¹. Novas diretrizes foram dadas aos estudos regionais. Ao mesmo tempo, iniciava-se um processo de afastamento da Universidade do universo literário local em que aquela forma de fazer história enraizou-se e ainda hoje é praticada e, por vezes, reconhecida pelos poderes locais. Mas isso já é uma outra história...

¹ PROGRAMA de Pós-Graduação em história da UFF. **Catálogo de Teses e dissertações. Mestrado e doutorado. 1974-1995.** Niterói: UFF, 1996.

7. Fontes documentais

7.1

Atos oficiais, mensagens, relatórios e inquéritos governamentais

ABREU, Jaime. **O sistema educacional fluminense**. Uma tentativa de interpretação e crítica. Rio de Janeiro: s/ed., 1955.

CONSTITUIÇÃO do Estado do Rio de Janeiro. S/l: S/ed, 1936.

DELIBERAÇÕES e Resoluções do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro. 1938-1965. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. N 1 ao 16. 1948-1965.

ESTADO do Rio de Janeiro. **Coleção de leis do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Imprensa Oficial, 1951.

ESTADO do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. **As Escolas Típicas Rurais**. Suas finalidades. Seu funcionamento. Niterói, 1945. Mimeo. p. 2 (CPDOC/FGV. EAP.45.04.05 int.).

_____. **Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o ano lectivo de 1921**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1921.

_____. **Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o ano lectivo de 1928**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928.

_____. **Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o ano lectivo de 1929**. Nictheroy: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929.

FALCÃO, Rubens. **Missões Culturais**. Niterói: Imprensa Oficial, 1951.

_____. **Novos caminhos na educação fluminense**. Niterói: Imprensa Nacional, 1946.

GURGEL, Heitor. **O governo Amaral Peixoto (1937-1945)**. Rio de Janeiro: s/ed., 1950.

OLIVEIRA JÚNIOR, Desidério de (Org.). **Indicador de leis, decretos, deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1929.

_____. **Indicador de leis, decretos, deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925.** Suplemento B. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1929.

RELATÓRIOS do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro. 1938-1965. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro.** N 1 ao 16. 1948-1965.

ROCHA, José Duarte Gonçalves da. **Relatório apresentado pelo dr. José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor da Instrução Pública ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça em 31 de agosto de 1929.** Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1930.

SODRÉ, Feliciano. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1925 pelo presidente do estado Feliciano Pires de Abreu Sodré.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1925.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1927 pelo presidente do estado Feliciano Pires de Abreu Sodré.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1927..

SILVA, Manuel de Mattos Duarte da. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1928 pelo presidente do Estado.** Rio de Janeiro: s/ed., 1928.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929 pelo presidente do Estado.** Rio de Janeiro: s/ed, 1929.

VEIGA, Raul de Moraes. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1919 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga.** Rio de Janeiro: s/ed, 1919.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1920 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga.** Rio de Janeiro: s/ed, 1920.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1922 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga.** Rio de Janeiro: s/ed, 1922.

7.2

ANAIS do Museu Antônio Parreiras. Vol. I. 1952-1953. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1953.

ANUÁRIO da Faculdade Fluminense de Filosofia. Niterói: Gráfica Falcão, 1957.

ANUÁRIO Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comercio, Serviços Gráficos do IBGE. N 1 ao 16. 1948-1965.

LETRAS Fluminenses. Niterói, Década de 1950.

REVISTA da Academia Fluminense de Letras. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. Vols. 1 a 15. 1949 a 1976.

REVISTA da Academia de Letras dos Universitários Fluminenses. Niterói, Ano I, N. 1. 1934.

O ESTADO. *Suplemento Literário.* Niterói. *Década de 1950*

7.3

Artigos, discursos e conferências

CARDOSO FILHO. Niterói: Cidade Universitária. In: **O Prelo.** Nº 5. Ano 5. 1939. Publicação do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga.

CARVALHO, Kleber de Sá. Elogio a Belisário de Souza. Discurso de recepção proferido na solenidade de 27/10/1948. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, n.º 1, Outubro de 1949.

FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues de. A flora e a fauna de Maricá. **Anuário Geográfico Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. N.º. 03. 1950. p. 13-47.

_____. Toponímia de Maricá. In: **Anuário Geográfico Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. N.º. 02. 1949. p. 15-31.

_____. Notas para a história de Maricá. In: **Anuário Geográfico Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. N.º. 04. 1950. p. 33-67.

FURTADO, Sebastião da Silva. A toponímia e a cartografia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, nº 13, 1960.

LAMEGO, Alberto. Macaé à luz de documentos inéditos. In: **ANUÁRIO Geográfico Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IBGE. N.º. 11. 1958. p. 1-152.

_____. Vultos da história fluminense. As heroínas Benta Pereira de Souza e sua filha Mariana Barreto no passado glorioso da Terra Goitacá. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, nº 12, 1959, p.192-197.

LAMEGO, Antônio. O Íncola da Baixada Fluminense (1935). In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói, Vol. 1, outubro de 1949, pp. 145-154. As citações que seguem são deste texto.

LAMEGO, Luís. Araribóia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 3, 1950, p.167-170.

_____. Saudação a Geraldo Bezerra de Menezes (1948). In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói, Vol. 8, junho de 1955, pp. 49-54.

MEDEIROS, Maurício. Os intelectuais e a direção do mundo. Discurso de posse como membro correspondente da Academia Fluminense de Letras pronunciado na solenidade de 28/04/1921. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. Vol. IV, junho de 1951. p. 9.

_____. O presidente Sodré e a Renascença Fluminense. In: Manoel Leite Bastos (Org.). **O Estado do Rio de Janeiro e seus homens**. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928. p. 2.

MENDONÇA, Valdemar Paranhos. Denominação e classificação dos logradouros públicos. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948.

NOGUEIRA, Lacerda. Academia Fluminense de Letras. Subsídios autobiográficos pertinentes ao histórico da instituição. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói, Vol. X, dez/1957.

PALMIER, Luiz. Centenário de Itaverá. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. N. 2. 1949. p. 39.

_____. Comemorações centenárias: São João Marcos e Itaverá. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 1. julho de 1950, p. 4 e 9.

_____. Grandes vultos fluminenses. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 5, 1952, p.145-156.

_____. História antiga de Itaboraí. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 5, janeiro/fevereiro de 1951, p. 9.

_____. Oliveira Viana e Saquarema. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 6, março/julho de 1951, p. 8.

_____. São Pedro da Aldeia. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 4, novembro/dezembro de 1950, p. 10.

_____. Sapucaia através dos séculos. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 2, agosto/setembro de 1950, p. 7, e Ano I, nº 3, outubro de 1950, p. 7.

PAULINO NETO. A Universidade Fluminense. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**, 1951, p. 133-138 e 277-279.

PEREIRA, Durval Baptista. Campanha pró-Universidade. In: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano XIV, n. 79, setembro. 1947. p. 25.

_____. Federalização das Escolas Superiores. In: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano XVI, n. 106, dezembro. 1949.

_____. Prenúncios de uma vitória. In: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano XIV, n. 83, janeiro. 1948. p. 10.

PIMENTEL, Luís Antônio. Bola de Gude. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 4, novembro/dezembro de 1950, p. 4.

_____. Guru ou Três Marias. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 3, outubro de 1950, p. 2.

_____. João Curutu. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 1, julho de 1950, p. 7.

_____. Oca ou roda. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 5, janeiro/fevereiro de 1951, p. 4.

_____. O Pinchanchão e seus cantos. In: **Letras Fluminenses**. Ano I, nº 2, agosto/setembro de 1950, p. 2.

PIZA, Myrtaristides de Toledo. Um falso inconfidente. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 2, 1951, p.33-36.

SANTOS, Roberto Pereira dos. A Universidade Fluminense. In: **Letras Fluminenses**, agosto/setembro, 1950, p. 5.

SOUZA, Luiz de Souza. Domínios da Geografia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 7, 1954.

SOUZA NETO, Paulino Soares de. O espírito ideológico de Feliciano Sodré. In: Manoel Leite Bastos (Org.). **O Estado do Rio de Janeiro e seus homens**. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928, p. 4.

VALLE, Miguel. A margem da Constituição Fluminense (Editorial). In: **Revista de Farmácia e Odontologia**. Niterói. nº 15 e 16, janeiro-abril, 1936, p. 5-7.

VASCONCELLOS, Clodomiro. Congresso das Municipalidades In: Manoel Leite Bastos (Org.). **O Estado do Rio de Janeiro e seus homens**. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928. p. 13.

VULTOS da Geografia fluminense. Professor Luiz Palmier. Professor José Veríssimo da Costa Pereira. Professor Eduardo Rodrigues de Figueiredo. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 8, 1955, p.151-162.

7.4

Registros biográficos e memórias

ALBERTO Lamego. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói. Vol. V. julho/1952. p. 296-297.

ALGUNS fluminenses ilustres. **O Globo**. Rio de Janeiro. 28/11/1982.

ARAÚJO, Elysio de. **Através de meio século**. Notas históricas. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1932.

_____. **Reminiscências**. A vida política do Estado do Rio de Janeiro no período de 1890 a 1930. 2ª ed. S/l: s/ed., 2002.

BACKHEUSER, Everardo. **Minha terra e minha vida**. Niterói a cinquenta anos... Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1942.

BARROS, Togo de. **Um pouco de mim, muito dos outros**. Memórias. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1995.

CAMARGO, Aspásia et alli. **Artes da política**. Diálogo com Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/CPDOC-FGV, Niterói: EDUFF, 1986.

CAMPOS chora a morte de Alberto Lamego. In: **O Globo**. Rio de Janeiro. 19/10/1985.

CARVALHO, Luiz Carlos de. Benedito Jordão dos Santos. Discurso pronunciado no momento em que os restos mortais do homenageado eram trasladado para o mausoléu em Angra dos Reis (07-08-1982). In: Benedito Jordão dos Santos. **Angra 1881**. Angra dos Reis: Edição do Ateneu Angrense de Letras e Artes, 1985.

CARVALHO, Waldir P. **Gente que é nome de rua**. Biografias. A vida e a obra dos homens e mulher que fizeram a história de Campos. S/l: s/ed, 1985. 2 vols.

COUTO, Carlos. ... **E não conseguiram me fazer triste**. Descontraído depoimento sobre Nichtheroy. Niterói: Niterói Livros, 1995.

CUNHA, Maria Clotilde Dias da. No arquivo da história. In: Acácio Ferreira Dias. **Terra de Cantagalo**. Subsídios para a história de Cantagalo. 2ª ed. Rio Bonito: Artes Gráficas Cantagalo, 1979. p. I-III.

CURRICULUM Vitae bio-bibliográfico do professor Durval de Almeida Baptista Pereira. Separata da **Revista de Farmácia e Odontologia**. Ano XXXVII, nº 354-357, ago/nov. 1970

FALCÃO, Rubens. Um fluminense padrão. In: José Mattoso Maia Forte. **Notas para a história de Niterói**. (1935). 2ª ed. Niterói: Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural, 1973. p. 5-7.

IPANEMA, Marcelo Moreira de. Saudação a Alberto Ribeiro Lamego. In: **Revista do Instituto Brasileiro de História e Geografia**. Rio de Janeiro. Nº332. Jul/set. 1981. P. 177-180.

LACERDA, Renato de. Perfis Poéticos com ligeiros traços bio-bibliográficos. Niterói: Edições Paisagem, 1953.

LEITE NETTO, Wanderlino Teixeira Leite Netto. Dança das cadeiras. Niterói: Imprensa Oficial-R.J./Livraria Ideal, 2001.

LEONI Iório. <http://br.geocities.com/leoniiorio/apresentacao> acessado em 15-03-2008

MADEIRA, Marcos Almir. **Na Província e na Corte**. Memórias. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

MAUL, Carlos. **Patronos das escolas fluminenses**. 2ª série. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1958. p. 25-27.

MONTEIRO, Fernando. Alberto Ribeiro Lamego. In: **Revista do Instituto Brasileiro de História e Geografia**. Rio de Janeiro. N.º 349. Out/dez. 1985. p. 200-201.

M. Toledo Piza. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói. Vol. IX. Out/1956. p. 351-352.

PALMIER, Luiz. M. Todelo Piza. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE. N.º. 06. 1953.

PARREIRAS, Antônio. **História de um pintor contada por ele mesmo**. Niterói: Typographia Dias Vasconcellos & C., 1926.

_____. **História de um pintor contada por ele mesmo** (1881-1936). 2ª ed. Niterói: Diário Oficial, 1943.

RAHAL, A. Osiris Rahal. **Ruas de Teresópolis**. Seus bairros, prédios e monumentos. Significado histórico de suas modificações. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica Ltda, 1983.

RIBEIRO, Ayrton Pinto Ribeiro. Luiz Palmier. In: **A Tribuna**. 23 e 24/02/1977

SANTOS, Renato Peixoto dos. **A saga dos Ullmann**. História da cidade de Magé – 1870-1950. Petrópolis: Editora Gráfica do Jornal da Cidade Ltda, 1988.

SILVA, Salvador da Mata e. **Gonçalenses adotivos**. São Gonçalo: Coleção IPDESG, 1996.

_____. Luiz Palmier fez a história de São Gonçalo. In: **O São Gonçalo**. São Gonçalo. 22/09/1981

_____. Luiz Palmier. (Letras Fluminenses nov/dez-1980). In: _____. **Dez anos de jornalismo 1974-1984**. Niterói: s/ed., 1986. p. 15-16.

SOARES, Décio Monteiro. **Terra Friburguense**. Aspectos históricos e geográficos. Relato estatístico. Recordando o passado. Antologia friburguense. Niterói: Imprensa Oficial, 1952.

SOARES, Emmanuel de Macedo. **Figuras e fatos da medicina em Niterói**. Niterói: s/ed., 1994.

SOFFIATI, Arthur. **Mário de Andrade em Campos de goitacazes**. Cartas de Mário de Andrade a Alberto Lamego. 1935-1936. Niterói: Eduff, 1992.

TAPAJÓS, Vicente; TÓTIMA, Pedro. **Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros**. Rio de Janeiro: IHGB; Gráfica do Livro, 1993. 6 Vols.

TINOCO, Brígido. **O boi e o padre**. Memórias. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1992.

VULTOS da geografia fluminense. Luiz Palmier. In: **Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1955. N.º 08. P.151-155.

7.5

Livros de historiografia fluminense

ALMEIDA, Antônio Figueira de. **Os fluminenses na história do Brasil**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1928.

_____. **História Fluminense**. 1ª parte. Do início até a independência. Niterói: Jeronymo Silva, 1929.

_____. **História Fluminense**. 2ª parte. A província. 1822-1889. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929.

_____. **História de Niterói**. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1935.

_____. **Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1929.

BARCELLOS, Amaral. **Fragmentos históricos do município de Barra do Piraí**. 1853-1890. Rio de Janeiro: Borsoi, 1940.

BITTENCOURT, Arnaldo Pinheiro. **O município de Nova Friburgo**. S/l: s/ed., 1939.

BOITEUX, Lucas A. **História de Santa Catarina**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1930].

CARVALHO, Augusto de. **Apontamentos para a história da Capitania de São Tomé**. Campos: Typ e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888.

CURIO, Pedro. **Como surgiu Friburgo**. Esboço histórico e episódico. 1818-1840. Friburgo: s/ed., 1944.

DIAS, Acácio Ferreira. **Apontamentos para a história do município de Cantagalo**. Para uso das escolas municipais. Niterói: Typ. 9 de julho, 1934.

_____. **Terra de Cantagalo**. Subsídios para a história do município de Cantagalo. Niterói: Imprensa Oficial, 1942.

DORIA, Escragnolle Doria. **Terra Fluminense**. Rio de Janeiro: Tipografia D'A Encadernadora S/A., 1929.

ERTHAL, Manoel. **Bom Jardim**. Estado do Rio de Janeiro. Esboço histórico e corográfico. S/l: S/ed., 1957.

FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**. Campos: Typographia a vapor de J. Alvarenga & Companhia, 1900.

FLEIUSS, Max. **História da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1928].

FORTE, José Mattoso Maia. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928.

_____. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. 2ª ed. Niterói: Diário Oficial, 1945.

_____. **Notas para a história de Niterói**. 1835-1935. No primeiro centenário da elevação da Vila Real da Praia Grande à categoria de cidade. Niterói: Diário Oficial, 1935.

HENRIQUES, Porphirio (Major). **A Terra da Promissão**. História de Itaperuna. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Aurora LTDA, 1956.

IÓRIO, Leoni. **Valença de ontem e de hoje**. 1789-1952. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso S. A., 1953.

LAMEGO, Alberto. **A Terra Goytacá. À luz de documentos inéditos.** Bruxelas: L'Edition D'Art, Niterói: Diário Oficial, 1913-1947. 8 vols.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945.

_____. **O homem e a Guanabara.** Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1948.

_____. **O homem e a restinga.** Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1946.

_____. **O homem e a serra.** Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1950.

_____. **A planície do Solar e da Senzala.** Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.

LIMA, Honório. **Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis.** [1889]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1972.

MARTINS, Fernando José. **História do descobrimento e povoação de São João da Barra.** S/l: s/ed., 1868.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário.** História, geografia, estatística. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1940.

PINHEIRO, João Ribeiro. **História do Estado do Rio de Janeiro.** Resumo didático para uso nas escolas primárias. Rio de Janeiro: Tipographia Leuzinger, 1928.

PIZA, Mirtaristides de Toledo. **Itaocara.** Antiga aldeia de índios. Niterói: Diário Oficial, 1946.

RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras.** Vassouras: Fundação 1º de maio, 1935.

SÁ, A. de Ribeiro. **A cidade de Entre Rios.** Estado do Rio de Janeiro. Sua origem e fundação. S/l: s/ed, 1942.

SANTOS, Renato Peixoto dos. **Magé, a Terra do Dedo de Deus.** Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1957.

SANTOS, Roberto Pereira dos. **Monografia de Rio Bonito.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

SOUZA, Benedito Jordão de. **Terra dos Magos.** Niterói: Gráfica Atômica, 1949.

STULZER, Aurélio. **Notas para a história da Vila de Patí do Alferes.** Rio de Janeiro: Lito-tipo Guanabara Ltda, 1944.

VASCONCELLOS, Clodomiro (Org.). **Centenário da Independência do Brasil.** Álbum do Estado do Rio de Janeiro. S/l: s/ed, 1922.

_____. **O estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria Viúva Azevedo & C. Ed., 1907.

_____. **O Estado do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928.

_____. **História do estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1929].

VIEIRA, Armando. **Terezopolis**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. vol. I. Populações do centro-sul. [1918]. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Eduff, 1987.

_____. “Prefácio”. In: LAMEGO, Alberto Ribeiro. **A planície do Solar e da Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934. p. I-VIII.

8. Bibliografia geral

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial e Os caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

ABREU, Capistrano de Abreu. **Ensaio e estudos: crítica e história**. 2 série. 2 ed. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1976.

ABREU, Marcelo. Entre civismo e democracia. In: KNAUSS, Paulo (Coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 83-127.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs). **Ensino de história**. Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. Folcloristas. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 280-283.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**. Memória história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

ANDERSON, Benedict Anderson. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 7-22.

ANHEZINI, Karina. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. In: **Vária História**. Belo Horizonte, vol. 21, nº 34. p. 474-483, julho 2005.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **História**. A arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FIN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Ana Paula Campos de. **Luís Antonio Pimentel e a vida cultural na Niterói dos anos de 1930**. Niterói: Eduff-Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. A tradição regionalista no romance brasileiro. Rio de Janeiro: Achimé, 1981.

ALMEIDA, Lyad de. **Lili Leitão, o Café Paris e a vida boêmia de Niterói & Niterói**. Poesia e Saudade. Niterói: Niterói Livros, 1996.

ALVES, Cláudia; GONDRA, José G.; MAGALDI, Ana Maria (Orgs.). **Educação no Brasil**: História, Cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**. Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Ed. 34, 1994.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignês Novais. **Cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo**. Os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Ed. UFPB; Recife: UFPE, 1996.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

_____. **Guardiões da Razão: Modernistas Mineiros**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1982.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

BOUDIN, Louis. **Os intelectuais**. Lisboa: Arcádia, 1971.

BRAGANÇA, Aníbal. **Livraria ideal**. Do cordel à bibliofilia. Niterói: Eduff/Edições Pasárgada, 1999.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988

BUARQUE, A. de Paula. **História e historiographos da cidade de Petrópolis**. Contribuição para o seu centenário em 1945. Rio de Janeiro: Livro Vermelho dos Telephones, 1940.

BURITY, Joanildo (Org.). **Cultura e identidade. Perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. 1929-1989. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

_____. (Org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. **Variedades da história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMARGO, Aspásia *et alii*. **Artes da política.** Diálogo com Amaral Peixoto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC-FGV/UFF, 1986.

CAMPOS, Pedro Moacir. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de história.** Vol. XLIII, n° 88, p. 417-424, 1971.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade.** Estudos de teoria e história brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, GLEZER, Raquel, FERLINI, Vera Lucia Amaral. A Escola Uspiana de História. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim (Coord.). **Produção histórica no Brasil: 1985-1994.** Catálogo de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em história. Vol. 1. São Paulo: Xamã, 1995.

CARBONELL, Charles-Oliver. **Historiografia.** Lisboa: Teorema, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história.** Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados.** O Rio de Janeiro e a república que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, Marta Chagas. **A Escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Molde Nacional e Fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).** Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 225-251.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja de. **Amaralismo e Pessedismo Fluminense**. O PSD de Amaral Peixoto. 1995. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1995.

_____. **Raízes do pessedismo fluminense**. A política do interventor: 1937-1945. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992.

CATÁLOGO de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. www.historia.uff.br . Acessado em 15/08/2005.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 2000.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização dos estudos de Folclore. In: **Estudos Históricos**. 3 (5): 75-92. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

CERTEAU, Michel de Certeau. A operação histórica. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História. Novos problemas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M.. (Orgs.). **Capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 233-263.

COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de História**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

COSTA, Agenor. **Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa**. 2ª ed. s/l: s/ed; [década de 1930].

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: O legado absolutista na construção da nacionalidade. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000, p. 217-231.

_____. **Memória e administração. O Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro**. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956

COSTA, José Veríssimo Pereira da. A geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. **As ciências no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

COSTA, Rafael Navarro. **A política fluminense no pós-30**: uma análise da interventoria de Ari Parreiras e do governo de Protógenes Guimarães (1932-1937). Monografia (Graduação em História). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2005.

_____. **Tecendo as redes da política**: articulações e projetos na construção do amaralismo. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. In: **Revista de história regional**. 5(2): 39-56. Inverno 2000.

D' ALESSIO, Márcia Mansor. **Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. Dos Annales à Nova História. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

DUBY, George; LE GOFF, Jacques; LADURIE, Le Roy. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUQUE, Euclides Pereira. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Uma história. 1931-2001. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

DUTRA, Eliana R. Freitas. A historiografia mineira: Tendências e contrastes. In: **LPH. Revista de história**. UFOP. N.º. 6. 1996. p. 7-15.

ESTUDOS Históricos. Dossiê anos 20. Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, Ano 1993/1.

FALCON, Francisco. O Brasil de Capistrano de Abreu: Características de sua produção historiográfica. In: **Trajeto**. Revista de História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, vol.3., n.º. 5, 2004. p. 65-77.

_____. **História Cultural**. Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 1995. N.º 30. vol. 15. p. 65-66.

_____; RODRIGUES, Antônio Edmilson M. **Tempos modernos**. Ensaio de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FEBVRE, Lucien. **La tierra e la evolución humana**. Barcelona: Cervantes, 1925.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário da língua portuguesa**. Porto Alegre: Ed. global, 1958.

FERNANDES, Maria José da Silva. **A importância das coleções particulares para a preservação da memória regional.** O Centro de Memória Fluminense da UFF. Niterói: Sociedade dos Amigos do Centro de Memória Fluminense, 2005. (Cadernos do Centro de Memória Fluminense, nº 7).

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Construindo o folclore fluminense.** Intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro. 1949-1961. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FERREIRA, Antônio Celso; IOKOI, Zilda Gricoli; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.) **Encontros com a história.** Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Ed. Unesp, FAPESP, ANPUH/SP, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro:** As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

_____. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de História no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. (Org.). **Universidade e Lugares de Memória.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, p. 235-268.

_____. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 6., nº.11, 1993, p. 9-23.

_____ (Coord.). **A República na Velha Província.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FERRO, Marc Ferro. **A história vigiada.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Lisboa: Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmãos, 1899.

FIGUEIREDO, Haydée da Graça Ferreira de. **Curso Normal Rural de Cantagalo:** Uma experiência fluminense na história da formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 1991.

_____. GONÇALVES, Marcia de Almeida; REZNIK, Luís. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local. In: **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História.** Ijuí: UNIJUÍ, 2000, p. 544-553.

FONSECA, Márcio. **Faculdade Fluminense de Filosofia.** Gênese e desenvolvimento (1946-1961). Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O que é um autor?**. S/l: Passagens, 1992. p. 29-87.

FRAGOSO, João; MATTOS, Hebe Maria; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Orgs). **História e Educação**. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Da micro-história à história das idéias**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

_____. **Manifesto regionalista de 1926**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

_____. **Região e Tradição**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

FURET, François. **A oficina da história**. Lisboa: Gradiva, s-d.

GAY, Peter. **O Estilo da História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GARDENER, Patrick. **Teorias da história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1969.

GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Ensino de história**. Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007.

GEBARA, Ademir et alli. **História regional, uma discussão**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1987.

GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. 1951-1953. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1956.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca e desigual e mercado historiográfico. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989, pp. 169-178.

_____. **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: ____; Dulce Pandolfi; Verena Alberti (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 157-215.

_____. **Essa gente do Rio...** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

_____. **História e historiadores.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa **Geografia: conceitos e temas.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. p. 50-53.

GONÇALVES, Márcia de Almeida Gonçalves. **Em terreno movediço.** Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003. p. 202.

GONÇALVES, Ruy. **História literária fluminense.** Do período colonial até aos nossos dias. Rio de Janeiro: Est. Graph. Barretto e Carbone, s/d.

GONZALES, Horácio. **O que são intelectuais.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUELKE, Leonard. Geografia regional. (1977). In: CHRISTOFOLETTI, Antônio Christofolletti (Org.). **Perspectivas da geografia.** São Paulo: Difel, 1985. p. 211-223.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins Guillen. O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu. In: BURITY, Joanildo A. (Org.). **Cultura e identidade.** Perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 105-124.

GUIMARÃES, Lucia Pascoal. Debaxo a imediata proteção de sua magestade imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB.** Rio de Janeiro. Nº 388. p. 459-613. jul/set. 1995.

_____. **Da Escola Palatina ao Silogeu.** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1889-1939. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

_____; Brigitte Holten. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedade dos Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a ciência.** Comunicação apresentada no encontro de Latin American Studies Association. México, 1997. (texto acessado em www.scielo.com.br)

GUIMARÃES, Manoel Salgado (Org.). **Escritos sobre a escrita da história.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, nº. 01 1988, p. 5-27.

_____. Para reescrever o passado como história: O IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: Alda Heizer; Antônio Augusto Passos Videira. (Orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos.** Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 1-28.

_____. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. In: **Humanas** (IFCH/UFRGS), Porto Alegre, v. 23, n° 1/2. 2000. p. 114.

GRAMISCHI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1981.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HANSEN, Patrícia Santos. **Feições & fisionomia**. A história do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HARTOG, François. **O século XIX e a história**. O caso de Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

HEES, Martha Pereira das Neves. **As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro**: Jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000. p. 33.

HELENA, Lúcia. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. São Paulo: Ática, 1986.

HERMET, Guy. **História das nações e do nacionalismo na Europa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos impérios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. A outra história – algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). **A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, pp. 18-33.

HOLANDA, Sergio Buarque de. (Org.). **L. Von Ranke**. São Paulo: Ática, 1979.

HONORATO, César Teixeira. **O novo Estado no Estado Novo**. Análise da interventoria de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro. 1987. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000.

INSTITUTO Antônio Houaiss. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli; QUEIROZ, Tereza Aline Pereira. **A história do historiador**. 2ª ed. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 2003

IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcelo de. **Imprensa fluminense**. Ensaios e trajetos. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.

_____. **Catálogo de periódicos de Niterói**. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1988.

ITABORAÍ: Um patrimônio histórico. In: **O Tablóide**. Itaboraí. Maio de 1996. p. 4

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2004.

KNAUSS, Knauss. Cidade Panteão. Produção social da imaginária urbana. In: _____. (Coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 175-213.

_____. (Coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 2003.

_____ ; MARTINS, Ismênia de Lima (Orgs.). **Cidade múltipla**. Temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: Eduerj; Contraponto, 1999.

_____. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da geografia. (1913). In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 37-49.

LACERDA, D. Jose Maria D'Almeida e Araújo Correa de. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: No escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1859.

LACOSTE, Yves (Coord.). **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989.

LANGLOIS, Charles V.; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Editora Renascença S. A., 1946.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia brasileira pós 64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. **A história em questão**. Historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

_____; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Dir.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LEITE NETTO, Wanderlino Teixeira. **Passeio das Letras na taba de Araribóia**. A literatura em Niterói no século XX. Niterói: Niterói Livros, 2003.

_____. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 187-204.

LESSA, Carlos Lessa. O Rio de Janeiro – Que estado é esse? In: **ANAIS do Seminário: O Estado do Rio de Janeiro no início do século XXI**: Olhando para o futuro. Niterói: UFF, 2001. p. 17-34.

LIMA, Diogro Pereira das Neves Souza *et alli*. **Diálogo entre o olhar geográfico brasileiro e a geografia de Élisée Reclus**. http://www.igeo.uerj.br/WICBG/Eixo3/E3_011.htm. Acessado em 13/07/2007.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Historiografia do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 1995. N.º 30. vol. 15. p. 50.

LOPES, Marcos Antônio (Org.). **Fernand Braudel**. Tempo e história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil**: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Rio do Quarto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1880.

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da República das Letras**. Sociologia da vida intelectual brasileira. 1870-1930. São Paulo: Edusp, 1973.

MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza. **Leituras brasileiras**. Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP/Moderna, 1997.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

MARTINS, Ismênia de Lima. Niterói histórico. A cidade e a historiografia. In: _____; KNAUSS, Paulo (Orgs.). **Cidade múltipla**. Temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.

MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, 6 (24): 381-403, Jan. 1845.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Capítulos de Capistrano**. Capturado em [http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/buscasite.htm](http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/buscasite.htm) acessado em 27/05/07.

_____ (Org.). **Ler & escrever para contar**. Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

_____ . **Tempos Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil, lida na sessão de 19/01/1839. In: **Revista do IHGB**. Tomo XXVI (1863).

MATTOSO, José. **A escrita da História**. Teoria e métodos. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia (Orgs.). **Nação e poder**. As dimensões da história. Niterói: Eduff., 1998.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977;

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

MONTEIRO, Evelyn Morgan. **A Revista: modernismo e identidade fluminense (1919-1923)**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Dissertação (Mestrado em História), 2008.

MONTELLO, Josué. **O modernismo na Academia**. Testemunhos e documentos. Rio de Janeiro: S+ABL, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia**. Pequena história crítica. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____ (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

_____ . **Território e história no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista**. Sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. Modernismo revisitado. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1988, p. 220-238.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MOREIRA, Regina da Luz. **Tempos de Amaral**. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.

_____. (Org). **Febvre**. São Paulo: Ática, 1978.

MOTA, Lourenço D. (Org). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 1999. 2 Vols.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**. A questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História Revisitada**. Programa de Estudos pós-graduandos em história do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, nº. 10, 1993.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: A poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

ODÁLIA, Nilo (Org.). **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1979.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PACHECO, Horácio. **Presença da cultura fluminense**. Niterói: INDC, 1975.

PAIM, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p. 17-134.

PAULA, João Antonio de (Org.). **Presença de Francisco Iglesias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PÉCAULT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da Medusa.** A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações/IBGE, 1993.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Análise do saber histórico.** Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975.

PEREIRA, Durval Batista. **Contribuição para a história da Universidade Federal Fluminense.** A luta para sua criação e os fatos que geraram as crises dos primeiros tempos de sua existência de 1947 a 1966. Niterói: s/n, 1970[?].

PERREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: Fernando de Azevedo, (Org.). **As ciências no Brasil.** Vol. 1. São Paulo Melhoramentos, s/d. p. 315-412.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História Cultural.** Experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

PESSANHA, Márcia. Cenáculo Fluminense de História e Letras. Resumo histórico. In: **Revista do Cenáculo Fluminense de História e Letras.** Niterói, 2004. p. 5-14.

PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica na Primeira República.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Um estudo dos editores, das editoras e das Coleções Brasileiras nas décadas de 1930, 40 e 50. In: **BIB.** Rio de Janeiro, n.º. 26, 2º semestre de 1988, p. 58-67.

PROGRAMA de Pós-Graduação em história da UFF. **Catálogo de Teses e dissertações. Mestrado e doutorado. 1974-1995.** Niterói: UFF, 1996.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil.** De Varnhagem a FHC. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. **As identidade do Brasil 2.** De Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Ed. FGV., 2006.

_____. **Nouvelle histoire e tempo histórico.** A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

REMOND, René (Org.). **Por uma história Política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de 1920. Recife: FUNDARPE, 1997.

REZNIK, Luís (Org.). **O intelectual e a cidade**: Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna. Rio de Janeiro: Eduerj/São Gonçalo Letras, 2003.

_____. **Tecendo o Amanhã. A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A geração boêmia. Vida literária em romances, memórias e biografias. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M.. (Orgs.). **Capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 233-263.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo; Fulgor, 1965.

_____. A historiografia memorialista e o Rio de Janeiro. In: Vivaldo Coaracy. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965.

_____. **Notícia de Vária História**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

_____. Introdução. In: Capistrano de Abreu. **Capítulos de história colonial e Os caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

_____. **Pesquisa histórica no Brasil**. Sua evolução e problemas atuais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

_____. **Teoria da história do Brasil**. (1957). 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

RONCAYOLO, Marcel. Região. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p. 161-189.

RUBEN, Guillermo Raúl. **O que é nacionalidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RÜSSEN, Jörn. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba, 14 (26/27):1997, pp. 80-101.

SALIBA, Elias Thomé. Reinvenção da história. In: **Brasil-brasil: cousas notáveis e espantosas** (Olhares modernistas). Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. 2000. p. 43-49.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **História do modernismo em Alagoas** (1922-1932). Maceió: Edufal, 1980.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A invenção do Brasil**. Ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história**. São Paulo; Companhia das Letras, 2000.

SCHWARCZ, Lilia. **Espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Bomeny; COSTA Vanda. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1982.

SEBE, José Carlos. **Introdução ao nacionalismo acadêmico**. Os brasilianistas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Antonio de Moraes e. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. S-1: Editorial Confluência, 1956.

SILVA, Salvador Mata e. Trinta anos de IHGN. In: **Cadernos do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói**. Trinta anos do Instituto Histórico de Niterói. N.º 06. Niterói, 2003. p. 19-23.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p. 126-135.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOARES, Emmanuel de Macedo. **História Política do Estado do Rio de Janeiro (1889-1975)**. Niterói: Imprensa Oficial, 1987.

_____. **Monumentos de Niterói**. Niterói: Êxito-Fundação de Artes de Niterói, 1992.

SOARES, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. 1930-1964. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TAVARES, Renato Vieira. **O Museu Antônio Parreiras: Memória e história de um pintor na administração de Jefferson D'Ávila Júnior**. Dissertação (Mestrado em história). Programa de História Social do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.

TELLES, Gilberto Mendonça. **A crítica e o romance de 30 do Nordeste**. Rio de Janeiro: Atheneu Cultural, 1990.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: Edusc, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História oral. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**. Fábrica de ideologias. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

TRAVASSOS, Elizabeth. **Modernismo e música brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

TUCHAMAN, Bárbara. **A prática da história**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. Capítulos de história colonial. In: MOTA, Lourenço D. (Org). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 1999.

VALLE, Alberto. **Lili Leitão**. O poeta de Niterói. Niterói: Editora Icaraí, 1988.

VALLADARES, Licia do Prado; SANT'ANNA, Maria Josefina G. (Orgs.). **O Rio de Janeiro em teses**. Catálogo bibliográfico 1960-1990. Rio de Janeiro: UERJ/CEP:Rio; IUPERJ/URBANDATA, 1992.

VELASQUES, Musa Clara. **A Lapa boêmia**. Um estudo da identidade carioca. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

_____. **Homens de letras no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

VELLOSO, Mônica. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

VIDAL, Diana. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-517.

VIEIRA, José Ribas. **A Universidade Federal Fluminense: De um projeto adiado à sua consolidação institucional**. Subsídios para uma interpretação. Niterói: Oficinas Gráficas da Imprensa Universitária da UFF, 1986[?].

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**. O movimento folclórico Brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam**. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação**. Um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Ed. FGV., 2004.

WARRINGTON, Marnie Hughes. **50 grandes pensadores da história.** São Paulo: Contexto, 2002.

WEHLING, Arno. **Estado, história e memória.** Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. **A invenção da história.** Estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Eduff/Universidade Gama Filho, 1994.

WEHRS, Carlos. **Capítulos da memória niteroiense.** 2ª ed. Niterói: Niterói Livros, 2002.

_____. **Niterói.** Ontem e anteontem. Rio de Janeiro: s/n, 1986.

_____. **Niterói.** Cidade Sorriso. História de um lugar. Rio de Janeiro: s/n, 1984.

WHITE, Hayden. **Meta-história.** A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. **Trópico do discurso.** Ensaio sobre a crítica da cultura. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001

WHITROW, G. J. **O tempo na história.** Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

9. Anexo

Historiadores das décadas de 1930 a 1950

Historiador	<i>Antônio Figueira de Almeida</i>		
Local de nascimento	<i>Barra Mansa</i>	Data de nascimento:	<i>30/08/1892</i>
Formação	<i>Estudos Primário realizados com Irmãos Maristas Estudos Secundários realizados sozinho Fez “exame de madureza” e ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro</i>		
Atividades profissionais	<i>Professor do Instituto de Educação do Distrito Federal (RJ) Professor do Colégio Pedro II Inspetor de Educação do Estado do Rio de Janeiro</i>		
Atividades políticas	--		
Associações	<i>Academia Fluminense de Letras</i>		
Local de morte	<i>Rio de Janeiro</i>	Data de morte:	<i>26/05/1950</i>
Livros analisados	<i>Os fluminenses na história do Brasil. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1928. História Fluminense. 1ª parte. Do início até a independência. Niterói: Jeronymo Silva, 1929. História Fluminense. 2ª parte. A província. 1822-1889. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929. História de Niterói. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1935. Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1929.</i>		

Historiador	<i>Amaral Barcellos</i>		
Local de nascimento		Data de nascimento:	
Formação			
Atividades profissionais			
Atividades políticas			
Associações			
Local de morte		Data de morte:	
Livros analisados	<i>Fragmentos históricos do município de Barra do Piraí. 1853-1890. Rio de Janeiro: Borsoi, 1940.</i>		

Historiador	<i>Araldo Pinheiro Bittencourt</i>		
Local de nascimento		Data de nascimento:	
Formação	<i>Formado em Direito – sem especificação de Instituição formadora</i>		
Atividades profissionais	<i>Promotor de justiça em Nova Friburgo</i>		
Atividades políticas	<i>Prefeito de Nova Friburgo no período de 31/12/1929 a 27/10/1930</i>		
Associações			
Local de morte		Data de morte:	
Livros analisados	<i>O município de Nova Friburgo. S/l: s/ed., 1939.</i>		

Historiador	<i>Pedro Curio</i>		
Local de nascimento	<i>Paraíba do Sul</i>	Data de nascimento	<i>05/01/1892</i>
Formação			
Atividades profissionais	<i>Jornalista, proprietário do jornal O Nova Friburgo</i>		
Atividades políticas			
Associações	<i>Grêmio Euclides da Cunha Instituto Histórico de Nova Friburgo</i>		
Local de morte	<i>Nova Friburgo</i>	Data de morte:	<i>06/03/1982</i>
Livros analisados	<i>Como surgiu Friburgo. Esboço histórico e episódico. 1818-1840. Friburgo: s/ed., 1944.</i>		

Historiador	<i>Acácio Ferreira Dias</i>		
Local de nascimento	<i>Rio de Janeiro</i>	Data de nascimento	<i>13/07/1888</i>
Formação	<i>Estudos primários cursados no Colégio Castro (RJ) Estudos primários concluídos no Colégio Batista (RJ) Estudos secundários realizados no Ginásio Paes Barreto (RJ)</i>		
Atividades profissionais	<i>Jornalista Funcionário da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro (1935-1959)</i>		
Atividades políticas	<i>Membro da junta governativa de Cantagalo (26 ou 27/10 – 21 ou 20/11/1930) Prefeito de Cantagalo (21/11/1930 - 30/11/1935) Administrador da Casa de Detenção de Niterói</i>		
Associações	<i>Academia Friburguense de Letras Academia Campograndense de Letras (RJ)</i>		
Local de morte	<i>Niterói</i>	Data de morte:	<i>30/11/1975</i>
Livros analisados	<i>Apontamentos para a história do município de Cantagalo. Para uso das escolas municipais. Niterói: Typ. 9 de julho, 1934.</i>		

	<i>Terra de Cantagalo. Subsídios para a história do município de Cantagalo. Niterói: Imprensa Oficial, 1942.</i>
--	--

Historiador	<i>Manoel Erthal</i>		
Local de nascimento		Data de nascimento	
Formação			
Atividades profissionais			
Atividades políticas			
Associações			
Local de morte		Data de morte:	
Livros analisados	<i>Bom Jardim. Estado do Rio de Janeiro. Esboço histórico e corográfico. S/l: S/ed., 1957.</i>		

Historiador	<i>Ignácio Raposo</i>		
Local de nascimento		Data de nascimento	
Formação			
Atividades profissionais			
Atividades políticas			
Associações			
Local de morte		Data de morte:	
Livros analisados	<i>História de Vassouras. Vassouras: Fundação 1º de maio, 1935</i>		

Historiador	<i>José Mattoso Maia Forte</i>		
Local de nascimento	<i>Vassouras</i>	Data de nascimento	<i>24/12/1873</i>
Formação	<i>Estudos primários cursados no Colégio Alberto Brandão (Vassouras) Cursou a Escola Naval</i>		
Atividades profissionais	<i>Jornalismo e funcionalismo público (1892-1939)</i>		
Atividades políticas	<i>Ingressou como praticante da Diretoria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, em 29/07/1891. Em dezembro do ano seguinte foi promovido a 2º oficial; e, em julho de 1894, tornou-se 1º oficial Chefe de seção no Tribunal de Contas do Estado em abril de 1902 Diretor de Fazenda da administração de Oliveira Botelho (1910-1914) Secretaria Geral de Estado, por convite de Nilo Peçanha, em 1915. Juiz do Tribunal de Contas do Estado em 1918, passou a disponibilidade em 27/06/1939, com a sua extinção do</i>		

	<i>Tribunal, aposentando-se em seguida. Secretário de Finanças de Mena Barreto (01/06/1931 – 04/07/1931) Secretário de Finanças de Protógenes Guimarães (1/1935 – 31/12/1936)</i>		
Associações	<i>Academia Fluminense de Letras Academia Petropolitana de Letras Associação Brasileira de Imprensa Comissão de Organização Administrativa do Estado Conselho Nacional de Geografia Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Sociedade de Geografia do RJ</i>		
Local de morte	<i>Niterói</i>	Data de morte:	<i>11/05/1945</i>
Livros analisados	<i>O Estado do Rio de Janeiro. Ensaio para o estudo de sua história. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928. O Estado do Rio de Janeiro. Ensaio para o estudo de sua história. 2ª ed. Niterói: Diário Oficial, 1945. Notas para a história de Niterói. 1835-1935. No primeiro centenário da elevação da Vila Real da Praia Grande à categoria de cidade. Niterói: Diário Oficial, 1935.</i>		

Historiador	<i>Leoni Iorio</i>		
Local de nascimento	<i>Valença</i>	Data de nascimento	<i>31/08/1899</i>
Formação	<i>Ensino Primário cursado no Atheneu Valenciano Ensino Secundário cursado no Colégio Pedro II Cursou a Academia do Comércio (RJ) e a Faculdade de Farmácia de Ouro Preto</i>		
Atividades profissionais	<i>Jornalista e escrevente de cartório</i>		
Atividades políticas	<i>Secretario da prefeitura 1939</i>		
Associações	<i>Academia Fluminense de Letras Academia Valenciana de Letras Grupo Dramático em Valença Club dos escoteiros em Valença Irmandade Religiosa – sem especificação Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais</i>		
Local de morte	<i>Valença</i>	Data de morte:	<i>21/02/1984</i>
Livros analisados	<i>Valença de ontem e de hoje. 1789-1952. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso S. A., 1953.</i>		

Historiador	<i>Porphirio Henriques</i>		
Local de nascimento	<i>Itaperuna (Lage do Muriae)</i>	Data de nascimento	<i>15/02/1878</i>
Formação	<i>Aulas com amigos</i>		
Atividades profissionais	<i>Advogado, Caixeiro, Promotor Público e Escrivão-tabelião</i>		
Atividades políticas	<i>Vereador e deputado estadual</i>		
Associações	<i>Associação Brasileira de Imprensa Associação Fluminense de Imprensa Club Dramático de Carangola Ordem dos Advogados do Brasil</i>		
Local de morte	<i>Niterói</i>	Data de morte:	<i>02/08/1953</i>
Livros analisados	<i>A Terra da Promissão. História de Itaperuna. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Aurora LTDA, 1956.</i>		

Historiador	<i>Alberto Lamego</i>		
Local de nascimento	<i>Itaboraí</i>	Data de nascimento	<i>09/10/1870</i>
Formação	<i>Estudos primários e secundários realizados no Rio de Janeiro Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, concluindo o curso em São Paulo, em 1892.</i>		
Atividades profissionais	<i>Advogado e historiador</i>		
Atividades políticas			
Associações	<i>Academia Fluminense de Letras Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos Universidade Hispano-Americana de Santa Fé de Bogotá</i>		
Local de morte	<i>Rio de Janeiro</i>	Data de morte:	<i>24/11/1951</i>
Livros analisados	<i>A Terra Goytacá. À luz de documentos inéditos. Bruxelas: L'Édition D'Art, Niterói: Diário Oficial, 1913-1947. 8 vols.</i>		

Historiador	<i>Alberto Ribeiro Lamego</i>		
Local de nascimento	<i>Campos</i>	Data de nascimento	<i>09/04/1896</i>
Formação	<i>Estudos primários cursados com os jesuítas, no Ginásio Campolide, em Lisboa Estudos secundários cursados com os jesuítas no Colégio Saint Michel, em Bruxelas Cursou Engenharia de artes, manufatura e minas Universidade de Louvain (ingresso em 1913) Royal School of Mines do Imperial College of Science and Technology – Londres (1914-1918)</i>		
Atividades	<i>Geógrafo e geólogo do Ministério da Agricultura</i>		

profissionais				
Atividades políticas				
Associações	<p><i>Academia Brasileira de Ciências</i> <i>Academia Campista de Letras</i> <i>Academia Fluminense de Letras</i> <i>Associação dos Geólogos Brasileiros</i> <i>Carta Tectônica Internacional do Mundo (Moscou) onde foi vice-presidente</i> <i>Carta da Comissão da Carta Geológica Internacional (Paris) onde foi vice-presidente</i> <i>Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> <i>Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro</i> <i>Instituto Pan-americano de Geografia e História (OEA) (México)</i> <i>Sociedade Brasileira de Geologia</i> <i>Sociedade Brasileira de Geografia</i> <i>União Internacional de Ciências Geológicas (Dinamarca), onde foi vice-presidente</i></p>			
Local de morte	<table border="1"> <tr> <td><i>Rio de Janeiro</i></td> <td>Data de morte:</td> <td><i>15/10/1985</i></td> </tr> </table>	<i>Rio de Janeiro</i>	Data de morte:	<i>15/10/1985</i>
<i>Rio de Janeiro</i>	Data de morte:	<i>15/10/1985</i>		
Livros analisados	<p><i>O homem e o brejo.</i> Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945. <i>O homem e a Guanabara.</i> Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1948. <i>O homem e a restinga.</i> Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1946. <i>O homem e a serra.</i> Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1950. <i>A planície do Solar e da Senzala.</i> Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.</p>			

Historiador	<i>Luiz Palmier</i>		
Local de nascimento	<i>Sapucaia</i>	Data de nascimento	<i>21/09/1893</i>
Formação	<p><i>Ensino primário cursado na escola do distrito de Anta e no Colégio São Pedro, na sede de Sapucaia</i> <i>Ensino secundário cursado no Colégio O Gramberry, em Juiz de Fora</i> <i>Cursou farmácia na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto, concluída em 1912</i> <i>Cursou medicina na Faculdade Nacional de Medicina, concluída em 1918.</i></p>		
Atividades profissionais	<i>Farmacêutico, geógrafo, médico, biógrafo, professor, escritor, historiador e jornalista</i>		
Atividades políticas	<i>Vereador e deputado estadual</i>		
Associações	<p><i>Academia Niteroiense de Letras</i> <i>Cenáculo Fluminense de História e Letras</i> <i>Comissão Fluminense de Folclore</i> <i>Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro</i></p>		

	<i>Janeiro</i>		
Local de morte	<i>Rio de Janeiro</i>	Data de morte:	<i>16/10/1955</i>
Livros analisados	<i>São Gonçalo Cinquentenário. História, geografia, estatística. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1940.</i>		

Historiador	<i>Myrtaristides Toledo Piza</i>		
Local de nascimento	<i>Trajano de Moraes (São Sebastião do alto)</i>	Data de nascimento	<i>04/04/1904</i>
Formação	<i>Estudos Primários cursados na terra natal</i> Estudos secundários cursados no Colégio Brasil e no Colégio Bittencourt Silva (Niterói). Formou-se cirurgião-dentista, na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro. <i>Formou-se advogado na Faculdade de Direito de Niterói</i>		
Atividades profissionais	<i>Professor no Colégio Bittencourt da Silva, enquanto fazia direito. Juiz de direito substituto, Juiz de direito de Niterói, Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça do ERJ, Professor da Faculdade de Direito de Niterói. Escritor e historiador</i>		
Atividades políticas	<i>Chefe de polícia de Amaral Peixoto</i>		
Associações	<i>Academia Fluminense de Letras Academia Niteroiense de Letras Academia Petropolitana de Letras Centro Acadêmico Evaristo da Veiga Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro Instituto Histórico de Petrópolis Renascença Fluminense</i>		
Local de morte	<i>Niterói</i>	Data de morte:	<i>12/09/1956</i>
Livros analisados	<i>Itaocara. Antiga aldeia de índios. Niterói: Diário Oficial, 1946.</i>		

Historiador	<i>Renato Peixoto dos Santos</i>		
Local de nascimento	<i>Magé</i>	Data de nascimento	<i>04/12/1928</i>
Formação	<i>Estudos primários na Escola Dongos Bebiano da Companhia América Fabril e na Escola Mestra Ainda Tostes e do Mestre Leandro Benevente.</i> <i>Estudos secundários no Instituto cidade (RJ), Ginásio Todos os Santos e Colégio Barão de mesquita (RJ)</i> Escola preparatória de Cadetes dos Afonsos <i>Formou-se em Direito na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, concluídos na Universidade Católica de Petrópolis</i>		
Atividades profissionais	<i>Jornalista</i>		
Atividades políticas	<i>Secretário da prefeitura de Magé (1955-1959), Deputado</i>		

	<i>estadual, assessor do Secretário Estadual de Trabalho e assessor do prefeito interventor de Magé (1965)</i>		
Associações	<i>Academia Mageense de Letras e Artes Associação Comercial, industrial e Agrícola de Magé Grêmio musical mageense</i>		
Local de morte		Data de morte:	
Livros analisados	<i>Magé, a Terra do Dedo de Deus.</i> Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1957.		

Historiador	<i>Benedito Jordão de Souza</i>		
Local de nascimento	<i>Angra dos Reis</i>	Data de nascimento	<i>29/05/1911</i>
Formação	<i>Estudos primários no Convento do Carmo, em Angra dos Reis Estudos secundários no Seminário Carmelita, em Pirapora (SP) (1923-1926) Cursou a Faculdade de Direito</i>		
Atividades profissionais	<i>Agente de Estatística, na Prefeitura de Angra dos Reis, 1942, Inspetor Regional de Estatística, do IBGE (1962-1971), Presidente da Comissão Estadual do Curso Escolar (1964), Delegado da Associação Profissional dos Estatísticos do Brasil, Membro da Comissão Revisora de Estatística Municipal – substituto 1945-1951 e efetivo entre 1951-1968, Membro do Conselho Federal de Estatística (suplente 1969-1970, efetivo 1970-1973). Jornalista</i>		
Atividades políticas			
Associações	<i>Associação Fluminense de Jornalistas Associação Internacional de Esperanto, Delegado da Associação no Estado do Rio de Janeiro Ateneu Angrense de Letras e Artes</i>		
Local de morte	<i>Niterói</i>	Data de morte:	<i>08/04/1975</i>
Livros analisados	<i>Terra dos Magos.</i> Niterói: Gráfica Atômica, 1949		

Historiador	<i>Aurélio Stulzer</i>		
Local de nascimento		Data de nascimento	
Formação			
Atividades profissionais	<i>sacerdote</i>		
Atividades políticas			
Associações			
Local de morte		Data de morte:	
Livros analisados	<i>Notas para a história da Vila de Patí do Alferes.</i> Rio de Janeiro: Lito-tipo Guanabara Ltda, 1944.		

Historiador	<i>Armando Vieira</i>		
Local de nascimento	<i>Rio de Janeiro</i>	Data de nascimento	<i>27/07/1891</i>
Formação	<i>Escola politécnica do Rio de Janeiro</i>		
Atividades profissionais	<i>Engenheiro da Estrada de Ferro Teresópolis</i>		
Atividades políticas			
Associações	<i>Teresópolis Golf Club</i>		
Local de morte	<i>Rio de Janeiro</i>	Data de morte:	
Livros analisados	<i>Terezopolis. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938</i>		

Historiador	<i>A de Ribeiro Sá</i>		
Local de nascimento		Data de nascimento	
Formação			
Atividades profissionais			
Atividades políticas			
Associações			
Local de morte		Data de morte:	
Livros analisados	<i>A cidade de Entre Rios. Estado do Rio de Janeiro. Sua origem e fundação. S/l: s/ed, 1942.</i>		

Historiador	<i>Roberto Pereira dos Santos</i>		
Local de nascimento	<i>Niterói</i>	Data de nascimento	<i>05/01/1890</i>
Formação	<i>Cursou o primário no Colégio Abílio Cursou medicina na Faculdade Nacional de Medicina</i>		
Atividades profissionais	<i>Medico, historiador, professor</i>		
Atividades políticas			
Associações	<i>Academia Niteroiense de Letras Associação Médica e Cirúrgica de Niterói Faculdade Fluminense de Medicina</i>		
Local de morte	<i>Niterói</i>	Data de morte:	<i>28/01/1954</i>
Livros analisados	<i>Monografia de Rio Bonito. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.</i>		

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)